

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**YASMIN NORONHA DE OLIVEIRA**

**GUERRA DE POSIÇÃO, DISCURSO E POLÍTICA DO MEDO:  
UMA ANÁLISE SOBRE O BREXIT A PARTIR DA PERSPECTIVA  
NEOGRAMSCIANA DE HEGEMONIA**

**Porto Alegre**

**2024**

**YASMIN NORONHA DE OLIVEIRA**

**GUERRA DE POSIÇÃO, DISCURSO E POLÍTICA DO MEDO:  
UMA ANÁLISE SOBRE O BREXIT A PARTIR DA PERSPECTIVA  
NEOGRAMSCIANA DE HEGEMONIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

**Porto Alegre**

**2024**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Yasmin Noronha de  
Guerra de posição, discurso e política do medo:  
uma análise sobre o Brexit a partir da perspectiva  
neogramsciana de hegemonia / Yasmin Noronha de  
Oliveira. -- 2024.  
206 f.  
Orientador: Guilherme Ziebell de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Brexit. 2. Hegemonia. 3. Neoliberalismo. 4.  
Política do medo. 5. Discurso. I. Oliveira, Guilherme  
Ziebell de, orient. II. Título.

**YASMIN NORONHA DE OLIVEIRA**

**GUERRA DE POSIÇÃO, DISCURSO E POLÍTICA DO MEDO:  
UMA ANÁLISE SOBRE O BREXIT A PARTIR DA PERSPECTIVA  
NEOGRAMSCIANA DE HEGEMONIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Leonardo César Souza Ramos  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

---

Profa. Dra. Carolina Boniatti Pavese  
Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)

---

Profa. Dra. Tatiana Vargas-Maia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Para Beatriz, Maurício e Kevin, meus maiores  
amores.

## AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer a todos, pessoas e instituições, que permitiram, de uma forma ou de outra, a concretização desse trabalho. Deixo meu muito obrigada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Ainda, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior, a CAPES, que por meio de uma bolsa integral de Mestrado, fornecida no ano de 2023, possibilitou o desenvolvimento dessa dissertação, bem como a minha dedicação exclusiva às atividades acadêmicas durante esse último ano de mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Guilherme Ziebell de Oliveira, muito obrigada pelos conselhos e ensinamentos. Pela paciência e incentivo nessa reta final do mestrado. Ainda, pela confiança investida na minha escrita e no meu empenho. Aos demais professores que compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul fica meu agradecimento pelas manhãs e tardes de dedicação, nas quais muitos conhecimentos foram construídos.

Gostaria de agradecer também meus pais, Beatriz Noronha e José Maurício Feijó de Oliveira, por toda paciência, confiança, suporte e afeto em mais uma jornada. Pela oportunidade de poder ter feito tudo o que fiz. Meu amor e admiração por vocês é imenso. Não há palavras suficientes para expressá-los, assim, deixo meu eterno obrigado registrado nessa pequena dedicatória.

Ao meu parceiro e cúmplice nessa vida, Kevin Gabriel Ramisch Pergher, deixo aqui registrado o meu muito obrigada por todas as conversas motivacionais e por todos os momentos em que tu acreditaste mais em mim do que eu mesma poderia. Te agradeço ainda por toda paciência, confiança, amizade, discussões construtivas, experiências compartilhadas e eterno suporte.

Aos meus queridos amigos fica um agradecimento pelo suporte emocional e por todo o tempo disponibilizado para ouvir sobre minhas dúvidas e angústias. Por todos os conselhos sabiamente compartilhados ao longo de mais um passo dessa caminhada. Já aos meus colegas nessa jornada acadêmica, em especial as “gurias do PPGEEI”, agradeço a troca contínua de conhecimentos por meio de interessantes debates e reflexivos momentos ocorridos nos intervalos das aulas na Faculdade de Ciências Econômicas, a famosa FCE, e nos mais variados “rolês” por Porto Alegre.

*"It was the best of times, it was the worst of times, it was the age of wisdom, it was the age of foolishness, it was the epoch of belief, it was the epoch of incredulity, it was the season of Light, it was the season of Darkness, it was the spring of hope, it was the winter of despair, we had everything before us, we had nothing before [...]"*

Charles Dickens, A Tale of Two Cities (1859)

*"When you cast your eyes upon the skylines  
Of this once proud nation  
**Can you sense the fear and the hatred  
Growing in the hearts of its population**  
And youth, oh youth, are being seduced  
By the greedy hands of politics and half truths  
The beaten generation [...]"*

The The, The Beaten Generation, Mind Bomb  
(1989)

*"To abandon facts is to abandon freedom. If nothing is true, then no one can criticize power, because there is no basis upon which to do so. **If nothing is true, then all is spectacle.** The biggest wallet pays for the most blinding lights."*

Timothy Snyder, On Tyranny: Twenty Lessons from the Twentieth Century (2017)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar se a ocorrência do *Brexit* está inserida em um contexto de uma guerra de posição entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal na Europa pós-Guerra Fria. Além disso, o trabalho busca analisar, em menor escala, a utilização da Política do Medo enquanto estratégia discursiva no interior de uma guerra de posição. Para tanto, a dissertação divide-se em três capítulos de desenvolvimento. O primeiro em que se discute o arcabouço teórico-conceitual neogramsciano da Teoria Crítica das Relações Internacionais, em consonância com conceitos como Discurso e Política do Medo. O segundo em que se contextualiza o processo de criação da Ordem Internacional Liberal no pós-II Guerra Mundial, a neoliberalização dela ao longo do processo histórico, em relação ao processo de integração europeu e a erupção de movimentos contra hegemônicos, em especial no norteglobal do pós-2008. E, por fim, o terceiro em que se analisa discursos proferidos por membros da campanha oficial pró-*Brexit Vote Leave*, utilizando-se de métodos de análise discursiva crítica, e do conceito de Política do Medo. O que se percebe, por meio dessa análise, é que a ocorrência do *Brexit* pode ser entendida dentro do contexto de uma guerra de posição na conjuntura mencionada, considerando o momento histórico-político de crise do modelo neoliberal, tendo em vista as características discursivas identificadas no corpo linguístico selecionado, em conformidade com a definição dos conceitos de Guerra de Posição e Política do Medo.

**Palavras-chave:** *Brexit*. Hegemonia. Neoliberalismo. Política do Medo. Discurso.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyse whether the Brexit is part of a broader context of a war of position between supporters and opponents of the (Neo)Liberal International Order in post-Cold War Europe. In addition, the work attempts to analyse, on a smaller scale, the use of Politics of Fear as a discursive strategy within a war of position. To this end, the research is divided into three development chapters. The first discusses the neo-Gramscian theoretical-conceptual framework of the Critical Theory of International Relations, in line with concepts such as Discourse and Politics of Fear. The second contextualises the creation of the Liberal International Order in the post-World War II period and its neoliberalisation throughout the second half of the 20th century, in relation to the European integration process and the eruption of counter-hegemonic movements, especially in the post-2008 global North. Finally, the third section analyses speeches made by members of the official pro-Brexit Vote Leave campaign, using critical discourse analysis methods and the conceptualisation of Politics of Fear. What can be seen from this analysis is that the occurrence of Brexit can be understood within the context of a war of position at the aforementioned juncture, considering the historical-political moment of the crisis of the neoliberal model, given the discursive characteristics identified in the selected linguistic corpus, in line with the definition of the concepts of War of Position and Politics of Fear.

**Keywords:** Brexit. Hegemony. Neoliberalism. Politics of Fear. Discourse.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ESTUDOS CRÍTICOS, TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONCEITO DE HEGEMONIA, GUERRA DE POSIÇÃO E POLÍTICA DO MEDO .....</b>	<b>24</b>
2.1	UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORIGEM E DO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS CRÍTICOS .....	24
2.2	HEGEMONIA, GRAMSCI E COX .....	27
2.3	O CONCEITO GRAMSCIANO DE GUERRA DE POSIÇÃO.....	38
2.4	GUERRA DE POSIÇÃO, LINGUAGEM E A POLÍTICA DO MEDO.....	40
<b>3</b>	<b>ORDEM INTERNACIONAL PÓS-II GUERRA MUNDIAL, INTEGRAÇÃO EUROPEIA, NEOLIBERALISMO E MOVIMENTOS CONTRA HEGEMÔNICOS NA EUROPA DO PÓS-GUERRA FRIA.....</b>	<b>47</b>
3.1	AS ORIGENS DA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL NO PÓS-1945 E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA COMO PROCESSO REPRESENTATIVO DESSA ORDEM .....	48
3.2	A NEOLIBERALIZAÇÃO DO <i>EMBEDDED LIBERALISM</i> E O CAMINHO PARA A CRISE DA ORDEM (NEO)LIBERAL INTERNACIONAL .....	62
3.3	GLOBALIZAÇÃO E AS CRISES PÓS-2008: AUSTERIDADE, MIGRAÇÕES E O RESSENTIMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO NO NORTE GLOBAL.....	75
<b>4</b>	<b>GUERRA DE POSIÇÃO, DISCURSO E POLÍTICA DO MEDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O BREXIT.....</b>	<b>86</b>
4.1	UMA BREVE DISCUSSÃO HISTÓRICA SOBRE A RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE REINO UNIDO E UNIÃO EUROPÉIA.....	86
4.2	NEOLIBERALISMO, AUSTERIDADE E GLOBALIZAÇÃO: O CAMINHO PARA O BREXIT .....	92
4.3	SELEÇÃO FEITA DOS DISCURSOS PROFERIDOS POR REPRESENTANTES DA CAMPANHA VOTE LEAVE .....	108

4.3.1	Discurso 1: Declaração de Michael Gove MP, Secretário de Estado para a Justiça, sobre o referendo da EU .....	108
4.3.2	Discurso 2: Gisela Stuart expõe os riscos de permanecer na EU .....	111
4.3.3	Discurso 3: Michael Gove: ‘Os fatos da vida dizem que é preciso sair’ .....	115
4.3.4	Discurso 4: Boris Johnson - O argumento cosmopolita iliberal para votar em Leave .....	117
4.3.5	Discurso 5: Boris Johnson: A única maneira de assumir o controle da imigração é votar Leave em 23 de junho .....	122
4.3.6	Discurso 6: Restauração da confiança pública na política de imigração - um sistema de imigração não discriminatório baseado em pontos.....	124
4.3.7	Discurso 7: Um sistema nacional de saúde (NHS) mais forte e mais dinheiro para os necessitados - Por que deixar a UE nos ajuda a proteger os trabalhadores .....	127
4.3.8	Discurso 8: Votar para permanecer na UE é uma opção arriscada .....	130
4.3.9	Discurso 9: Gove and Raab: A adesão à UE nos torna menos seguros .....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS .....	146
	APENDICE A – DISCURSOS NA INTEGRAL .....	160

## 1 INTRODUÇÃO

Em 23 de junho de 2016 ocorreu um plebiscito sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia (EU). O processo que ficou intitulado de *Brexit* foi oficialmente finalizado em 31 de dezembro de 2020, com a saída oficial do país do bloco europeu. Após o anúncio, em 2015, da ocorrência de um plebiscito sobre a filiação do Reino Unido à União Europeia, campanhas pró e contra o *Brexit* foram estabelecidas. Essas campanhas teriam o período de dez semanas até a data da votação para convencer a população britânica a permanecer ou a se retirar do bloco europeu (Fetzer, 2019). Nesse contexto, dois lados foram criados. De um lado estavam os atores que queria que o Reino Unido permanecesse na União Europeia, já do outro estavam aqueles que queriam que o país se retirasse do bloco europeu. Dentro desses dois grandes blocos, duas campanhas oficializadas pela Comissão Eleitoral foram instauradas. A “*Britain Stronger in Europe*”, que defendia a permanência no bloco europeu, e a “*Vote Leave*”, favorável ao *Brexit* (Zappettini, 2019).

Nos últimos sete anos, análises sobre o processo do *Brexit* foram se proliferando. Até o momento histórico atual busca-se entender o que levou ao resultado do plebiscito, ainda que muitas pesquisas tenham se voltado para o objetivo de entender as consequências desse resultado para o contexto socioeconômico e político tanto do Reino Unido quanto da União Europeia. Muito se produziu nos anos seguintes à votação. Na maioria das pesquisas que se deram até 2019, buscou-se entender quais fatores levaram à decisão da maioria da população votante do Reino Unido em optar pela saída do país do bloco europeu. Entre esses fatores, foram discutidos em especial o papel das migrações (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Dennison; Goodwin, 2015; Ford; Goodwin, 2017; Gietel-Basten, 2016; Outhwaite, 2019; Sowels, 2019; Zappettini, 2019), das políticas de austeridade (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Dell, 2022; Evans; Mellon, 2016; Fetzer, 2019; Gietel-Basten, 2016), da antiglobalização (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Flinders, 2018; Ford; Goodwin, 2017; Goodwin; Heath, 2016; Hobolt, 2016), da saliência do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) (Ahmed, 2017; Clarke; Goodwin; Heath, 2017; Fetzer, 2019; Gietel-Basten, 2016; Goodwin; Whiteley, 2017), das características demográficas unidas ao desenvolvimento econômico desigual das regiões do Reino Unido (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017), do euroceticismo (Clarke; Newman, 2016; Dorey, 2017), assim como do nacionalismo inglês (Barnett, 2017; Tomlinson, 2019) vinculado ao passado imperialista do país.

Essa pesquisa pode ser enquadrada dentro do objetivo geral do campo de estudo que é desvendar os processos socioeconômicos, políticos e culturais que desencadearam o *Brexit*, ou seja, as origens dele. É proposto nessa análise um entendimento sobre esse processo sob a ótica mais ampla do conceito de Hegemonia segundo a lógica neogramsciana da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Será analisada a ocorrência do *Brexit* a partir da perspectiva de uma possível disputa hegemônica entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal. Dito isso, a pergunta que norteia essa pesquisa é a seguinte: A ocorrência do *Brexit* pode ser inserida em um contexto mais amplo de uma guerra de posição, dentro da lógica de uma disputa hegemônica, no cenário Europeu, entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal no pós-Guerra Fria?

Os estudos sobre o conceito Hegemonia possuem uma longa trajetória de produção acadêmica, perpassando inúmeras áreas de estudo e teorias, incluindo uma grande diversidade conceitual dentro das próprias Relações Internacionais. No caso dessa pesquisa, o conceito de Hegemonia está calcado nos estudos de Robert Cox (1981, 1983, 1997, 1994), precursor da Teoria Crítica das Relações Internacionais, originada na década de 1980, e que foi baseada na obra de Antonio Gramsci, intelectual italiano responsável pelo desenvolvimento revolucionário de uma visão sobre hegemonia calcada em conceitos como Consentimento, Cultura e Sociedade Civil (Cox, 1983).

Respondendo as novas teorias que eram desenvolvidas no campo de estudo das Relações Internacionais, como o Neorealismo, consideradas como “ahistóricas” e renegadoras da influência da ação da sociedade civil, e de outros atores que não o Estado Nacional, na política internacional, a Teoria Crítica formulada por Cox (1981, 1983, 1987, 1994) buscou centralizar nas suas análises o papel do processo histórico e da dialética. A partir da adaptação da obra de Gramsci para o âmbito internacional, em especial a parte que abrange o conceito de Hegemonia, por meio do conceito de Estrutura Histórica, o autor buscou investigar a estrutura e as transições hegemônicas de Ordem que aconteciam no Sistema Internacional.

O argumento geral proposto por Cox (1981) é de que a hegemonia da Ordem Mundial capitalista não é mantida apenas por meio de poderios militares e econômicos, mas também pela criação de um conjunto dominante de ideias e valores que são aceitos pela maior parte das sociedades civis dos Estados que compõe o Sistema Internacional. Nesse sentido, argumenta-se que hegemônias não são permanentes, mas sim estão sempre sendo contestadas por movimentos contra hegemônicos (Cox, 1983; Hall, 1991; Worth, 2013). Esse argumento pode ser aplicado ao caso da Ordem Internacional (Neo)Liberal, seu status hegemônico enquanto Ordem regente do Sistema Internacional, e os inúmeros movimentos e grupos que buscam

cessar essa hegemonia em nome de estabelecer uma nova hegemonia que seja composta por seus valores ideológicos, morais e político-econômicos.

Nessa pesquisa, no que tange a discussão sobre movimentos contra hegemônicos, será utilizado das categorias de definição desenvolvidas por Worth (2013) sobre os principais movimentos contra hegemônicos criados no pós-Guerra Fria, dentro do escopo de crise do modelo socioeconômico do Neoliberalismo. Segundo o autor, esses movimentos podem ser divididos em três, sendo eles: o Internacionalismo Progressivo, o Populismo Nacional e o Fundamentalismo Religioso. O primeiro reflete movimentos como o *Occupy Wall Street*, no início dos anos 2000, vinculados a esquerda política. Já o segundo reflete os movimentos vinculados a direita e a extrema direita política, que ganharam força no pós-2008, se pondo contra ao então chamado “globalismo” e a relativa perda de soberania dos Estados-nacionais, no que tange assuntos socioeconômicos, políticos e culturais. Por fim, a última categoria refere-se aos movimentos de fundamentalismo religioso, que englobam, essencialmente, grupos islâmicos e cristãos.

Tendo em vista esses movimentos, é válido salientar que a preponderância de um deles em determinado período histórico não exclui a existência de outros movimentos nesse mesmo período. Dito isso, é possível, por exemplo, perceber a existência do movimento Internacionalismo Progressista em figuras como Bernie Sanders, Senador estadunidense vinculado ao Partido Democrata. Já em relação ao movimento Fundamentalismo Religioso, argumenta-se que ele, em alguns casos, em especial no Ocidente, por meio de sua faceta cristã, funde-se ao segundo movimento, o Populismo Nacional, devido a objetivos comuns, como a defesa de valores ultraconservadores.

Tendo isso em mente, o tema dessa dissertação em um contexto macro é sobre uma disputa hegemônica no continente europeu entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal no pós-Guerra Fria. Considerando esse contexto, a temática se limita ao estudo de caso do *Brexit*, a partir de uma perspectiva Teórica Crítica das Relações Internacionais. Posto isso, o tema dessa dissertação é a ocorrência do *Brexit* dentro de um contexto de disputa hegemônica no continente europeu, entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal, no pós-Guerra Fria, tendo enquanto pano de fundo a crise do sistema neoliberal, e a erupção do movimento Populista Nacional no pós-2008.

Em linhas temporais, essa pesquisa se localiza entre o final da Guerra Fria, datado oficialmente no ano de 1991, com a queda da União Soviética, e a ocorrência do plebiscito em 2016. Essa delimitação temporal foi escolhida pois abarca a interação entre o cenário político europeu após a formalização do Tratado de Maastricht, que oficializa a formação do que

conhecemos hoje como União Europeia, e o cenário global de expansão, e posteriormente crise, da globalização em vias político-econômicas neoliberais, até a eclosão do *Brexit*. Dito isso, um maior enfoque será dado ao marco temporal do pós-2008, em especial entre os anos de 2014 e 2016.

Tendo em consideração o arcabouço teórico escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa, a hipótese levantada para responder à pergunta que orienta esse trabalho é de que a ocorrência do *Brexit* pode ser inserida em um contexto mais amplo de uma guerra de posição no cenário Europeu, entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal, no pós-Guerra Fria. Tal hipótese se baseia no argumento de que é possível identificar nos discursos de representantes da campanha oficial pró-*Brexit*, a *Vote Leave*, a tentativa de mobilização de forças sociais, assim como a de construção de políticas alternativas e de consenso perante a sociedade civil, elementos que caracterizam uma guerra de posição, conceito parte da lógica macro sobre Hegemonia, em seu entendimento neogramsciano. É argumentado que essas características circundam atributos fundamentais do bloco europeu, que nesse trabalho é representante direto da Ordem em questão, como livre circulação de pessoas, multilateralismo, integração política, valores progressistas e cosmopolitas, institucionalismo e governança global.

Ainda dentro da hipótese apresentada, argumenta-se que a mobilização de forças sociais, assim como a de construção de políticas alternativas e de consenso perante a sociedade civil, se dá por intermédio do uso do recurso estratégico discursivo da Política do Medo como definido por Wodak (2015). Tendo isso em mente, se faz necessário mencionar que não consideramos essa a única força por trás da ocorrência do processo do *Brexit*, mas sim apenas mais uma das possíveis causas desse fenômeno.

Dessa forma, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar se a ocorrência do *Brexit* pode ser inserida em um contexto mais amplo de uma guerra de posição entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal no cenário europeu do pós-Guerra Fria. Já os objetivos específicos são os seguintes:

- a) definir os conceitos pertinentes ao arcabouço teórico sobre Hegemonia na lógica da Teoria Crítica das Relações Internacionais de Cox, relacionando-os com os conceitos de Linguagem, Discurso, Medo e Política do Medo;
- b) contextualizar a origem do processo de integração europeu em paralelo com a construção da Ordem Internacional Liberal no pós-1945, considerando o processo de neoliberalização dessa Ordem, os efeitos desse processo e, posteriormente, da crise neoliberal na origem de movimentos contra hegemônicos;

- c) explorar o processo de disputa hegemônica entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal na Europa, desde o final da Guerra Fria até a ocorrência do plebiscito em 2016, tendo em vista o pano de fundo a crise do sistema neoliberal;
- d) analisar a partir de uma combinação de métodos de análise discursiva crítica, e do conceito de Política do Medo, os discursos selecionados.

Levando em conta os objetivos específicos mencionados, adentra-se na metodologia desenvolvida. Definiu-se três momentos que compõem o *design* metodológico dessa pesquisa. O primeiro é o desenvolvimento teórico no qual ela está baseada, tendo em vista a definição e correlação dos conceitos de Hegemonia, Estrutura Histórica, Guerra de Posição, Discurso e Política do Medo. Esse desenvolvimento é necessário para o entendimento da lógica de funcionamento dos processos sócio-políticos analisados, e para a definição do que será avaliado na análise discursiva. Nesse primeiro momento será utilizado o método de revisão de literatura. A seleção dos artigos e livros utilizados se dará de forma empírica e a partir do método de *snowballing*. Em termos gerais, a ideia é ir direcionando o escopo teórico e conceitual, apresentando como os conceitos se relacionam e fazem sentido entre si. Por exemplo, como a guerra de posição se constitui dentro de uma disputa hegemônica, e como a linguagem e a Política do Medo podem ser utilizadas dentro dessa guerra de posição enquanto estratégias.

Posteriormente, após uma discussão no que consiste o escopo teórico e conceitual a serem trabalhados, adentramos no segundo momento. Nessa parte se buscará contextualizar, a partir dos conceitos trabalhados no primeiro momento, o desenvolvimento dos processos e eventos históricos ocorridos dentro do escopo temporal proposto, sendo este entre 1991 e 2016. Essa contextualização se baseará no escopo teórico discutido no primeiro momento, e em uma segunda revisão de literatura, dessa vez voltada para a evolução histórica da criação da Ordem Internacional Liberal e da unificação europeia, assim como para o processo de neoliberalização desses dois processos. Ainda, essa revisão de literatura se estenderá para o processo de erupção de movimentos contra hegemônicos no contexto de crise do modelo de mundo neoliberal. Assim como no primeiro momento, essa segunda revisão de literatura se dará por meio de uma avaliação empírica de livros, artigos e relatórios, assim como por meio do método de seleção *snowballing*.

Por fim, o terceiro momento caracteriza a análise discursiva. Esse momento se dividirá em duas partes. A primeira é a definição e adaptação dos métodos de análise, e a seleção dos discursos a serem analisados. Os métodos de análise discursiva crítica selecionados foram a Teoria de Análise de Discurso de Laclau (2000, 2005) e Laclau e Mouffe (2001), tendo como

enfoque o conceito de Significante Vazio, e o Método de Criação de Ameaças via Proximização desenvolvido por Cap (2013; 2019). A primeira teoria foi selecionada pois ela conversa diretamente com o escopo teórico sobre Hegemonia selecionado e discutido no primeiro momento dessa pesquisa. Já a segunda foi selecionada pois trabalha diretamente com a identificação da criação de ameaças e inimigos no espaço discursivo, característica central do conceito de Política do Medo definido por Wodak (2015).

Os estudos sobre Política do Medo, ou sobre o conceito de Medo em geral, especialmente dentro da Ciência Política, ganharam força após a ocorrência dos ataques terroristas do 11 de Setembro em 2001. Dentro das Relações Internacionais, o principal expoente do estudo sobre o papel do Medo, já em consonância com estudos sobre discurso e comunicação, foi a Teoria da Securitização, criada por autores pertencentes a Escola de Copenhague (Wæver; Buzan; De Wilde, 1998).

Já quando se pensa no papel da linguagem na Ciência Política, argumenta-se que na segunda metade do século XX, o estudo da linguagem e da retórica no âmbito político ganhou tração com a publicação de trabalhos de intelectuais como Noam Chomsky e George Lakoff. Já a instrumentalização desses estudos enquanto método vieram a partir do desenvolvimento, no final do século XX, da Análise Crítica de Discurso, associada a estudiosos como Norman Fairclough, Tuen Van Dijk, Ernesto Laclau e Judith Butler, essa última sendo uma das precursoras dos estudos sobre gênero. Já a área de pesquisa que envolve a combinação entre as áreas de linguagem, política do medo e análise discursiva enquanto método, tem como principal expoente os autores Frank Furedi, Corey Robin e Ruth Wodak.

A Teoria do Discurso de Laclau (2000, 2005) e Laclau; Mouffe (2001) é uma estrutura analítica que tem por objetivo analisar por via de quais maneiras o poder opera por meio da linguagem e das práticas discursivas. Nessa perspectiva, busca-se compreender, a partir de discursos, como os significados são construídos, as identidades formadas e as relações de poder organizadas na sociedade. O discurso, para Laclau (2005) e Laclau; Mouffe (2001), é um sistema de representação que molda a realidade social por meio da linguagem e da comunicação, e que não está limitado a manifestações políticas formais, podendo ser considerados enquanto discursos as narrativas de mídia e mesmo conversas cotidianas.

Segundo Laclau (2005) e Laclau; Mouffe (2001), o discurso nunca é neutro. Ele sempre irá representar um campo de disputas pela hegemonia. Nesse sentido, o discurso, e a linguagem como um todo, não são apenas reflexo das estruturas sociais existentes, mas são, também, “atores” que participam da construção e manutenção dessas estruturas. Dentro do discurso é possível aproximar e afastar elementos, manipular situações e gerar novos significados a partir

de escolhas linguísticas. Assim, os significados não são fixos ou predeterminados, mas sim construídos a partir de articulações discursivas. Uma articulação discursiva serve para reunir diferentes elementos e significantes com a finalidade de construir um significado coerente para o significante, e coerente com o objetivo político em questão (Laclau, 2000, 2005). Por exemplo, em uma articulação discursiva pode-se escolher combinações e exclusões específicas de temáticas e elementos para criar uma representação específica, e não necessariamente verídica, da realidade.

Ainda, é argumentado que o discurso é capaz de realizar a criação e manutenção de hegemonias. Como a hegemonia não é, como já discutido, um estado fixo, ela pode ser contestada e articulada por meio de estruturas linguísticas, já que os discursos são “atores” ativos na construção da realidade ao moldar a forma de como essa realidade é entendida (Laclau, 2005; Laclau; Mouffe, 2001). Dentro desse mesmo escopo teórico, é desenvolvido o conceito de Significante Vazio. Esse conceito refere-se a um signo, palavras por exemplo, que não tem um significado fixo ou estável, mas que ganha um significado por meio de sua relação com outros elementos ou símbolos dentro de um discurso (Laclau, 2000, 2005; Laclau; Mouffe, 2001). Ele serve enquanto um ponto nodal<sup>1</sup> ao redor do qual diferentes elementos discursivos são articulados, formando cadeias de significado temporárias e contingentes. Tendo essa característica, o Significante Vazio, enquanto elemento discursivo, é um objeto de contestação política, pois diferentes forças sociais procuram significá-lo com seus próprios significados e mobilizá-lo para seus projetos políticos (Laclau, 2000, 2005).

O Significante Vazio é composto por duas partes, sendo elas o significante e o significado. O significante refere-se à forma física ou linguística de um signo, como uma palavra ou uma imagem. Já o significado é o conceito ou o significado associado a esse signo. Na teoria linguística tradicional é pressuposto que a linguagem tem uma relação estável e fixa entre os significantes e os significados, ou seja, que eles não mudam invariavelmente de contexto. No entanto, Laclau (2000, 2005) desafia essa noção ao argumentar que o significado não é inerente à linguagem, mas é construído por meio de práticas discursivas. Os autores destacam que certos conceitos políticos e ideológicos se caracterizam enquanto Significantes Vazios, por exemplo a palavra/conceito “liberdade”. Eles são "vazios" pois não possuem um significado predefinido. Eles acabam por derivar seu significado do contexto discursivo em que são usados e das forças sociais e políticas que os mobilizam (Laclau, 2000, 2005)

---

<sup>1</sup> Na teoria de Laclau, pontos nodais são momentos ou eventos em que as diferentes demandas e identidades sociais são articuladas de maneira temporária, formando uma hegemonia temporária (Laclau, 2000, 2005).

O Significante Vazio está diretamente ligado a outra ideia desenvolvida por Laclau (2005), a de Contingente Radical. Com esse conceito é afirmado que as identidades político-sociais não são estáticas, mas construídas e contingentes por meio de batalhas discursivas, dependendo das dinâmicas de poder envolvidas e do contexto social em que estão situadas. As possibilidades de manipulação política por meio do uso de Significantes Vazios são muitas. Por meio deles se pode unificar diferentes grupos que possuem interesses e mesmo visões políticas diferentes, em prol da busca de uma resolução para uma problemática definida enquanto universal. Nesse sentido, quando um significante vazio é articulado de certa forma, ele pode criar uma cadeia de equivalência, reunindo grupos díspares sob uma bandeira comum (Laclau, 2000).

Como argumentado por Laclau (2000, 2005) e Laclau; Mouffe (2001), líderes ou movimentos políticos podem alcançar hegemonia por meio da mobilização de determinados Significantes Vazios, que são pensados a partir do contexto que tal disputa está inserida. Essa situação permite que eles estabeleçam sua ideologia como a perspectiva dominante, ou seja, de senso comum na sociedade. Os movimentos populistas comumente usam Significantes Vazios para unir uma gama diversificada de apoiadores em torno de uma causa compartilhada (Laclau, 2005).

Para fins de organização e entendimento, foi criada uma lista de elementos indispensáveis em uma análise discursiva segundo a lógica proposta por Laclau (2000, 2005) e Laclau; Mouffe (2001). Essa lista é composta por os seguintes elementos: identificação do contexto e do discurso a ser analisado; análise das articulações discursivas, examinando-as dentro do contexto identificado; identificação dos Significantes Vazios, com foco no como diferentes elementos discursivos são articulados e no como eles contribuem para a formação de cadeias de significado; esclarecimento das relações de poder, desvendando as maneiras pelas quais o discurso constrói e reproduz hierarquias, identidades e categorias sociais, e examinando como as estratégias discursivas selecionadas servem aos interesses do autor do discurso; investigação das lutas hegemônicas, identificando a existência de contestação de significados e os conflitos entre diferentes forças sociais que buscam moldar o discurso a seu favor; posicionar o discurso em seu contexto social mais amplo, observando como o discurso se relaciona com as condições sociais, políticas e históricas; Por fim, a consideração dos efeitos do discurso sobre a construção da realidade social do contexto analisado. Todos esses elementos estarão presentes na análise proposta, ainda que de forma não linear.

O outro método de análise proposto é o intitulado Proximização, que foi desenvolvido por Cap (2013, 2019). A Proximização<sup>2</sup> é um conceito cognitivo-linguístico pragmático<sup>3</sup> e de análise crítica do discurso que explica a construção simbólica das relações entre entidades dentro do espaço discursivo, como sintetizado na figura 1. Ela é uma estratégia discursiva que busca apresentar situações, ideias e eventos, que estão fisicamente e temporariamente distantes do locutor e de quem ele busca representar, em uma condição de aproximação temporal e espacial. O intuito é definir essas situações, ideias e eventos enquanto ameaças, ou seja, entidades que são negativamente consequentes para o autor do discurso e seu destinatário, via aproximação temporal e espacial delas por meio de estruturas linguísticas.

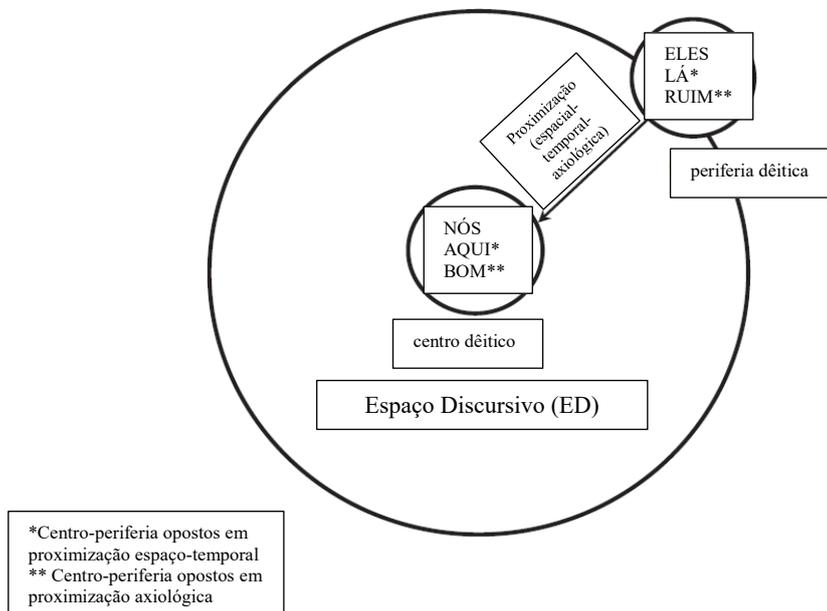
Ao projetar as entidades distantes como se estivessem gradualmente invadindo o território do locutor e do destinatário, tanto físico quanto ideológico, o autor dos discursos tem a capacidade de promover seus interesses e resoluções enquanto uma resposta legítima para a ameaça que se aproxima. Nesse sentido, essa estratégia busca a legitimação de ações políticas propostas pelo autor do discurso para neutralizar o impacto crescente das entidades negativas, forasteiras e antagônicas (Cap, 2013, 2019). Segundo Cap (2013, 2019), os destinatários tendem a aprovar as ações preventivas propostas pelo autor do discurso contra a ameaça imaginada se eles interpretarem essa ameaça como uma consequência pessoal.

---

<sup>2</sup> Cap (2013, p. 5) argumenta que “A proximização, tanto como construto quanto como ferramenta metodológica, opera em diversos domínios de pesquisa, embora mais comumente em discursos políticos estatais: construção de crises (desencadeada pelo impacto interpretado dos elementos periféricos do SD em seus elementos centrais) e retórica de [...], discurso (anti-)imigratório [...], representação de partidos políticos [...] e construção da memória nacional [...]”

<sup>3</sup> O termo "pragmalinguística" refere-se ao conhecimento das estratégias para a realização das intenções de fala e os itens linguísticos usados para expressar essas intenções (Takimoto, 2014).

**Figura 1** - Espaço discursivo



Fonte: Adaptado de Cap (2019, p. 74).

De forma geral, a Proximização é uma operação de construção forçada destinada a evocar a proximidade de uma ameaça externa, para solicitar a legitimação de meios preventivos. O autor do discurso realiza a Proximização estabelecendo, por meio de uma variedade de meios cognitivos e pragmatolinguísticos, um estágio de discurso em que eventos aparentemente remotos e inconsequentes são interpretados como exercendo um impacto cada vez mais negativo sobre o orador e o destinatário. Como já foi observado, a fonte da ameaça são as entidades remotas do espaço discursivo. Eles, que são conceituadas como atravessando esse espaço para invadir as entidades Nós, ou seja, o falante e seu destinatário (Cap, 2013, 2019). Essa ameaça é de natureza espaço-temporal e ideológica; portanto, formando três principais tipos de Proximização.

A "Proximização espacial" é uma interpretação da entidade Eles invadindo fisicamente as entidades Nós. O aspecto espacial da Proximização pode ser visto como primário, pois os demais tipos envolvem conceitualizações em termos metaforicamente espaciais. A Proximização temporal é uma conceitualização do conflito previsto como não apenas iminente, mas também importante, histórico e, portanto, exigindo uma resposta imediata e medidas

preventivas exclusivas. Segundo Cap (2013, p. 85, tradução própria<sup>4</sup>), esse tipo de Proximização

[...] pode ser definida, tecnicamente, como uma ‘compressão’ simbólica do eixo temporal e uma fusão parcial dos três quadros temporais [passado, presente e futuro], envolvendo duas mudanças conceituais simultâneas. Uma é a mudança do passado para o presente, que acomoda interpretações dos eventos e ações passados, principalmente aqueles instigados/realizados pelas entidades da periferia do espaço discursivo, informando o contexto atual do autor do discurso, no interesse de suas próprias ações atuais. As informações são validadas por analogias entre o passado e os arranjos do contexto atual.

A proximidade espacial e temporal envolve apelos de medo e, normalmente, usa vários tipos de analogias para confundir a ameaça em desenvolvimento com um evento desastroso real no passado, de modo a endossar o cenário atual (Cap, 2013, 2019).

Por fim, a Proximização axiológica envolve a construção de um confronto ideológico<sup>5</sup> entre os valores domésticos das entidades centrais do espaço discursivo (Nós) e os estrangeiros e antagônicos das entidades distantes desse mesmo espaço (Eles). A Proximização axiológica é geralmente coercitiva, comparativa e baseada no medo. Porém, há também um subtipo que trabalha por meio da caracterização "positiva" de elementos que envolvem a ideologia e os valores do Nós. Essa Proximização axiológica "positiva" consiste em invocar atitudes e comportamentos históricos louváveis como motivação para a ação atual (Cap, 2013, 2019). A estrutura da Proximização alimenta a lógica da ação estratégica populista de divisão entre o Eles e o Nós e/ou entre o Povo e a Elite.

Tendo em mente a definição de Política do Medo enquanto uma estratégia empregada por políticos e outras figuras influentes na manipulação da opinião pública e no ganho ou manutenção de poder por meio da exploração dos medos e ansiedades da população, a partir da criação de ameaças. Se a hipótese proposta é de que a Política do Medo foi utilizada como estratégia de guerra de posição, se faz necessário a identificação dessa estratégia nos textos selecionados. Dessa forma, justifica-se a escolha dos métodos propostos pois ambos trabalham com a lógica de desenvolvimento de ameaças, ou melhor, com a identificação da caracterização de algo enquanto ameaça. Nesse caso esse algo são conceitos, lógicas, ideias, instituições e comportamentos vinculados a lógica de funcionamento da Ordem Internacional (Neo)Liberal.

<sup>4</sup> No original: “[...] temporal proximization can be defined in a more detailed technical way, as a symbolic “compression” of the time axis, and a partial conflation of the three time frames, involving two simultaneous conceptual shifts. One is the past-to-present shift, which accommodates construals of the past events and actions, mainly those instigated/ performed by the ODC entities, informing the speaker’s present context, in the interest of her own current actions. The information is validated by analogies holding between the past and the present context arrangements”.

<sup>5</sup> Segundo Cap (2010, 2013, 2019), que os valores vinculados a Eles não são apenas elementos abstratos; esses valores e ideais têm o potencial para se materializar e impactar o grupo Nós de forma material.

Ao todo foram selecionados nove discursos. A seleção desses discursos seguiu critérios que consideraram a melhor escolha metodológica possível, mas também as limitações impostas pelo tempo restante do desenvolvimento dessa pesquisa. Todos os discursos selecionados foram retirados do site oficial da campanha *Vote Leave*, da seção “*Key speeches, interviews, and op-eds*”. Nessa seção alguns tipos de discursos estavam disponíveis - pronunciamentos políticos, entrevistas e cartas. Por se tratar de um caráter mais formal, decidimos selecionar apenas os pronunciamentos políticos. Considerando ainda a quantidade de material filtrado, e o tempo de desenvolvimento restante da pesquisa, desenvolvemos outro critério para a seleção final do *corpus* textual a ser analisado. Nesse sentido, desses pronunciamentos políticos, selecionamos apenas os que foram realizados pelos seguintes membros: Boris Johnson, Michael Gove e Gisela Stuart. A escolha desses membros foi realizada a partir dos seguintes critérios .

Primeiro, foi observado, de forma empírica, que os três membros selecionados eram os que mais se destacavam, em termos de repetição, em matérias jornalísticas, e muitas vezes na própria literatura especializada. Ainda, todos eles possuíam altos cargos dentro da organização da campanha. Tanto Gove quanto Stuart ocupavam os cargos de coordenadores dentro do comitê da campanha. Stuart ocupava, também, o cargo de presidente da organização. Já Boris Johnson era, até metade da campanha, prefeito da cidade de Londres. Ainda, os três membros produziram alguns pronunciamentos e cartas de forma conjunta, o que demonstra o alinhamento estratégico entre eles. Por fim, a quantidade de pronunciamentos políticos realizados pelos três membros selecionados, de forma individual ou coletiva, dentro da quantidade total da amostra filtrada, é entendida enquanto suficiente para formar um *corpus* textual satisfatório tendo em vista o desenvolvimento da análise proposta.

Os textos foram analisados em ordem cronológica, pois consideramos a lógica evolutiva do processo de uma guerra de posição, que tem em seu cerne a passagem do tempo em termos processuais de forma linear e cronológica. Por fim, os textos serão analisados em seu idioma nativo, o inglês, pois consideramos que a tradução pode gerar alterações na estrutura dos textos, o que pode impactar a interpretação deles. Porém, para manter uma coesão textual, os trechos serão apresentados em português ao longo da análise, com a sua versão original em nota de rodapé.

Nesse momento, é válido questionar o porquê se faz relevante analisar as origens do *Brexit*? Analisar esse processo se se faz relevante por diversas razões. Em primeiro lugar, entender as forças motrizes que levaram a esse fenômeno é fundamental para analisarmos a possível ocorrência de um novo evento de desintegração, sobretudo no contexto dos países que compõem a União Europeia. Em segundo lugar, eventos como esse impactam diretamente o

cenário internacional, alterando o panorama político global. Podemos citar como exemplo a mudança do papel do Reino Unido pós-*Brexit* no sistema internacional, legitimado na retórica do “*Global-Britain*” e na nova política externa do país voltada para a região do Indo-Pacífico (Wunderlich; Hofelich; Gänzle, 2021).

Ainda, é adequado mencionar a relevância do Reino Unido dentro do Sistema Internacional como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), e como membro do G7, assim validando a importância de se pesquisar eventos que envolvem e alteram as políticas internas e, conseqüentemente, externas desse país, e que podem ter reflexo na política internacional da região europeia e do mundo.

Quanto ao cenário macro do continente europeu, levando em conta os diferentes processos políticos que vem ocorrendo no continente, entender como as conseqüências da crise da globalização neoliberal são mobilizadas por grupos contra hegemônicos,<sup>6</sup> por meio de estratégias políticas específicas, se faz relevante pois nos permite desvendar as dinâmicas e mudanças que ocorreram e que possivelmente ocorrerão no futuro. Com o aprofundamento dessa crise, em especial dentro do espectro das migrações, o número de partidos e movimentos reacionários que chegarão ao *mainstream* político possivelmente aumentará, gerando profundas mudanças nas relações sociopolíticas dos mais variados territórios Norte Global, onde o empobrecimento de determinadas camadas da população permitirá com que esses movimentos ganhem cada vez mais suporte. Ainda, dentro dessa lógica, entender o funcionamento da estratégia da Política do Medo é relevante pois nos permite identificar padrões discursivos manipulativos por parte de grupos políticos, nos munindo contra esse tipo de tática, por meio de um entendimento de mundo mais crítico.

Por fim, a atual pesquisa pode ser enquadrada em diferentes campos de estudo devido a sua diversificação conceitual, metodológica e temática. Na sua base, essa pesquisa é sobre *Brexit*, Hegemonia, Discurso e Política do Medo. Nesse sentido, a partir da relação dessas áreas buscou-se desenvolver uma análise que pudesse contribuir para todos esses campos de estudo, além do desenvolvimento de uma análise inovadora sobre o fenômeno do *Brexit*. Considera-se inovativa pois durante a revisão de literatura, nenhuma das pesquisas apresentadas buscava relacionar os conceitos de Hegemonia (visto pela Teoria Crítica das Relações Internacionais) e Política do Medo, com o método de análise de discurso crítica, ou mesmo levando em consideração a construção e evolução histórica da Ordem Internacional Liberal.

---

<sup>6</sup> Atualmente, em especial grupos pertencentes à direita do espectro político, mais especificamente a categoria Nacional Populista como definida por Worth (2013).

Finalmente, essa pesquisa será dividida em três capítulos de desenvolvimento. O primeiro capítulo é nomeado “Estudos Críticos, Teoria Crítica das Relações Internacionais e os Conceitos de Hegemonia, Guerra de Posição e Política do Medo”. Ele será subdividido em quatro partes. A primeira tratará sobre a origem dos Estudos Críticos, já a segunda tratará sobre a adaptação da Teoria sobre Hegemonia de Gramsci por Robert Cox, e o arcabouço teórico da Teoria Crítica das Relações Internacionais, no seu viés neogramsciano. Já o terceiro subcapítulo abordará a correlação entre os conceitos de Hegemonia e Guerra de Posição. Por fim, o último capítulo trabalha a interface entre os conceitos de Guerra de Posição, Linguagem e Política do Medo, demonstrando a correlação entre eles, e o como eles funcionam analiticamente em conjunto.

O segundo capítulo, intitulado “Ordem Internacional Pós-II Guerra Mundial, Integração Europeia, Neoliberalismo e Movimentos Contra Hegemônicos na Europa do Pós-Guerra Fria”, será subdividido em três partes. O primeiro subcapítulo tratará sobre as origens da Ordem Internacional Liberal no pós-1945 e a integração europeia como processo representativo dessa Ordem. Já o segundo trabalhará com o processo de neoliberalização do *Embedded Liberalism* e o caminho para a crise da Ordem Internacional (Neo)Liberal. Por fim, o terceiro subcapítulo tratará sobre a globalização neoliberal e as crises socioeconômicas pós-2008, tendo em vista os processos de austeridade fiscal, imigrações e o ressentimento político-econômico no Norte Global.

Já o terceiro capítulo, nomeado de “Guerra de Posição, Discurso e Política do Medo: Uma Análise Discursiva sobre o Brexit ”, está dividido em três subcapítulos. O primeiro trata da contextualização histórica do relacionamento institucional entre Reino Unido e União Europeia. O segundo trata dos processos político-econômicos internos do Reino Unido que contribuíram para o *Brexit*. Já o terceiro é composto pelas análises discursivas, que por si estão subdivididas em nove, o número de discursos analisados individualmente. Por fim, buscamos discutir os resultados da pesquisa, a partir de uma análise final localizada no segmento Considerações Finais.

## 2 ESTUDOS CRÍTICOS, TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONCEITO DE HEGEMONIA, GUERRA DE POSIÇÃO E POLÍTICA DO MEDO

Esse capítulo tem como objetivo situar e definir a teoria e os conceitos que nortearão essa pesquisa, e que serão trabalhados ao longo dos capítulos subsequentes dessa dissertação. Em um primeiro momento, será apresentado o advento dos estudos críticos como um todo e, posteriormente, a adaptação deles dentro do conjunto teórico das Relações Internacionais, com a criação da Teoria Crítica das Relações Internacionais. Em um segundo momento, será discutida a abordagem teórica crítica desenvolvida pelo professor, pesquisador e então principiante dessa teoria dentro das Relações Internacionais, Robert Cox.<sup>1</sup> Aqui também será trabalhada a adaptação realizada por Cox da obra de Antonio Gramsci<sup>2</sup> para as Relações Internacionais.

Em um terceiro momento, serão discutidos os conceitos previamente apresentados na introdução desse trabalho, considerando primeiramente as definições de Cox (1981, 1983) e, com menor intensidade, a de outros autores<sup>3</sup> que discutem de forma extensiva a obra de Gramsci. A utilização de outros autores se faz necessária pois apesar de Cox (1981, 1983, 1994) ter adaptado parte dos escritos de Gramsci sobre o conceito de Hegemonia, ele não discute suficientemente determinados conceitos-chave para esta pesquisa, sendo o principal o conceito de Guerra de Posição. Por fim, será discutido como o conceito de discurso se relaciona com o conceito de Guerra de Posição e, conseqüentemente, com o conceito de Hegemonia, e, ainda, como esse último se relaciona com o conceito de Política do Medo.

### 2.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORIGEM E DO DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS CRÍTICOS

Pensar em estudos críticos é pensar em um amálgama de ideias oriundas não só dos escritos de Karl Marx, mas também de pensadores iluministas, de filósofos como Immanuel Kant e Georg

---

<sup>1</sup> Robert Cox foi um cientista político canadense que contribuiu para os estudos das Relações Internacionais ao introduzir e adaptar a Teoria da Hegemonia gramsciana. Cox (1981, 1983, 1987, 1994) baseou-se no conceito de Hegemonia para desenvolver a sua própria teoria, a Teoria Crítica das Relações Internacionais, que enfatiza o papel do poder e da ideologia capitalista na definição da política global, em especial do Sistema Internacional.

<sup>2</sup> Antonio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891 em Ales, na ilha da Sardenha. Ele foi um importante integrante do partido comunista italiano durante a década de 1930, e ávido crítico e combatente do movimento fascista na Itália, razão pela qual foi aprisionado pelo regime de Benito Mussolini (Cox, 1983; Ives, 2004).

<sup>3</sup> Foi decidido por não se utilizar diretamente a obra de Gramsci pois ela não possui nenhum tipo de sistematização. Dito isso, foram selecionados autores que possuíam uma sistematização e um entendimento similares entre si da obra de gramsciana.

Hegel, e mesmo dos escritos de pensadores como Friedrich Nietzsche e Max Weber. Já dentro do século XX, a linha de pensamento crítica passou a ser vinculada à Escola de Frankfurt, que tem como o seu principal expoente o sociólogo e pensador alemão, Jürgen Habermas (Devetak, 2005; Humrich, 2014; Roach, 2013). Ao longo dos anos, os estudos críticos adentraram praticamente todas as ciências, ganhando destaque nas ciências humanas (Geografia, História, Ciência Social e Ciência Política) por meio da instauração de uma teoria crítica.

Essa rica herança dos estudos críticos nos apresenta um arcabouço de reflexões e ideias que, apesar de toda a sua cronologia, não oferece conceitos ou mesmo definições comuns sobre o que seria uma teoria crítica, ou mesmo sobre o que ela abrange. Isso não é diferente dentro das Relações Internacionais. Segundo Devetak (2005), o ideal que une os acadêmicos da teoria crítica, em especial aqueles vinculados às correntes marxistas, dentro das Relações Internacionais é a percepção que os estudos da disciplina devem ser guiados por uma lógica emancipatória, mesmo que a definição do que seria emancipação, segundo Humrich (2014), também seja um campo de divergências e indefinições. Na concepção de Devetak (2005), assimilar a sociedade a partir da compreensão do desenvolvimento dialético entre a evolução da história e a formação do social, desvendando as contradições que formam o presente, e tendo como objetivo final buscar transcender as moléstias impostas dentro de uma lógica de dominação, é uma das principais características que instigam as pesquisas guiadas por pressupostos críticos.

Como mencionado anteriormente, o arcabouço teórico crítico é diverso, mesmo porque o termo “teoria crítica” contempla múltiplas abordagens e correntes que variam, por exemplo, de acordo com a lógica e com o sistema excludente a ser contestado. Dentro dessa lógica, as teorias pós-modernas<sup>4</sup>, como as teorias feministas, pós-estruturalistas e pós-coloniais, são caracterizadas enquanto teorias críticas pois trabalham a partir da contestação e da crítica a lógicas e sistemas excludentes específicos (Humrich, 2014). Considerando uma sistematização teórica mais robusta, pode-se argumentar que a introdução dos estudos críticos nas disciplina de Relações Internacionais, ou seja, a criação de uma Teoria Crítica das Relações Internacionais, se deu no começo da década de 1980, com as teorias críticas desenvolvidas por Robert Cox e Andrew Linklater, fazendo parte de um movimento mais amplo na disciplina<sup>5</sup>,

---

<sup>4</sup> Para Humrich (2014), abordagens pós-modernas são diferentes de outras correntes dentro da teoria crítica pois elas não acreditam necessariamente em emancipação. Tal ceticismo é baseado na lógica que toda ordem social acaba sendo constituída a partir de uma exclusão de possibilidades alternativas, o que acaba gerando inevitavelmente um sistema de exclusão.

<sup>5</sup> Momento conhecido na literatura de Relações Internacionais como Terceiro Debate (Devetak, 2004).

que surgiu como resposta às mudanças na prática da política internacional e aos desenvolvimentos dentro do próprio campo de estudos (Humrich, 2014; Roach, 2013).

Antes de se adentrar na discussão mais específica sobre a adaptação feita por Robert Cox da obra de Gramsci, especialmente do arcabouço conceitual identificado nos Cadernos de Cárcere, entende-se como necessário conceituar no que se baseia uma teoria tradicional. Considera-se necessária essa conceituação para que se possa assim compreender a base da teoria crítica, sobretudo nas Relações Internacionais, e porque ela se destacou das demais teorias já utilizadas nesse campo de estudo. Horkheimer (2002) distingue teoria tradicional de teoria crítica a partir da posição do pesquisador perante a sua pesquisa, distinção essa presente em grande extensão no trabalho de Cox (1981). Em uma abordagem tradicional sobre teoria, tal qual aquela utilizada nas ciências naturais, o pesquisador e teórico se põe distante do seu objeto de pesquisa. Nesse sentido, o objeto pesquisado e o sujeito pesquisador devem estar rigorosamente separados para que não haja interferência na teorização em questão. O princípio básico que sustenta tal abordagem é de que o sujeito pode se separar do mundo em que habita, e de que a teorização feita pelo sujeito não necessariamente conceberá alguma influência no mundo em que ela está sendo realizada.

Já em uma abordagem crítica de teoria, entende-se que a teoria e o teorizador não podem ser separados, pois inevitavelmente os valores, as crenças e o contexto de determinado tempo histórico são intrínsecos à teoria desenvolvida. Cox (1981) concebe que as teorias baseadas em abordagens tradicionais são Teorias de Solução de Problemas (*Problem-Solving Theory*). Essas teorias, nas palavras de Cox (1981, p. 128, tradução própria<sup>6</sup>) "[...] tomam o mundo como o encontram, com as relações sociais e de poder prevaletentes e as instituições nas quais elas estão organizadas, como a estrutura para a ação. Elas não questionam a ordem atual, mas têm o efeito de legitimá-la e retificá-la". Nesse sentido, pensar teorias criticamente é entender que elas possuem propósitos e funções dentro da realidade sociopolítica (Horkheimer, 2002). Assim sendo, concordamos com Cox (1981, p. 128, tradução própria<sup>7</sup>) que "Teoria é sempre para alguém e para algum propósito".

---

<sup>6</sup> No original: "[...] takes the world as it finds it, with the prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organised, as the given framework for action. It does not question the present order but has the effect of legitimising and reifying it".

<sup>7</sup> No original: "Theory is always for someone and for some purpose".

## 2.2 HEGEMONIA, GRAMSCI E COX

Retomando brevemente o que foi definido no subcapítulo anterior, os estudos críticos se baseiam em múltiplas vertentes do pensamento sociopolítico e filosófico ocidental, criando estruturas teóricas capazes de refletir sobre a própria natureza e os próprios propósitos de uma teoria, e que são capazes de revelar formas óbvias e sutis de injustiça e dominação na sociedade. Assim sendo, segundo Devetak (2005), o conhecimento gerado por uma teoria crítica internacional não é, e nem será, neutro; ele é político e eticamente carregado por um interesse na transformação sociopolítica.

Considerando esse escopo analítico, nos adentramos nos escritos de Cox (1981, 1983, 1987, 1994). Para o autor, em contraste especialmente com as teorias por ele consideradas como ahistóricas, como o Realismo Defensivo de Waltz (1979), a base para se pensar as Relações Internacionais consiste em entender as relações<sup>8</sup> entre o Estado e a sociedade civil. Pois considera-se, segundo Cox (1981) e Robinson (2005), que as formas assumidas pelo Estado variam não só dentro da evolução histórica, mas também dentro de uma mesma conjuntura temporal. Segundo Cox (1981, 1983), para que se possa realizar uma análise abrangente de um determinado arranjo político e de suas estruturas características, deve-se buscar entender a interface entre as forças sociais, o Estado e a Ordem Mundial vigente. Nesse mesmo entendimento, esses três elementos são produtos forjados em uma dialética de processos<sup>9</sup> desenvolvidos ao longo da história (Cox, 1981, 1983, 1987; Devetak, 2005).

O argumento geral proposto por Cox (1981) é de que a hegemonia da Ordem Mundial capitalista não é mantida apenas por meio de poderios militares e econômicos, mas também pela criação de um conjunto dominante de ideias e valores que são aceitos pela maior parte das sociedades civis dos Estados que compõe o Sistema Internacional. Nessa linha, é argumentado pelo autor que esse conjunto dominante de ideias e valores são expressos e perpetuados por meio de instituições, por exemplo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional dentro da *Pax Americana* no pós-Segunda Guerra Mundial. Para Cox (1981), a hegemonia capitalista

---

<sup>8</sup> Roach (2013) afirma que as tentativas de tratar os Estados como agentes subjetivos e as estruturas internacionais como processos sociais e mutáveis marcaram um crescente desencanto com o rígido domínio estatista/paradigmático do Realismo e sua incapacidade de examinar as transformações significativas que estavam ocorrendo nesse sistema, incluindo a queda da União Soviética.

<sup>9</sup> Sobre a superioridade da teoria crítica sobre as teorias *mainstream* das Relações Internacionais (Realismo e Liberalismo/Idealismo), Cox (1981) afirma que isso se deve a sua: a) dialética; b) foco imperial vertical; c) melhor conceituação da relação "interna" entre o Estado e a sociedade civil; e d) ênfase no processo de produção. O modelo de Cox (1981), portanto, está formalmente localizado dentro de um paradigma de produção: as mudanças na esfera da produção decorrentes da interação dialética de forças sociais historicamente contingentes poderiam ser exploradas por grupos políticos progressistas como parte de um impulso contra hegemônico em direção à emancipação humana.

articulada por meio das instituições internacionais, que na década de 1980 se caracterizavam pelo desenvolvimento da ideologia econômica neoliberal, não pode ser tida como natural, mas sim deve ser considerada como fruto de uma luta pelo poder entre diferentes grupos sociais, oriundos de forças sociais nacionais e transnacionais.

Ao iniciar suas discussões sobre o que veio a ser a sua teoria proposta para o campo das Relações Internacionais, Cox (1981) começa introduzindo a primeira influência e adaptação gramsciana das muitas que viriam a serem apresentadas ao longo de sua obra. Um ponto central para Cox (1981), considerado o nascimento de uma nova forma de entender e explicar as Relações Internacionais, é o entendimento da relação entre Estado e sociedade civil. Segundo o autor, distinguir os dois conceitos para analisar a realidade fazia sentido nos séculos XVIII e XIX, pois eles abrangiam duas esferas distintas e bem definidas das práticas humanas. O conceito de Sociedade Civil nesse contexto correspondia a uma sociedade emergente de indivíduos que estava baseada em um contrato social e nas relações de mercado sob regência do Liberalismo Clássico (Cox, 1981).

Já o conceito de Estado, por outro lado, correspondia a um órgão com funções limitadas a manutenção da paz interna, da defesa externa e da manutenção das condições para o funcionamento dos mercados, tendo como principal expressão de seus interesses, a política externa. No entendimento de Cox (1981), no contexto do século XX não fazia mais sentido tentar entender o mundo por meio dessa distinção conceitual, pois os conceitos de Estado e de Sociedade Civil estavam intensamente interrelacionados. Nesse sentido, entender o Estado é entender as forças sociais presentes em uma sociedade civil transnacional, e que o vão modificando ao longo do processo histórico.

Assim sendo, Cox (1981, 1983) argumenta que para entender um Estado e as suas decisões, deve-se pensar na estrutura social que compõe a sociedade civil. O sistema educacional, a igreja, a imprensa e mesmo os produtos culturais (cinema, televisão, teatro etc.) possuem influência direta enquanto instituições que ajudam a produzir determinadas atitudes, valores, disposições e mesmo comportamentos dentro dessa estrutura social. Considerando a relação simbiótica pressuposta anteriormente entre Estado e sociedade civil, tais instituições sociais, ao introduzirem novas atitudes e valores a determinada sociedade, modificam diretamente o Estado composto por ela (Cox, 1981, 1983).

Sendo os Estados os componentes estruturais do Sistema Internacional e da Ordem que o rege, mudanças nas forças sociais que compõe a sociedade civil, ainda que não de forma linear, conseqüentemente geram reações na Ordem Mundial, e vice-versa. Pass (2018, p. 2,

tradução própria<sup>10</sup>) sugere, por exemplo, que “[...] a política externa específica de um país emerge de processos sociais complexos em andamento (ou seja, lutas de classe) em um momento histórico específico, e que estão em constante interação dialética com as forças sociais globais”.

Baseando no materialismo histórico, Cox (1981, 1983) entende que é no relacionamento entre o que Gramsci nomeia de estrutura e superestrutura, que se desenvolve o potencial para entender a complexidade relacional entre Estado/sociedade civil, e como essa relação constitui e impacta a Ordem Mundial. Vale salientar que, de acordo com Cox (1981), estrutura, no pensamento gramsciano, se refere às relações econômicas, enquanto a superestrutura se refere à esfera ideacional ético-política. Da combinação entre as esferas econômica e ético-política, nasce o que Cox (1981) vem a chamar de Estruturas Históricas. Nesse sentido, definido pelo autor (Cox, 1981, p. 135, tradução própria<sup>11</sup>), o conceito de Estrutura Histórica significa “[...]uma combinação particular de padrões de pensamento/ideologias, condições materiais e instituições humanas, que possui uma certa coerência entre esses elementos combinados”.

Sobre estruturas históricas, Cox (1981, p. 135, tradução própria<sup>12</sup>) afirma que elas não determinam mecanicamente o comportamento dos indivíduos, contudo elas criam um contexto de “[...] hábitos, pressões, expectativas e limitações” no qual as ações desses indivíduos acontecem. Em termos gerais, pode-se argumentar que a estrutura histórica é um momento no processo histórico no qual há um conjunto de elementos configurados de uma maneira particular. Nesse sentido, indivíduos sempre vão reagir à estrutura histórica, podendo aceitar a configuração posta, ou resistir a ela. É nesse espaço relacional que movimentos contra hegemônicos florescem, movimentos também chamados de reacionários e antisistêmicos. Resistindo a uma estrutura histórica específica, espera-se que tais indivíduos mobilizem os elementos formadores de estrutura, apresentando alternativas à configuração deles naquela estrutura presente, gerando o embrião de uma estrutura rival (Cox, 1981, 1983).

Desenvolvendo sobre o que compõe uma estrutura histórica, Cox (1981) afirma que há três forças que compõe e interagem dentro dela. Essas forças, referidas como “elementos” no parágrafo anterior, são: capacidades materiais, ideias e instituições. A relação entre elas, segundo Cox (1981), é de reciprocidade e retroalimentação. Voltando ao exemplo de um movimento de resistência a determinada estrutura histórica, argumenta-se que o grupo ou

<sup>10</sup> No original: “[...] ‘foreign policy’, therefore, emerges from ongoing complex social processes (that is, class struggles) [...] which itself is in constant dialectical interaction with global social forces”.

<sup>11</sup> No original: “[...] a particular combination of thought patterns, material conditions and human institutions which has a certain coherence among its elements”.

<sup>12</sup> No original: “[...] habits, pressures, expectations, and constraints [...]”.

movimento resistente irá mobilizar, assim, instituições, ideias e/ou capacidades materiais, possivelmente apresentando alternativas a aquelas que estão vigentes. Um exemplo desse processo é a emergência do movimento fascista dentro da Europa na década de 1920 e, posteriormente, do movimento nazista na década de 1930, e de outros movimentos autoritários que emergiram ao governo de Estados como Portugal e Espanha, os quais respondiam à crise da hegemonia liberal que se espalhava pelo mundo.

Aqui é válido definir o que são essas três forças que compõe uma estrutura histórica. Começa-se com as capacidades materiais. Elas podem ser classificadas de acordo com o seu potencial dinâmico ou acumulativo. Na sua forma dinâmica, capacidades materiais são entendidas como capacidades tecnológicas e organizacionais. Já na sua forma acumulativa, elas são vistas como recursos naturais. As duas formas de capacidades materiais se relacionam diretamente, onde os recursos naturais são transformados pelos processos de aprimoramento (tecnologia e organização), gerando riqueza, que num ciclo capitalista, acaba gerando mais riqueza (Cox, 1981).

Ideias também podem ser classificadas por meio de dois tipos. A primeira consiste na intersubjetividade de significados, ou seja, na forma com que noções sobre as relações sociais são entendidas. Essa primeira classificação compõe a área em que comportamentos e hábitos são perpetuados numa estrutura histórica, sendo um exemplo o entendimento de que Estados-nacionais são a forma “correta” de organização política. O outro tipo de classificação é a de imagens coletivas que, no geral, são diferentes entre si para diversos grupos de pessoas. A intersubjetividade de significados, geralmente constitui espaço comum do discurso social, por exemplo a existência de Estado-nacionais no Ocidente. Já as imagens coletivas não são comuns a uma estrutura histórica, podendo variar entre grupos diversos, entre e intra populações. A título de exemplo, podemos citar a compreensão sobre o que é justiça, sobre o que é soberania, ou mesmo sobre os efeitos dos processos migratórios.

Cox (1981) argumenta que é no conflito de imagens coletivas opostas que emerge o potencial para caminhos alternativos, além de mudanças institucionais e materiais voltados para a emergência de uma nova estrutura histórica. Aqui é possível trazer o exemplo da Extrema Direita europeia e como a imagem coletiva que eles possuem sobre as questões mencionadas acima, e mesmo sobre o que é ou o que deve ser a Europa, em contraponto a imagem coletiva que outros grupos têm sobre as mesmas questões, acabam gerando conflitos passíveis de ocasionarem mudanças estruturais.

Por fim, para Cox (1981), as instituições ou o processo de institucionalização são meios de estabelecer e perpetuar uma configuração ou ordem específica. Segundo o autor,

“Instituições refletem as relações de poder prevalentes no ponto de origem dessas relações, inicialmente encorajando imagens coletivas consistentes com essas relações de poder” (Cox, 1981, p. 136, tradução própria<sup>13</sup>). Aqui é possível citar como exemplo as origens do processo de integração europeu, e as relações de poder entre Europa e Estados Unidos. O processo de integração da Europa se deu por meio da propagação da hegemonia estadunidense, onde a Europa, necessitada de ajuda para se reerguer no pós-Segunda Guerra Mundial acabou adentrando e se adaptando a ordem nascida do poderio dos Estados Unidos, assim com os interesses ideológicos e securitários da potência estadunidense, considerando o contexto da Guerra Fria (Eichengreen, 2008; Frieden, 2008; Ruggie; 1982).

Nessa linha, ainda sobre as instituições, Cox (1981) argumenta que após o seu nascimento, as instituições desenvolvem uma vida própria, para além das relações de poder que a deram origem. O fortalecimento da Europa enquanto um bloco político-econômico, se colocando como ator competidor perante os Estados Unidos na medida que ia se estruturando, vem à mente como um possível exemplo (Frieden, 2008). Sendo as instituições representantes da sua lógica formadora, mas que não necessariamente seguem representando as relações de poder que a formaram, elas podem se tornar campos de batalha para ideias e tendências contrárias a aquelas que elas representam. Aqui, mais uma vez pode-se trazer o exemplo da União Europeia, e os grupos que se opõe a sua configuração ideacional neoliberal e a sua organização institucional, multilateral e muitas vezes supranacional (Abrahamsen *et al.*, 2020; Holm; Michelsen, 2021). Nesse sentido, nas palavras de Cox (1981, p. 137, tradução própria<sup>14</sup>), “Instituições são amalgamas particulares de ideias e poder material que, por sua vez influenciam o desenvolvimento de ideias e capacidades materiais”.

O entendimento até agora desenvolvido sobre a obra de Cox (1981, 1983, 1987, 1994) está baseado, como comentado anteriormente, na obra de Gramsci. Não tendo sido desenvolvido para o âmbito internacional, o conceito de Hegemonia e seus conceitos agregados, cunhado pelo autor italiano, foi transplantado para as Relações Internacionais na busca, entre muitas, de explicar o processo de evolução das Ordens Mundiais e do Sistema Internacional a qual elas regem. Considera-se interessante para o desenvolvimento desse capítulo apresentar, não de forma extensa é claro, a lógica gramsciana sobre hegemonia, pois é considerado que contextualizará para o leitor, muitas das ideias conceituais até aqui apresentadas.

---

<sup>13</sup> No original: “Institutions reflect the power relations prevailing at their point of origin and tend, at least initially, to encourage collective images consistent with these power relations”.

<sup>14</sup> No original: “Institutions are particular amalgams of ideas and material power which in turn influence the development of ideas and material capabilities”.

Sobre o termo hegemonia,<sup>15</sup> é argumentado por Ives (2004, p. 2, tradução própria<sup>16</sup>) que antes dos escritos de Gramsci, o significado da palavra era de certa forma limitado à seguinte definição: “[...] predominância de uma nação sobre outras, especialmente dentro de alianças relativamente amigáveis”. Essa visão de dominância, especialmente via coerção, foi e segue sendo muito comum, em especial dentro do pensamento político ocidental (Bates, 1975; Ives, 2004). As origens da noção gramsciana sobre hegemonia advém de duas vertentes distintas, sendo a primeira dos debates ocorridos dentro da Terceira Internacional, e a segunda da obra de Maquiavel, em particular do livro *O Príncipe*, publicado em 1532 (Cox, 1981; 1983). Commaerts (2015, p.525, tradução própria<sup>17</sup>) afirma que

Ao introduzir o conceito de Hegemonia, Gramsci pretendia explicar o enigma com o qual a maioria dos marxistas lutou em um momento ou outro, ou seja, por que tantas pessoas aceitam de bom grado sua posição subordinada e consentem com sua exploração flagrantemente óbvia?

Como comentado na subseção dos estudos críticos, a busca por emancipação está no cerne da crítica, especialmente da crítica marxista. Nesse sentido, Hegemonia refere-se ao domínio de um grupo ou classe social sobre outros via manipulação de meios ideológicos em vez de depender apenas da coerção violenta (Cox, 1983). O poder hegemônico estaria na dominância no campo das ideias, dos valores e das crenças, elementos que moldam e mantêm uma ordem social. Ainda, a classe dominante que busca hegemonia deve procurar criar um senso de consentimento entre as classes subordinadas, fazendo com que elas participem voluntariamente de sua própria subordinação ao internalizar as ideologias e os valores da classe dominante. Nesse sentido, ser hegemônico envolve a continua perpetuação de um "senso comum", que parece natural e evidente para a maioria das pessoas, embora sirva aos interesses da classe dominante (Cox, 1983). Para que esse “senso comum” fosse perpetuado deveria se utilizar do aparelhamento da sociedade civil - a igreja, o sistema educativo, a imprensa.<sup>18</sup> Segundo Bates (1975), identifica-se na obra de Gramsci que a dominação hegemônica se dá na combinação entre o que é chamado de sociedade civil e sociedade política.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Cammaerts (2015) traz a etimologia da palavra hegemonia, apresentando que ela deriva do grego “hegemon”, entendido como: governo por consentimento por meio do exercício da liderança moral e intelectual.

<sup>16</sup> No original: “[...] predominance of one nation over others, especially within relatively friendly alliances”.

<sup>17</sup> No original: “By introducing hegemony, Gramsci aimed to explain the conundrum most Marxists have struggled with at some point or another, namely why do so many people willingly accept their subordinate position and consent to their blatantly obvious exploitation?”.

<sup>18</sup> Colpani (2021) argumenta que a introdução de conceitos vinculados à sociedade civil, especialmente aqueles vistos como culturais, revelava uma ruptura por parte de Gramsci com alguns pressupostos marxistas identificados como “economismo”.

<sup>19</sup> Os dois andares de dominação hegemônica eram a sociedade civil, já desenvolvida ao longo do texto, e a sociedade política, sendo essa composta pelas instituições públicas - o governo, os tribunais, a polícia e o exército

Essas estruturas, quando cooptadas pela classe dominante, são capazes de universalizar de forma orgânica a ideologia dessa classe para o resto dos indivíduos, fazendo como que as classes subordinadas acreditem que as vontades e objetivos da classe dominante sejam as mesmas que a suas (Cox, 1981; 1983; Femia, 2005). Segundo Cammaerts (2015), foi apontado por Gramsci que governo por consentimento era mais eficaz se, e quando, a dominação dos interesses dominantes na sociedade pudesse ser apresentada como senso comum,<sup>20</sup> ou seja, que as classes subordinadas tomassem como verdade comum aquele conjunto de ideias, valores e crenças apresentados pela classe que busca hegemonia.

Segundo Bates (1975) e Ghosh (2001), Gramsci defendeu que para que um grupo social alcance a hegemonia, ele deve controlar não apenas o poder político e econômico, mas também o poder cultural. Isso significa que ele deve ser capaz de moldar os valores, as crenças e as normas comportamentais da sociedade de forma a apoiar seus interesses. Femia (1981) articula, nesse sentido, que a governança hegemônica ocorre somente via consenso, esse que se refere ao estado psicológico - invocando algum tipo de aceitação. Assim, a noção gramsciana sobre hegemonia basear-se-ia na ideia de que as pessoas não são governadas apenas pela força, mas também por ideias (Bates, 1975; Cox, 1981; Femia, 1981).

Ainda, para Bates (1975) a classe dominante exerce seu poder sobre as outras classes em ambas as sociedades (civil e política), porém via métodos muito diferentes. A sociedade civil é o que o autor vai chamar de “mercado de ideias”, no qual os intelectuais daquela classe entram como “vendedores”. Os intelectuais da classe dominante em questão conseguem criar hegemonia na medida em que estendem a visão de mundo dos governantes aos governados e, assim, garantem o consentimento das massas para a lei e a ordem do país. Na medida em que eles não conseguem criar a hegemonia, a classe dominante recorre ao aparato coercitivo do Estado, que disciplina aqueles que não “consentem” (Bates, 1975; Ghosh, 2001). Ainda, Faria (2013, p. 210) argumenta que a coerção exercida não é vinculada apenas ao monopólio legítimo da violência, o poder do Estado, mas também pela “[...] subsunção dos sujeitos sociais às obrigações e necessidades impostas pela ordem econômica que condiciona a forma de acesso aos meios de produção e de subsistência controlados pela classe dominante”.

Segundo Cox (1983), para Gramsci a hegemonia é suficiente para garantir a conformidade do comportamento da maior parte da sociedade civil em grande parte do tempo.

---

- que exercem "domínio direto" (Bates, 1975). Femia (1981) traça a origem dessa distinção ao pensamento de Hegel.

<sup>20</sup> O “senso comum” em termos gramscianos refere-se ao conjunto de ideias, valores e crenças que são amplamente aceitos e internalizados pela maioria das pessoas em uma sociedade. Ele não é um conjunto de ideias fixo ou inerente, mas é construído e reforçado por meio de processos sociais e culturais (Bates, 1975; Cammaerts, 2015).

A ligação com a lógica maquiavélica concebe hegemonia como uma forma de poder, libertando-a de estar vinculada a classes sociais historicamente específicas. Nesse sentido, hegemonia pode ser conquistada por qualquer um, ao mesmo tempo que possui uma aplicabilidade ampla em associação a qualquer relação entre domínio e subordinação, incluindo, por exemplo, as relações de Ordem Mundial, que é onde Cox (1981, 1983) adapta e expande o pensamento gramsciano.

Ainda, segundo Cox (1983) e Hall (1991), hegemonia não é um estado fixo. Ela está sempre se movimentando em direção a se manter hegemônica, assim como está sempre enfrentando contestações de movimentos contra hegemônicos. Cox (1983) menciona que momentos de crise, por exemplo crises econômicas, são propensos à erupção e fortalecimento de movimentos contra hegemônicos. Assim, concorda-se, a partir do que foi discutido, que hegemonia significa liderança política baseada no consentimento dos liderados, um consentimento que é garantido pela difusão e popularização da visão de mundo da classe (classes ou alianças de classes) dominante. Esse consentimento é construído a partir da sociedade civil e da mobilização das suas estruturas, assim como a partir da sociedade política com o aparato do poder estatal (Bates, 1975; Cox, 1983; Femia, 1981).

Por fim, hegemônias podem durar muito tempo, o que não significa que elas não são contestadas constantemente por movimentos contra hegemônicos que tentam mobilizar as estruturas da sociedade civil e da sociedade política para angariar consentimento suficiente para se tornar hegemônico (Cammaerts, 2015). Concordamos com Hall (1991, p. 24, tradução própria<sup>21</sup>) quando o autor afirma que "Hegemonia é sempre o domínio (temporário) de um determinado teatro de luta". A hegemonia enquanto forma de governo presume práticas de negociação,<sup>22</sup> barganha e compromisso para com a sociedade civil no intuito de salvaguardar e reproduzir suas práticas e regime.

Já os movimentos contra hegemônicos considerando a forma de governança hegemônica as quais eles vão desafiar, necessitam mudar a narrativa, demonstrando as falhas do governo hegemônico, assim como buscam nas insatisfações da sociedade civil brechas para afastá-la do governo em questão e conquistá-la, levando ao seu consentimento para se tornarem hegemônicos (Howarth, 2010). Normalmente, essas brechas se tornam maiores em momentos de crise (Cox, 1983). Posto isso, Cox e Schilthuis (2012) declaram que contra hegemonia é uma

---

<sup>21</sup> No original: "Hegemony' is always the (temporary) mastery of a particular theatre of struggle".

<sup>22</sup> Nesse mesmo sentido Salter (2018, p. 4, tradução própria) afirma que "[...] as hegemônias bem-sucedidas são aquelas capazes de reconhecer, responder e, se necessário, acomodar o desafio de grupos de poder e sistemas de crenças concorrentes por meio de negociação e arbitragem, ao mesmo tempo em que mantêm seu caráter hegemônico essencial".

noção que foi desenvolvida por Gramsci para definir a maneira como as pessoas desenvolvem ideias e discursos para desafiar suposições dominantes, crenças e padrões de comportamento estabelecidos.

Considerando a breve apresentação feita sobre a noção gramsciana de hegemonia, volta-se a Teoria Crítica das Relações Internacionais desenvolvida por Robert Cox. Tendo em consideração a exposição sobre os elementos que formam as estruturas históricas, é adentrado ao que Cox (1981) chama de esferas ou níveis de atividades. Essas esferas subdividem uma estrutura histórica, em especial para fins analíticos onde se faz necessário “compartimentar” a realidade. Cada esfera é composta por sucessões de configurações dominantes e configurações emergentes e contestadoras, ou seja, compostas por sucessões na configuração das relações entre ideias, capacidades materiais e instituições humanas. Os três níveis são:

- a) organização da produção, particularmente as forças sociais envolvidas no processo de produção;
- b) formas de Estado, considerando o complexo Estado/sociedade civil;
- c) Ordens Mundiais, refletindo a configuração de forças entre Estados no Sistema Internacional, considerando as questões sobre guerra e paz (Cox, 1981).

Sobre esses níveis, Cox (1981) argumenta que eles se retroalimentam, estando diretamente interligados,<sup>23</sup> formando a lógica estruturante de uma estrutura histórica. Dito isso, assim como as relações entre ideias, capacidades materiais e instituições, o relacionamento entre esses níveis de atividade não é unilinear. Isso significa que eventos no nível da Ordem Mundial impactam na organização da produção, assim como esse último nível impacta o nível da Ordem Mundial. Considerando esse argumento, os períodos referentes às *paxes* (britânica e americana), segundo Cox (1981), servem de exemplo demonstrativo sobre o processo de interdependência entre as esferas. Para fins de elucidação, utilizaremos o período hegemônico da *Pax Americana*, considerando que o exemplo servirá de base para o que virá a ser discutido em parte do segundo capítulo.

Diferente da hegemonia britânica, que se caracterizava pelo seu poderio marítimo e pela sua condição suprema no Sistema Internacional, a hegemonia estadunidense se deu por meio de alianças, considerando o contexto global da Guerra Fria (Cox, 1981). Ainda nessa lógica, o Reino Unido não possuía instituições formalizadas, mas um ramo de ideais econômicas que

---

<sup>23</sup> É apresentado por Cox (1981) como exemplo, baseado em aspectos do trabalho de E.H. Carr, a questão da incorporação dos trabalhadores industriais do século XIX e a acentuação do movimento dos Estados em direção a um nacionalismo econômico e imperialismo, que levou a fragmentação da economia mundo e um estado de conflito acentuado no Sistema Internacional.

garantiam seu prestígio perante os outros países, o que gerava a adesão a ideologia liberal pelos outros Estados do sistema. Já os Estados Unidos basearam-se na formalização de instituições econômicas por meio de uma característica específica fundamental, o multilateralismo. A partir das instituições de Bretton Woods, e da lógica de um Liberalismo Atenuado<sup>24</sup> por políticas sociais domésticas intervencionistas, conhecidas como políticas de bem-estar social, que estavam previstas na origem dessas instituições, os Estados Unidos ganharam o consentimento do resto do Sistema Internacional, países ocidentais em sua maioria, para ser o líder hegemônico daquela estrutura histórica, pois acreditavam que os interesses estadunidenses eram os interesses deles próprios (Cox, 1981)<sup>25</sup>. Aqui vale ressaltar o papel da Europa nesse processo<sup>26</sup>.

Destruída por conta dos eventos da Segunda Guerra Mundial, a Europa buscava formas de se reconstruir. Nesse mesmo momento, ao emergir do conflito enquanto a maior potência militar-econômica do mundo, os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para reconstruir o continente europeu em sintonia da concretização de seus interesses hegemônicos via Plano Marshall. Nesse sentido, a estrutura histórica representada pela *Pax Americana*, tinha nos elementos que a formavam – ideias, capacidades materiais e instituições – a plena hegemonia, que era legitimada e assimilada pelos Estados do Sistema Internacional. Nessa perspectiva, Cox (1981) sugere que a *Pax Americana* nasceu de uma combinação única entre poder, ideologia e instituições. Sobre como o Plano Marshall influenciou o renascimento europeu dentro dos moldes propostos pela nova hegemonia, Cox (1987, p. 215, tradução própria<sup>27</sup>) afirma que

O Plano Marshall foi além da influência sobre as políticas estatais, chegando à formação consciente do equilíbrio entre as forças sociais dentro dos estados e à configuração emergente dos blocos históricos. Os sindicatos na Alemanha foram reconstruídos após a guerra sob a influência dos Estados Unidos, com lideranças favoráveis à nova orientação político-econômica. Na França e na Itália, as influências norte-americanas foram fundamentais para separar grupos minoritários da maioria dos movimentos secessionistas de movimentos sindicais de grau, simpatizantes do comunismo, que estavam prontos para apoiar a orientação do Plano Marshall.

Nesse contexto, o arcabouço ideacional do que Ruggie (1982) chamou de *Embedded Liberalism*, a capacidade econômica gigantesca dos Estado Unidos no pós-Guerra, em especial

<sup>24</sup> O que Ruggie (1982) vem a chamar de *Embedded Liberalism*.

<sup>25</sup> Detalhamentos e nuances da lógica das instituições de Bretton Woods e sua conexão com a centralidade estadunidense no Sistema Internacional serão mais bem desenvolvidos no capítulo dois dessa dissertação.

<sup>26</sup> Esse processo será o enfoque de uma subseção no capítulo dois dessa dissertação.

<sup>27</sup> No original: “The Marshall Plan extended beyond influencing state policies right into the conscious shaping of the balance among social forces within states and the emerging configuration of historic blocs. Trade unions in Germany were reconstructed after the war under U.S. influence with leadership favorable to the new political economic orientation. In France and Italy, the U.S. influences were instrumental in splitting off minority groups from the majority communist-sympathizing grade-union-movements secessionist movements that were ready to support the Marshall Plan orientation” (Cox, 1987, p. 215).

quando comparada a situação europeia, e as instituições formalizadas via acordos multilaterais, formavam a estrutura histórica posta na época. Quando se pensa nessa estrutura dentro da lógica dos três níveis de atividade, pode-se mencionar o “*Golden Age Capitalism*”, baseado no papel forte do Estado, na cooperação entre sindicatos e donos da produção, na expansão do Estado de bem-estar social, na política industrial, nos avanços tecnológicos, nas taxas de câmbio estáveis e nas altas taxas de consumo, como o modelo organizacional da produção. Enquanto a forma de Estado posta era baseada na hegemonia doméstica de forças sociais. E, conseqüentemente, a Ordem Mundial liderada pela hegemonia estadunidense. Sendo todos os níveis retroalimentados entre si.

Como mencionado em parágrafos anteriores, estruturas históricas são dinâmicas pois são baseadas em processos históricos dialéticos, onde ideias, capacidades materiais e instituições mudam ao longo do tempo, gerando novas configurações no modo de produção, assim como na organização social e na Ordem Global posta. Considerando a afirmativa, a estrutura histórica caracterizada pela hegemonia estadunidense passava por constantes mudanças que a foram alterando de maneira relevante, levando aos eventos que marcaram o que diversos autores (Cox, 1981, 1987) chamaram do início do fim da hegemonia estadunidense na década de 1970.

Na explicação de Cox (1981) sobre a evolução da *Pax Americana*, certas características presentes na ordem capitalista do pós-Guerra, como o multilateralismo, a expansão do comércio internacional, a cada vez mais integrada rede de economias nacionais, e mesmo o embrião das relações corporativistas entre Estados e empresas multinacionais, serviram de base para o que veio a ser a neoliberalização da Ordem Internacional Liberal, via a associação entre a internacionalização do Estado e da produção. Datheïn (2003) e Frieden (2008) argumentam que a crise do sistema Bretton Woods e da ordem estabelecida no pós-Guerra não se deu por conta de seus defeitos, mas sim pelos seus sucessos, ou seja, pela cada vez maior liberalização comercial, integração político-econômica globalizada e por fim, financeirização da economia.<sup>28</sup>

Tendo utilizado a *Pax Americana* como exemplo do processo de interdependência entre as esferas que subdividem uma estrutura histórica, que como se viu é composta pela conexão multidirecional dos elementos ideia, capacidades materiais e instituições, volta-se a um aspecto

---

<sup>28</sup> O processo de neoliberalização da Ordem Internacional Liberal vai ser abordado de forma mais extensa em uma subseção específico no capítulo dois dessa dissertação. Em especial, será abordado a separação dos âmbitos economia e política, e das conseqüências desse processo no que diz respeito a marginalização de grupos sociais, a consolidação de uma despolitização da sociedade civil e de um eterno desapontamento com a realidade política. Assim como será abordado o desenvolvimento de condições que possibilitam a ressurgência e fortalecimento de líderes autoritários, em especial de extrema-direita (Cox, 1981, 1994).

específico da adaptação da obra de Gramsci por Robert Cox, a sociedade civil e as forças sociais que a disputam. Em especial propõem-se a discutir como novos valores e ideias são construídos, disseminados e disputados nas sociedades civis, gerando novas expressões políticas que, por conta da relação simbiótica com o Estado, acabam por alterar as configurações de uma estrutura histórica estabelecida (Cox, 1981, 1983). Essa discussão se dá dentro do escopo do conceito de Guerra de Posição. Ainda dentro dessa discussão propomos uma avaliação do papel da linguagem dentro do conceito de Guerra de Posição, que também foi apresentado as Relações Internacionais pela obra de Cox (1983), utilizando o conceito de Política do Medo, cunhado por Ruth Wodak, como exemplo linguístico de estratégia dentro de uma Guerra de Posição.

### 2.3 O CONCEITO GRAMSCIANO DE GUERRA DE POSIÇÃO

Retoma-se a ideia discutida por Cox (1983) e Hall (1991) de que o estado de ser de uma hegemonia nunca é permanente. Hegemonias estão em constante contestação por grupos antagônicos a ela. Considerando o fator processual da história, Cox (1981; 1983) argumenta que hegemonias mudam ao longo do tempo histórico via táticas como Guerra de Movimento e Guerra de Posição. Essa última sendo travada constantemente nos mais diferentes contextos, considerando suas características centrais.

A origem dos termos “Guerra de Movimento” e “Guerra de Posição” tem como pano de fundo a Revolução Bolchevique na Rússia em 1917. Buscando entender o porquê de a revolução ter tido sucesso em um país de capitalismo pouco desenvolvido (Rússia czarista) e não nos países europeus de capitalismo avançado. De acordo com Cox (1983), Gramsci se ateu a compreender na sua obra as estratégias utilizadas pelos bolcheviques no movimento revolucionário. Nessa busca ele percebeu que a revolução tinha se dado majoritariamente por meios da coerção violenta, que era basilar na lógica militar. Na percepção gramsciana, segundo Bates (1975), Cox (1983), Femia (1981; 2005), Hall (1991) e Bianchi (2019) tal estratégia, a qual ele veio nomear de Guerra de Movimento,<sup>29</sup> funcionou na Rússia pois não havia um ator hegemônico solidificado. Na época, a sociedade civil russa, em especial a camada mais empobrecida, não via com bons olhos o governo do czar. Essa crise de legitimação e de consentimento político abriu espaço para que a revolução acontecesse nos termos que aconteceu.

---

<sup>29</sup> Para Gramsci, segundo Bates (1975), Bianchi (2019), Cox (1983), Femia (1981, 2005), e Hall (1991), o conceito de Guerra de Movimento se baseia na estratégia militar que objetiva uma vitória rápida e decisiva no campo de batalha - tradicionalmente vinculada a conflitos militares. No campo político, esse conceito se refere a uma estratégia que busca derrubar a classe dominante por meio de uma revolução, ou levante, rápida e violenta.

Nessa mesma lógica, Bates (1975), Bianchi (2019), Cox (1983) e Hall (1991) argumentam que Gramsci constatou que em países onde o capitalismo é avançado, e a sociedade civil é desenvolvida sob a hegemonia da burguesia, dever-se-ia buscar estratégias contra hegemônicas diferentes. É válido lembrar que a origem do desenvolvimento teórico gramsciano é baseada na expansão do comunismo, especialmente em sua batalha contra o capitalismo e, mais especificamente, contra o Fascismo que tomava a Europa na época (Cox, 1983; Ives, 2004). Na busca por desenvolver uma estratégia capaz de fazer o comunismo hegemônico em países de capitalismo avançado (a Europa Ocidental nesse caso), Gramsci cunhou o termo Guerra de Posição,<sup>30</sup> em contraponto ao termo de Guerra de Movimento (Cox, 1983; Bianchi, 2019; Femia, 1981; Hall, 1991). O conceito de Guerra de Posição refere-se à ideia de que, nas sociedades de capitalismo avançado, as lutas políticas e sociais não são travadas apenas por meios militares ou revolução baseada na violência, mas também por meios culturais e ideológicos. Em outras palavras, a luta pelo poder não se trata apenas em tomar o controle do Estado ou da economia, mas também de conquistar “corações” e “mentes” (Bates, 1975; Bianchi, 2019; Cox, 1983; Hall, 1991).

Segundo Cox (1983), Gramsci acreditava que para alcançar a hegemonia os atores em disputa deveriam se envolver em uma luta de longo prazo no objetivo de construir uma cultura contra hegemônica que desafiasse a visão de mundo e os valores dominantes da então classe hegemônica. Isso envolveria a criação de instituições político-culturais alternativas como escolas, jornais e partidos políticos, que pudessem ajudar a mobilizar a sociedade civil em torno de uma nova visão da sociedade. Nesse sentido, a Guerra de Posição pode ser considerada, portanto, uma luta prolongada pelo domínio cultural e ideológico de determinada sociedade, que ocorre no meio simbólico das ideias, e não no campo de batalha, tendo como objetivo final a tomada do poder político (Cox, 1983; Bianchi, 2019; Hall, 1991).

No caso da Europa Ocidental, a luta por hegemonia deveria ser vencida na sociedade civil antes que qualquer ataque ao Estado pudesse ser bem-sucedido. Um ataque prematuro ao poder Estado por meio de uma Guerra de Movimento apenas revelaria a fraqueza do movimento contra hegemônico, levando a uma imposição mais enfática do domínio burguês à medida que as instituições da sociedade civil reafirmaram o controle dessa hegemonia (Bianchi, 2019; Cox, 1983). À vista disso, Cox (1983) afirma que somente uma Guerra de Posição pode, a longo prazo, gerar mudanças estruturais, pois como afirmado por Cammaerts (2015), a Guerra de

---

<sup>30</sup> Um exemplo de Guerra de Posição é a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960.

Posição é, antes de tudo, um conflito travado em nível simbólico, mas com graves consequências materiais.

Dentro dessa luta prolongada pelo domínio cultural e ideológico da sociedade civil, há determinadas ações que necessitam ser tomadas, sendo elas a tentativa de mobilização de forças sociais, a construção de políticas alternativas e, por fim, a formação de consenso perante a sociedade civil. Todas essas ações se dão no cenário político de cada Estado, a partir de diferentes estratégias. No caso dessa pesquisa, concebe-se que esses procedimentos – que caracterizam uma Guerra de Posição – foram realizados a partir da mobilização da estratégia da Política do Medo (Wodak, 2015), no âmbito discursivo e imagético, esse último que vem a funcionar enquanto uma ação discursiva (Hansen, 2011).

A linguagem, e por consequência o discurso, é reconhecida por Gramsci, segundo Ives (2004) e Hall (1991), enquanto crucial na busca por hegemonia via tática de Guerra de Posição. Linguagem, para Gramsci, argumentam Ives (2004) e Hall (1991), é definida enquanto uma totalidade de noções e conceitos determinados, não limitada apenas ao uso de palavras gramaticalmente desprovidas de conteúdo. Essa noção, juntamente à interação entre os conceitos de Hegemonia, Contra Hegemonia e Guerra de Posição, veio a ser a base da teoria discursiva<sup>31</sup> desenvolvida por Laclau (2005) e Laclau; Mouffe (2001), autores associados à Escola de Análise do Discurso de Essex, e que será um dos métodos de análise propostos no desenvolvimento do terceiro capítulo dessa pesquisa.

#### 2.4 GUERRA DE POSIÇÃO, LINGUAGEM E A POLÍTICA DO MEDO

Como argumentado anteriormente, a tática de Guerra de Posição pode ocorrer em diferentes âmbitos e via múltiplas estratégias. Destacando a importância da linguagem a partir de Ives (2004) e Hall (1991), no que condiz a disputa hegemônica, buscaremos neste momento discutir a presença do âmbito discursivo dentro da Guerra de Posição.

Tendo já sido comentado, a linguagem é fundamental na conquista por hegemonia, pois ela não pode ser separada da cultura, da sociedade e da história de seus usuários (Ives, 2004). Se determinada conquista por hegemonia se dá via Guerra de Posição, pode-se argumentar que a linguagem desempenha um papel central dentro dessa tática. Assim, o discurso é usado como ferramenta para estabelecer e manter a hegemonia, bem como para desafiar e transformar

---

<sup>31</sup> Outros autores associados a noção crítica de Análise de Discurso são: Michel Foucault, Norman Fairclough, Martin Reisigl, Ruth Wodak, Frank Fischer, Herbert Gottweis, Maarten Hajer, Jonathan Potter, Margaret Wetherell, Erica Burman e Ian Parker (Howarth, 2010).

hegemonias existentes. A linguagem via discurso pode ser mobilizada para a composição de discursos hegemônicos e contra hegemônicos, visando o enquadramento de questões políticas e sociais, o controle e a manipulação de narrativas, e a desconstrução e subversão de ideologias dominantes (Ives, 2004). Analisar, desafiar e remodelar um discurso tornam-se estratégias relevantes nessa disputa hegemônica contínua. Nesse sentido, Laclau (2005) e Laclau; Mouffe (2001) afirmam que uma estrutura discursiva não é um ente simplesmente cognitivo ou contemplativo. Ele é uma prática de articulação que cria e organiza as relações sociais de uma sociedade.

Como um exemplo contemporâneo, e que é cada vez mais discutido na literatura sobre mudanças hegemônicas e extrema direita, podemos citar a chamada Metapolítica<sup>32</sup> dos partidos vinculados ao movimento intitulado pelos mesmos de “Nova Direita” (Abrahamsen *et al.*, 2020; Holm; Michelsen, 2021). Abrahamsen *et al.* (2020), assim como Holm e Michelsen (2021), argumenta que como Gramsci, a extrema direita sustenta que uma mudança revolucionária não ocorre por meio de um confronto político-militar rápido e direto, mas sim por meio de um processo mais prolongado e profundo de construção de uma nova ideologia dentro da sociedade civil, formando a base para um projeto contra hegemônico. Os autores argumentam também que a extrema direita tomou emprestado livremente de Gramsci e da Escola de Frankfurt as táticas e estratégias básicas de um movimento contra hegemônico.

Dentro desse exemplo, Abrahamsen *et al.* (2020), Holm; Michelsen (2021) argumentam que esse projeto metapolítico (contra hegemônico na lógica de Gramsci) ocorre em um nível interestatal dentro do continente europeu, com os atores vinculados a esse movimento se articulando por uma rede transnacional de Organizações e mesmo ativistas. Como exemplo de sucesso dessa movimentação contra hegemônica, os autores mencionam países como França e Itália, onde a extrema direita tem conseguido influenciar o discurso político dominante. Ainda, é mencionado que essa influência teria tido início a partir de uma crítica à globalização, especialmente aos migrantes, juntamente à mobilização da lógica de inimizade a qualquer ator vinculado à racionalidade “globalista”, por meio da mobilização de estratégias discursivas voltadas ao uso da Política do Medo (Abrahamsen *et al.*, 2020; Holm; Michelsen, 2021; Wodak, 2015).

Trazendo o aspecto discursivo, Laclau; Mouffe (2001) argumentam que movimentos contra hegemônicos são constituídos por meio de seu antagonismo à hegemonia estabelecida.

---

<sup>32</sup> Segundo Holm; Michelsen (2021), para o Groupement d'Études de Recherches de la Civilisation Européenne, “metapolítica” significa uma fusão social de ideias e valores culturais que tem o objetivo de provocar uma transformação política profunda e de longo prazo.

Segundo os autores, a articulação discursiva que busca criar um discurso hegemônico ocorre por meio de um confronto entre práticas articulatórias antagônicas. Assim, opõem-se ao discurso hegemônico um discurso antagônico a ele, mobilizando em especial temáticas normalmente já malquistas pela sociedade civil no interior da hegemonia estabelecida.

Ainda, considerando o âmbito discursivo no interior da tática de Guerra de Posição, é exemplificado por Cox; Schilthuis (2012) que ao discutirmos sobre o processo de globalização, o discurso hegemônico é definido pelo Neoliberalismo, e por uma visão da globalização que enfatiza a individualização do global. Dentro desse escopo, movimentos contra hegemônicos a globalização, chamados pelos autores de forças antiglobalização, têm desenvolvido uma série de discursos destinados a fornecer imagens alternativas a um mundo dominado pela lógica da globalização neoliberal.

Segundo os autores, alguns desses movimentos se opõem à ideia da crescente integração que caracteriza a globalização, enquanto alguns são receptivos à globalização, porém críticos às consequências sociais geradas por ela. Segundo os autores, a contra hegemonia global consiste em discursos que buscam desafiar e suplantar a interpretação neoliberal da globalização e do mundo no geral (Cox; Schilthuis, 2012). Por fim, outro exemplo de mobilização do arcabouço teórico gramsciano por movimentos contra hegemônicos vinculados à extrema direita, considerando a relação entre o conceito de Guerra de Posição e Linguagem/Discurso, é a evolução do movimento paleoconservador dentro do Partido Republicano estadunidense,<sup>33</sup> que buscou realizar a partir da década de 1980 uma luta cultural contra o que eles chamavam de *establishment* político da Costa Leste dominado, segundo eles, por liberais e neoconservadores (Holm; Michelsen, 2021).

Como mencionado anteriormente, dentro dessa luta prolongada pelo domínio cultural e ideológico da sociedade civil, ou seja, dentro de uma Guerra de Posição, há determinadas ações que necessitam ser tomadas, sendo elas a tentativa de mobilização de forças sociais, a construção de políticas alternativas e a formação de consenso perante a sociedade civil. Essas ações são empregadas a partir de estratégias que permeiam diferentes âmbitos. Uma Guerra de Posição mobilizada majoritariamente no âmbito discursivo, considerando a discussão acima realizada, tem se mostrado eficaz, considerando os movimentos contra hegemônicos dentro da Europa Ocidental.

---

<sup>33</sup> Para corroborar esse exemplo trazemos o seguinte trecho encontrado na obra de Ives (2004, p. 4, tradução própria): “Por exemplo, Rush Limbaugh, apresentador de um talkshow americano de extrema direita, discute Gramsci em relação ao que foi apelidado de 'Guerras Culturais' nos Estados Unidos na década de 1990. Ele até argumenta que a direita deve aprender as lições de Gramsci”.

Nesse sentido, compreender as estratégias utilizadas nesse âmbito se faz relevante para entender os processos de disputa hegemônica nesta região. A mobilização da Política do Medo, sobretudo em casos de crises sociopolíticas e político-econômicas, é algo que já há muito tempo é discutido na literatura de Ciência Política. Uma dessas discussões é desenvolvida por Wodak (2015), acadêmica austríaca que dedicou sua carreira ao campo da Análise de Discurso, sobretudo a análise dos discursos vinculados a movimentos e partidos populistas de extrema direita. No cerne da sua pesquisa está o conceito de Política do Medo.

Entender o conceito de Medo se faz relevante pelo papel que ele tem no funcionamento social, em especial no atual século XXI. Furedi (2018, p. 144 , tradução própria<sup>34</sup>) argumenta que

O medo surgiu como uma perspectiva influente que molda os pensamentos em relação à incerteza e, atualmente, é inquestionavelmente mais influente do que a perspectiva da esperança. O medo informa sentimentos e comportamentos e, devido à sua influência, é prontamente usado como um meio pelo qual os problemas - antigos e novos - são interpretados e recebem significado. [...] a perspectiva do medo funciona como a principal força motivacional na sociedade do século XXI.

No âmbito das Relações Internacionais o conceito de Medo é concebido de diferentes maneiras. Ele pode estar vinculado à natureza dos Estados quando falamos da influência de Thomas Hobbes na Teoria Realista (Robin, 2006; Tang, 2008), assim como pode ser um conceito central na Teoria da Securitização, criada por acadêmicos da Escola de Copenhague no final da década de 1990 (Wæver; Buzan; De Wilde, 1998). O conceito ganhou ainda mais relevância nas análises de Relações Internacionais no pós-11 de Setembro de 2001, com acadêmicos tentando entender como aquele cenário fomentava mudanças políticas em relação ao aumento da manipulação política por meio das emoções da população. Linke e Smith (2009, p.3, tradução própria<sup>35</sup>) afirmam que

“Segurança”, “proteção” e “defesa”. Esses são alguns dos termos que circulam como parte de um discurso público global baseado no medo, que incentiva a ação militar proativa, legitima a guerra como uma intervenção cirúrgica e autoriza atos de violência distantes como um meio de fortificação das fronteiras nacionais.

<sup>34</sup> No original: Fear has emerged as an influential perspective that shapes thoughts towards uncertainty, and today it is unquestionably more influential than the perspective of hope. Fear informs feelings and behaviours, and because of its influence it is readily used as a medium through which problems – old and new – are interpreted and given meaning. [...] the perspective of fear works as the principal motivational force in twenty-first-century society.

<sup>35</sup> No original: “Security,” “safety,” “protection,” and “defense”. These are among the terms circulated as part of a global public discourse of fear which encourages proactive military action, legitimates war as a surgical intervention, and authorizes faraway acts of violence as a means of national border fortification.

Uma das características basilares da mobilização do medo no cenário político é a oposição binária entre o “nós” e o “outro”. Essa característica flui dentro dos Estados assim como entre os Estados no Sistema Internacional, a partir de mobilizações discursivas. Linke; Smith (2009) afirmam que tais polarizações são fabricadas e recicladas discursivamente por meio de discursos e propagandas forjados com o apoio de representações culturais populares. O fato é que o fomento do medo por meio da relação binária entre amigos e inimigo, bem e mal, via discurso, se caracteriza enquanto uma das estratégias políticas mais mobilizadas por movimentos e partidos em disputas políticas. Nesse escopo analítico, Wodak (2015) articula que Política do Medo se refere a uma estratégia empregada por políticos e outras figuras influentes na manipulação da opinião pública e no ganho ou manutenção de poder por meio da exploração dos medos e ansiedades da população. Considerando o contexto do *Brexit*, contexto analisado nessa pesquisa, Furedi (2018) afirma que uma versão de “*Project Fear*” foi adotada por ambas as campanhas, pró e contra, durante o referendo britânico de 2016 sobre a adesão à União Europeia na tentativa de convencer o cidadão do Reino Unido a votar a seu favor..

Essa estratégia depende da criação ou amplificação do senso de ameaça ou perigo em uma sociedade. A geração e expansão da sensação de ameaça pode ser atingida por meio da construção de ameaças externas ou via amplificação dos problemas internos, retratando-os como generalizados e eminentes (Wodak, 2015). No primeiro caso podemos citar o caso das migrações e do terrorismo, já no segundo caso é possível citar crime, instabilidade econômica e corrupção. Wodak (2015) afirma que apresentar essas questões de forma sensacionalista ajuda os políticos e outros atores a criarem um clima de constante medo, o que faz com que a população busque lideranças que prometem tomar medidas drásticas quanto à erradicação de tais ameaças.

Mobilizada no âmbito discursivo, a estratégica da Política do Medo, segundo Wodak (2015) possui três características fundamentais. A primeira sendo a construção dos “outros” enquanto indivíduos a serem culpados pelos problemas retratados enquanto ameaças à sociedade. Essa construção, segundo a autora, pode levar à demonização de determinados grupos, gerando sentimentos e ações de intolerância contra eles, e divisões sociais. A segunda característica é exatamente a manipulação de emoções - medo e ansiedade - com objetivo de influenciar a opinião e comportamento de segmentos da sociedade civil. A manipulação dessas emoções é capaz de reconfigurar o discurso público, remodelar os debates políticos, assim como mobilizar suporte para determinadas agendas políticas. Dentro do escopo cultural por exemplo,

Neumann (1999, p. 140, tradução própria<sup>36</sup>) nota que “Diferenças culturais são feitas relevantes por atores políticos para servir a alguma causa política”.

Por fim, a estratégia da Política do Medo envolve o uso de uma linguagem persuasiva e de uma retórica agressiva. O uso de metáforas, estereótipos e apelações emocionais por parte dos atores políticos é capaz de criar narrativas comoventes que ressoam diretamente as preocupações e medos da população. Retratar discursos de uma certa forma, para Wodak (2015), significa ser capaz de controlar determinada narrativa, modelando a percepção do público sobre determinados assuntos. No cerne da sua pesquisa, Wodak (2015) defende que é necessário entender o funcionamento da Política do Medo, no intuito de desafiá-la, assegurando a existência dos valores democráticos, da convivência pacífica e dos direitos humanos.

No contexto europeu, Cap (2017) e Wodak (2015), destacam que é possível se observar uma normalização de retóricas nacionalistas, xenófobas, racistas e mesmo antisemitas, que funcionam primordialmente a partir da mobilização do medo - medo da mudança, da globalização, da perda de bem-estar, da mudança climática, da mudança de papéis de gênero, entre outros. Furedi (2018), nesse sentido, afirma que para a classe política apelar a insegurança da população é uma forma muito mais eficaz de obter apoio do que apelar para a confiança no futuro.

Todas essas questões mencionadas são narradas enquanto uma ameaça ao entendimento do “nós nacional”, um povo homogêneo imaginado dentro de um território bem protegido. Ainda nesse contexto, Wodak (2015) afirma que a ampliação da União Europeia, em 2004, gerou uma fusão dos conceitos de refugiados, migrantes e solicitantes de asilo, forjando uma imagem inimiga do “Outro” migrante, que começou a dominar os debates políticos. Considerando esse contexto, Cap (2017, p. 69, tradução própria<sup>37</sup>) afirma que

Os temas de imigração e antimigração no discurso do Reino Unido em 2013 nunca são abordados isoladamente do tema geral da soberania e da democracia britânicas. Esse tema é dominado por aqueles que proclamam a insatisfação com o que consideram consequências negativas da adesão à UE para as liberdades políticas e socioeconômicas do Reino Unido.

Considerando as discussões sobre Guerra de Posição, Linguagem/Discurso e Política do Medo, pode-se argumentar a relação entre Discurso e Política do Medo é central no funcionamento de uma Guerra de Posição. No contexto de uma disputa hegemônica, a tática de

<sup>36</sup> No original: “Cultural differences are made relevant by political actors to serve some political cause”.

<sup>37</sup> No original: “The immigration and anti-migration themes in UK’s 2013 discourse are never addressed in isolation from the general theme of Britain’s sovereignty and democracy. This theme is dominated by those who proclaim dissatisfaction with what they see as negative consequences of EU membership for UK’s political and socio-economic freedoms.”

Guerra de Posição vai envolver o uso do discurso e da propaganda na concepção de um clima de insegurança entre a sociedade civil. Por meio da linguagem, os agentes constroem narrativas que enfatizam ameaças e perigos, exagerando-os ou distorcendo-os para obter ganhos políticos para seus movimentos contra hegemônicos. Tais narrativas são disseminadas por vários canais, como discursos políticos, mídias e plataformas de mídia social, no objetivo de moldar as percepções do público e influenciar o comportamento.

Na Guerra de Posição, a Política do Medo via discurso é usada como instrumento de poder, manipulação e dominação. Aqueles que ocupam posições de autoridade buscam moldar o discurso dominante na sociedade, estabelecer suas narrativas preferidas e marginalizar vozes ou perspectivas alternativas, assegurando sua hegemonia. Aqueles que buscam hegemonia vão tentar realizar os mesmos objetivos, porém demonizando tudo que é vinculado à hegemonia que eles desejam derrubar. Essa luta pela hegemonia é um processo contínuo e extenso, e a Política do Medo serve como estratégia eficaz para manter ou alterar o equilíbrio de poder na sociedade.

Realizada a discussão proposta sobre os conceitos de Hegemonia, Guerra de Posição e Política do Medo, e como se dá a interface entre eles, se adentrará no segundo capítulo de desenvolvimento dessa dissertação com o intuito de discutir a Ordem Internacional Liberal, o processo de integração europeu no pós-Guerra Fria, o processo de neoliberalização dessa Ordem, assim como a expansão de movimentos contra hegemônicos tanto de direita quanto de esquerda, dentro do escopo teórico-conceitual proposto nesse capítulo. Em linhas gerais serão abordados no seguinte capítulo os seguintes tópicos:

- a) a origem da Ordem Liberal Internacional no pós-1945, e a integração europeia como processo representativo dessa ordem;
- b) a neoliberalização da Ordem Internacional Liberal, e a adaptação da integração europeia a lógica neoliberal;
- c) a crise hegemônica da Ordem (Neo)Liberal Internacional na Europa no pós-Guerra Fria;
- d) a emergência de grupos e movimentos contestadores da Ordem (Neo)Liberal Internacional entre 2008 e 2016.

### **3 ORDEM INTERNACIONAL PÓS-II GUERRA MUNDIAL, INTEGRAÇÃO EUROPEIA, NEOLIBERALISMO E MOVIMENTOS CONTRA HEGEMÔNICOS NA EUROPA DO PÓS-GUERRA FRIA**

Esse capítulo tem como objetivo apresentar a evolução do processo histórico que permitiu que a estrutura histórica vigente na ocorrência do *Brexit* existisse. Para isso, baseia-se na lógica do conceito de Estrutura Histórica, desenvolvido no capítulo anterior, assim como nos preceitos do conceito de Hegemonia, ambos cunhados por Cox (1981, 1983). Em síntese, busca-se apresentar, de forma processual, a interação entre capacidades materiais, ideias e instituições, e as realidades forjadas por ela ao longo do tempo histórico até o contexto da saída do Reino Unido da União Europeia no ano de 2016.

Inicia-se o capítulo no pós-1945, apresentando as origens da Ordem Internacional Liberal, com enfoque no advento do sistema de Bretton Woods, do Multilateralismo e daquilo que Ruggie (1982) chamou de *Embedded Liberalism*. Paralelo a isso, buscou-se demonstrar como o processo de integração europeu se desenvolveu em contato com essas três lógicas, que estavam diretamente vinculadas à posição hegemônica dos Estados Unidos no Sistema Internacional no final da Segunda Guerra Mundial. Seguindo uma lógica linear, segue-se apresentando o desenvolvimento dessa Ordem, a partir do enfoque já mencionado, até o desmantelamento do sistema de Bretton Woods na década de 1970, do desenrolar do processo de neoliberalização do *Embedded Liberalism* e, concomitantemente, do processo de integração europeu.

Ainda, seguindo a lógica dos eventos apresentados no parágrafo anterior, adentra-se no período do pós-Guerra Fria, com a expansão do Neoliberalismo e da globalização neoliberal. Nesse novo subcapítulo foca-se no desenvolvimento do processo de integração global e nas implicações dele no cenário político mundial, em especial da Europa. A partir dessa explanação, é discutida a crise hegemônica da Ordem Internacional (Neo)Liberal no pós-crise de 2008, considerando uma nova emergência de contestadores dessa Ordem na Europa continental e no Reino Unido entre os anos de 2008 e 2016.

### 3.1 AS ORIGENS DA ORDEM INTERNACIONAL LIBERAL NO PÓS-1945 E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA COMO PROCESSO REPRESENTATIVO DESSA ORDEM

Para se entender a realidade nascida no pós-Segunda Guerra Mundial, é necessário entender o que os vencedores da guerra não queriam que essa realidade fosse. Para isso, propõem-se apresentar brevemente a realidade da *Pax Britannica* e do período entreguerras com suas políticas isolacionistas e nacionalismos econômicos. Após as explanações propostas, focaremos no desenvolvimento do sistema Bretton Woods.

O Estado-moderno europeu emergiu oficialmente do tratado de Paz de Westfalia, o qual colocou fim na Guerra dos Trinta Anos em 1648 (Cox, 1987; Croxton, 1999; Mazower, 2012; Sluga, 2021; Zreik, 2021). Desde a assinatura do tratado, o sistema de Estados-modernos passou por inúmeras crises, em especial durante as guerras napoleônicas e durante a Revolução Francesa, que trouxe um novo arcabouço político-filosófico para as discussões políticas da época (Cox, 1987; Hall, 2011; Mazower, 2012; Sluga, 2021). Com a ocorrência do Congresso de Viena, em 1815, uma nova Ordem Global teve início, baseada em valores econômicos de cunho liberal clássico, propostos pelo Império Britânico (Cox, 1987; Harvie; Matthew, 2000; Hall, 2011; Hobsbawn, 2012; Mazower, 2012). Em 1840, já hegemônico em solo nacional por meio da hegemonia da classe burguesa, o arcabouço liberal desenvolvido pelos britânicos foi emulado por outros Estados europeus, formando um sistema de Estados centralizado na hegemonia do Império Britânico (Cox, 1987; Harvie; Matthew, 2000; Hobsbawn, 2012).

Então vigorava o entendimento de que uma economia mundial baseada no livre-comércio era condição básica para a riqueza das nações (Cox, 1981, 1987; Freedon, 2015; Harvie; Matthew, 2000; Hobsbawn, 2012; Mazower, 2012). Dentro desse contexto, houve a formação do Estado liberal. Considerando os princípios do Liberalismo Clássico, a separação entre os âmbitos político e econômico foi formalizada, delegando ao Estado o único propósito de maximizar o escopo das forças de livre mercado<sup>1</sup> (Cox, 1987; Harvie; Matthew, 2000; Ruggie, 1982). No contexto britânico, o Liberalismo Clássico tinha uma conexão circunstancial com o pluralismo político e o governo parlamentar. Já em outros países, essa lógica entre

---

<sup>1</sup> Cox (1987) argumenta que o Estado inicialmente teve a tarefa de remover as obstruções existentes à liberdade econômica herdadas das práticas feudais e mercantilistas oriundas da fase anterior do capitalismo. Leis de sucessão e herança que inibiam o mercado de terras, leis que consolidavam a regulamentação da produção por guildas e estatutos de aprendizagem e trabalhistas elisabetanos que regulamentavam o recrutamento de mão de obra e os salários eram alguns dos obstáculos herdados pela nova ordem econômica dentro do continente europeu.

política e economia pode ser atingida sob auspícios autoritários (Cox, 1987). Considerando a hegemonia britânica e a composição do Sistema Internacional durante o século XIX, concorda-se com a afirmação de Ruggie (1982, p. 380, tradução própria<sup>2</sup>) de que “A formação e a transformação de regimes internacionais representam uma manifestação concreta da internacionalização da autoridade política”.

Com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, da crise financeira de 1929, a hegemonia britânica e do Liberalismo Clássico estavam fadados ao fim. Após o fim do padrão libra-ouro, não foi possível chegar a nenhum acordo monetário devido à relativa decadência do Império Britânico e às políticas isolacionistas dos Estados Unidos<sup>3</sup>, único Estado capaz de tomar a frente de um sistema econômico global (Dathein, 2003). Considerando o período de instabilidade política e crise econômica, momento ideal para o nascimento de movimentos contra hegemônicos (Cox, 1981, 1983), houve a emergência de diversos regimes reacionários e totalitários na Europa. Tais movimentos ganharam tração devido ao apoio mútuo entre os fascistas e os conservadores tradicionais (Hobsbawn, 1995). Segundo Frieden (2008, p. 251), “Os conservadores tradicionais precisavam da base popular dos fascistas; os fascistas precisavam da credibilidade dos conservadores junto aos grandes empresários”. Em menos de dez anos, dezenas de Estados europeus sucumbiram a algum regime ditatorial vinculado à extrema-direita<sup>4</sup> (Frieden, 2008; Hobsbawn, 1995; Judt, 2017; Mazower, 2001).

A ordem econômica fascista possuía certas características. Entre elas é possível citar aspectos como corporativismo estatal, autarquia, controle estatal total sobre as condições econômicas e sobre como a população via as condições econômicas - por meio de propaganda e controle (Judt, 2017). Porém, os aspectos mais importantes a serem considerados são o nacionalismo e protecionismo econômico. Mais da metade da população mundial, entre as décadas de 1920 e 1930, vivia sob regime de políticas econômicas fascistas, considerando os

---

<sup>2</sup> No original: “Thus, the formation and transformation of international regimes may be said to represent a concrete manifestation of the internationalization of political authority”.

<sup>3</sup> Segundo Dathein (2003, p. 3), “[...] a economia norte-americana tinha pequena abertura comercial, era tradicionalmente protecionista e seu intenso desenvolvimento absorvia seus capitais, o que limitava sua capacidade de financiamento aos países deficitários”.

<sup>4</sup> Em relação a emergência dos regimes ditatoriais de extrema-direita na Europa, Frieden (2008, p. 250-251) argumenta que “A primeira leva surgiu como parte de uma reação conservadora aos problemas sociais dos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial. Entre 1920 e 1924, as cambaleantes democracias de Itália, Espanha, Hungria e Albânia sucumbiram às novas ditaduras; em 1926 foi a vez de Portugal, Polônia e Lituânia. A segunda leva veio com a depressão econômica: Iugoslávia, em 1929; Romênia, em 1930; Áustria, em 1932; Alemanha, em 1933; Letônia, Estônia e Bulgária, em 1934; e Grécia, em 1936. Embora a Espanha tivesse redemocratizado em 1930, os fascistas sob o regime de Francisco Franco emergiram vitoriosos de uma sangrenta guerra civil [...] Apenas a Europa ocidental permanecera intocada. No entanto, em diversas partes da região surgiram movimentos fascistas, e, em 1941, as ocupações nazistas derrubaram a maioria das democracias europeias, com exceção apenas de Suíça, Suécia, Finlândia, Grã-Bretanha e Irlanda”.

países centrais, as nações que eles ocupavam e mesmo as colônias sobre as quais eles ainda possuíam poder (Frieden, 2008). Considerando esse fato, o regime econômico que predominava no mundo era o protecionismo de boa parte dos Estados europeus e o isolacionismo estadunidense. No fim da década de 1930, o Fascismo competia em condições de igualdade pela supremacia econômica internacional (Frieden, 2008; Judt, 2017).

Levando em consideração a discussão sobre hegemonia proposta por Cox (1981, 1983), argumenta-se que as sociedades nacionais europeias rejeitavam o Liberalismo *laissez-faire*. A lógica globalizante do livre-mercado se tornou ilegítima perante muitos segmentos da sociedade (Abdelar; Ruggie, 2009; Hobsbawn, 1995). Argumenta-se ainda que durante as décadas de 1920 e 1930, o Ocidente aprendeu a desconfiar de mercados ultra liberalizados, o que foi esquecido por uma nova geração de legisladores no limiar da década de 1980, com o advento do Neoliberalismo (Abdelar; Ruggie, 2009; Steger; Roy, 2010).

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e a eventual vitória dos aliados, uma nova ordem mundial estava a caminho de ser criada. Segundo Cox (1987), uma nova ordem liderada pelos Estados Unidos, composta pela Europa Ocidental, Japão e alguns Estados pertencentes ao então Terceiro Mundo, veio a ocupar o lugar daquela lógica econômica nacionalista dominante antes da ocorrência da guerra em questão. Os países aliados dos Estados Unidos tinham medo de que a tradição isolacionista estadunidense continuasse depois da guerra, fato que levou a que eles fizessem concessões necessárias a ponto de encorajar o compromisso dos Estados Unidos com a posição de líder dessa nova Ordem político-econômica (Cox, 1987; Gilpin, 1987; Habermas, 2001).

Em contrapartida a essa lógica, argumenta-se que no desenrolar da Segunda Guerra, os Estados Unidos já estavam a pensar no projeto estadunidense para o mundo do pós-Guerra (Frieden, 2008). A ordem econômica do pós-1945 e as instituições que a formavam, representava a vitória dos internacionalistas liberais sobre os defensores do capitalismo de Estado (Cox, 1987). Nessa mesma lógica, Frieden (2008, p. 301) afirma que “Empresários e tomadores de decisão, que nunca haviam abandonado o internacionalismo econômico, puderam, novamente, incluir seus anseios na agenda do governo”. Com os adventos tecnológicos cada vez mais frequentes, em especial na indústria, outros setores além da tradicional base de exportação agrícola vieram a apoiar ideais voltados para a liberalização da troca de mercadorias (Rodrik, 2011).

Tendo em vista esses anseios, considerações eram feitas sobre um possível retorno das práticas desastrosas que levaram à crise financeira de 1929 e a todo o contexto posterior a ela. Com isso, os formuladores da nova Ordem sabiam que não se poderia apenas replicar o modelo

de livre comércio praticado na *Pax Britannica* (Cox, 1981, 1987). Assim, o formato do novo sistema econômico mundial foi definido em negociações internacionais, com os governos escrevendo as regras do jogo da economia global, em especial os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, o segundo ainda que com menor protagonismo (Frieden, 2008). A marca desse novo sistema seria a reconciliação dos mercados com valores comunitários e de bem-estar social<sup>5</sup> em nível doméstico (Abdelal; Ruggie, 2009). Essa lógica ficou conhecida na literatura, a partir de Ruggie (1982), como *Embedded Liberalism*. Em comparação com lógicas anteriores, Ruggie (1982, p. 393, tradução própria<sup>6</sup>) argumenta sobre a Ordem nascida no pós-1945 que “[...] ao contrário do nacionalismo econômico dos anos 30, ele teria um caráter multilateral; ao contrário do Liberalismo do padrão-ouro e do livre comércio, seu multilateralismo seria baseado no intervencionismo doméstico”.

Após o caos político-econômico de 1929, da Grande Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial, legisladores estadunidenses e britânicos buscavam formas de reorganizar a economia mundial via abertura dos mercados (Abdelal; Ruggie, 2009). Com receio que as sociedades reagissem mal a essa abertura devido ao que tinha ocorrido no final da década de 1920, eles prometiam que essa abertura viria com a mitigação das consequências infligidas pelo livre mercado à sociedade doméstica. A não mitigação desses eventos sociais adversos provocados pelo Liberalismo Clássico levou ao colapso do que foi a primeira era da globalização, ocorrida entre 1870 e 1914 (Abdelal; Ruggie, 2009; Allen, 2011; Cox, 1987). Assim, conforme Rodrik (2011, p. 67, tradução própria<sup>7</sup>), no final da Segunda Guerra Mundial, os economistas John Maynard Keynes<sup>8</sup> e Harry Dexter White<sup>9</sup> buscavam responder a seguinte pergunta “Como uma economia global aberta poderia ser restaurada em um mundo onde a política interna reinava suprema?”. Após os eventos da Primeira Guerra Mundial, houve uma

<sup>5</sup> Sobre a constituição do estado de bem-estar social é argumentado que Historicamente, a primeira função do estado de bem-estar social foi o seguro para os trabalhadores e suas famílias contra a perda de rendimentos devido ao desemprego, doença e velhice (Glyn, 2006).

<sup>6</sup> No original: “[...] unlike the economic nationalism of the thirties, it would be multilateral in character; unlike the liberalism of the gold standard and free trade, its multilateralism would be predicated upon domestic interventionism”.

<sup>7</sup> No original: “How could an open global economy be restored in a world where domestic politics reigned supreme?”.

<sup>8</sup> John Maynard Keynes nasceu no ano de 1883, na cidade de Cambridge no Reino Unido. Considerado um dos maiores economistas da história, Keynes lançou as bases da economia keynesiana, principal escola econômica do pós-II Guerra Mundial. Keynes representou o Reino Unido nas negociações de Bretton Woods. Ele faleceu em 1946, dois anos após as negociações. Junto com Harry Dexter White ficou conhecido como pai fundador do regime de Bretton Woods (Bollard, 2023).

<sup>9</sup> Harry Dexter White nasceu no ano de 1892, na cidade de Boston nos Estados Unidos. Ele foi funcionário do Departamento do Tesouro Estadunidense, em diferentes cargos, sendo no começo da Segunda Guerra Mundial, principal assessor do Secretário do Tesouro, Henry Morgenthau, Jr. Ainda como funcionário do alto escalão do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, ele representou o país nas negociações de Bretton Woods em 1944. White veio a falecer em 1948, quatro anos após as negociações (Bollard, 2023).

tendência crescente, tanto por parte dos partidos de esquerda quanto de direita, de fazer com que a política monetária internacional estivesse em conformidade com a política social e econômica nacional, e não o contrário<sup>10</sup> (Ruggie, 1982).

Desse modo, a Ordem econômica mundial do pós-1945 incorporava em seu centro uma barganha social. Ao mesmo tempo que deveria permitir o progresso em direção à liberalização do comércio mundial, ela deveria permitir ampla liberdade para os Estados responderem às necessidades socioeconômicas do seu âmbito doméstico (Rodrik, 2011). Ainda, o objetivo era criar uma ordem mundial estabilizada que não sucumbisse ao nacionalismo político-econômico destrutivo da década de 1930 (Betz, 1993; Gilpin, 1987). Posto de outra forma, segundo Rodrik (2011, p. 70, tradução própria<sup>11</sup>), "O objetivo seria uma globalização moderada, não uma hiperglobalização". Políticas como o Plano Beveridge<sup>12</sup> no Reino Unido e a aprovação da Lei do Emprego de 1946<sup>13</sup> nos Estados Unidos simbolizavam a relevância desse compromisso com o intervencionismo do governo na economia e o estabelecimento do Estado de bem-estar social (Gilpin, 1987).

O *Embedded Liberalism*, como comentado anteriormente, nasceu desse contexto. Diferente de seu antecessor, o Liberalismo Clássico, essa nova forma de Liberalismo tinha como princípio central a necessidade de legitimar os mercados internacionais a partir da reconciliação dos valores sociais com as práticas institucionais compartilhadas (Abdelal; Ruggie, 2009). Essas práticas eram baseadas no que veio a ser o princípio centralizador de Bretton Woods, o Multilateralismo (Ruggie, 1982, 1992). Um ano antes o fim da Segunda Guerra Mundial, Keynes e White já articulavam suas distintas propostas para o funcionamento da Ordem do pós-guerra. Ainda, é válido lembrar que tanto a lógica, quanto aos acordos que concretizaram o regime de Bretton Woods, eram reflexo direto da supremacia político-econômica estadunidense. Segundo Frieden (2008), White estava empenhado em libertar a

---

<sup>10</sup> Sobre a relutância de um possível retorno ao Liberalismo do século XIX, Ruggie (1982, p. 388) argumenta que "[...] as demandas por proteção social eram quase universais, vindas de todos os lados do espectro político e de todos os níveis da hierarquia social (com a possível exceção dos círculos financeiros ortodoxos)".

<sup>11</sup> No original: "The goal would be moderate globalization, not hyperglobalization." (Rodrik, 2011, p. 70).

<sup>12</sup> O Plano Beveridge foi um relatório realizado em 1942 pelo Inter-Departmental Committee on Social Insurance and Allied Services, então presidido pelo economista William Beveridge. No relatório foi proposto um novo tipo de estado de bem-estar social para banir o que ficou definido como "carência", ou seja, fornecer seguro social vitalício para vida inteira, garantindo que o tipo de privação social observada durante a depressão econômica pré-Segunda Guerra Mundial não pudesse ocorrer novamente (University of Warwick, 2023).

<sup>13</sup> De acordo com Steelman (2013, on-line, tradução própria), o Employment Act of 1946 "[...] criou o Council of Economic Advisers (CEA), um conselho de três membros que aconselhava o presidente sobre a política econômica; exigindo que o presidente enviasse um relatório ao Congresso dentro de dez dias da apresentação do orçamento federal que previa o estado futuro da economia e apresentava as prioridades econômicas nacionais e internacionais do governo; e estabeleceu o Joint Economic Committee - composto por membros de ambos os partidos políticos da Câmara e do Senado - que era encarregado, entre outras coisas, de analisar o relatório do presidente e fazer recomendações ao Senado e à Câmara sobre a política econômica.

economia mundial das extensas restrições e controles impostos durante o período do entreguerras e da guerra em si.

Mesmo detendo, já em 1945, supremacia total no interior do Sistema Internacional, os Estados Unidos, diferente do seu antecessor, o Reino Unido, buscaram consolidar sua *Pax* a partir da elaboração de um sistema de Organizações Internacionais. A partir dessas Organizações, seus valores e princípios políticos, sociais e econômicos seriam implementados, levando a uma hegemonia consentida, baseada na legitimação dada pelos outros Estados do Sistema Internacional (Abdelar; Ruggie, 2009; Cox, 1981; Gilpin, 1987). Nesse sentido, concorda-se com a afirmação de que “[...] as ordens econômicas sempre refletem os princípios e valores das sociedades em que estavam situadas” (Abdelar; Ruggie, 2009, p. 151, tradução própria<sup>14</sup>).

Assim, em julho de 1944, por volta de mil representantes de mais de 40 países reuniram-se durante três semanas no *Mount Washington Hotel*, nas montanhas de Bretton Woods, em *New Hampshire*, nos Estados Unidos, sob a liderança de White e Keynes (Dathein, 2003; Gilpin, 1987; Judt, 2017; Steger; Roy, 2010). Lá delegações traçaram planos para o que veio a ser o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, bem como para toda a ordem financeira e monetária do pós-guerra (Frieden, 2008; Steger; Roy, 2010). O sistema de Bretton Woods tentou resolver o conflito entre a autonomia doméstica e a estabilidade internacional, considerando ao mesmo tempo características como a autonomia das políticas nacionais, as taxas de câmbio fixas e a conversibilidade da moeda (Dathein, 2003; Gilpin, 1987). Esse arranjo definiu a economia mundial capitalista nos quase 25 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Bretton Woods significou o híbrido entre uma visão multilateral de mundo, ao mesmo tempo em que os países europeus enfraquecidos pela guerra admitiam e concediam a posição de potência dominante aos Estados Unidos (Dathein, 2003; Gilpin, 1987). A soberania estadunidense era tão grande que a imposição do dólar enquanto moeda internacional era inevitável. Porém, para que isso se sustentasse, o país precisava assumir a responsabilidade de prover a liquidez internacional. Dessa forma, “[a] garantia de que a cotação do dólar em ouro permaneceria fixa era dada pela promessa dos EUA de trocar por ouro<sup>15</sup> todo dólar devolvido” (Dathein, 2003, p. 5). Considerando que a guerra enfraqueceu de forma extensiva as economias

---

<sup>14</sup> No original: “[...] economic orders had always reflected the principles and values of the societies in which they were situated.”. Nessa passagem, os autores discutem a visão do historiador austríaco Karl Polyani.

<sup>15</sup> Segundo Dathein (2003, p. 5), “No final da Segunda Guerra Mundial, os estoques de ouro dos EUA eram muito grandes, o que garantiu seu apoio a este sistema e sua estabilidade na sua primeira fase”.

das potências industriais europeias, de forma que elas não podiam assumir totalmente as responsabilidades e obrigações previstas no regime de Bretton Woods “[...] os Estados Unidos assumiram a responsabilidade total pela administração do sistema monetário mundial, começando com o Plano Marshall e parcialmente sob o disfarce do FMI” (Gilpin, 1987, p. 133, tradução própria<sup>16</sup>).

Seguindo a discussão, argumenta-se que a reconstrução do capitalismo com traços internacionalistas por parte dos Estados Unidos deixou alguns dos principais líderes políticos e empresariais do país entusiasmados (Frieden, 2008). Em nível doméstico, para aqueles que insistiam em seguir a tradição isolacionista do país, a centralidade estadunidense na ordem econômica global era justificada pela contenção da ameaça soviética (Judt, 2017). Até aproximadamente 1960, o sistema Bretton Woods foi de veras benéfico para a economia dos Estados Unidos. A transferência de dólares via Plano Marshall, o que na década de 1970 veio a se tornar os eurodólares<sup>17</sup>, para a Europa permitia a compra de bens e serviços estadunidenses por parte dos países europeus, permitindo saldos comerciais favoráveis, baixo desemprego e um cenário de baixa inflação (Dathein, 2003; Frieden, 2008). Considerando a integração do mundo ocidental (incluindo, posteriormente, o Terceiro Mundo) em torno da economia norte-americana e em especial do dólar, concordamos com a afirmação de Gilpin (1987, p. 133, tradução própria<sup>18</sup>) de que “Quando os Estados Unidos cresceram, o mundo cresceu; quando desaceleraram, o mundo desacelerou”.

Operando em uma ordem econômica multilateral, os Estados Unidos garantiram que a Alemanha e o restante da Europa Ocidental fossem integrados à Ordem estabelecida, centrando os seus interesses enquanto interesses globais via consentimento sistêmico dos outros países do Sistema Internacional (Cox; 1981; Ikenberry, 2003). Segundo Abdelal e Ruggie (2009, p. 160, tradução própria<sup>19</sup>), “Entre as muitas vantagens da tomada de decisões multilaterais está a legitimidade do processo deliberativo. O poder geralmente é muito mais eficaz quando exercido com consentimento em vez de coerção”. Considerando o entendimento sobre hegemonia proposto por Cox (1981), o multilateralismo<sup>20</sup> permitiu a então hegemonia dos ideais e dos interesses dos Estados Unidos.

<sup>16</sup> No original: “[...] the United States assumed primary responsibility for the management of the world monetary system beginning with the Marshall Plan and partially under the guise of the IMF”.

<sup>17</sup> Eurodólares são depósitos em dólares efetuados em bancos localizados fora do território dos Estados Unidos, em geral na Europa, onde a prática teve início (Dathein, 2003; Sandroni, 1999).

<sup>18</sup> No original: “When America grew, the world grew; when it slowed, the world slowed”.

<sup>19</sup> No original: “Among the many advantages of multilateral decision making is the legitimacy of the deliberative process. Power usually is far more effective when exercised with consent rather than coercion”.

<sup>20</sup> Em relação ao conceito de Multilateralismo, Ruggie (1982, p. 574, tradução própria) argumenta que “[o] termo ‘multilateral’ é um adjetivo que modifica o substantivo instituição. O que distingue a forma multilateral de outras

A mais notável contribuição dos estadunidenses para o sistema econômico internacional do pós-1945 foi exatamente a funcionalidade do multilateralismo conduzido via Organizações Internacionais<sup>21</sup>, que tinha como base o princípio de não-discriminação (Cox, 1981, 1987; Rodrik, 2011). Nesse sentido,

[o] multilateralismo significava a aplicação de regras e dos sistemas de crenças por meio de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) - e não por meio de políticas de poder puro e simples ou governo imperial (Rodrik, 2011, p. 70, tradução própria<sup>22</sup>).

De maneira simplificada, o multilateralismo refere-se a relações coordenadas entre três ou mais Estados em acordo com uma certa gama de princípios (Ruggie, 1982). Foi uma conquista histórica para os Estados Unidos a aderência dos países europeus ao multilateralismo, em especial devido ao histórico desses países com o princípio de soberania nacional (Abdelal; Ruggie, 2009; Ruggie, 1982). Considerando essa relação, considera-se que “[o] multilateralismo implica certa redução na autonomia política, uma vez que as escolhas e ações dos Estados participantes são - pelo menos até certo ponto - limitadas pelas regras e princípios acordados” (Ikenberry, 2003, p. 534, tradução própria<sup>23</sup>). Esse fato é importante de ser destacado pois vem a ser uma das bases de contestação dos grupos contra hegemônicos à hegemonia da Ordem Internacional Liberal, em especial na Europa.

Ainda sobre o multilateralismo, argumenta-se que foi por meio dessa característica que o sistema se manteve estável por tantos anos (Abdelal; Ruggie, 2009; Ruggie, 1982). Decisões multilaterais são vantajosas pois trazem o aspecto de legitimidade, e isso se faz eficaz pois o poder, em geral, é mais bem exercido com o consentimento dos atores subalternos, em vez da coerção por parte do ator dominante (Abdelal; Ruggie, 2009; Cox, 1981). De acordo com Rodrik (2011), a instituição que representou a liberalização do comércio mundial por meio do multilateralismo foi o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Estabelecida em 1948, o objetivo fundamental da instituição era “[...] um ‘comércio mais livre e mais justo’ por meio

---

formas é que ela coordena o comportamento entre três ou mais Estados com base em princípios generalizados de conduta”. Utilizando o conceito de Imperialismo como contraponto ao conceito de Multilateralismo, Ruggie (1992, p. 571) explica que “[o] imperialismo pode ser considerado uma terceira forma institucional genérica. O imperialismo também é uma instituição que coordena as relações entre três ou mais Estados, embora, diferentemente do bilateralismo e do multilateralismo, ele o faça negando a soberania dos Estados sujeitos”.

<sup>21</sup> O FMI, o Banco Mundial e o GATT (Rodrik, 2011).

<sup>22</sup> No original: “Multilateralism meant that rule enforcement and belief systems would work henceforth through international institutions—the International Monetary Fund, the World Bank, and the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)—rather than through naked power politics or imperial rule”.

<sup>23</sup> No original: “[...] multilateralism entails some reduction in policy autonomy, since the choices and actions of the participating states are—at least to some degree—constrained by the agreed-upon rules and principles”.

da redução de tarifas e da eliminação de outras barreiras comerciais” (Gilpin, 1987, p. 190-191, tradução própria<sup>24</sup>).

As características trazidas pelo multilateralismo permitiram uma inovação na forma como hegemonias eram funcionais (Cox, 1981, 1987; Rodrik, 2011). Diferente das instituições simbólicas da *Pax Britannica*, o multilateralismo promovido pelos estadunidenses dotou essas instituições de um certo grau de legitimidade independente do poder dos Estados Unidos<sup>25</sup> que as apoiava. Posto nas palavras de Rodrik (2011, p. 70, tradução própria<sup>26</sup>), “Elas [instituições] nunca se tornaram verdadeiramente autônomas dos Estados Unidos ou de outras grandes potências econômicas, mas também não eram puramente uma extensão dessas potências”. Exemplificar o multilateralismo dessa forma é relevante para entendermos posteriormente como as instituições acabaram por ramificar o projeto neoliberal de maneira tão eficiente e legitimada.

Seguindo na lógica sobre a legitimidade que as Organizações multilaterais trazem à hegemonia, argumenta-se que as relações transnacionais servem de veículos para que os atores subordinados no sistema apresentem seus interesses para o poder hegemônico, além de serem veículos pelos quais o consenso entre o poder hegemônico e os poderes menores é alcançado (Dudney; Ikenberry, 1999). Nas palavras dos autores, “[...] a abertura do Estado liberal e as relações transnacionais criam um processo político contínuo dentro do sistema hegemônico, sem o qual o sistema seria prejudicado pelo equilíbrio ou se tornaria coercitivo” (Deudney; Ikenberry, 1999, p. 185, tradução própria<sup>27</sup>). Tendo em vista a disseminação dessa lógica, o número de Organizações intergovernamentais multilaterais contabilizava cerca de 100 em 1945, tendo subido para, mais ou menos, 200 em 1960, chegando a 600 em 1980 (Ikenberry, 2003).

Considerando a temática da atual pesquisa, volta-se para a formação da União Europeia enquanto um dos maiores representantes da Ordem mundial nascida no pós-1945, ou seja, representante direta da Ordem Internacional Liberal (ou da Ordem Internacional do *Embedded Liberalism*) e da lógica multilateral que a compusera. O objetivo é apresentar o nascimento do processo de integração europeu dentro do processo evolutivo da Ordem mundial então posta.

---

<sup>24</sup> No original: “[...] was to achieve ‘freer and fairer trade’ through the reduction of tariffs and elimination of other trade barriers”.

<sup>25</sup> Outra organização fruto do multilateralismo e representante da Pax Americana é a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

<sup>26</sup> No original: “They never became truly autonomous from the United States or other major economic powers, but neither were they purely an extension of these powers”.

<sup>27</sup> No original: “[...] liberal state openness and transnational relations create an ongoing political process within the hegemonic system without which the system would be undermined by balancing or become coercive”.

Como comentado anteriormente, características intrínsecas a essa Ordem, e automaticamente intrínsecas ao funcionamento do que veio a ser a União Europeia, em especial o multilateralismo e suas consequências para a soberania, são objetos de contestação por múltiplos grupos contra hegemônicos que se proliferaram desde o início do processo de integração.

O processo de unificação europeu teve início no começo da década de 1950. O contexto<sup>28</sup> do continente nos pós-Segundo Guerra Mundial permitiu que uma série de processos ocorressem em conjunto com a expansão da *Pax Americana*. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos países aliados vencedores correspondia a cerca de 4/5 do valor de 1939. Já dos países perdedores era ainda menor (Frieden, 2008). O conflito representou um retrocesso econômico de cerca de 25 anos para os vencedores e em média 50 anos para os perdedores (Frieden, 2008; McCormick, 2020; Pinder, 2001). Nesse contexto de vulnerabilidade social, desalento político e receio do retorno do Fascismo, participantes de partidos de esquerda, socialistas e comunistas, ganharam destaque político.

A guerra havia desmoralizado a direita e a classe capitalista que era vista como apoiadora do Fascismo. Com a erupção da Guerra Fria, em 1947, os políticos que faziam parte do fim do espectro político da esquerda, os comunistas,<sup>29</sup> acabaram retirados das coalizões que formavam os governos (Ruggie, 1982). Nesse período, a maior parte dos governos funcionavam na base de uma coalização de centro, que ia dos democratas cristãos aos socialistas. Observando a forte participação da esquerda na política europeia, e a ascensão do comunismo soviético “logo ao lado”, os Estados Unidos receosos, mas também interessados em ganhar apoio a sua visão de mundo, viram uma oportunidade (Dedman, 2010; Frieden, 2008; Judt, 2017; Pinder, 2001).

Como mencionado anteriormente, os países europeus estavam em uma situação muito precária para poder contribuir para o funcionamento do Banco Mundial, uma das Organizações propostas pelo acordo de Bretton Woods. Nesse sentido, os Estados Unidos eram os únicos financiadores da instituição, o que fazia com que o projeto tivesse baixo apoio da direita no Congresso estadunidense e dos banqueiros de *Wall Street* (Frieden, 2008). Nesse contexto, o

---

<sup>28</sup> A busca por um meio de estabelecer uma co-dependência econômica que gerasse uma paz estável, e evitasse uma nova guerra nas proporções das duas anteriores (Castells, 2018).

<sup>29</sup> Sobre a utilização do Plano Marshall como ferramenta de contenção do comunismo na Europa, Ruggie (1982, p. 394, tradução própria) afirma que “[...] os Estados Unidos viriam a usar sua influência no exterior nos anos imediatamente posteriores à guerra, por meio do Plano Marshall, das Autoridades de Ocupação na Alemanha e no Japão e de seu acesso a organizações trabalhistas transnacionais, por exemplo, para moldar os resultados de forma muito mais direta, buscando moderar a estrutura e a direção política dos movimentos trabalhistas, incentivar a exclusão dos Partidos Comunistas da participação em governos e, em geral, desencorajar arranjos coletivistas sempre que possível ou, pelo menos, contê-los dentro de limites aceitáveis de centro-esquerda”.

convencimento por meio de um argumento econômico não funcionou, o que levou a administração Truman a repensar possibilidades (Judt, 2017). No mundo ideal, o Banco Mundial, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), forneceria empréstimos para a reconstrução da Europa, permitindo que os dólares transferidos para os países europeus pudessem ser usados para realizar importações de matérias primas dos EUA, fomentando o comércio internacional (Dathein, 2003; Steger; Roy, 2010).

George Marshall, então secretário de Estado do governo Truman, sabia que os políticos filiados ao Partido Republicano estavam menos preocupados com o livre comércio do que com a expansão do comunismo (Dedman, 2010; Frieden, 2008). Considerando os impactos futuros da influência política estadunidense na lógica de funcionamento da Europa, Cox (1987, p. 228, tradução própria<sup>30</sup>) afirma que "O Plano Marshall conseguiu criar uma orientação de centro-direita na política interna da Europa Ocidental durante as décadas de 1950 e 1960, que forneceu a base política para a construção de Estados neoliberais".

A realidade foi um tanto diferente. Considerando o contexto exposto acima sobre a condição precária dos países europeus e a ascensão da Guerra Fria, a alternativa de transferência de recursos para a Europa, sem as restrições políticas domésticas impostas às instituições de Bretton Woods, foi o Plano Marshall (Dathein, 2003; Pinder, 2001). Após a Doutrina Truman ter sido anunciada pelos Estados Unidos, George Marshall anunciou o Plano de Recuperação Econômica, conhecido então como Plano Marshall (Dedman, 2010; McCormick, 2020; Pinder, 2001). Assim, foi por meio desse plano de recuperação econômica que os Estados Unidos moldaram a Ordem economia mundial vigente no pós-1945 (Cox, 1987). Corroborando o argumento acima citado, e a teoria da hegemonia calcada nas relações sociais, Frieden (2008, p. 341) afirma que

O papel norte-americano na reconstrução do capitalismo combinava objetivos econômicos e antissoviéticos. Alguns dos principais líderes políticos e empresariais se entusiasmaram com a segunda chance dada ao internacionalismo e utilizaram a ameaça soviética como justificativa para a construção de uma ordem econômica global centrada nos Estados Unidos.

Com a Guerra Fria e a divisão do continente, já em 1947, em dois blocos, um pró-Estados Unidos e o outro pró-União Soviética, a Europa pertencente ao primeiro bloco perdeu acesso aos mercados do segundo, aproximando-a ainda mais aos Estados Unidos. No pós-1945, a capacidade importadora da Europa ocidental era 1/3 daquela de antes da guerra. É válido mencionar que enquanto o continente europeu era desmantelado, os Estados Unidos

---

<sup>30</sup> No original: "The Marshall Plan was able to bring about a center-right orientation in the domestic politics of Western Europe during the 1950s and 1960s that provided the political basis for the building of neoliberal states".

desfrutavam de prosperidade, tendo a sua economia crescido cerca de 50% durante a guerra (Judt, 2017). As exportações europeias voltaram a ter maior força com a ocorrência da Guerra da Coreia em 1950 (Frieden, 2008). Apenas em seu primeiro ano, o dinheiro oriundo do Plano Marshall era cerca de 6% da renda dos países beneficiados, representando em média 1/4 dos investimentos internacionais (Datheïn, 2003).

O Plano Marshall trouxe consigo o conceito do multilateralismo para o funcionamento estrutural da Europa. Ele foi incorporado a partir da regra de que os países que recebessem dinheiro do fundo deveriam conceber a distribuição do fundo por meio da Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE) criada em 1948 (Cox, 1987; Dedman, 2010; Judt, 2017; Pinder, 2001). Esse fato, junto à interdependência gerada entre os dois lados do Atlântico, serviu de base para a evolução do processo de integração, que seguiu junto ao Estados Unidos o processo de neoliberalização da sua estrutura político-econômica. A OCEE representava um fórum de planejamento conjunto para os Estados europeus. Dela veio a surgir, na década de 1960, com a inclusão dos Estados Unidos e do Canadá, o que se tornou um dos pilares do multilateralismo do Norte Global, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) (McCormick, 2020; Pinder, 2001). No que consiste a hegemonia estadunidense, Frieden (2008, p. 317) afirma que os Estados Unidos alcançaram seus objetivos com o “[...] o auxílio norte-americano à Europa, a cooperação econômica europeia, a liberalização do comércio e um novo sistema monetário e de investimentos para o mundo”.

No final da década de 1950, a Europa já tinha superado seus piores problemas, entrando numa fase de prosperidade que ficou conhecida como a fase de ouro do Estado de bem-estar social (Hobsbawn, 1995; Steger, 2013; Steger; Roy, 2010). Nesse período de expansão econômica, tanto Estados Unidos quanto os países da Europa Ocidental precisavam de mercados, o que por sua vez levava à necessidade de um comércio mais livre, o que conseqüentemente levava a eliminação das restrições cambiais. Considerando esse contexto, seguiu-se a liberalização do comércio e da moeda. Seguindo esse período de expansão e interdependência econômica, os países europeus, já desde o final da guerra interessados em superar qualquer dinâmica de poder que pudesse levar a um terceiro conflito, começaram a pensar numa solução (Ruggie, 1982). O movimento de uma Europa unificada nasceu da consideração de que a interdependência econômica gerava estabilidade. Nas palavras de Deudney; Ikenberry (1999, p. 184, tradução própria<sup>31</sup>), “O movimento da União Europeia

---

<sup>31</sup> No original: “The European union movement explicitly sought to achieve economic interdependence between Germany and her neighbours in order to make strategic military competition much more costly and difficult to undertake”.

buscou explicitamente alcançar a interdependência econômica entre a Alemanha e seus vizinhos para tornar a competição militar estratégica muito mais cara e difícil de ser realizada”.

Fruto desse movimento e do contexto da entrada do conceito de culturalismo a partir da OCEE, foi a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).<sup>32</sup> Por meio do Plano Marshall os Estados Unidos buscaram incentivar a criação de Organizações político-econômicas conjuntas que emulassem a lógica federalista estadunidense e não aquela vinculada aos preceitos westfalianos dos Estados-nacionais (Deudne; Ikenberry, 1999). Segundo Frieden (2008, p. 336), “[...] os líderes políticos e empresariais internacionalistas norte-americanos acreditavam que um Estados Unidos da Europa seria essencial para a estabilidade e a prosperidade do continente – e para os interesses estadunidenses na região”. A efetivação da integração europeia em 1957, por meio da assinatura do Tratado de Roma<sup>33</sup>, que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), aconteceu graças a três grandes eventos que se prosseguiram após 1945 (Dedman, 2010). De acordo com Pecequilo (2014, p. 12), esses eventos foram “A ascensão da hegemonia dos Estados Unidos, a institucionalização das relações interestatais com a criação do sistema multilateral e a emergência da Guerra Fria em 1947”.

Em 1958, as economias europeias já estavam totalmente recuperadas, participando ativamente da Ordem então em vigor (Cox, 1987; Pinder, 2001). Não foi acaso que o principal pensador por trás da criação do projeto de integração europeu fosse alguém com amplo conhecimento do sistema capitalista estadunidense. Jean Monnet acreditava que o industrialismo estadunidense, baseado no consumo e na produção em massa, era a nova realidade posta (Betz, 1993; Frieden, 2008; McCormick, 2020; Pinder, 2001). Tendo esse fato em consideração, eram necessários mercados nos quais essa nova forma de produção pudesse ser absorvida. A justificativa era de que se a Europa não se adequasse a esse sistema, as empresas do continente nunca iriam poder competir com as dos Estados Unidos, perdendo potencial de um maior crescimento econômico (Judt, 2017). Nesse sentido, junto a Robert Schuman, Monnet se tornou o catalizador da criação da CECA, por meio da assinatura do Tratado de Paris em 1951. E, posteriormente, criou o Comitê de Ação para os Estados Unidos

---

<sup>32</sup> Participavam os seguintes Estados: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo (Pecequilo, 2014).

<sup>33</sup> Segundo Dedman (2010) a CEE era um mercado comum de produtos manufaturados com uma Política Agrícola Comum (PAC), e a Euratom era um mercado comum de materiais nucleares que oferece acesso igual aos estoques de urânio 233. O Tratado de Roma foi visto como uma declaração de intenções, um programa de ação em direção a uma integração cada vez maior.

da Europa, organização privada que visava forçar os governos na direção da integração econômica (Dedman, 2010; Frieden, 2008; McCormick, 2020).

Considerado como marco oficial do começo da integração europeia, argumenta-se que a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, significou o abraço do continente europeu aos princípios de Bretton Woods (Frieden, 2008; Judt, 2017). Sobre a evolução do processo de integração europeu, Frieden (2008, p. 338) escreve

Doze anos após a desintegração da Europa, os principais beligerantes criavam uma confederação; e na década de 1960, as seis principais nações europeias formavam um mercado unificado. Em 1971, após anos de oscilações (e resistência francesa), o Reino Unido, junto com a Irlanda e a Dinamarca, juntou-se aos seis primeiros países. Nesse momento, a Comunidade Europeia (CE) já formava uma unidade econômica tão grande quanto os Estados Unidos, com 1/4 a mais de indivíduos.

Pode-se argumentar que a criação do bloco europeu foi um dos mais ambiciosos processos de liberalização do comércio visto até aquele período (Pinder, 2001). Ao mesmo tempo, foi um processo destinado a aumentar a capacidade competitiva da Europa no comércio internacional. Inicialmente, com permissão dos Estados Unidos, e de instituições como o GATT, a Europa buscou manter produtos estrangeiros longe de indústrias que ela considerava sensíveis. As *commodities* talvez sejam o melhor exemplo, pois até hoje o bloco europeu conta com uma Política Agrícola Comum baseada em um sistema complicado de incentivos, pagamentos em espécie, preços subsidiados e barreiras comerciais (Baker; Schnapper, 2015; Pecequilo, 2014). Seguindo à risca o fundamento do *Embedded Liberalism*, o bloco europeu não permitia que competições trazidas por indústrias estrangeiras enfraquecessem<sup>34</sup> os padrões sociais, trabalhistas e nacionais dos países membros. Nas palavras de Frieden (2008, p. 338), “A integração econômica europeia fez uma mistura muito bem-sucedida de Liberalismo Clássico e social-democracia”.

Porém, o equilíbrio proposto pela lógica do *Embedded Liberalism* não durou para sempre. Na medida que a liberalização do comércio se perpetuava, a balança entre o doméstico e o internacional começou a se alterar. O processo de liberalização, ou então, posteriormente chamado de neoliberalização, do mundo se deu com o avanço da integração econômica global por meio das corporações, conhecidas hoje como transnacionais, da financeirização da economia global, da internacionalização do Estado e do desdobramento de crises sistêmicas, que levaram à desvinculação do padrão dólar-ouro, e por fim ao desmantelamento do sistema de Bretton Woods (Castells, 2018; Hobsbawn, 1995; Steger, 2013; Steger; Roy, 2010).

---

<sup>34</sup> Conhecido também como Dumping Social (Frieden, 2008).

No lugar do Estado de bem-estar social e da social-democracia europeia emerge o Neoliberalismo e o Estado Neoliberal, ou como argumentado por Cerny (2008), houve a emergência de um Estado calcado na lógica do *Embedded Neoliberalism*. Esse conceito refere-se à situação em que alguns aspectos do Neoliberalismo se fundiram com valores e comportamentos de instituições e políticas existentes estabelecidas durante a era do *Embedded Liberalism*.

Nesse sentido, por exemplo, políticas orientadas para o mercado, como desregulamentação e privatização, são amplamente aceitas. Entretanto, algumas redes de segurança social e regulamentações governamentais da era do *Embedded Liberalism* ainda existem, gerando um sistema híbrido, contraditório em si, a qual permite, segundo o autor, uma maior estabilidade da hegemonia dos valores neoliberais, e a transformação deles em senso comum. Segundo Van Apeldoorn (2009), o Neoliberalismo europeu se torna *Embedded* na medida em que é combinado com políticas e instituições socialmente protetoras em nível nacional.

### 3.2 A NEOLIBERALIZAÇÃO DO *EMBEDDED LIBERALISM* E O CAMINHO PARA A CRISE DA ORDEM (NEO)LIBERAL INTERNACIONAL

A então economia mundial do pós-1945 cresceu, enquanto parte do papel hegemônico do Estados Unidos, via instituições multilaterais. O multilateralismo, assim como o Estado de bem-estar social das sociais-democracias, facilitava o consenso político socioeconômico global, permitindo uma contínua integração econômica. Por meio das ações hegemônicas dos Estados Unidos, como o Plano Marshall, instituições com base em valores liberais foram instauradas, sendo a atual União Europeia um dos maiores exemplos (Bieler, 2005; Castells, 2018; Newman, 2013; Pinder, 2001). O grande aumento dos investimentos internacionais, ao passar dos anos do pós-II Guerra, foi gerado pela estabilidade monetária, pelas reduções de barreiras, pelo apoio generalizado dos governos e pelo crescimento econômico os mesmos fatores que levaram ao enorme aumento do comércio internacional (Frieden, 2008; Gilpin, 1997; Steger, 2013).

Essa expansão comercial e financeira se deu muito por conta da expansão das corporações estadunidenses. Na década de 1950, os investimentos das multinacionais estadunidenses tornaram-se extremamente relevantes, o que quadruplicou na década de 1970. Até a ocorrência da Guerra, em 1939, o único investidor relevante no sistema econômico eram os bancos (Frieden, 2008). Durante Bretton Woods, emergiu um novo investidor, as empresas multinacionais que construía fábricas no exterior (Hall; Massey; Rustin, 2015; Judt, 2017).

Nas palavras de Frieden (2008, p. 349), “Durante a década de 1960, Ford, Fiat, Colgate, Bayer, Coca-Cola e Philips se tornaram palavras comuns em todos os lares e empregadores de peso na maior parte das grandes economias mundiais”. Nesse processo, tais empresas estadunidenses moviam uma grande escala de capital (dólar), em especial na Europa (Dathein, 2003; Gilpin, 1987; Judt, 2017). Tais processos, junto com os empréstimos do Plano Marshall, inundaram a Europa de dólares, o que veio a ser um dos pilares para a crise que levou Bretton Woods a seu fim (Cox, 1987; Dathein, 2003).

A integração cada vez maior dos mercados mundiais expandia as oportunidades comerciais e a geração de capital, porém levava a uma cada vez maior interconectividade entre os países envolvidos, o que significava que as crises e os problemas econômicos ocorridos em um dos países afetariam todos os outros, ultrapassando o controle doméstico prometido por Bretton Woods (Frieden, 2008; Ruggie, 1982). Considerando o papel das multinacionais e a interação comercial cada vez mais globalizada, argumenta-se que desde aquele momento essas empresas já representavam, para alguns atores, intromissões políticas, econômicas e culturais nada bem-vindas. Porém, para outros, elas representavam oportunidades de um crescimento tecnológico e financeiro cada vez maior (Frieden, 2008; Hall; Massey; Rustin, 2015).

Ao mesmo tempo que as multinacionais estadunidenses ganhavam espaço e os mercados globais se expandiam, o sistema de Bretton Woods começava a sofrer com as consequências da instabilidade doméstica nos Estados Unidos, em especial no que dizia respeito o papel do dólar. Nas palavras de Gilpin (1987, p. 134, tradução própria<sup>35</sup>), “O preço pago pela exploração americana de seu papel como banqueiro mundial foi a destruição do sistema de Bretton Woods”. Por cerca de trinta anos, os Estados Unidos mantiveram o papel de estabilizador da economia mundial, devido à força da sua economia no pós-1945. Dentro da lógica da Guerra Fria, havia o interesse de consolidar as relações de aliança com o Japão e a Europa Ocidental (Dathein, 2003; Gilpin, 1987).

Nesse contexto, os Estados Unidos subordinaram seus interesses econômicos domésticos a seus interesses políticos maiores, o que levou à posição de contentamento passivo com relação ao valor do dólar (Dathein, 2003; Gilpin, 1987). No fim da guerra, o dinheiro estadunidense era tão bom quanto o ouro. Nesse sentido, o dólar era a principal moeda de reserva no mundo, o que tornou o governo estadunidense responsável pela liquidez internacional, via balança de pagamentos (Gilpin, 1987). A base de sustentação do sistema

---

<sup>35</sup> No original: “The price paid for America's exploitation of its role as the world's banker was the destruction of the Bretton Woods system”.

monetário era a promessa de que os Estados Unidos manteriam o dólar conversível em ouro, no valor de US\$ 35 por onça do metal (Frieden, 2008).

Como comentado anteriormente, grandes quantias de dólares se encontravam no poder da Europa, significando que se a moeda estadunidense mantivesse seu valor e o sistema dólar-ouro fosse preservado, a política americana teria que se adequar aos desejos dos europeus (Gilpin, 1987). Ainda considerando esse fato, os Estados Unidos cada vez mais se encontravam em uma posição de vulnerabilidade política, no qual sua autonomia estava em constante risco. O encolhimento da economia estadunidense e a situação de vulnerabilidade posta fizeram com que investidores ao redor do mundo começassem a duvidar do comprometimento do governo estadunidense com a taxa de câmbio do país, o que despertou uma crise de representatividade no sistema posto (Frieden, 2008). Em síntese, Gilpin (1987, p. 140, tradução própria<sup>36</sup>) afirma que

Em meados de 1971, o dólar estava seriamente desalinhado com outras moedas importantes e as taxas diferenciadas de inflação entre os Estados Unidos e outras economias de mercado haviam produzido um desequilíbrio fundamental nas taxas de câmbio. A confiança no dólar estava se desgastando rapidamente e causando estragos nos mercados de câmbio. O governo americano estava sob pressão para converter dezenas de bilhões de dólares em ouro, e o sistema monetário internacional ameaçava entrar em colapso.

Em 13 de agosto de 1971, Richard Nixon, então presidente do Estados Unidos, suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro e, assim, colocou o sistema monetário mundial em um padrão de dólar puro (Dathein, 2003; Gilpin, 1987). Até aquele momento demonstrações de descontentamento com a performance do dólar já eram visíveis. Isso preocupava o governo de Nixon pois, sob a ordem monetária de Bretton Woods, os outros governos podiam trocar dólares por ouro. Quando achavam que o dólar iria se desvalorizar, era esperado que eles se desfizessem da maior quantidade possível de dólares (Frieden, 2008; Judt, 2017). Dathein (2003, p. 7) afirma que “Em 1965, De Gaulle anunciou que a França trocava todos os dólares em seu poder por ouro, o que provocou nova corrida contra o dólar, levando a que as reservas dos EUA se reduzissem em mais US\$ 1,5 bilhão”.

Já em 1971, o Reino Unido pedia que os Estados Unidos cobrissem um rombo de US\$ 3 bilhões, todas as reservas deles em dólares (Frieden, 2008). A situação doméstica dos Estados Unidos era de inflação e declínio rápido da economia. Tal situação, segundo os políticos da

---

<sup>36</sup> No original: “By mid-1971, the dollar had become seriously out of line with other major currencies and the differential rates of inflation between the United States and other market economies had produced a fundamental disequilibrium in exchange rates. Confidence in the dollar was rapidly eroding and causing havoc in foreign exchange markets. The American government was under pressure to convert tens of billions of dollars into gold, and the international monetary system was threatening to break down”.

época, gerava a necessidade de aumentar os juros, de cortar gastos, de controlar lucros e salários e de, por fim, levar a economia à recessão (Judt, 2017; Mazower, 2001). Nas palavras de Frieden (2008, p. 399), “A posição comercial do país também aumentou a pressão pela desvalorização. Os preços nos Estados Unidos subiam mais rápido que no exterior. Os estrangeiros passaram a importar menos dos Estados Unidos, enquanto os norte-americanos compravam mais de fora”.

Nesse mesmo contexto, acontecia a Guerra do Vietnã, o que influenciou diretamente a decisão pelo rompimento do sistema de taxas de câmbio em 1973 (Dathein, 2003; Judt, 2017; Mazower, 2001). Em termos gerais, o governo estadunidense não estava mais disposto a encolher sua economia, arcando com consequências domésticas por conta das obrigações cambiais que eram exigidas por Bretton Woods (Frieden, 2008). O desmantelamento de Bretton Woods, no fim, aumentava a liberdade de ação econômica e política do então Estado hegemônico, mesmo que isso significasse o fim do sistema que o ajudou a angariar legitimação perante os outros Estados do Sistema Internacional.

Nesse mesmo período do início da década de 1970, colaborando diretamente para a situação desgastada das economias, em especial dos países da OCDE, aconteceram as crises do petróleo em 1973 e 1979. Por muito tempo o valor do petróleo não seguia a inflação, com preços baixos que beneficiavam seus compradores. Com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>37</sup> em 1960, essa situação começou a se modificar, eclodindo no primeiro choque de preços em 1973. Reagindo ao apoio estadunidense a Israel na Guerra do Yom Kippur, os países árabes aumentaram o preço da *commoditie*, gerando preocupações no mercado energético. Essa situação, e o fim das regulamentações de Bretton Woods que ocorreu no mesmo ano, multiplicaram o mercado de eurodólares (Dathein, 2003; Judt, 2017).

Uma grande parte do dinheiro que era arrecadado na venda do petróleo, que era vendido exclusivamente em dólar, foi depositado em bancos europeus gerando uma liquidez ampliada e uma reciclagem, o que levou ao aumento dos processos financeiros de curto prazo, processos esses abominados pela lógica keynesiana (Frieden, 2008; Steger, 2013). Assim, argumenta-se que o sistema de Bretton Woods foi arruinado por aspectos resultados do seu próprio sucesso. Entre esses aspectos está a financeirização internacional. Frieden (2008, p. 402) afirma que esse

[...] fato teve importância porque a dormência dos fluxos financeiros internacionais foi uma das razões pelas quais os governos continuavam capazes de manejar suas próprias políticas monetárias. Caso os mercados financeiros estivessem ativos nas décadas de 1950 e 1960, juros menores na França do que na Alemanha teriam levado os investidores a retirar o dinheiro de Paris e a mandá-lo a Frankfurt em reação à medida.

<sup>37</sup> Países formadores eram Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela (Frieden, 2008).

A partir de 1973, as tensões circulando a situação econômica global chegaram ao seu ápice (Anderson, 1995; Hobsbawn, 1995; Judt, 2017). Nesse processo, o crescimento dos países capitalistas avançados desacelerou graças à inflação, e por mais de uma década permaneceu a metade dos índices dos primeiros anos após 1945 (Datheine, 2003; Judt, 2017). A inflação chegou a ser quatro vezes maior do que era no começo de Bretton Woods, ao mesmo tempo que o preço do barril de petróleo, na época força motriz por trás da indústria global, foi de US\$3 para US\$30 (Frieden, 2008).

Com a volatilidade dos valores cambiais, dos juros e da inflação, os mercados financeiros expandiram de forma inimaginável, fazendo centenas de bilhões de dólares circularem mundialmente, de forma que o valor das moedas flutuava consideravelmente em questão de poucos dias (Frieden, 2008; Judt, 2017; Mazower, 2001). Junto a isso, o colapso de Bretton Woods, e o não lastreamento da moeda em ouro levaram que os governos estimulassem suas economias via impressão da moeda, o que por fim elevava ainda mais o valor da inflação. No mais, o crescimento da financeirização mundial e dos mercados facilitou o acesso a gastos mediante a dívidas, fator que contribuiu para os déficits e a inflação das décadas de 1980 e 1990 (Frieden, 2008; Mazower, 2001).

Com esse processo se iniciou a maior crise econômica desde a quebra da bolsa em 1929, desencadeando um período de recessão não visto desde a década de 1930 (Gilpin, 1987; Judt, 2017). Junto a isso, houve um aumento no processo de desindustrialização que impactou no aumento do desemprego, o que era inaceitável para os europeus, até então prosperando com o processo de integração e com a realidade do Estado de bem-estar social, que mantinha sua população estável mantendo o consentimento político (Betz, 1993; Cox, 1981, 1987; Frieden, 2008). Ainda nesse período, medidas de austeridade pesadas não eram consideradas politicamente sustentáveis, como foram a ser na década de 1980. Porém, a lógica já estava colocada. As políticas de renda, que tentavam persuadir os negociadores sindicais<sup>38</sup> a aceitar aumentos salariais abaixo da taxa de inflação, foram amplamente introduzidas (Glyn, 2006; Hall; Massey; Rustin, 2015).

---

<sup>38</sup> Anderson (1995, p. 2) ao discutir os ideais neoliberais, afirma que “[a]s raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

O Reino Unido estava entre os países em que os aumentos salariais foram drasticamente reduzidos em meados da década de 1970 por meio de acordos variados com os sindicatos (Judt, 2008; Mazower, 2001).<sup>39</sup> Tal realidade, com o passar dos anos, de aumento drástico das políticas de austeridade fiscal, características salientes dos governos neoliberais, originou um período de convulsão social (Hall, 2011; Hall; Massey; Rustin, 2015;). O Reino Unido na década de 1980, durante a era Thatcher, talvez seja o maior exemplo do que a falta de consenso e consentimento político unido ao empobrecimento da população é capaz de gerar (Cox, 1981; Glyn, 2006; Hall, 2011; Judt, 2017; Worth, 2013).

Nas palavras de Frieden (2008, p. 401), “O início da década de 1970 foi o principal divisor de águas para a economia mundial do pós-guerra”. Ele representou a eclosão do *Embedded Liberalism*, e o nascimento de uma nova ideologia hegemônica, a do Neoliberalismo. Como veremos a seguir, a manutenção da lógica hegemônica e a perpetuação dela nos países de capitalismo avançado, como Estados Unidos e Europa Ocidental, assim como nos países do então Terceiro Mundo, se deu, entre outros, por meio das então instituições internacionais existentes, em especial por meio do FMI no segundo grupo de países, e pela própria lógica institucional do então processo de integração europeu, nos países da Europa Ocidental (Cox, 1981; Steger, 2013; Steger; Roy, 2010).

Considerando o objeto dessa pesquisa, se focará na situação europeia. Tendo em vista o contexto de instabilidade do dólar, e a flutuação individual das outras moedas europeias, o marco alemão ganhou destaque tornando-se a moeda mais utilizada no comércio europeu. Essa escolha pelo marco alemão representava a vontade dos países europeus de diminuir cada vez mais a sua dependência em relação ao dólar (Dathein, 2003; Judt, 2017). Tendo em vista esse cenário, em 1978, o chanceler alemão Helmut Schmidt propôs a criação do Sistema Monetário Europeu (SME). Nesse sistema, iria se estabelecer uma quantidade de taxas cambiais bilaterais – a Unidade Cambial Europeia - com o objetivo de estabilizar as moedas europeias, além de se estabelecer políticas anti-inflacionárias, ou seja, medidas de austeridade, comuns na economia alemã ocidental naquele período. Os países que quisessem participar desse sistema deveriam comprometer-se a um rigor econômico interno (Frieden, 2008; Judt, 2017). Nesse sentido, é afirmado por Worth (2013, p. 18, tradução própria<sup>40</sup>) que “[...] a própria UE estava emergindo

<sup>39</sup> Sobre a situação dos sindicatos no Reino Unido, Frieden (2008, p. 429) argumenta que “[o]s mineiros de carvão da Grã-Bretanha diminuíram o ritmo de trabalho até a interrupção das atividades, no começo de 1974, forçando o país a decretar uma semana de trabalho de três dias. Ao longo dos cinco anos seguintes, foram perdidos praticamente 12 milhões de dias de trabalho por ano em greves no Reino Unido, mais que o triplo dos índices de 1950 e 1960”.

<sup>40</sup> No original: “[...] the EU itself was emerging as an institutional forum where the idea of a more social Europe was in constant conflict with one that favoured a more open, neoliberal Europe”.

como um fórum institucional em que a ideia de uma Europa mais social estava em constante conflito com uma ideia que favorecia uma Europa mais aberta e neoliberal".

Inicialmente alguns políticos não quiseram adotar o sistema, pois entendiam que tais medidas elevariam as porcentagens do desemprego, se tornando politicamente inviável. Um desses políticos foi o então o primeiro-ministro britânico James Callaghan, vinculado ao Partido Trabalhista (Worth, 2013). Outros políticos adotaram o sistema exatamente pela proposta das políticas anti-inflacionárias. Segundo Judt (2017), o SME funcionaria mais como o Fundo Monetário Internacional, obrigando os governos a tomar decisões impopulares que esperavam poder atribuir às regras e tratados concebidos. Nesse contexto, a estabilidade monetária deveria ser a meta de todos os governos. Isso necessitava de um regramento orçamentário rígido, com uma grande contenção de gastos com políticas de bem-estar social, e a restauração de uma taxa de desemprego, o que geraria um exército de reserva disposto a trabalhar em condições adversas, o que levaria, automaticamente, a perda de poder por parte dos sindicatos (Anderson, 1995; Hall, 2011; Steger; Roy, 2010).

As posições dentro do espectro político se polarizam. Segundo Frieden (2008, p. 425) “[...] os empresários se opunham de maneira veemente aos sindicatos trabalhistas e ao estado do bem-estar social; e o operariado adotava posições firmes contra os empresários”. Nesse sentido, o consenso centrista que dominou a política do norte-global entre as décadas de 1950 e 1960 tinha acabado. Aqui é válido mencionar que durante as décadas do consenso mencionado, os preços aumentavam levemente, porém de forma constante, juntamente ao crescimento europeu (Mazower, 2001). Foi também no fim da década de 1970 que os Estados Unidos abalaram o mundo econômico com o que ficou conhecido como Choque Volker (Dathein, 2003).

Paul Volker, em 1979, era o chefe do *Federal Reserve (FED)*. Tendo em mente a inflação e a situação do dólar, ele resolveu acalmar os mercados financeiros modificando a política econômica dos Estados Unidos. Poucas semanas após tomar posse, Volker decidiu, em agosto de 1979, que o *FED* forçaria uma alta das taxas de juros de curto prazo de cerca de 10% para 15% e, finalmente, para mais de 20% (Frieden, 2008). Tais juros extraordinários mantiveram-se nesse patamar por quase três anos, até o fim de 1982 (Gilpin, 1987). Considerando o contexto da expansão das multinacionais, argumenta-se que o aumento dos juros fez com que o retorno do capital voltasse a crescer nos Estados Unidos, fazendo com que os investidores embolsassem os maiores lucros já vistos até então (Frieden, 2008; Judt, 2017). No mais, reformas fiscais, ou melhor, redução de impostos sobre rendimentos mais altos eram,

e são necessários, em uma economia neoliberal, para incentivar os agentes econômicos (Anderson, 1995).

No Reino Unido, no mesmo ano do Choque Volker, Margaret Thatcher, então candidata do Partido Conservador, foi eleita como Primeira-Ministra, sendo o primeiro governo no norte-global a colocar um programa econômico neoliberal em prática (Anderson, 1995). Seguindo a política econômica dos Estados Unidos, o governo Thatcher passou as taxas de juros reais de longo prazo de menos 3% para mais 4% entre 1979 e 1982 (Glyn, 2006). Isso não apenas aumentou os custos dos empréstimos para a população, mas também ajudou a elevar a taxa de câmbio, lançando uma pressão feroz sobre o setor industrial, o que engatilhou um processo de desindustrialização nos onze anos seguintes, juntamente a inúmeros processos de privatização.<sup>41</sup> A política fiscal também foi agressivamente alterada para a restrição, com o déficit orçamentário reduzido em 1981, apesar da recessão que estava reduzindo as receitas fiscais (Glyn, 2006; Mazower, 2001). O desemprego aumentou de menos de 5% em 1979 para mais de 11% em 1983. Dos resquícios do Estado de bem-estar social do Reino Unido, apenas a saúde<sup>42</sup> e a educação pública se mantiveram quase que intocadas nos anos do thatcherismo (Mazower, 2001). O consenso econômico keynesiano forjado durante o começo do pós-guerra se fragmentou durante os anos de 1970 (Furedi, 2014).

Já em 1982, com a permanência de uma recessão econômica feroz, Ronald Regan<sup>43</sup> foi eleito presidente dos Estados Unidos propondo uma agenda conservadora semelhante à do governo Thatcher. Ainda em 1982, os sociais-democratas da Alemanha haviam perdido a eleição, tendo chegado ao poder Helmut Kohl, vinculado aos democratas-cristãos, partido de centro-direita alemão (Anderson, 1995; Hobsbawn, 1995). Nesse contexto, os governos de esquerda e centro-esquerda na Europa ainda tentavam conter a adoção de medidas de austeridade que cada vez mais se tornavam comuns no continente. De acordo com Frieden (2008, p. 438), as metas sociais desses partidos estavam “[...] em crescente desacordo com a austeridade global e com sua participação no SME, que atrelava as moedas ao marco alemão”.

Enquanto os países do Benelux e a Dinamarca seguiam o mesmo caminho do mundo anglo-saxão, países como França e Itália ficavam à mercê da decisão de seguirem sozinhos em

---

<sup>41</sup> Discutindo o cenário das privatizações no Reino Unido, Glyn (2006, p. 38, tradução própria) argumenta que “[a] privatização reduziu a contribuição das empresas de propriedade do governo de 12% do PIB do Reino Unido em 1979 para menos de 2% atualmente. A primeira grande privatização foi a da British Telecom, e a motivação nesse estágio foi principalmente financeira [...] A British Gas, a British Airways, a British Steel, as autoridades de água e o setor de eletricidade seguiram em rápida sucessão. A British Rail e a British Coal foram privatizadas após a eleição de 1992”.

<sup>42</sup> O Sistema Nacional de Saúde (NHS) é um dos principais representativos do Estado de bem-estar britânico, sendo sempre uma pauta importante na política britânica – no caso, a defesa dele.

<sup>43</sup> O consenso neoliberal ficou conhecido como “Consenso de Washington” (Steger; Roy, 2010).

suas políticas sociais ainda calcadas no Estado de bem-estar social, ou de adotarem as medidas neoliberais. Na lógica neoliberal, o Estado e a lógica por trás do Estado de bem-estar social são os maiores inimigos da liberdade individual e do progresso (Hall, 2011; Harvey, 2007). A decisão acabou sendo tomada nos anos seguintes quando<sup>44</sup>, em 1983, o então governo socialista francês optou pela austeridade, assim como os italianos dois anos depois (Frieden, 2008; Hobsbawm, 1995; Newman, 2013). Nas palavras de Mazower (2001, p. 330), “[...] marxistas, liberais e conservadores concordaram que a social-democracia pertencia ao passado”. O consenso neoliberal e o consentimento pela hegemonia do Neoliberalismo tinham finalmente se instaurado por completo<sup>45</sup> (Bieling; Steinhilber, 2000; Cox, 1981, 1987; Dathe, 2003; Mazower, 2001).

O Neoliberalismo enquanto prática no Norte Global emergiu como uma resposta à estagnação econômica da década de 1970, sendo catapultado pela queda da União Soviética, e levado adiante pelas instituições multilaterais,<sup>46</sup> assim como pelo poderio ainda relevante dos Estados Unidos, e mesmo da União Europeia (Harvey, 2007; Worth, 2013). Se observar numa perspectiva histórica, o embrião do experimento neoliberal tem origem no momento do pós-1945, sendo posto em ação na década de 1970, tornando-se hegemônico no final da Guerra Fria, em 1991 (Worth, 2013). Enquanto teoria, o Neoliberalismo pode ser traçado aos escritos<sup>47</sup> de Friedrich von Hayek,<sup>48</sup> e à Escola Austríaca de Economia. Apesar de ter ganhado notoriedade nos governos de Margaret Thatcher<sup>49</sup> e Ronald Regan, o Neoliberalismo, enquanto prática, foi

---

<sup>44</sup> Sobre a virada neoliberal na Europa, Frieden (2008, p.438) afirma que “[e]mpresários e outros interessados nos mercados europeus e internacionais pressionavam os governos para que seguissem o exemplo alemão, enquanto os comunistas e a ala socialista de esquerda, incluindo a maior parte dos movimentos trabalhistas, se opunham a essa tendência”.

<sup>45</sup> Em outras palavras, Frieden (2008, p. 443) afirma: “Aqueles que representavam a integração dos mercados nacionais, globais e o mercado de forma geral triunfaram”.

<sup>46</sup> Sobre a difusão da ideologia neoliberal por meio das instituições, argumenta-se que “[o] FMI começou informalmente a promover a liberalização de capital entre seus membros, que era quase universal, e alguns formuladores de políticas procuraram alterar o Convênio Constitutivo para obrigar os membros a liberalizar os movimentos de capital” (Abdelal; Ruggie, p. 158, tradução própria).

<sup>47</sup> Pode-se dizer que o marco de origem vem a ser o texto O Caminho da Servidão, escrito por Hayek em 1944 (Anderson, 1995). Naquele período, segundo o autor, o alvo era o Partido Trabalhista Inglês durante as eleições gerais de 1945. Nos anos quarenta, Hayek era refugiado de guerra no Reino Unido.

<sup>48</sup> Sobre a eventual escolha entre a filosofia há Hayek e os novos monetaristas é argumentado que “[...] embora a sabedoria de Hayek pudesse ser filosoficamente atraente como um novo desafio ao status quo keynesiano, um novo grupo de economistas que ficou conhecido como "Escola de Chicago" estava definindo como esse desafio poderia ser realizado” (Worth, 2013, p. 11).

<sup>49</sup> Segundo Anderson (1995, p. 3), “[...] o modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais”.

primeiro aplicado no Chile, o início da década de 1970, sob o regime autoritário e ditatorial de Augusto Pinochet<sup>50</sup> (Harvey, 2007; Worth, 2013).

De volta à situação europeia, a partir da década de 1980, os níveis de pobreza e desigualdade elevados eram aceitos de forma passiva (Mazower, 2001). Cerca de 14% da população da União Europeia (na configuração da época) eram pobres no final dos anos de 1980, tendo a porcentagem subido para 17% em 1993 (Mazower, 2001). No contexto da década de 1990, o Reino Unido era o país mais desigual do Ocidente, com cerca de 14 milhões de pessoas vivendo na pobreza (Frieden, 2008; Glyn, 2006; Judt, 2017). Ainda no Reino Unido, as maiores taxas de pobreza, encarceramento e desemprego pertenciam aos estrangeiros e às minorias étnicas e raciais (Mazower, 2001).

A década de 1980 viu o ressurgimento forte, relativo às décadas anteriores do pós-guerra, de partidos de extrema direita, associado às questões migratórias, de desemprego e criminalidade. Os maiores exemplos eram a Frente Nacional Francesa e o Partido Republicano da Alemanha (Betz, 1993; Mazower, 2001; Worth, 2013). Nesse mesmo período, facções neonazistas voltaram às manchetes, sendo fortemente combatidas pelo ainda presente sentimento de repúdio ao Fascismo e ao Nazismo, em uma boa parte das populações europeias (Judt, 2017; Mazower, 2001).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o bloco europeu estava integrando mais países à sua estrutura, como Grécia, Espanha, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia (Bieler, 2005; Pecequillo, 2014). Em 1985, foi publicado pela Comissão Europeia o documento '*Completing the Internal Market*', que propunha então cerca de 279 medidas para facilitar o progresso em direção ao Mercado Comum. Já em 1987, o *The Single European Act (SEA)* promoveu o objetivo do livre movimento de bens, serviços, capital e pessoas (Bieler, 2005) Nesse sentido, a racionalidade por baixo do programa interno para o mercado europeu seguia claramente a cartilha de neoliberalização econômica<sup>51</sup>, ainda que com certa preocupação com temas como direitos trabalhistas e direitos básicos como educação e saúde pública.

---

<sup>50</sup> Em relação a origem da ideologia neoliberal na América Latina, Worth (2013, p. 12, tradução própria) argumenta que "O papel do Chile como laboratório do experimento neoliberal foi tal que o próprio Hayek visitou o país muitas vezes, declarando que preferia uma "ditadura liberal a um governo democrático sem Liberalismo. Assim, embora a ontologia hayekiana se baseasse na correlação entre a redução do envolvimento do Estado na economia e a liberdade, a ironia era que somente por meio da opressão do Estado e da supressão da democracia popular a forma concentrada do Neoliberalismo poderia ser bem-sucedida. A experiência no Chile se espalhou para a vizinha Argentina, que, por meio da mesma forma de ditadura militar, embarcou em um projeto econômico semelhante, embora nunca tenha alcançado os mesmos patamares e tenha sido comprometida pela intervenção populista no final da década".

<sup>51</sup> Como argumentado por Cerny (2008, p. 14, tradução própria), "A União Europeia (UE) também tem visto o neoliberalismo como uma força motriz, não apenas em termos de política de concorrência e

A Europa ocidental continuou sendo um dos motores da economia global, mesmo após a crise dos anos de 1970 e 1980. As economias europeias conseguiram a se reerguer, mantendo um padrão de vida alto quando comprado a grande parte do mundo (Judt, 2017). O que estava mudado, segundo o autor, era a capacidade de preservar esses parâmetros econômicos e sociais mediante a perda de capacidade do Estado-nacional europeu de seguir puramente políticas econômicas nacionais (Judt, 2017; Mazower, 2001). Para Gill (2000) a Europa, devido a sua construção histórica, seguia uma variação mais civilizada do modo neoliberal de produção capitalista, o então *Embedded Neoliberalism*, legitimada a partir de uma maior esfera de regulamentação estatal e supraestatal, como no caso da União Europeia (Van Apeldoorn, 2009). De forma irônica, a promoção de maiores valores trabalhistas, aqueles criticados por Thatcher, ajudou o capitalismo neoliberal a se tornar hegemônico na Europa (Gibbins, 2020). Ainda que com uma crise no continente, o projeto de integração europeu se manteve firme, tendo como seu apogeu a assinatura do Tratado de Maastricht,<sup>52</sup> que oficialmente criou a União Europeia como conhecemos hoje, dentro dos moldes socio-econômicos já hegemônicos na década de 1990 (Bieler, 2005), e de um modelo político que flerta com o federalismo.

A nova Ordem estabelecida buscava, também, um objetivo social liberal, em que havia uma quantidade de autoridade significativa além do Estado-nação (Börzel; Zürn, 2021). No pós-Guerra Fria, o *boom* da globalização já era uma realidade, o que só se expandiu dali para frente com o apoio do desenvolvimento tecnológico cada vez maior e mais rápido (Castells, 2018; Mazower, 2001; Newman, 2013; Rodrik, 2011). A transformação das comunicações e da informática facilitaram a globalização das finanças, gerando benefícios enormes para o comércio internacional e para os investidores interessados em movimentos especulativos rápidos (Steger, 2013). Nas palavras de Frieden (2008, p. 467), “Desregulamentação e privatização eram causa e consequência das mudanças tecnológicas e da integração econômica global”. Ao mesmo tempo que isso acontecia, instabilidades aconteciam com maior frequência, ao mesmo tempo que os Estados iam perdendo o controle do que impactava a sua economia (Datheïn, 2003; Steger, 2013). Nesse sentido, uma economia globalizada gera uma

---

desenvolvimento do mercado único após 1985, mas também por meio do discurso em evolução da integração europeia [...]”.

<sup>52</sup> Sobre o impacto das políticas neoliberais no processo de integração europeia, é argumentado que “O *momentum* econômico e político criado pela formação de um mercado único impulsionou os membros da UE em direção a uma proposta ainda mais ambiciosa, a unificação das moedas. Em 1991, os membros da UE adotaram o novo Tratado da União Europeia, em geral conhecido como Tratado de Maastricht, devido à pequena cidade holandesa onde foi assinado. O documento exigia mais cooperação em várias dimensões, entre elas uma política externa liberal e um aumento do peso político do Parlamento Europeu (organismo eleito como poder Legislativo da UE)” (Frieden, 2008, p. 449). Ainda sobre esse tratado, Steger; Roy (2010) argumentam que havia regras econômicas a serem seguidas pelos países europeus para que fossem elegíveis para entrar na Zona do Euro.

interdependência e uma necessidade de convergência de políticas econômicas que acaba deixando os governos nacionais passivos perante a sua própria economia (Anderson, 1995; Datheïn, 2003; Newman, 2013). Nas palavras de Rodrik (2011, p. 190, tradução própria<sup>53</sup>), “O choque entre a globalização e os arranjos sociais domésticos é uma característica central da economia global”.

A desvinculação<sup>54</sup> entre os âmbitos político e econômico se tornava uma realidade novamente (Castells, 2018; Cox, 1981). Segundo Worth (2013, p. 10, tradução própria<sup>55</sup>), “A liberação dos mercados das restrições estatais, combinada com os avanços tecnológicos, permitiu a globalização da economia em um grau nunca visto”. O termo hiperglobalização definiu a lógica do capital pós 1990, pois havia sido determinado um conjunto de regras globais e de fóruns internacionais capazes de ultrapassarem as regulações domésticas (Rodrik, 2011), cruzando a linha da soberania político-econômica dos Estados-nacionais. Esse arcabouço de regras gerou diversos protestos antiglobalização, inicialmente encabeçados por movimentos de esquerda, no começo dos anos 2000, sendo o movimento *Occupy Wall Street* um exemplo desses movimentos (Arturi, 2006).

Em síntese, o senso comum<sup>56</sup> vinculado à lógica neoliberal deriva da afirmação de que o mercado é uma força suprema e inevitável, a qual não pode e não deve ser controlada. Além dessa afirmação, como visto nos casos do Reino Unido e dos Estados Unidos, a construção do conteúdo e dos meios de aplicação das políticas neoliberais, variam de país para país, dependendo da sua historicidade e do seu momento no processo evolutivo histórico (Furedi, 2014; Harvey, 2007; Worth, 2013). Na realidade da globalização neoliberal, o senso comum político-econômico da supremacia do mercado foi complementado pela cultura do individualismo e do consumismo (Betz, 1993; Castells, 2018; Hall, 2011; Hall; Massey; Rustin, 2015; Laval; Dardot, 2016). Conforme Worth (2013, p. 23, tradução própria<sup>57</sup>) a globalização do consumismo, considerando a expansão das empresas multinacionais (Hall; Massey; Rustin, 2015), foi uma faceta importante para o sucesso do Neoliberalismo em vias culturais, pois, nas

---

<sup>53</sup> No original: “The clash between globalization and domestic social arrangements is a core feature of the global economy”.

<sup>54</sup> Furedi (2014) argumenta que na década de 1970 houve a expansão da abordagem tecnocrática, nascida no pós-guerra, que afirmava que o gerenciamento da economia era mais uma questão administrativa do que política.

<sup>55</sup> No original: “The freeing up of markets from state constraints, combined with technological advances, allowed for a globalization of the economy to an extent not witnessed before”.

<sup>56</sup> Refere-se a um conjunto de crenças, suposições e valores compartilhados que fundamentam o funcionamento de uma sociedade liberal (Polanyi, 2021).

<sup>57</sup> No original: “[...] as the popularity of and demand for international brands strengthen the relationship of consent between classes”.

palavras do autor, “[...] a popularidade e a demanda por marcas internacionais fortalecem a relação de consentimento entre as classes”.

Ainda, o processo de transformação do Neoliberalismo e da globalização<sup>58</sup> neoliberal enquanto senso comum, como comentado anteriormente, se deu por meio do avanço institucional, o que Cox (1987) chamou de internacionalização do Estado.<sup>59</sup> A formação do consenso nasce no norte-global, ou chamados países de capitalismo avançado, a partir das agências centrais desses Estados em consonância com as instituições formais do sistema internacional como FMI, Banco Mundial e OCDE, que socializam as práticas neoliberais (Steger; Roy, 2010). Essa prática é, também, socializada pelas instituições que formam a União Europeia (Salter, 2018). A prática de privatização dentro dos países da OCDE deixou de ser algo vinculado a regimes de direita mais ferrenhos, se tornando uma prática convencional e até de “bom-senso” perante governos de esquerda (Glyn, 2006; Hall, 2011; Harbemas, 2001).

O novo governo trabalhista no Reino Unido, liderado por Tony Blair e Gordon Brown (1997-2010), é um exemplo desse processo<sup>60</sup> (Furedi, 2014; Hall, 2011; Steger; Roy, 2010; Worth, 2013). Nesse sentido, sobre o avanço da globalização neoliberal, Cox (1987, p. 265, tradução própria<sup>61</sup>) afirma que “Assim como a internacionalização da produção, a tendência à internacionalização do Estado nunca está completa e, quanto mais avança, mais provoca tendências contrárias sustentadas por grupos sociais internos que foram prejudicados ou excluídos nos novos realinhamentos internos”. Argumenta-se então que o Neoliberalismo gerou ganhadores e perdedores<sup>62</sup> dentro da globalização (Steger; Roy, 2010; Worth, 2013).

Aqui chega-se à lógica central que embasa o argumento dessa pesquisa. O processo de tendências contrárias, no caso dessa pesquisa, antagônicas à Ordem Internacional (Neo)Liberal,

<sup>58</sup> Sobre a relação globalização neoliberal é discutido que “[...] a globalização tornou-se um imperativo, aparentemente exigindo que todas as nações adotassem uma estratégia comum de baixa tributação corporativa, política fiscal rígida, desregulamentação e redução do poder dos sindicatos” (Rodrik, 2011, p. 76, tradução própria).

<sup>59</sup> Relembrando seu significado, a internacionalização do Estado é “[o] processo global pelo qual as políticas e práticas nacionais foram ajustadas às exigências da economia mundial de produção internacional. Por meio desse processo, o Estado-nação se torna parte de uma estrutura política maior e mais complexa que é a contrapartida da produção internacional” (Cox, 1987, p. 265, própria).

<sup>60</sup> Furedi (2014), Steger e Roy (2010) e Worth (2013) traduzem essa realidade argumentando sobre a criação de uma terceira via política, que via o mercado e o setor privado como um caminho passível de gerar inclusão e maior provisão de bem-estar social. No continente europeu, os autores comentam sobre o governo *New Labour* no Reino Unido, e mesmo a União Europeia enquanto um órgão regional emergente. Já no então mundo em desenvolvimento, é discutido o governo de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.

<sup>61</sup> No original: “Like the internationalizing of production, the tendency toward the internationalizing of the state is never complete, and the further it advances, the more it provokes counter tendencies sustained by domestic social groups that have been disadvantaged or excluded in the new domestic realignments”.

<sup>62</sup> Sobre a lógica que leva a esse termo, Harbemas (2001, p. 50, tradução própria) afirma que “[...] os grupos sociais empobrecidos, em grande parte isolados da sociedade em geral, já não conseguem melhorar a sua posição social através do seu próprio esforço”.

é sustentado por grupos sociais contra hegemônicos, como afirmado por Cox (1981, 1987). Como construído até aqui, a União Europeia, de sua criação à sua evolução, acompanhou as tendências da Ordem Internacional Liberal, tornando-se uma das principais instituições representantes dessa ordem. Diferentes movimentos contrários a lógica que fundamentou a unificação europeia já eram vocais desde o início do processo de integração. Eles foram se modificando e ganhando força à medida que o processo de unificação foi se expandindo, havendo uma cada vez maior percebida perda de soberania nacional, tendo em vista uma institucionalização cada vez mais globalizante e neoliberal. Nesse sentido, grupos contra hegemônicos se põe contra a tendência da internacionalização do Estado dentro do continente europeu (Newman, 2013).

Considerando a explicação sobre o processo de neoliberalização da Ordem Internacional Liberal, com enfoque no norte-global, e como o Neoliberalismo se tornou hegemônico, volta-se para a discussão sobre os efeitos da globalização neoliberal, que é tida como sinônimo do funcionamento sociopolítico, econômico e cultural do mundo Ocidental, na erupção de grupos contra hegemônicos, em especial na Europa Ocidental continental e no Reino Unido. Após tal discussão, será analisada a ocorrência do *Brexit* dentro do contexto até agora discutido.

### 3.3 GLOBALIZAÇÃO E AS CRISES PÓS-2008: AUSTRERIDADE, MIGRAÇÕES E O RESSENTIMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO NO NORTE GLOBAL

Nessa sessão serão apresentados, de forma analítica, os eventos decorrentes do processo de neoliberalização da Ordem global, em especial da sua faceta globalizante, a globalização. No geral, vai ser abordada a emergência de grupos contra hegemônicos, comentando-se brevemente sobre os movimentos vinculados a grupos de esquerda que ganharam as ruas no começo dos anos 2000, e, de forma mais extensa, os movimentos liderados por partidos de extrema direita na Europa nos pós-2008. Em síntese, será apresentado como esses grupos mobilizam suporte popular, e como o contexto de políticas neoliberais e globalização permitem tais mobilizações.

A intenção aqui não será trabalhar necessariamente as estratégias utilizadas por esses grupos, pois esse é um dos objetivos do próximo capítulo. Dito isso, o termo populismo aqui será utilizado a partir da perspectiva de Laclau (2005), que define tal conceito como um fenômeno político multifacetado, centrado em uma articulação estratégica específica que envolve a mobilização de demandas sociais e ressentimentos, a construção do conceito de Povo, a criação de antagonismos políticos e uma mobilização linguística para atingir os objetivos

citados anteriormente. Junto a isso, será utilizado algumas definições do conceito de Populismo Autoritário, proposto por Hall (1991), quando o autor busca explicar o regime thatcherista.

Como comentado no subcapítulo anterior, o sucesso do capitalismo neoliberal se deu pela obtenção, em nível global, do consentimento da sociedade civil. Dito isso, voltamos a Cox (1981) para argumentar que o processo de hegemonia nunca é estático. Ele está em constante movimento, sendo contestado por múltiplos grupos. Nesse sentido, a hegemonia é uma constante batalha por consentimento, ou o que Cox (1981) menciona como Guerra de Posição. Na medida em que o Neoliberalismo foi se tornando hegemônico, ele foi construindo espaço para a sua contestação, em especial em um cenário de desafeto com a política, causando exatamente pela desvinculação dos âmbitos político e econômico, ou seja, a despolitização da economia (Bieling; Steinhilber, 2000; Castells, 2018; Cox, 1981; Furedi, 2014).

Com a expansão dos meios de comunicação, por exemplo, ele conseguiu atingir um número maior de pessoas, inserindo-as em uma lógica de individualidade exacerbada e consumismo (Castells, 2018). Ao mesmo tempo, ele permitiu que esses espaços de comunicação, em especial as redes sociais, se tornassem locais de propagação de estratégias contra hegemônicas de grupos que buscam hegemonia. Worth (2013, p. 25, tradução própria<sup>63</sup>) afirma que “Invenções como a Internet permitiram um espaço onde tanto a consolidação (do Neoliberalismo) quanto a contestação podem ocorrer”.

Como argumentado por Abdelal e Ruggie (2009), Cox (1994), Frieden (2008), Rodrik (2011) e Worth (2013) uma crise de legitimação da globalização neoliberal vem se desenvolvendo desde o final da década de 1990. Movimentos como o *Occupy Wall Street*, os protestos durante o *Genoa G8 Summit* em 2001, e a ocorrência do *World Social Forum* na cidade de Porto Alegre no mesmo ano, sinalizavam uma crise sistêmica (Arturi, 2006). Ainda, a ocorrência dos eventos do 11 de Setembro transformava o otimismo da década de 1990 em pessimismo (Worth, 2013).

Argumenta-se que os efeitos da crise em 2008 serviram apenas para inflar as já estabelecidas contradições do sistema neoliberal, assim como as contestações a ele (Abdelal; Ruggie, 2009; Steger, 2013). Nas palavras de Colgan; Keohane (2017, p. 2, tradução própria<sup>64</sup>), os fenômenos que nos saltaram aos olhos em 2016, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o *Brexit* no Reino Unido, “[...] refletem um colapso no contrato social no centro da

---

<sup>63</sup> No original: “[...] inventions such as the Internet have allowed space where both consolidation and contestation can occur”.

<sup>64</sup> No original: “[...] reflect a breakdown in the social contract at the centre of liberal democracy: those who do well in a market-based society promise to ensure that those disadvantaged by market forces are not left too far behind. But they are left behind”.

democracia liberal: aqueles que se saem bem em uma sociedade baseada no mercado prometem garantir que os desfavorecidos pelas forças do mercado não fiquem muito para trás. Mas eles ficaram para trás”.

Considerando as contestações à hegemonia neoliberal, os primeiros movimentos contra hegemônicos tiveram origem na esquerda política, enquanto aqueles que emergiram pós-2008 tiveram origem no espectro da direita política. No primeiro caso, a crítica vai em direção da exploração da mão de obra, dos agricultores pobres e do meio ambiente por parte das corporações multinacionais (Hall; Massey; Rustin, 2015; Rodrik, 2011). Os manifestantes eram principalmente aqueles preocupados com o que a globalização faria com o meio ambiente, como ela afetaria as pessoas mais pobres nos países mais pobres, e mesmo como ela estava interferindo no acesso a medicamentos vitais (Stiglitz, 2017).

Já no segundo caso, a principal contestação ocorre diretamente quanto à então denominada interferência das instituições internacionais, como a OMC, a ONU e a União Europeia, na soberania estatal, em todos os aspectos que ela comporta, do cultural ao econômico (Abdelal; Ruggie, 2009; Börzel e Zürn, 2021). Dos anos de 1990 em diante, a União Europeia aumentava e reforçava sua autoridade sobre assuntos internos de seus Estados membros (Harbemas, 2001; Hobsbawn, 1995). Esses novos manifestantes são as classes média e trabalhadora de todos os países avançados, que estão expressando seu descontentamento nas urnas (Stiglitz, 2017). Descontentamento esse mobilizado por uma série de líderes populistas autoritários como Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage no Reino Unido, Marine Le Pen na França, Geert Wilders na Holanda, entre outros (Adler-Nissen; Zarakol, 2021; Mearsheimer, 2019; Stiglitz, 2017; Worth, 2013).

No seu trabalho, Worth (2013) justifica a existência de três grandes movimentos de resistência contra a Ordem Internacional (Neo)Liberal. Segundo o autor, esses movimentos são: o Internacionalismo Progressivo, o Populismo Nacional e o Fundamentalismo Religioso. Os indivíduos e grupos que caracterizam o movimento “Internacionalismo Progressivo” são aqueles que buscam resistir à lógica neoliberal, buscando transformar o capitalismo contemporâneo via intervenção social, ou seja, buscando uma governança global plural e calcada em uma visão de mundo progressista (Worth, 2013). Aqui se encaixam aqueles movimentos, anteriormente mencionados, que tomaram as ruas no começo da década de 2000. Eles podem ser movimentos anticapitalistas, ONGs e outros grupos da sociedade civil (Arturi, 2006).

O segundo movimento, nomeado de “Populismo Nacional”, é a antítese do primeiro movimento. Ele busca argumentar que as ações neoliberais e aquelas propostas pelo movimento

Internacionalista Progressivo são uma ameaça às formas nacionais de vida e cultura, propondo a restauração das comunidades nacionais tradicionais enquanto forma de resistência. Nesse sentido, é um movimento reacionário político ao mesmo tempo que conservador no quesito moral-cultural. Em termos gerais, esse movimento desconsidera a importância de qualquer ordem mundial baseada em regras e no multilateralismo (Norris; Ingleheart, 2019). Segundo Worth (2013, p. 44, tradução própria<sup>65</sup>), considerando a forma de ação contra hegemonia desse movimento, “[p]ara que um projeto hegemônico forte, baseado nos princípios do populismo nacional, desafie uma ordem existente, ele precisa utilizar um conjunto de crenças e interpretações que se baseiam em grande parte no mito e na política do medo e da aversão”. Isso culmina em um conjunto de agendas baseadas em formas de nacionalismo,<sup>66</sup> etnicismo e em formas de excepcionalismo. Ainda que essas agendas pareçam distantes de uma lógica econômica, é preciso lembrar que o entendimento de uma economia neoliberal enquanto algo aceitável permanece central para alguns desses grupos, enquanto para outros também é um ponto de crítica.. Quando pensamos em contexto, argumenta-se que desde os anos de 1980, o voto para partidos considerados Populistas-Autoritários na Europa aumentou em níveis recordes desde a Segunda Guerra Mundial (Norris; Ingleheart, 2019).

Por fim, o autor menciona um terceiro grupo contestador, o “Fundamentalismo Religioso”. De forma sintética, esse movimento refere-se a todos movimentos religiosos, do islâmico ao cristão. Considerando a variação de ideias em cada um desses grupos, e a necessidade de uma interpretação religiosa específica e homogênea para que se construa um movimento contra hegemônico firme, Worth (2013) contesta a sustentabilidade desse movimento. Em termos gerais, o fundamentalismo islâmico ainda é posto como o maior contribuidor para uma resistência ideológica religiosa ao capitalismo em sua forma contemporânea, sua forma neoliberal. Por fim, recentemente, elementos religiosos cristãos têm sido mobilizados pela segunda categoria mencionada, o Populismo Nacional, por meio de um conservadorismo moral.

Essa mobilização acaba atraindo pessoas para esse segundo movimento exatamente pelo aspecto religioso. Sobre esse processo, Worth (2013, p. 46, tradução própria<sup>67</sup>) afirma que “[...]”

---

<sup>65</sup> No original: “For a strong hegemonic project based upon the principles of national populism to challenge an existing order, it needs to utilize a set of beliefs and interpretations that are based largely upon myth and on the politics of fear and loathing.”

<sup>66</sup> Aqui é válido ressaltar que o autor argumenta sobre as redes e vínculos, no caso Europeu, de parte dos movimentos que compõe esse grupo, os partidos de Extrema Direita. Não é a primeira vez que redes de apoio entre governos reacionários são criadas, podemos voltar ao Fascismo para usá-lo como exemplo (Worth, 2013).

<sup>67</sup> No original: “[...] religion, as Gramsci is quick to remind us, is a form of agency that can be used both to embed and complement an existing hegemonic system, and something that can be used as a form of resistance against it”.

a religião, como Gramsci é rápido em nos lembrar, é uma forma de agência que pode ser usada tanto para incorporar quanto para complementar um sistema hegemônico existente, e algo que pode ser usado como uma forma de resistência contra ele”. Um exemplo dessa situação é a questão católica na França e a mobilização social feita pelo partido Reagrupamento Nacional (até 2018 conhecido como Frente Nacional) por meio dessa questão (Betz, 1993; Newman, 2013; Worth, 2013). Ainda, essa mobilização é associada a um sentimento anti-islâmico, que ganhou tração na Europa devido ao aumento, pós-2011, dos movimentos imigratórios oriundos de países em que o Islã é a religião majoritária.

Retorna-se agora às consequências trabalhistas da hiperglobalização, e sua contribuição na erupção desses movimentos. A transformação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) acabou realocando posições de trabalho para outros países, em especial após a entrada da China na OMC considerando que o país se tornou o principal polo produtor no mundo, modificando o papel que cada Estado tinha nas cadeias de produção global, conhecidas como *global chains*. Ainda nesse contexto, muitos empregos em setores específicos da economia desaparecem rapidamente como resultado do processo de terceirização, deixando muitas pessoas sem trabalho (Harbemas, 2001; Mearsheimer, 2019).

Junto a isso, processos de desindustrialização ou transferência de indústrias em determinadas áreas causaram um desemprego massivo em regiões onde tradicionalmente essas indústrias permaneciam (Harvey, 2007; Mearsheimer, 2019) Esse foi o caso de múltiplas plantas da *General Motors* (GM) nos Estados Unidos. Ainda no contexto do impacto da globalização neoliberal no setor empregatício, pode-se mencionar o desafio da “destruição criativa” e da constate evolução dos meios tecnológicos, que acabam por afetar a parte da população que compõe a chamada mão-de-obra não especializada (Mearsheimer, 2019; Steger; Roy, 2010).

A lógica acima mencionada acaba por gerar sentimentos de incerteza e ansiedade, que quando mobilizadas permitem modificações políticas significativas (Adler-Nissen; Zarakol, 2021). Em conjunto aos processos de desemprego vinculados às questões mencionadas acima, as políticas de austeridade (Hall; Massey; Rustin, 2015) em países que experienciaram cerca de 40 anos de Estado de bem-estar social, acabam por gerar outros sentimentos passíveis de serem mobilizados politicamente, como nostalgia, ressentimento e medo. Considerando o contexto de expansão da autoridade das instituições internacionais, e relativa diminuição de soberania de algumas áreas do Estado, em conjunto com a deslegitimação social da política como um todo, se torna “fácil” vincular os problemas sistemáticos do Neoliberalismo puramente à existência dessas instituições (Colgan; Keohane, 2017).

Voltamos a um ponto de inflexão na evolução da hegemonia neoliberal, a crise de 2008<sup>68</sup> (e, conseqüentemente, a crise do Euro em 2009). Como comentado anteriormente, a crise de legitimidade da globalização neoliberal já vinha do final da década de 1990 (Steger, 2013). Porém, com a recessão econômica e o aumento inflacionário que inundou o sistema internacional, no caso do Norte Global entre 2008 e 2009, ocorre o endurecimento de políticas anti-inflacionárias, e por consequência, políticas de austeridade fiscal, legitimadas no discurso de recuperação econômica. Nas palavras de Worth (2013, p. 117, tradução própria<sup>69</sup>),

A necessidade da austeridade é respaldada pela crença de que o excesso de gastos estatais a precedeu. Essa foi certamente uma resposta dos partidos de centro-direita nas nações anglo-saxônicas. A recente campanha republicana dos Estados Unidos foi dominada por argumentos sobre cortes e sua extensão. Da mesma forma, a coalizão conservadora-liberal democrata na Grã-Bretanha culpou o governo anterior pelos gastos excessivos do Estado e por evitar irresponsavelmente os cortes necessários.

A ocorrência da crise financeira de 2008 acabou abalando a confiança de empresários, economistas, investidores, e da população civil no geral, na retórica de que a economia global baseada na liberdade do mercado era segura (Castells, 2018; Harvey, 2007). Worth (2013) traz o caso do colapso da globalização liberal do século XIX como exemplo anterior desse processo, argumentando que devido à sua total perda de legitimação, essa retórica só foi ganhar espaço no funcionamento do sistema internacional 60 anos depois. Uma das consequências vistas no desenvolver da década de 2010 foi o processo de redução da classe média, assim como a lacuna de desigualdade entre as classes sociais e a fragmentação interna da sociedade (Castells, 2018).

Ao mesmo tempo foi registrada a expansão dos lucros das empresas transnacionais, que ainda contribuem com os efeitos adversos<sup>70</sup> da sua produção (Harvey, 2007; Hall, 2011; Steger, 2013; Hall; Massey; Rustin, 2015; Stigliz, 2017). Sintetizando o momento histórico que ficou conhecido como a Segunda Grande Recessão, Stigliz (2017, p. 53, tradução própria<sup>71</sup>) afirma

<sup>68</sup> Para maiores detalhamentos sobre a formação e eclosão da crise de 2008 ler Steger (2013).

<sup>69</sup> No original: “The necessity of austerity is backed by the belief that too much state spending had preceded it. This has certainly been a response from right of centre parties in Anglo-Saxon nations. The recent US Republican campaign has been dominated by arguments over cutbacks and how extensive these should be. Likewise, the Conservative–Liberal Democrat coalition in Britain has blamed the previous administration for excessive state spending and irresponsibly avoiding necessary cuts”.

<sup>70</sup> Stigliz (2017) afirma sobre a perda de direitos à privacidade, o direito ao consumo de alimentos não geneticamente modificados, assim como o direito de acesso a serviços básicos. Nesse último caso, o autor comenta sobre o aumento dos medicamentos devido a regras de propriedade intelectual, o que foi percebido no desenrolar da pandemia do COVID-19.

<sup>71</sup> No original: “The Great Recession—beginning with the global financial crisis of 2008 which, in Europe, morphed into the euro crisis—has undermined faith in markets, in both their efficiency and their stability. The crisis came at a time that countries on both sides of the Atlantic were already struggling with the loss of manufacturing jobs. The crisis then exacerbated the problem: there were massive job losses. The slow recovery from that crisis meant, for instance, that Americans were particularly sensitive to the job destruction that had followed the surge of imports from China after its admission to the WTO” (Stigliz, 2017, p. 53, tradução própria).

que "A crise veio em um momento em que países de ambos os lados do Atlântico já estavam lutando contra a perda de empregos na indústria. A crise exacerbou o problema: houve perda maciça de empregos. A lenta recuperação dessa crise significou, por exemplo, que os americanos foram particularmente sensíveis à destruição de empregos que se seguiu ao aumento das importações da China após sua admissão na OMC".

A escolha das empresas transnacionais de transferir a mão-de-obra, como comentado nos parágrafos anteriores, dos países do Norte Global para os países do Sul Global, em especial para a China e outros países asiáticos, acabou sendo um grande erro de cálculo quando se pensa nas consequências políticas dessa escolha (Hall; Massey; Rustin, 2015; Steger, 2013; Hall; Massey; Rustin, 2015; Stiglitz, 2017; Worth, 2013). Os sentimentos de ansiedade, ressentimento e medo, que já vinham de antes da crise de 2008, foram exponenciados por ela, o que explica parcialmente a emergência gradual de partidos populistas autoritários, alguns de extrema-direita, que culminou no cenário de 2016 (Castells, 2018; Adler-Nissen; Zarakol, 2021; Worth, 2013). Uma outra explicação para essa emergência, é a articulação política em cima das demandas de reconhecimento de determinados setores da população (Adler-Nissen; Zarakol, 2021).

Assim, considerado a discussão desse subcapítulo até agora desenvolvida, concorda-se com Adler-Nissen e Zarakol (2021, p. 616, tradução própria<sup>72</sup>), sobre os novos movimentos de contestação, que

[...] a reação contra a Ordem Liberal Internacional é impulsionada por comunidades que antes eram atendidas por partidos políticos, bem-estar doméstico e mecanismos de solidariedade, mas que agora estão se sentindo mal reconhecidas. Alguns membros de grupos raciais ou nacionais majoritários sentem-se cada vez mais ameaçados pela imigração, pelas extensões domésticas dos direitos civis, pelo crescente reconhecimento de 'grupos externos', pela perda relativa de seu poder econômico e pela perda futura projetada da estatura internacional do Ocidente.

Quando se pensa em uma parte dos votantes pró-*Brexit*, argumenta-se que eles residiam em locais então "abandonados" no processo de avanço da globalização, áreas assim caracterizadas por baixa renda, alto desemprego e uma experiência histórica vinculada a indústria manufatureira. Áreas como essas existem nos mais variados países do Norte Global, considerando a dimensão global do processo de reorganização da indústria, e a transferência

---

<sup>72</sup> No original: "[...] the backlash against the LIO is driven by communities that were previously catered to by political parties, domestic welfare, and solidarity mechanisms, but that are now feeling misrecognized. Some members of majoritarian racial or national groups feel increasingly threatened by immigration, the domestic extensions of civil rights, the growing recognition of previously "out-groups," the relative loss of their economic power, and the projected future loss of international stature for the West".

dos mais diversos setores para países do Sul Global (Mearshaimer, 2019; Norris; Ingleheart, 2019).

Considerando a representatividade da Ordem Internacional (Neo)Liberal a partir de instituições como o Banco Mundial, o FMI, a OMC e a União Europeia, é de se esperar que que essas instituições sejam alvos explorados pelo movimento Populista Nacional. Um plano populista-nacionalista tem o poder de mobilizar preocupações populares reacionárias a essas instituições, baseando-se no argumento de um excepcionalismo estatal ou mesmo étnico, utilizando-se das condições de crises econômicas e políticas latentes no sistema neoliberal (Eichengreen, 2018; Worth, 2013).<sup>73</sup>

As preocupações que voltam a população a apoiar esse tipo de movimento geralmente têm origem na convicção de que a globalização, ou melhor, o “globalismo” é um processo que busca destruir a estética e a cultura do Estado-nação, ameaçando assim a estrutura da vida nacional (Worth, 2013). Quando essa narrativa é mobilizada de forma política, essas preocupações se transformam em reações xenofóbicas e racistas a determinados grupos sociais, e mesmo ódio a determinadas tradições intelectuais. Aqui é possível localizar, quando pensamos na Europa, a importância da então chamada “Crise” dos Refugiados de 2015. Quando confrontada com os valores humanitários pregados pelo bloco europeu, a União Europeia teve de lidar com a obrigação moral de acolher os migrantes forçados que evacuavam países em conflitos, como a Síria, e a recusa xenófoba de muitos dos seus cidadãos (Castells, 2018).

Partidos populistas nacionais, como o francês Reagrupamento Nacional, o alemão Alternativa para a Alemanha, o britânico Partido da Independência do Reino Unido, a Liga Norte na Itália e o Aurora Dourada na Grécia, bem como partidos na Dinamarca e em toda a Europa Ocidental e Oriental, seguem tendências de políticas de exclusão, que vêm se tornando cada vez mais “*mainstream*” na política europeia centrista (centro-direita e centro-esquerda), em especial com o aumento de refugiados chegando na Europa (Betz, 1993; Murray; Longo, 2018; Norris; Ingleheart, 2019). Sobre essa realidade, Worth (2013, p. 73, tradução própria)<sup>74</sup> argumenta que

---

<sup>73</sup> Em relação as crises oriundas do sistema neoliberal na Europa, Boyle (2016, p. 35, tradução própria) cita as seguintes: "Os persistentes problemas econômicos da zona do euro, os erros da UE na gestão da crise financeira da Grécia e a migração em grande escala".

<sup>74</sup> No original: “[...] many reactionary responses to the current order pinpoint certain individuals or a certain social group or racial social group which they believe to be responsible for eroding their respective ways of life. This can take the form of narratives that have been constructed in order to argue that globalism has been planned by certain groups in an undemocratic and unpatriotic way in order for them to construct a master plan that will benefit them. This type of ‘reasoning’ is based upon what are commonly called ‘conspiracy theories’, namely a belief that certain privileged individuals have constructed agreements against the will of the people”.

[...] muitas respostas reacionárias à Ordem atual apontam determinados indivíduos ou um determinado grupo social ou grupo social racial que eles acreditam ser responsável pela erosão de seus respectivos modos de vida. Isso pode assumir a forma de narrativas que foram construídas para argumentar que o globalismo foi planejado por determinados grupos de forma antidemocrática e antipatriótica para que eles construíssem um plano mestre que os beneficiasse. Esse tipo de 'raciocínio' é baseado no que é comumente chamado de 'teorias da conspiração', ou seja, a crença de que certos indivíduos privilegiados construíram acordos contra a vontade do povo.

Sendo essa Ordem também representada por suas instituições, a erupção de políticas nacionalistas, que privilegia a autodeterminação e a soberania como princípios básicos, faz sentido pois está fundamentalmente em desacordo com as instituições internacionais que elaboram políticas que afetam decididamente seus Estados-membros. Tendo em mente a discussão previamente feita sobre a mobilização política dos sentimentos de medo, ansiedade, e mesmo nostalgia e excepcionalismo, no geral vinculados ao chamado globalismo, e o contexto de austeridade fiscal e estagnação econômica, de desemprego e de escalada nos movimentos migratórios,<sup>75</sup> faz sentido que o movimento Populista Nacional ganhe força na Europa (Castells, 2018; Norris; Ingleheart, 2019), ganhando tração na luta hegemônica contra a Ordem Internacional (Neo)Liberal. Já argumenta Harbemas (2001, p. 50) que “[a] longo prazo, uma perda de solidariedade como esta irá inevitavelmente destruir uma cultura política liberal de cuja autocompreensão universalista dependem as sociedades democráticas”.

Uma identidade europeia não conseguiu, na prática, se desenvolver por completo pois as identidades nacionais europeias estão profundamente enraizadas (Eichengreen, 2018). Sem uma identidade europeia, todas as prerrogativas da instituição enquanto principal tomadora de decisões políticas acabam se tornando contestáveis, criando espaço de contestação na base da falta de consentimento (Castells, 2018). A composição do Parlamento Europeu, integrado por representantes de todos os membros da União Europeia, serve de amostra quando buscamos demonstrar a erupção de grupos contrários à União Europeia, ou ao seu funcionamento chamado de tecnocrata liberal (Bieler, 2005; Boyle, 2016; Clarke; Newman, 2017; Eichengreen, 2018).

O Nacionalismo que embasa tal movimento nasce das mitologias nacionais, em um movimento de rejeição do multilateralismo, aspecto, como comentado, base da Ordem Internacional (Worth, 2013). O temor da globalização incita a busca pelo refúgio no nacional. Dimensões intrínseca a globalização como migrações e multiculturalismo geram desconfiança e receio em um contexto de transformação nos valores da sociedade (tenhamos como exemplo

---

<sup>75</sup> Aqui vale um adendo. Concordamos quando Eichengreen (2018) argumenta que sentimento nacionalista e racista dirigido contra estrangeiros e minorias e um anseio por uma liderança forte e carismática não é novo no mundo, muito menos na história europeia.

as mudanças da década de 1960 com a contrarrevolução cultural), assim como em um contexto de crise econômica (Castells, 2018). Políticas de identidade sempre foram mobilizadas ao longo da história, seja por meio de discursos xenófobos e racistas, ou não, porém, elas sempre se destacam em um cenário econômico desfavorável, num processo de retroalimentação (Einchengreen, 2018). Um exemplo disso é o cenário de hiperinflação na Alemanha do entreguerras e a ascensão do movimento nazista.

Posições que eram tidas párias no continente europeu até certos anos atrás, hoje são vistas como posições coerentes perante a realidade. Inúmeros partidos de extrema-direita questionam abertamente o modelo democrático-liberal,<sup>76</sup> tocando diretamente nas suas instituições, em especial a União Europeia (Boyle, 2016; Clarke; Newman, 2017). Aqui é possível mencionar a posição do líder político com voz mais latente nesse processo, o presidente húngaro, Viktor Orbán (Boyle, 2016). Orbán lança a ideia de uma nova ordem, a Ordem illiberal, no qual instituições da Ordem anterior permanecem intactas em sua existência, porém com suas estruturas e políticas adaptadas para atender aos interesses dos novos Estados iliberais dominantes (Boyle, 2016; Eichengreen, 2018). Uma característica presente na política húngara que podemos traçar nesse movimento Populista Nacional é o de anti-imigração ou miscigenação étnica.

Já se comentou anteriormente sobre a correlação entre globalização, crise econômica e políticas anti-imigratórias. Em especial que o movimento de pessoas através de fronteiras provou ser o aspecto mais controverso da globalização, e que por conta disso ele foi o aspecto mais mobilizado nas campanhas e de grupos contra hegemônicos pertencentes à categoria Populista Nacional. Isso se provou verdade na ocorrência do *Brexit* em 2016. Ocorrido um ano após a então intitulada “Crise” dos Refugiados, o *Brexit* serviu de exemplo do como plataformas anti-imigratórias e um discurso baseado no medo são capazes de serem meios de exploração de uma insegurança socioeconômica (Murray; Longo, 2018).

Como o Reino Unido, ao longo da sua trajetória na União Europeia, sempre se mostrou ser um dos membros mais eurocéticos, não foi difícil vincular a responsabilidade pelos seus problemas político-econômicos (Betz, 1993) à União Europeia. Como afirmam Hobolt; Tiley (2014, p. 7, tradução própria<sup>77</sup>),

---

<sup>76</sup> Sobre o efeito do populismo no sistema democrático, é argumentado que “[...] embora nada impeça que os populistas trabalhem por meio do sistema político, o populismo, na prática, pode ser propício a tendências antissistema” (Eichengreen, 2018, p. 8, tradução própria).

<sup>77</sup> No original: “People who are negatively disposed toward the EU as a level of government will be more likely to attribute responsibility to the EU when things are going badly, just like opposition partisans will be more likely to blame the domestic government for a crisis”.

As pessoas que têm uma disposição negativa em relação à UE como um nível de governo terão maior probabilidade de atribuir responsabilidade à UE quando as coisas estiverem indo mal, assim como os partidários da oposição terão maior probabilidade de culpar o governo nacional por uma crise.

Nos propomos aqui à conclusão desse subcapítulo pois o processo do *Brexit* será mais bem explorado no próximo capítulo. Será apresentado de forma analítica a ocorrência do *Brexit*, dentro do contexto de crise global, e, conseqüentemente, de austeridade, apresentado anteriormente. Ainda dentro dessa discussão, serão consideradas as circunstâncias das eleições gerais no Reino Unido e da promessa do plebiscito, ambos ocorridos em 2010, assim como as circunstâncias da ocorrência da votação do plebiscito e das campanhas pró e contra o *Brexit* entre 2015 e 2016.

Em conclusão, quando se pensa nos grupos contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal, pode-se observar que eles diferem nos seus programas ideológicos, que vão desde a anti-imigração, o antiglobalismo, o antisemitismo, o ultranacionalismo, o anticapitalismo e o euroceticismo até movimentos de secessão, além de representarem os mais diversos segmentos populacionais. Ainda, foi possível demonstrar que no contexto atual, ou melhor, no contexto do pós-2008, o movimento contra hegemônico mais saliente é o Populista Nacional.

#### 4 GUERRA DE POSIÇÃO, DISCURSO E POLÍTICA DO MEDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O BREXIT

Antes de dar início a análise dos discursos selecionados, propõe-se uma contextualização de outros processos que circundavam a ocorrência do *Brexit*. Essa contextualização faz parte do método construído a partir da interpretação própria à essa pesquisa da teoria de análise de discurso proposta por Laclau (2000; 2005) e Laclau; Mouffe (2001), caracterizando-se enquanto um dos elementos listados enquanto necessários para a análise discursiva segundo a lógica dos autores. A contextualização seguirá a lógica conceitual apresentada no primeiro capítulo dessa dissertação, englobando a evolução dos processos históricos contextualizados no segundo capítulo. Ela focará em temáticas estabelecidas a partir da literatura especializada, que compõem a estrutura histórica daquele momento (Cox, 1981). Essas temáticas são: o histórico entre Reino Unido e União Europeia; a divisão estabelecida dentro do Partido Conservador desde o final da década de 1980; a neoliberalização do Partido Trabalhista a partir de 1989; o contexto socioeconômico pós-2008 e a crise de austeridade instaurada no Reino Unido a partir de 2010; a caracterização dos votantes de *Brexit*; a imigração no Reino Unido e na União Europeia; e as eleições gerais de 2015.

Considerando a análise discursiva, se utilizará da literatura especializada já discutida na contextualização realizada previamente nesse mesmo capítulo para embasar a ocorrência de possíveis eventos e processos citados nos discursos. Se aplicará os ferramentais propostos, analisando individualmente cada um dos textos. Por fim, será apresentado uma análise geral do conjunto de textos, discutindo brevemente alguns dos resultados das análises individuais.

##### 4.1 UMA BREVE DISCUSSÃO HISTÓRICA SOBRE A RELAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE REINO UNIDO E UNIÃO EUROPÉIA

A relação entre o Reino Unido e o projeto de integração europeu sempre se apresentou diferente dos demais membros do bloco (Baker; Schnapper, 2015; Becker; Fetzer; Novy, 2017; Castells, 2018). Não sendo um membro fundador, e se constituindo historicamente como um país insular, que encabeçou o maior império moderno existente, o Reino Unido veio a entrar na Comunidade Econômica Europeia, precursora da União Europeia, apenas em 1973 (Baker; Schnapper, 2015; Castells, 2018; Fetzer, 2019). Já em 1975, o país realizou o primeiro<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Esse plebiscito foi originado a partir de uma promessa do Partido Trabalhista de renegociar os termos de participação do Reino Unido no bloco europeu. Na época, considerando a cada vez maior neoliberalização das

plebiscito que questionava<sup>2</sup> a população sobre a permanência, ou não, do Reino Unido na organização europeia. O resultado foi pró-europeu, com 67% dos votos a favor da permanência no bloco (Baker; Schnapper, 2015; Copeland; Copsey, 2017; Fetzer, 2019; Goodwin; Heath, 2016). Porém, à medida que o bloco europeu ia se expandindo e institucionalizando,<sup>3</sup> ou seja, à medida que a União Europeia ia se tornando cada vez mais um projeto político, com maiores atribuições políticas, que historicamente eram pertencentes aos Estados-nacionais, esse cenário foi mudando (Baker; Schnapper, 2015; Fetzer, 2019), em especial após a assinatura do Tratado de Maastricht (Castells, 2018; Sowels, 2019). Nesse subcapítulo propõe-se discutir, brevemente, a relação institucional entre esses dois atores.

Na década de 1950, foi criada a CECA a partir de uma iniciativa franco-alemã, sob influência estadunidense, que visava à reconciliação e à prevenção de futuros conflitos. O Reino Unido, ainda se recuperando da Segunda Guerra Mundial e concentrado em seu papel global, que até então era de Império, ainda que um decadente, permaneceu hesitante (Baker; Schnapper, 2015; Dedman, 2010; Copeland; Copsey, 2017; Duff, 2022; Jones, 2016). O enfoque das relações britânicas era então para com os Estados Unidos e com o *Commonwealth* (e a zona econômica da libra esterlina), o que fez o país dar as costas economicamente para a Europa nos primeiros anos pós 1945 (Judt, 2017). Nesse sentido, a primeira ruptura da Grã-Bretanha com a reconstrução pós-guerra da Europa Ocidental ocorreu após 1950, com a criação da CECA pela França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo (Duff, 2022).

Segundo Duff (2022), o apoio estadunidense ao Plano Schuman, e em especial ao seu caráter federal, deixou os britânicos perplexos. Em um primeiro momento imaginou-se que o plano fosse ser um grande fracasso, imaginação que não veio a se concretizar, levando o Reino Unido a cogitar participar da CECA. Porém, a decisão por se manter distante do projeto, escolhendo apenas apoiar enquanto ator externo o processo de integração, foi tomada. Tal afastamento durou até 1954, quando, após muita diplomacia, um tratado anglo-europeu sobre carvão e aço acabou sendo assinado em dezembro de 1954. Para Duff (2022), essa ação acabou sendo tomada para evitar uma maior deterioração política entre ilha e continente. É válido salientar que o Reino Unido não estava sujeito à política comercial comum da CECA, assim como não contribuía para o orçamento do grupo.

---

políticas econômicas europeias, o Partido Trabalhista, e não o Conservador, era o maior opositor ao bloco (Fetzer, 2019).

<sup>2</sup> A pergunta então realizada era “Do you think that the United Kingdom should stay in the European Community (the Common Market)?” (Fetzer, 2019).

<sup>3</sup> Após o Tratado de Maastricht, a integração europeia foi expandida a partir dos tratados de Amsterdã em 1997, Nice em 2001 e Lisboa em 2009 (Fetzer, 2019).

Algumas razões estavam por trás da decisão do Reino Unido de se afastar institucionalmente do processo de integração europeu no seu estágio inicial, representado pela CECA (1950) e pela CEE (1957). Segundo Baker; Schnapper (2015), até o incidente no Canal de Suez em 1956, o país insular ainda se enxergava como uma grande potência global que, assim como os Estados Unidos e a União Soviética, havia, recentemente, derrotado o Eixo na Segunda Guerra Mundial. Ainda, segundo o autor, o Reino Unido ainda que economicamente fragilizado, possuía acesso a mercados, por meio do *Commonwealth*, devido ao seu antigo papel de Império Global (Baker; Schnapper, 2015; Dedman, 2010). A partir dessa percepção, argumenta-se que a integração europeia era vista pelos britânicos como algo importante para o continente, que havia sido mais impactado, em especial fisicamente, pela guerra.

Junto a isso, ainda que o Reino Unido visse certo valor em uma cooperação econômica naquele momento, ele se preocupava com o caráter supranacional e federalista do movimento europeu<sup>4</sup>, além do possível domínio institucional da França e da Alemanha (Lord, 2018). A noção de soberania nacional foi sempre enfatizada na cultura britânica, tanto pela geografia quanto pela história do Reino Unido (Baker; Schnapper, 2015). A ocorrência das Guerras Mundiais serviu para alavancar ainda mais esse senso de importância do conceito de soberania na política do Estado britânico (Baker; Schnapper, 2015). Segundo Duff (2022, p. 12, tradução própria<sup>5</sup>), “A hostilidade britânica à integração com a Europa cresceu à medida que as ambições federalistas dos Seis<sup>6</sup> se desenvolveram e foram feitos esforços para expandir o escopo das instituições da CECA para a política econômica, política e militar”.

Ainda que fizesse sentido para os britânicos recusar as ofertas para participar da CECA e da CEE, essas decisões tiveram, como argumenta Baker; Schnapper (2015), consequências significativas, ao longo prazo, especialmente quando o Reino Unido decidiu por integrar o processo de integração europeu. A maior delas foi que, em 1961, a CEE<sup>7</sup> já era politicamente dominada pela França, que não compartilhava de nenhum interesse político-econômico com Reino Unido, em especial na área da Agricultura (Baker; Schnapper, 2015; Dedman, 2010; Duff, 2022; Jones, 2016). Nesse sentido, o primeiro pedido de adesão do Reino Unido, sob autoridade do Primeiro-Ministro Harold Macmillan, à CEE, a sucessora da CECA focada em

---

<sup>4</sup> Segundo Dedman (2010), movimentos intelectuais que defendiam o federalismo europeu eram bem comuns até a Primeira Guerra Mundial. O autor menciona que esses movimentos, ainda que não muito bem quistos, semearam a ideia da supranacionalidade na Europa do século XX.

<sup>5</sup> No original: “British hostility to integration with Europe grew as the federalist ambitions of the Six developed and efforts were made to expand the scope of the ECSC institutions into economic, political and military policy”.

<sup>6</sup> Grupo composto por: França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

<sup>7</sup> Como argumenta Baker; Schnapper (2015), o Reino Unido não teve nenhuma influência sobre a forma como a CEE foi projetada, tanto juridicamente quanto institucionalmente.

uma integração econômica mais ampla, foi vetado pelo presidente francês em 1961. Para De Gaulle, um antiamericanista reconhecido, o Reino Unido era muito próximo dos EUA, o que levava ele a não se comprometer verdadeiramente com a unidade europeia (Dedman, 2010; Duff, 2022).

De Gaulle havia retornado ao poder em 1958, após o fracasso da Quarta República. Uma de suas primeiras ações políticas foi aceitar<sup>8</sup> o Tratado de Roma. O aceite só se deu pois foi estabelecido a criação de uma Política Agrícola Comum, que iria subsidiar os agricultores franceses, preocupação relevante na França até hoje (Duff, 2022; Jones, 2016). Um segundo pedido de adesão foi realizado em 1967, e enfrentou outro veto francês. Tendo isso em mente, o presidente francês não era nenhum pouco favorável ao federalismo, e isso era a única coisa que tinha em comum com o Reino Unido (Baker; Schnapper, 2015). Como argumenta Duff (2022, p. 22, tradução própria<sup>9</sup>), “Ao vetar duas vezes a adesão do Reino Unido à Comunidade, em 1963 e novamente em 1967, De Gaulle se privou de um aliado natural em sua guerra contra o federalismo. Mas ele sabia que o Reino Unido, como membro da CEE, seria o grande rival da França”.

À medida que a economia do Reino Unido ia decaindo, e os Estados Unidos aumentava seu apoio a integração europeia, percebeu-se a necessidade de insistir na entrada do país na CEE, ainda que essa adesão se fizesse problemática no âmbito político do Reino Unido (Baker; Schnapper, 2015). Segundo Duff (2022), a decisão de se aproximar de Europa era mais uma estratégia de atrair novamente os Estados Unidos enquanto parceiro, do que fazer parte de uma Europa unificada. Foi apenas após a saída de De Gaulle do poder em 1969, que o pleito de adesão do Reino Unido era considerado realista (Duff, 2022; Judt, 2017). Após disputas domésticas e na Europa, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca tornaram-se membros plenos da Comunidade Europeia (CE) (Baker; Schnapper, 2015; Judt, 2017)

Quando foi aceito para ingressar na CE em 1973, sob autoridade do Primeiro-Ministro conservador Edward Heath, o Reino Unido não estava mais em condições de tirar o máximo proveito da adesão, como fizeram a França e a Alemanha. Isso se deu devido a duas razões. A primeira, é que os benefícios aproveitados por esses dois países eram estranhos a tradição política britânica. Segundo, foi que em 1973 o choque do petróleo contribuiu para que os

---

<sup>8</sup> Duff (2022, p. 18, tradução própria) argumenta “Sua reconciliação com a Comunidade Europeia foi estreita e puramente transacional, no interesse nacional da França. A segurança política da França e do Ocidente em geral não se basearia no Tratado de Roma, mas na diplomacia interestatal clássica, especialmente com a Alemanha”.

<sup>9</sup> No original: “In twice vetoing UK accession to the Community in 1963 and again in 1967, de Gaulle deprived himself of a natural ally in his war against federalism. But he knew that the UK as a member of the EEC would be France’s great rival”.

possíveis benefícios econômicos não fossem mais tão viáveis devido à crise que se estabeleceu ao longo das décadas de 1970 e 1980. Terceiro, o Reino Unido não era capaz de defender seus interesses dentro dos limites institucionais já estabelecidos antes de sua entrada (Baker; Schnapper, 2015). Nesse contexto, o país insular ficou conhecido como o “Parceiro Incômodo” (Baker; Schnapper, 2015; Jones, 2016).

Em 1974, Harold Wilson, então político do Partido Trabalhista britânico da oposição, prometeu no parlamento uma renegociação dos termos de entrada (Copeland; Copsey, 2017). As preocupações com a perda de soberania, o aumento das contribuições orçamentárias e a percepção da falta de benefícios alimentavam o euroceticismo, principalmente no Partido Trabalhista. O hábito de renegociar termos se tornou prática comum do Reino Unido à medida que o processo de integração ia se expandindo, o que apenas alimentava uma certa deterioração na relação da ilha com os membros do continente (Baker; Schnapper, 2015; Duff, 2022). O primeiro referendo sobre uma renegociação da adesão da Grã-Bretanha à Comunidade Europeia foi realizado em 5 de junho de 1975 (Copeland; Copsey, 2017; Fetzer, 2019; Goodwin; Heath, 2016).

O governo Thatcher iniciou com relações dúbias em relação a Europa. A então Primeira-Ministra se mostrava positiva em relação ao que tangia o livre comércio, porém as contribuições orçamentárias ao bloco eram duramente criticadas e contestadas (Jones, 2016). À medida que propostas para uma maior integração foram realizadas, como a criação da zona do euro, o governo Thatcher, já no seu segundo e terceiro mandato, se posicionou contra o bloco, gerando um rompimento entre os membros do Partido Conservador em relação ao relacionamento entre Reino Unido e Europa (Ahmed, 2017; Clarke; Newman, 2017; Goodwin; Heath, 2016; Sowels, 2019). No próximo subcapítulo discute-se mais profundamente os impactos do Thatcherismo na relação Reino Unido-União Europeia.

O Primeiro-Ministro conservador John Major, que assumiu após a resignação de Margaret Thatcher do cargo, ainda que eurocético, buscou manter boas relações diplomáticas com a Europa, tendo participado ativamente nas negociações que levaram ao Tratado de Maastricht, e a oficialização dele em 1992 (Baker; Schnapper, 2015). Nessas negociações ele conseguiu garantir os interesses do Reino Unido que se caracterizavam em: não participar da União Econômica Monetária (UEM) e da política social europeia. Até aquele momento, o Reino Unido já havia se excluído da participação no Acordo de Schengen de 1985, que envolvia a abolição virtual dos controles de passaporte e fronteira. A assinatura do Tratado de Maastricht, nas condições que se deu, afastou ainda mais o Reino Unido dos demais países que faziam parte

da integração, deixando-os prosseguir sozinhos com a criação de uma moeda unificada, o Euro (Duff, 2022).

Na assinatura dos tratados seguintes, por exemplo o Tratado de Amsterdã, o Reino Unido, aqui já sob autoridade do então Primeiro-Ministro trabalhista Tony Blair, conseguiu barrar a adesão dos britânicos as políticas comuns de visto, imigração e asilo. Nas palavras de Duff (2022, p. 54, tradução própria<sup>10</sup>), “[...] Blair conseguiu que o Reino Unido não participasse do novo ‘espaço de liberdade, segurança e justiça’ proposto e manteve a oposição de seus antecessores conservadores à adesão a Schengen”. Nesse sentido, Tony Blair manteve a postura anti-federalismo de seus antecessores (Baker; Schnapper, 2015). Ainda, ao longo da década de 1990, as preocupações com a imigração, principalmente da Europa Oriental após a queda da União Soviética, alimentaram o sentimento eurocético e o surgimento de partidos anti-imigração, como o Partido da Independência do Reino Unido. A expansão da União Europeia para o Leste gerou a mesma preocupação, o que apenas fortaleceu esses atores políticos (DeVries, 2018).

É argumentado por Duff (2022) e Baker; Schnapper (2015) , que o Tratado de Maastricht foi um ponto de inflexão importante na relação entre Reino Unido e União Europeia. Segundo o autor, as decisões tomadas por John Major em relação ao tratado, serviram para fomentar ainda mais o sentimento de distância entre britânicos e europeus, assim como estimulou um Partido Conservador nacionalista. Para Duff (2022, p. 51, tradução própria<sup>11</sup>), “Cada líder conservador subsequente teve que competir para ser mais populista do que o anterior - William Hague de 1997 a 2001, Iain Duncan Smith de 2001 a 2003 e Michael Howard de 2003 a 2005”.

Até os anos 2000, a palavra “Euroceticismo” era estritamente vinculada para descrever a relação do Reino Unido com o bloco europeu. Hoje, segundo Baker; Schnapper (2015) e DeVries (2018), esse não é mais o caso. A mistura tóxica de políticas nacionalistas, populistas, e as vezes, radicais com o euroceticismo é uma realidade europeia generalizada. Essa realidade pode ser vista não só com o sucesso de partidos e políticos eurocéticos nas eleições do Parlamento Europeu em 2014, mas também na reação de políticos a ocorrência do Brexit (Hobolt; DeVries, 2016). DeVries (2018, p. 153-154, tradução nossa<sup>12</sup>) menciona que,

<sup>10</sup> No original: “[...] Blair nevertheless obtained an opt-out for the UK from the proposed new ‘area of freedom, security and justice’ and maintained the opposition of his Tory predecessors to joining Schengen”.

<sup>11</sup> No original: “Each subsequent Tory leader had to compete to be more populist than the last – William Hague 1997–2001, Iain Duncan Smith 2001–03 and Michael Howard 2003–05”.

<sup>12</sup> No original: “After the official result was announced, Eurosceptic political entrepreneurs in manyAfter the official result was announced, Eurosceptic political entrepreneurs in many member states took to Twitter to celebrate ‘their’ victory. The Swedish Democrats tweeted ‘Congratulations to Britain’s people choosing

Após o resultado oficial ser anunciado, políticos eurocéticos de muitos Estados-membros foram ao Twitter para comemorar a "sua" vitória. Os Democratas Suecos tuitaram: "Parabéns ao povo britânico que escolheu a independência! Agora estamos esperando por um #swexit!" [...] Marine Le Pen acrescentou: "Vitória para a liberdade! Como venho pedindo há anos, agora devemos ter o mesmo referendo na França e nos países da UE. [...]" Geert Wilders tuitou: "Viva os britânicos! Agora é a nossa vez. É hora de um referendo holandês. [...]" Beppe Grillo, fundador do movimento italiano Five Star [Cinco Estrelas], escreveu uma postagem em seu blog: "A saída do Reino Unido mostra o fracasso das comunidades políticas que enfrentam a austeridade e o egoísmo dos estados-membros, incapazes de ser uma comunidade. Queremos uma Europa que seja uma "comunidade" e não uma união de bancos e lobbies. [...]" Emile Roemer, líder do Partido Socialista Holandês, tuitou: "Um golpe de marreta em Bruxelas e nos políticos que trabalham em prol de um superestado europeu. Menos Bruxelas, mais democracia".

Nesse contexto, Baker; Schnapper (2015) e Hobolt; DeVries, (2016) argumentam que a expansão do euroceticismo veio com a Crise da Zona do Euro, inicializada em 2009, após a crise global de 2008. Para o autor, a crise veio a descreditar governos e partidos pró-integração. É válido salientar que esses atores eurocéticos, tanto de direita quanto de esquerda, criticam fortemente a UE, porém nem todos defendam a retirada de seus países do bloco. Para alguns atores, o objetivo é a transformação interna do bloco, uma mudança profunda nos valores pelos quais ele funciona, valores esses essencialmente vinculados a lógica do *Embedded Neoliberalism* em todas as suas facetas. Nesse sentido, propomos um novo subcapítulo em que será discutido a interação da relação Reino Unido-União Europeia dentro do contexto da crise do sistema neoliberal, da globalização, das políticas de austeridade pós-2008 e da política doméstica do Reino Unido.

#### 4.2 NEOLIBERALISMO, AUSTERIDADE E GLOBALIZAÇÃO: O CAMINHO PARA O BREXIT

A resposta concedida por 51,9% da população<sup>13</sup> britânica votante à pergunta “O Reino Unido deve continuar a ser membro da União Europeia ou sair da União Europeia?” (United

---

independence! Now we are waiting for a #swexit!’<sup>2</sup> Marine Le Pen added: ‘Victory for freedom! As I have been asking for years, we must now have the same referendum in France and EU countries.’<sup>3</sup> Geert Wilders tweeted ‘Hurrah for the British! Now it is our turn. Time for a Dutch referendum.’<sup>4</sup> Beppe Grillo, founder of the Italian Five Star movement, wrote a blog post: ‘The Leave of the United Kingdom sets forth the failure of political communities facing austerity, and the egotism of the member states, incapable of being a community. . . . We want a Europe which is a “community” and not a union of banks and lobbies.’<sup>5</sup> Emile Roemer, the leader of the Dutch Socialist Party, tweeted: ‘A sledgehammer blow for Brussels and the politicians that work towards a European superstate. Less Brussels, more democracy.’<sup>6</sup>”

<sup>13</sup> Com maiores detalhamentos, Becker, Fetzer; Novy (2017, p. 611, tradução própria) escrevem que "O voto para sair obteve 51,9% dos votos no referendo sobre a UE, com um desvio padrão de 10,4% nas áreas de autoridade local do Reino Unido. Um total de 46,5 milhões de eleitores foram registrados, e 72,2% deles compareceram às urnas. Assim, 17,4 milhões votaram em Leave e 16,1 milhões em Remain. Esses números correspondem a 37,4% e 34,7% dos eleitores elegíveis, respectivamente”.

Kingdom, 2019, tradução própria<sup>14</sup>), na data de 23 de junho de 2016, deu início oficial ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado *Brexit* - junção das palavras da língua inglesa “*British*” e “*exit*” (Ahmed, 2017; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Goodwin; Heath, 2016). O resultado favorável ao *Brexit* pode ser avaliado a partir de diferentes perspectivas e de escalas de análise. Em um primeiro momento, pode-se argumentar que este processo fez parte de uma onda conservadora, populista e antiglobalização, que no mesmo período ostentou a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, uma maior proeminência de partidos políticos de extrema-direita no chamado “*mainstream*” político do Norte Global, além da eleição de candidatos da extrema-direita em diferentes cargos políticos, em diversos países da Europa (Gietel-Basten, 2016).

Em um segundo momento, verifica-se que problemas na política interna britânica, especialmente voltados para questões espaciais, demográficas e político-econômicas, como imigração, desenvolvimento econômico desigual e políticas de austeridade, contribuíram diretamente para o contexto da campanha e da votação do plebiscito. Outra questão que permeia ambas as escalas de análise é a ascensão e papel do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) no cenário político britânico da época (Fetzer, 2019; Gietel-Basten, 2016; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017).

Após o anúncio, em 2015, da ocorrência de um publicito sobre a filiação do Reino Unido à União Europeia, campanhas pró e contra o *Brexit* foram estabelecidas. Essas campanhas teriam o período de dez semanas até a data do plebiscito para convencer a população britânica a permanecer ou a se retirar do bloco europeu (Fetzer, 2019). De maneira geral, dois blocos foram criados, os “*Remainers*”<sup>15</sup> e os “*Leavers*”<sup>16</sup>. Dentro desses grandes blocos, duas campanhas oficializadas pela Comissão Eleitoral foram instauradas, a “*Britain Stronger in Europe*”, que defendia a permanência no bloco europeu, e a “*Vote Leave*”, favorável ao *Brexit*. As campanhas oficiais se configuraram enquanto semi-instituições capazes de consolidar a agenda de assuntos que envolviam o plebiscito (Zappettini, 2019). Nas palavras de Zappettini (2019, p. 404, tradução própria<sup>17</sup>), “[...] tornar-se a campanha principal permite que ela tenha acesso a recursos públicos vitais, dando uma exposição significativa às suas mensagens no

<sup>14</sup> No original: “Should the United Kingdom remain a member of the European Union, or leave the European Union?”.

<sup>15</sup> Palavra que se refere as pessoas que buscavam permanecer no bloco europeu. Na tradução literal significa “Permanentes”.

<sup>16</sup> Palavra que se refere as pessoas que buscavam sair do bloco europeu. Na tradução literal significa “Desistentes”.

<sup>17</sup> No original: “[...] becoming the lead campaign allowed them to access vital public resources and to give significant exposure to their messages in the public domain whilst escalating certain political and social demands up the institutional chain of discourses”.

domínio público, ao mesmo tempo em que escala certas demandas políticas e sociais na cadeia institucional de discursos”.

A campanha *Britain Stronger in Europe* se manteve como única representante do bloco *Remainers*, já a campanha *Vote Leave* rivalizou com outras campanhas, em especial a *Leave.EU*, liderada pelo presidente do UKIP, Nigel Farage (Ahmed, 2017; Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Goodwin; Heath, 2016). Ainda, mesmo não tendo sido a campanha oficial, a *Leave.EU* apoiou a campanha *Vote Leave*, dando voz à questão migratória, que se tornou pauta central para todas as campanhas do bloco “*Leavers*” nas semanas finais da disputa (Zappettini, 2019).

O contexto que inclui o anúncio da ocorrência do plebiscito de 2016 tem raízes não só nas eleições gerais de 2015, mas também na década de 1980, durante final do segundo mandato do governo Thatcher, com um rompimento entre os membros do Partido Conservador em relação ao relacionamento entre Reino Unido e Europa (Ahmed, 2017; Clarke; Newman, 2017; Goodwin; Heath, 2016; Sowels, 2019). Para Thatcher,<sup>18</sup> no final do seu segundo mandato, a participação do Reino Unido na União Europeia servia para limitar as possibilidades econômicas do país devido às regulamentações trabalhistas europeias - o bloco europeu não estava sendo neoliberal o suficiente - assim como servia para a degradação da soberania política do país (Dorey, 2017).

Nesse período, uma parte do Partido Conservador não concordava com as ideias de Thatcher<sup>19</sup> em relação à Europa, o que fez com que parte de seu gabinete se demitisse, levando à saída dela do cargo de Primeira-Ministra, em 1991. Como enfatiza Dorey (2017, p. 28, tradução própria<sup>20</sup>),

A discordância entre os partidos sobre o relacionamento da Grã-Bretanha com a Comunidade Europeia/União Europeia em transformação durante as décadas de 1980 e 1990 foi tão grande que os mandatos de Margaret Thatcher e de seu sucessor, John Major, foram encerrados, em parte, como consequência do aprofundamento dessas discordâncias e do consequente colapso da unidade do Partido Conservador. A integração europeia alimentou a desintegração do Partido Conservador.

<sup>18</sup> Observa-se essas opiniões no famoso discurso que ficou conhecido como “Bruges speech”, feito pela Primeira-Ministra em 1988, para o College of Europe (Sowels, 2019).

<sup>19</sup> Vale salientar que em 1975, Thatcher fez campanha para a permanência do Reino Unido na Comunidade Europeia (Dorey, 2017). E que em 1986, a então Primeira-Ministra apoiou a criação do Mercado Comum enquanto um projeto de liberalização de comércio, processo que ficou conhecido em parte da literatura do assunto como “Thatcherização da Europa” (Sowels, 2019).

<sup>20</sup> No original: Such was growth of intra-party disagreement over Britain’s relationship with the changing EC/EU during the 1980s and 1990s, that the premierships of both Margaret Thatcher, and her successor, John Major, were terminated partly as a consequence of these deepening disagreements and the ensuing collapse of Conservative Party unity. European integration fuelled Conservative disintegration”.

Naquela conjuntura, Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia, havia proposto planos para uma união monetária, assim como para um fortalecimento da institucionalização do bloco europeu. Em outubro de 1990, em seu famoso discurso no parlamento britânico nomeado “*No. No. No.*”, Thatcher já havia deixado claro sua total recusa a essas propostas (Sowels, 2019).

Contudo, durante os últimos quarenta anos, com a institucionalização da União Europeia enquanto um bloco político, o Partido Conservador tornou-se cada vez mais eurocético,<sup>21</sup> transacionando, ao longo da década de 2000, de um partido com duas alas, uma eurocética e outra pró-Europa, para um partido dividido entre eurocéticos “moderados” e “radicais” (Dorey, 2017; Szczerbiak; Taggart, 2008). Já em 1997, os Conservadores perderam as eleições gerais para o *New Labour*<sup>22</sup> de Tony Blair. Após essa eleição, o Partido Conservador foi liderado por políticos eurocéticos radicais como William Hague, Ian Duncan-Smith e Michael Howard. Mesmo não sendo maioria no partido, esse tipo de eurocéticos exerciam influência considerável sobre as questões que eles eram mais vocais sobre, devido a forma como eles expressavam suas opiniões (Dorey, 2017).

Quando David Cameron, um centrista eurocético moderado, entrou como Primeiro Ministro, o partido já havia sido tomado por ideais eurocéticos radicais (Sowels, 2019). Isso acabou inibindo as tentativas do então Primeiro-Ministro de minimizar a importância da Europa enquanto um problema político, assim como outros problemas “emocionais” como imigração, na tentativa de retomar a então conhecida reputação pragmática, vinculada aos governos anteriores à eleição de Thatcher, do seu partido. Nessa tentativa, Cameron tentava focar em questões que eram, normalmente, vinculadas ao Partido Trabalhista, sob a sua nova forma, o *New Labour*, como meio-ambiente, erradicação da pobreza, justiça social e relações homoafetivas (Dorey, 2017).

---

<sup>21</sup> Retomando o argumento antes apresentado sobre o embate entre os Neoliberalismos europeu e britânico, Dorey (2017, p. 28, tradução própria) argumenta que “O que alimentou ainda mais esse euroceticismo nascente no Partido Conservador foi o surgimento, na segunda metade da década de 1980, de uma agenda de ‘Europa social’, na qual a transição para um mercado único e o livre comércio seriam acompanhados por um aumento correspondente na proteção e nos direitos trabalhistas para os trabalhadores cujas condições ou segurança de emprego poderiam ser significativamente enfraquecidas por uma maior liberalização econômica, concorrência e desregulamentação. Thatcher era totalmente a favor da liberdade econômica, mas se opunha fortemente à proteção do emprego e aos direitos dos trabalhadores em relação aos seus empregadores; esses eram totalmente incompatíveis com seu compromisso neoliberal com a ‘flexibilidade do mercado de trabalho’ e o ‘[...] direito da gerência de administrar’. Essa antipatia ficou evidente em seu polêmico discurso em Bruges, em 1988, quando ela atacou ‘aqueles que veem a unidade europeia como um veículo para disseminar o socialismo’ e alertou que: ‘Não trabalhamos todos esses anos para libertar a Grã-Bretanha da paralisia do socialismo apenas para vê-lo se infiltrar’”.

<sup>22</sup> Nome dado ao Partido Trabalhista sob o comando de Tony Blair. Esse nome foi dado por conta da reforma feita no partido, referindo-se então a um “renovado” Partido Trabalhista (Dorey, 2017).

Naquele mesmo período, as migrações oriundas do Leste-Europeu, iniciadas em 2004 com uma nova expansão do bloco europeu, ganharam tração, aumentando de forma relevante a cada ano (Fetzer, 2019). Também em 2009, a União Europeia ratificou o Tratado de Lisboa, o que deixou a ala eurocética radical do Partido Conservador ainda mais alarmada, fragilizando, ainda que não o suficiente, a liderança de Cameron, que, previamente, havia prometido a seus colegas de partido resistir a uma maior integração do bloco europeu (Dorey, 2017). Ainda nessa conjuntura, a crise do Euro, que se seguiu após a crise de 2008, fortaleceu ainda mais o posicionamento dos membros do partido do partido Conservador, que duvidavam da sua capacidade de liderar o governo. A reeleição de Cameron em 2010, com um governo de coalizão, baseou-se na promessa de que medidas seriam tomadas para a recuperação da economia do Reino Unido após os eventos de 2008. Junto a isso, ao longo do seu segundo mandato, o então Primeiro-Ministro buscava conciliar as alas euro céticas moderada e radical do partido (Sowels, 2019).

Já em 2015, ano de eleições gerais no Reino Unido, o Partido Conservador ainda tentava lidar com disputas internas voltadas para a questão europeia (Becker; Fetzer; Novy, 2017). Enquanto líder do Partido Conservador, e confiante de que a filiação do Reino Unido no bloco europeu estava assegurada, Cameron prometeu que realizaria um referendo sobre a participação do país na União Europeia como forma de amenizar os conflitos no seu partido, assegurando apoio à sua candidatura ao terceiro mandato (Ahmed, 2017; Becker; Fetzer; Novy, 2017; Clarke; Newman, 2017; Fetzer, 2019). A ideia do Partido Conservador como um todo era assegurar um governo de maioria nas eleições daquele ano. Outra promessa feita por Cameron era a de renegociar as condições da posição do Reino Unido no bloco europeu caso o país escolhesse permanecer no bloco. Segundo Clarke e Newman (2017, p. 107, tradução própria<sup>23</sup>), “O referendo foi inventado inicialmente como uma tática para administrar os conflitos internos do Partido Conservador, já que o então primeiro-ministro David Cameron buscava estabelecer sua autoridade sobre o partido diante da longa guerra civil com os ‘eurocéticos’”.

Uma vez estabelecido que o referendo iria acontecer, outras figuras importantes dentro do Partido Conservador, em especial aqueles da ala eurocética mais radical, como Michael Gove, Andrea Leadsome, Boris Johnson e Theresa May, começaram a se posicionar e a articular formas pelas quais eles iriam avançar e difundir o ideal da saída do país da União Europeia (Clarke; Newman, 2017; Zappettini, 2019). Nesse processo, a formação da campanha *Vote*

---

<sup>23</sup> No original: “The Referendum was first invented as a tactical ploy to manage the internal conflicts of the Conservative Party, as then Prime Minister David Cameron sought to establish his authority over the Party in the face of the long running civil war with the ‘Euroscptics’”.

*Leave* foi concebida. Desde o começo das formações das campanhas, a lógica da disputa, como retratado pelo lado dos *Leavers*, era de uma batalha entre “o *establishment*” e “o povo” (Worth, 2022). Seguindo a análise sobre os processos que construíram os caminhos para a ocorrência do *Brexit*, volta-se para o papel da neoliberalização do Partido Trabalhista na emergência do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) e no fortalecimento do processo de despoliticização e ceticismo com o *establishment* político. Processos que levaram ao enfraquecimento dos dois, historicamente, principais partidos do Reino Unido, o Partido Conservador e o Partido Trabalhista.

Durante as primeiras duas décadas do projeto de integração europeu, em especial na de 1970, o Partido Trabalhista era o seu principal contestador no Reino Unido (Dell, 2022; Evans; Mellon, 2016). Isso se deve ao já discutido processo de neoliberalização da Europa e do seu projeto de integração (Dell, 2022). Naquela época, diferentemente da sua versão atual, já assimilada pelo projeto neoliberal, o partido se colocava contramedidas voltadas para a flexibilização de regras trabalhistas, assim como contramedidas econômicas que tinham como base a liberalização cada vez mais ferrenha dos mercados de capital (Dell, 2022). Como mencionado anteriormente, o primeiro plebiscito sobre a participação do Reino Unido na União Europeia, ocorrido em 1975, foi proposto por membros parlamentares trabalhistas. Tony Benn, membro do Partido Trabalhista, resumiu a visão comum de seu partido nos anos 1970 em uma reunião de gabinete de 1975, afirmando que “[...] na prática, a Grã-Bretanha será governada por um governo de coalizão europeu que não podemos mudar, dedicado a uma teologia capitalista ou orientada para o mercado (Salter, 2018, p. 470, tradução própria<sup>24</sup>).

A lógica do Partido Trabalhista então era de contraponto ao que ficou conhecido entre os trabalhistas como o “clube neoliberal europeu” (Dell, 2022). Essa lógica, ao longo das décadas seguintes, acabou assimilada pelo projeto neoliberal (Dell, 2022; Gill, 2000) devido a inúmeros fatores, sendo um deles o enfraquecimento do partido nas eleições gerais. Entre 1979 e 1996, o Partido Conservador ganhou três eleições gerais. Apenas com uma total reorganização do Partido Trabalhista, em 1989, e com a liderança de Tony Blair, a partir de 1997, foi que os Trabalhistas voltaram ao poder (Evans; Mellon, 2016).

Como discutido no capítulo anterior, o governo de Blair aderiu, ainda que de forma mascarada, às políticas neoliberais que vigoravam hegemônicas na Europa Ocidental (Furedi, 2014; Hall, 2011; Steger; Roy, 2010; Worth, 2013). Gill (2000) argumenta que qualquer manifestação de Socialismo na União Europeia naquele momento não representava nenhuma

---

<sup>24</sup> No original: “[...] in practice, Britain will be governed by a European coalition government that we cannot change, dedicated to a capitalist or market oriented theology”.

nova forma de sistema, mas sim uma variação mais civilizada do modo de produção capitalista neoliberal, legitimada a partir de uma maior esfera de regulamentação estatal, que como comentado anteriormente, ficou conhecida como *Embedded Neoliberalism* (Van Apeldoorn, 2009). Ironicamente, foi essa promoção de maiores valores trabalhistas, aqueles criticados por Thatcher, que ajudou o capitalismo neoliberal a se tornar hegemônico na Europa (Van Apeldoorn, 2009; Cerny, 2008; Gibbins, 2020). Assim, assimilada pelo projeto neoliberal, uma parte da disputa em volta do *Brexit* se deu entre o Neoliberalismo europeu e o Neoliberalismo britânico.

Nesse contexto, a erupção do UKIP nas eleições para o Parlamento Europeu se justifica, em parte, pela homogeneização de determinadas políticas neoliberais<sup>25</sup> por ambos os partidos tradicionais do país. Políticas de austeridade fiscal, junto a uma lógica antiglobalização, e de cada vez maior “desencantamento” com a política tradicional, são de extrema importância para entender o voto do *Brexit*. Votantes do UKIP, ao longo das eleições de 1997, 2001, 2005 e 2010, migraram do Partido Trabalhista para o Partido Conservador, e, se frustrando com as tomadas de decisão centristas de Cameron, a ineficácia dos Conservadores de conter os fluxos migratórios, assim como pelas políticas de austeridade fiscais impostas, em especial após crise de 2008, se voltaram então para o UKIP (Dell, 2022; Evans; Mellon, 2016; Flinders, 2018). Nas palavras de Evans e Mellon (2016, p. 12, tradução própria<sup>26</sup>),

[...] a mudança dos trabalhistas para o ‘consenso [neo]liberal’ sobre a UE e a imigração deixou muitos dos seus principais leitores abandonados, muito antes de o UKIP se tornar uma presença política eficaz. Até certo ponto, portanto, o que o UKIP está a fazer é recolher antigos eleitores trabalhistas, já insatisfeitos com os conservadores [...].

Nesse sentido, retomamos o que Cox (1981) descreveu como as consequências do processo de desvinculação dos âmbitos político e econômico, a despolíticação da sociedade, ou seja, o descontentamento e incredulidade na eficácia do sistema político estabelecido. Situação perfeita para o estabelecimento de divisões sociais entre “o povo puro” e a “elite corrupta”,

<sup>25</sup> Sobre o processo de despolíticação e o voto em partidos de extrema-direita, Evans; Mellon (2016, p. 4, tradução própria) discutem que “[...] nos países em que a dimensão econômica da competição partidária diminuiu tanto em termos de importância quanto de polarização, o apoio aos PRRs [Partidos de Direita Radical] entre a classe trabalhadora é consideravelmente maior do que nos países que não apresentam essa tendência. No caso britânico, o impacto realinhador da mudança do Partido Trabalhista para uma posição pró-UE (após sua revisão política de 1989) e o consequente enfraquecimento do compromisso da classe trabalhadora com o Partido Trabalhista foi estabelecido na década de 1990 [...]”.

<sup>26</sup> No original: “[...] Labour’s move to the ‘liberal consensus’ on the EU and immigration left many of their core voters out in the cold a long time before UKIP were an effective political presence. To some degree therefore what UKIP are doing is picking up already disaffected former Labour voters from the Conservatives”.

atitude fundamental de qualquer política populista, e que foi identificada nas campanhas pró-*Brexit*, além de em inúmeros outros partidos eurocéticos na Europa Ocidental (Hobolt, 2016).

Oriunda da lógica neoliberal, a crise de 2008 trouxe inúmeras consequências para os países do Norte Global. Uma delas, considerando a própria filosofia neoliberal de administração do Estado, foi a aplicação, em larga escala, de políticas de austeridade fiscal. No Reino Unido, essas políticas se desenvolveram sob o comando do Partido Conservador, entre os anos de 2009 e 2015 (Becker, Fetzer e Novy, 2017; Fetzer, 2019), atingindo de forma extensiva as populações de menor poder aquisitivo, e que já lidavam com outros fatores oriundos não só do processo de desindustrialização<sup>27</sup> iniciado no governo Thatcher, mas também do processo de globalização neoliberal, que aprofundou essa desindustrialização em toda Europa Ocidental (Clarke; Newman, 2017; Worth, 2022).

Os gastos reais do governo com previdência e proteção social diminuíram por volta de 16% per capita nos primeiros cinco anos da década de 2010. Em nível distrital, no qual ocorre a maior parte da administração dos gastos com bem-estar social, os gastos por pessoa caíram 23,4% entre 2010 e 2015 (Fetzer, 2019; Sowels, 2019). Ainda, a extensão desses cortes variou drasticamente entre as autoridades locais, variando de 46,3% a 6,2%, com os cortes mais acentuados geralmente nas áreas mais pobres (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Zappettini, 2019). Essas autoridades locais que experienciaram maiores cortes foram as que mais votaram a favor do *Brexit* (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Fetzer, 2019). Tendo isso em mente, retomamos a lógica previamente apresentada no capítulo dois, sobre os “ganhadores” e “perdedores” da globalização (Rodrik, 2011; Stiglitz, 2017). Fetzer (2019) argumenta que o processo de globalização, ao gerar essas duas categorias, acaba por colocar ênfase maior no papel das políticas de bem-estar social, pois as pessoas da categoria “perdedores” acabam por necessitar mais desses benefícios estatais.

Assim, entende-se que quando políticas de bem-estar social são postas em prática, esses “perdedores” acabam por ser compensados pelas suas perdas, enquanto quando cortes no Estado de bem-estar social são realizados, essa compensação não ocorre, gerando pressão nessa categoria populacional, que acaba por fomentar sentimentos de ressentimento político,

---

<sup>27</sup> Relembramos que o processo de desindustrialização destrói empregos e formas de trabalho específicas, enfraquecendo o segundo setor. Ao mesmo tempo, esse processo cria e acelera o aumento de novas formas de emprego, em especial dentro do terceiro setor, o de serviços. Ainda considerando esse processo, é válido lembrar que a descoletivização, processo embutido na desindustrialização, acaba por quebrar com antigas relações de trabalho/comunidade, o que serve para uma dessocialização generalizada, mudando as relações da sociedade com o trabalho, que se torna ultra individualizado. Essa situação permite não só o enfraquecimento dos sindicatos, mas também, a ascensão de novas formas de relacionamento empregatício, como os contratos de trabalho (Clarke; Newman, 2017; Glyn, 2006).

especialmente contra aqueles<sup>28</sup> que eram vinculados ao projeto europeu (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Fetzer, 2019; Flinders, 2018). Hobolt (2016, p. 1260, tradução própria<sup>29</sup>) afirma que “[...] a mensagem anti-*establishment* que tornou a campanha *Vote Leave* tão eficaz também levou ao sucesso eleitoral de partidos populistas em toda a Europa nos últimos anos, geralmente alimentados por preocupações com a imigração, falta de oportunidades econômicas e raiva da classe política”.

No caso da campanha *Vote Leave*, era argumentado por seus membros que o dinheiro que era enviado para a União Europeia era mal utilizado, e que ele poderia ser utilizado em prol dos cidadãos britânicos. Como argumenta Fetzer (2019, p. 3855, tradução própria<sup>30</sup>), “A campanha alegou que “[...] a União Europeia age esmagadoramente no interesse das grandes empresas e contra os interesses dos trabalhadores”, e sugeriu que a permanência na UE corroeria os direitos dos trabalhadores”.

No caso do Reino Unido, a ascensão do UKIP e, paralelamente, do voto pró-*Brexit*, é fruto direto das políticas de austeridade colocadas em prática pós-2010 (Fetzer, 2019), assim como uma manifestação geral ligada ao modelo de crescimento neoliberal baseado na privatização do Estado de bem-estar social e na abertura exacerbada da economia do Reino Unido ao capital estrangeiro, ação que se tornou comum desde a hegemonização do Neoliberalismo (Dell, 2022). Como discute Flinders (2018), é a primeira vez desde a Revolução Industrial que os padrões de vida estão decaindo, especialmente nos países de capitalismo avançado do Norte Global. Nesse sentido, a renda média nas últimas décadas tem ficado estagnada, ao mesmo tempo em que inseguranças econômicas e uma diminuição nos níveis de proteção social apenas decaem. Nesse contexto, argumenta-se que a contínua crise do sistema neoliberal, em todas as suas facetas, como a globalização, além da total indisposição global de reformar esse sistema (Worth, 2013), permitem que as condições necessárias para movimentos contra hegemônicos se fortaleçam e se expandam, permeando em especial aqueles mais insatisfeitos com a Ordem posta, seja pelas razões econômicas apresentadas acima ou por razões culturais e ideológicas, essas discutidas com maiores detalhes na obra de Norris e Ingleheart (2019).

---

<sup>28</sup> Flinders (2018) discute sobre a dimensão da “reação cultural, em conjunto a crise da globalização e da crise de 2018, contra os valores pós-guerra, pós-industriais e pós-materialistas (cosmopolitismo, feminismo, culturalismo, ambientalismo etc.) que, de certa forma e para muitas pessoas, eram sinônimos do projeto europeu”.

<sup>29</sup> No original: “[...]the anti-establishment message that made the Brexit Leave campaign so effective has also led to electoral successes of populist parties across Europe in recent years, generally fuelled by worries about immigration, lack of economic opportunities and anger with the political class”.

<sup>30</sup> No original: “The campaign further claimed that “the European Union acts overwhelmingly in the interests of big business and against the interests of workers,” and suggested that remaining in the EU would erode workers’ rights” (Fetzer, 2019, p. 3855).

Assim, posto o que já foi discutido, quem votou pelo *Brexit*? Estudos feitos nos anos posteriores à votação buscaram descobrir quem foram as pessoas que votaram a favor da saída do Reino Unido do bloco europeu e o porquê dessa decisão (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Clarke e Newman, 2017; Fetzer, 2019; Goodwin; Heath, 2016). Apesar da pequena margem entre os votos das duas campanhas oficiais, cerca de 3,8%, a distribuição de quem votou a favor e de quem votou contra *Brexit* é notável. Em termos de Estados, a Inglaterra foi o país onde o voto para deixar a União Europeia foi maior, com 7% de diferença em relação aos que votaram para permanecer no bloco (Goodwin; Heath, 2016). Já na Escócia e na Irlanda do Norte, o voto pró-*Brexit* não chegou a 50%, assim como foi nas cidades de Londres, Oxford e Cambridge que se destacaram do resto da Inglaterra com as maiores porcentagens de votos pró-Europa (Goodwin; Heath, 2016).

Junto à distribuição espacial, alguns outros padrões foram identificados. Como mencionado na apresentação sobre as políticas de austeridade fiscal, foi assinalado que essas políticas atingiam mais fortemente pessoas de menor poder aquisitivo. Essa lógica se aplica, também, ao voto pró-*Brexit*. Comunidades que tendiam a ser mais desfavorecidas economicamente do que a média votaram para sair do bloco europeu (Becker, Fetzer; Novy, 2017; Goodwin; Heath, 2016;). Junto a isso, foi identificado, também, que em comunidades nas quais os níveis de educação<sup>31</sup> formal são menores, e em comunidades em que a população local é majoritariamente branca, o voto pelo *Brexit* foi predominante (Becker, Fetzer e Novy, 2017; Goodwin; Heath, 2016; Hobolt, 2016). Todos os padrões mencionados até o momento podem ser enquadrados no contexto da discussão realizada até agora.

Mudanças socioeconômicas estruturais, em nível internacional e doméstico, frutos da lógica de desenvolvimento do Neoliberalismo, em especial por meio da globalização neoliberal que criou “ganhadores” e “perdedores”,<sup>32</sup> além da difusão de valores multiculturais e progressistas, explicam as características mencionadas anteriormente (Hobolt, 2016). Nas palavras de Goodwin e Heath (2016, p. 325, tradução própria<sup>33</sup>), “[...] os eleitores da classe

---

<sup>31</sup> De forma mais detalhada Goodwin; Heath (2016, p. 326) comentam que “[...] quinze das vinte áreas ‘menos instruídas’ votaram pela saída da UE, enquanto cada uma das vinte áreas ‘mais instruídas’ votou pela permanência” (Goodwin; Heath, 2016, p. 326).

<sup>32</sup> A lógica de “perdedores” e “ganhadores” da globalização não é algo exclusivo do Reino Unido, assim como também não é exclusividade dele a insatisfação com a União Europeia. Como argumenta Hobolt (2016, p. 1273, tradução própria), “[...] em toda a Europa, encontramos divisões semelhantes entre os chamados vencedores da globalização e aqueles que se sentem abandonados. Enquanto os primeiros tendem a abraçar a integração europeia e o multiculturalismo, os últimos se sentem ameaçados pelas mudanças que a globalização e a integração europeia trouxeram”.

<sup>33</sup> No original; “[...] left-behind working-class voters and older social conservatives were united by an altogether different set of values that translated into support for a more authoritarian and nativist response” (Goodwin; Heath, 2016, p. 325).

trabalhadora de esquerda e os conservadores sociais mais velhos estavam unidos por um conjunto de valores totalmente diferente”. O primeiro grupo tinha como maior preocupação questões socioeconômicas, enquanto o segundo preocupava-se com questões socioculturais,<sup>34</sup> ainda que o primeiro grupo também levasse em consideração algumas questões de cunho sociocultural (Goodwin; Heath, 2016; Worth, 2013; Flinders, 2018; Norris; Ingleheart, 2019; Worth, 2022).

De acordo com Becker, Fetzer e Novy (2017), considerando o processo de desindustrialização e de reorganização da indústria em nível global, com a liderança da China e de outros países asiáticos na produção, pessoas que dependiam de empregos manufatureiros, e que no geral viviam da prestação desse tipo de serviço a sua vida toda, tenderam a votar pró-*Brexit* (Becker; Fetzer; Novy, 2017). A região norte<sup>35</sup> da Inglaterra é um bom exemplo dessa condição, tendo acumulado grandes quantidades de votos a favor do *Brexit*. Tal grupo populacional, além de ter sido impactado pela transformação tecnológica e de outras transformações encabeçadas pela globalização, foi também o que mais sofreu com as medidas de austeridade impostas pelo governo do Partido Conservador no pós-2008 (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Fetzer, 2019).

Nesse sentido, o comércio internacional e o livre mercado não eram vistos como oportunidades, mas sim como ameaças aos seus empregos e ao seu estilo de vida (Becker; Fetzer; Novy, 2017). Nas palavras de Flinders (2018, p. 179, tradução própria<sup>36</sup>), “O voto a favor do *Brexit* foi dado em grande parte pelos ‘deixados para trás’, um termo que descreve uma série de grupos sociais que compartilham um sentimento de marginalização, insegurança e frustração e que sentem que a política dominante os abandonou em grande parte”.

Junto com o processo de globalização neoliberal veio a redescoberta das classes, e a redefinição delas, em especial da classe trabalhadora branca, que hoje se vê como abandonada pelos partidos *mainstream*, não entendida pela classe média cosmopolita, e privada de seus direitos por imigrantes indesejados (Clarke; Newman, 2017; Hobolt, 2016). Em um contexto

---

<sup>34</sup> Sobre o efeito da neoliberalização na cosmopolitização do social, Clarke e Newman (2017, p. 106, tradução própria) afirmam que "A neoliberalização também transformou as formas de trabalho e o futuro da classe média, e o Brexit foi apoiado por essa classe média tradicional nos subúrbios, cidades pequenas e distritos que permaneceram resolutamente 'não-cosmopolitas' e foram aparentemente consumidos pela ansiedade da imigração (apesar de esses espaços não serem ocupados por muitos migrantes)".

<sup>35</sup> Sobre essa região, Worth (2022, p. 10, tradução própria) argumenta que “[...] as cidades industrializadas e carentes do norte da Inglaterra, que sofreram com anos de Neoliberalismo e desindustrialização, passaram do apoio ao socialismo durante as lutas contra Thatcher na década de 1980 para um nacionalismo anti-global no século XXI.

<sup>36</sup> No original: “The vote for Brexit was delivered largely by the ‘left-behind’, a term describing a range of social groups who share a sense of marginalization, insecurity and frustration and who feel that mainstream politics has to a large extent abandoned them”.

de crise, nesse caso do modelo neoliberal como refletida em 2008, esses sentimentos são exacerbados por movimentos políticos polarizantes, que dão cara a um inimigo imaginário, vinculando pautas e desvinculando outras em prol de seus interesses, rompendo com o tecido social que uma vez unia a classe trabalhadora. Como articulam Clarke e Newman (2017, p. 108, tradução própria<sup>37</sup>),

A campanha [Vote] Leave expressou com sucesso essas sensibilidades - de ser ignorado, de ser abandonado, de perda - e encontrou um princípio articulador potente por meio do qual esses sentimentos poderiam encontrar reparação. "Retomar o controle" provou ser um apelo à ação impressionantemente claro, mas multifacetado.

Ainda, a rejeição de valores multiculturais e daqueles considerados progressistas pelo espectro conservador, como o casamento homoafetivo, o aborto, entre outras pautas, além da perpetuação de uma nostalgia, de um apelo por sociedades mais homogêneas de um passado, são articulados junto a um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, de participação na União Europeia e de migrações, fazendo com que essas pautas se misturem (Ahmed, 2017; Clarke; Newman, 2016; Hobolt, 2016; Worth, 2022). Na medida que agendas são criadas, articulações são orquestradas para contrapor, por exemplo, migrações e prosperidade econômica, ou mesmo, valores multiculturais e desenvolvimento social.

Nesse sentido, Dell (2022) argumenta que ao capitalizar as inseguranças das classes mais impactadas pela globalização neoliberal, assim como as da população mais velha, que não se adaptaram à transformação dos valores sociais (Flinders, 2018), grupos políticos são capazes de mobilizar um bloco reacionário capaz de se pôr contra a hegemonia vigente. Assim, a União Europeia enquanto representante direta da Ordem presente é posta em confronto<sup>38</sup> com esse movimento contra hegemônico, sendo, entre outros, alvo da guerra de posição desse grupo reacionário.

Adentra-se, por fim, no último fator a ser discutido quando pensamos no *Brexit*, a imigração. A discussão sobre essa temática se faz relevante pois foi um dos tópicos que mais apareceu nas discussões e discursos da campanha pró-*Brexit* (Goodwin; Heath, 2016). Em

---

<sup>37</sup> No original: "The Leave campaign successfully voiced these sensibilities – of being ignored, of being abandoned, of loss – and found a potent articulatory principle through which such feelings might find redress. 'Take back control' proved an impressively clear, yet multifaceted, call to action" (Clarke e Newman, 2017, p. 108).

<sup>38</sup> Nesse contexto, Dorey (2017, p. 38) argumenta que "Nesse contexto, muitos dos fatores que levaram ao voto "Leave" na Grã-Bretanha podem ser caracterizados como uma reação populista dos "deixados para trás" (especialmente setores da classe trabalhadora e os idosos) que sentiram que não se beneficiaram da globalização, mas foram traídos, ignorados ou vistos com desprezo pela "elite liberal" e pelos "politicamente corretos". Para esses cidadãos, o referendo da UE parecia oferecer uma oportunidade única na vida de se vingar dos "globalistas" e da "elite liberal [...]".

2013, uma pesquisa realizada pelo *British Social Attitudes*<sup>39</sup> mostrou que 56% dos entrevistados queriam os índices migratórios reduzidos de alguma forma (Dennison; Goodwin, 2015). Já em 2015, em uma pesquisa realizada pelo *British Election Study*<sup>40</sup>, 70% dos entrevistados queriam que as imigrações reduzissem (Dennison; Goodwin, 2015; Goodwin; Heath, 2016).

Nesse mesmo ano, alguns meses antes da realização do plebiscito, a rede migratória do Reino Unido estava batendo recordes, com cerca de 300 mil pessoas entrando no país por ano (Clarke; Goodwin; Whitley, 2017; Gietel-Basten, 2016; Sowels, 2019). No mesmo ano, o próprio David Cameron,<sup>41</sup> defensor do movimento “*Remainers*”, comentou sobre a necessidade de se diminuir a rede migratória do país (Ahmed; 2017; Clarke; Goodwin; Whitley, 2017; Gietel-Basten, 2016). Como argumentam Dennison e Goodwin (2015, p. 175, tradução própria<sup>42</sup>),

O público britânico não está dividido em relação à imigração. A grande maioria da população quer que os níveis de imigração sejam reduzidos. Esse consenso é generalizado, tanto que a imigração é frequentemente considerada uma questão de 'valência' - uma questão saliente sobre a qual há um acordo público generalizado.

Já no final de 2015, quando a pesquisa anual *YouGov*<sup>43</sup> foi realizada, 63% dos entrevistados selecionaram a questão migratória como principal fator de preocupação. Essa porcentagem se destaca quando comparada a outros problemas mencionados, sendo esses o sistema de saúde pública com 39%, e a economia com 33% (Clarke; Goodwin; Whitley, 2017). Em vista disso, argumenta-se que a preocupação com a questão migratória no Reino Unido não é algo novo (Ford; Goodwin, 2017). Desde o período colonial e pós-colonial os movimentos migratórios em direção ao Reino Unido são constantes, ainda que a intensidade variasse dependendo do momento histórico (Dennison; Goodwin, 2015).

Tendo esse contexto em mente, Flinders (2018) e Ford (2011) argumentam que durante o “*boom*” econômico das décadas de 1950 e 1960, um número considerável de imigrantes foi atraído para o Reino Unido, em especial para a Inglaterra. Esses migrantes não eram vistos

---

<sup>39</sup> A *British Social Attitudes Survey* é uma pesquisa estatística anual realizada na Grã-Bretanha pelo National Center for Social Research desde 1983.

<sup>40</sup> O *British Election Study* (BES) é um dos estudos eleitorais mais antigos em todo o mundo e a pesquisa de ciências sociais mais antiga no Reino Unido. As pesquisas foram realizadas imediatamente após cada eleição geral desde 1964.

<sup>41</sup> Perto das eleições gerais de 2010, David Cameron havia prometido um rebalancamento decisivo da rede migratória do Reino Unido (Dennison; Goodwin, 2015).

<sup>42</sup> No original: “The British public is not divided on immigration. A large majority of the population wants levels of immigration reduced. This consensus is widespread, so much so that immigration is often thought of as a ‘valence’ issue—a salient issue on which there is widespread public agreement” (Dennison; Goodwin, 2015, p. 175).

<sup>43</sup> A *YouGov* é uma empresa internacional líder em pesquisa de mercado e opinião, sediada no Reino Unido, com operações na Europa, América do Norte, Oriente Médio e Ásia-Pacífico, sendo membro do British Polling Council.

como uma ameaça à identidade nacional britânica pois o governo enfatizava para os cidadãos que a estadia dessas pessoas seria temporária (Flinders, 2018). Além disso, nesse período a quantidade de trabalho era grande, o que não gerava um senso de competição entre os nacionais e os recém-chegados. Ainda, os migrantes não compartilhavam de todos os direitos que os cidadãos britânicos. Isso acabou mudando nos anos 1970 e 1980, quando essas pessoas, já tendo constituído família no território do Reino Unido, não voltaram para seus países de origem, tornando-se cidadãos plenos, com acesso aos mesmos direitos dos nacionais britânicos (Flinders, 2018).

Um marco na história migratória do Reino Unido, e sem dúvida para o contexto que levou ao *Brexit*, foi a ampliação da União Europeia em 2004<sup>44</sup> (Becker; Fetzer; Novy, 2017; Evans; Mellon, 2016; Outhwaite, 2019).<sup>45</sup> Enquanto a imigração do restante do bloco Europeu para o Reino Unido era de apenas 15 mil pessoas em 2003, em 2004, ano do alargamento, esse número foi para 87 mil pessoas, chegando a 184 mil em 2015 (Becker; Fetzer; Novy, 2017). Ainda, em 2011, a Guerra Civil na Síria, assim como outros conflitos emergentes da chamada Primavera Árabe, gerou um contingente grande de migrantes forçados que vieram a buscar refúgio na Europa (Outhwaite, 2019).

Nesse mesmo período, ataques terroristas atingiram a Europa, em especial no ano de 2015, o que apenas serviu para alimentar uma já racializada visão sobre os imigrantes árabes que chegaram ao continente. Por fim, ainda nesse período, discussões sobre a entrada da Turquia no bloco europeu eram exacerbadas por grupos e partidos eurocéticos, que afirmavam que tal evento era iminente e que a regra de livre circulação do bloco faria com que milhões de imigrantes turcos viessem em direção ao Reino Unido (Outhwaite, 2019).

Como argumenta Ford (2011), as atitudes britânicas para com as migrações sempre foram racializadas. Imigrantes brancos eram (e são) preferidos em relação a imigrantes não-brancos. Como comentado anteriormente, o Reino Unido tem experienciado um aumento de imigrações desde o começo da década de 1950, quando o país importava mão de obra de outros países,<sup>46</sup> tanto da Europa continental, como de países do *Commonwealth*. Nesse sentido,

---

<sup>44</sup> Sobre o contexto de alargamento e a livre circulação de pessoa, Outhwaite (2019, p. 3, tradução própria) argumenta que “O Reino Unido e a Irlanda também foram, junto com a Suécia, os únicos países da eu a permitir a livre circulação de cidadãos de estados que aderiram à ampliação de 2004. Isso resultou em uma migração substancial da Polônia, seguida em 2014 por números menores da Bulgária e da Romênia após o fim das restrições aos dois estados admitidos na ampliação de 20”7”.

<sup>45</sup> Os países que entraram nessa expansão foram Chipre, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Eslováquia e Eslovênia (Pecequilo, 2014).

<sup>46</sup> Ford (2011, p. 1020, tradução própria) afirma que “[...] desde o início, a migração para a Grã-Bretanha foi diversificada, com migrantes chegando de uma ampla gama de países e continentes, incluindo Irlanda, Europa Mediterrânea, Austrália, Índias Ocidentais, Sul da Ásia e, mais recentemente, Europa Oriental”.

diferentes grupos causam diferentes reações da população britânica. Enquanto refugiados poloneses e trabalhadores da Europa mediterrânea e da Irlanda causavam pouca ou nenhuma resistência, imigrantes do sul asiático e de países caribenhos eram recebidos com grande hostilidade e mesmo resistência organizada, com demonstrações de recusa por meio de protestos e passeatas (Ford, 2011). Partidos de extrema Direita no Reino Unido, como o *British National Party* (BNP), assim como mobilizações lideradas por Enoch Powell na década de 1970, eram diretamente voltadas para imigrantes não-brancos, em especial mulçumanos (Ford, 2011).

Ainda, outra situação que gerou recusa de imigrantes, e que acaba fugindo do padrão racial, é a entrada persistente de um fluxo migratório muito grande de uma mesma região (Ford, 2011). Foi o caso das migrações pós-2004, em especial com os imigrantes poloneses. No mais, ainda que a maioria dos britânicos se oponha à imigração em geral, eles são mais favoráveis à imigração de grupos como estudantes internacionais e imigrantes altamente qualificados (Dennison; Goodwin, 2015; Ford; Goodwin, 2017). Contudo, considerando a discussão anterior, argumenta-se que a oposição para com as imigrações vai além do fator econômico. No Reino Unido, um tipo de oposição mais inflexível ocorre por pessoas que identificam as imigrações como uma ameaça aos valores e à identidade do Estado (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017; Ford; Goodwin, 2017).

Como argumentado anteriormente, em um contexto de crise, descontentamentos e oposições são exacerbados por movimentos políticos polarizantes que, ao vincular pautas e desvincular outras, manipulam o eleitorado, e a população como um todo, por meio de estratégias baseadas no medo,<sup>47</sup> para que eles votem a favor de causas que atendem aos interesses desses movimentos políticos. Tal situação pode ser observada na associação proposital e estratégica feita entre a participação do Reino Unido na União Europeia e os altos indícios imigratórios, realizada por Nigel Farage desde a criação do UKIP na década de 1990 (Dennison; Goodwin, 2015; Ford; Goodwin, 2017). Na medida em que o debate sobre as taxas imigratórias ganhou escopo após 2013, o UKIP havia se transformado de um partido eurocético radical de pouca adesão para um partido populista de direita que foi capaz de mobilizar o debate migratório em prol do *Brexit*.

De acordo com Zappettini (2019), a pauta migratória, junto à percepção, transmitida em discursos públicos pela campanha *Vote Leave*, de uma “Europa em Crise”, juntamente aos

---

<sup>47</sup> É interessante notar que das vinte comunidades com menos migrantes oriundos da União Europeia, quinze votaram para deixar o bloco. Em contraste, das vinte comunidades com maior quantidade de migrantes vindos da União Europeia, dezoito votaram para permanecer no bloco (Goodwin; Heath, 2016).

ataques terroristas de 2015, a então “garantida” entrada da Turquia na União Europeia, a situação das políticas de austeridade fiscal, as consequências da globalização e a estratificação socioespacial do Reino Unido causada pela lógica distributiva das políticas neoliberais, formaram o ambiente perfeito para que articulações, por meio da estratégia de Política do Medo, fossem feitas dentro da então guerra de posição projetada pelos contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal. Como argumentam Clarke e Newman (2017, p. 103, tradução própria<sup>48</sup>),

Como muitos argumentaram, algumas das condições de longo prazo para o momento do Brexit têm a ver com os processos profundos de globalização e europeização [...], mas esses não podem ser entendidos como processos externos que têm efeitos sobre o Reino Unido. Em vez disso, eles foram conduzidos e mediados pelo Reino Unido, principalmente por meio da financeirização desregulamentada do capital global. Observações semelhantes se aplicam à identificação da neoliberalização como causa do Brexit. Certamente, o Reino Unido foi marcado pelo desenvolvimento desigual, pela desindustrialização e pelos deslocamentos sociais gerados por um modelo neoliberal de desenvolvimento - um conjunto de dinâmicas compartilhadas em quase todos os lugares, embora as formas que assumem sejam espacialmente específicas. Mas a neoliberalização também tem sido um projeto político conduzido tanto de dentro quanto de fora do Reino Unido, e sua trajetória tem sido moldada pelo capital britânico tanto quanto por forças 'externas'.

A crise neoliberal, em todas as suas expressões, abriu espaço para que grupos reacionários adentrassem o *mainstream* político. Nesse processo de homogeneização dos lados pró e contra o *Brexit*, a normalização de linguagens e outras táticas normalmente vinculadas a partidos de extrema direita é um aspecto a ser destacado (Ahmed, 2017; Worth, 2022). Relativização dos fatos, xenofobia explícita e nacionalismo exacerbado são apenas algumas características identificadas ao longo da campanha *Vote Leave* (Ahmed, 2017). Frases como “fatos não ganham o dia”<sup>49</sup> ou “as pessoas nesse país estão cansadas de *experts*”<sup>50</sup> são apenas algumas demonstrações da lógica por trás da campanha. Como argumenta Ahmed (2017, p. 7, tradução própria<sup>51</sup>), “Essa retórica explora um sentimento que é fundamental para o populismo de direita: a desconfiança da ‘elite’ e o desprezo por especialistas que dizem à ‘pessoa decente

<sup>48</sup> No original: “As many have argued, some of the longue durée conditions for the moment of Brexit have to do with the deep processes of globalization and Europeanization (e.g. Piketty 2016; Streek, 2016; Watkins 2016), but these cannot be grasped as external processes that have effects on the UK. Rather they have been both driven and mediated by the UK, not least through the deregulated financialization of global capital. Similar observations apply to the identification of neo-liberalization as a cause of Brexit. Certainly the UK has been marked by the uneven development, deindustrialization, and social dislocations engendered by a neoliberal model of development – a set of dynamics shared almost everywhere, although the forms they take are spatially specific. But neo-liberalization has also been a political project driven from within the UK as well as from outside – and its trajectory has been shaped by British capital as much as by ‘external’ forces”.

<sup>49</sup> Frase dita por Arron Banks, co-fundador da campanha *Leave.EU*, e empresário britânico (Ahmed, 2017).

<sup>50</sup> Frase dita por Michael Gove, co-coordenador da campanha *Vote Leave*, político do Partido Conservador e atual Secretário de Habitação e Comunidades do Reino Unido (Ahmed, 2017).

<sup>51</sup> No original: “Such rhetoric taps into a sentiment that is fundamental to right-wing populism: distrust of the “elite” and a disregard for experts telling the “ordinary decent person” how to live their lives”.

comum' como viver suas vidas". A banalização de ideais de populismo de direita por políticos considerados de centro-direita demonstra como a radicalização e a polarização da política têm se dado na política contemporânea (Ahmed, 2017; Worth, 2022).

Tendo em mente o que foi discutido até aqui, retorna-se a Cox (1983) ao argumentarmos que quando a ordem social posta perde sua legitimidade por conta de um conflito entre os representantes e representados, uma crise de autoridade é estabelecida, momento em que essa autoridade será disputada por grupos opostos que buscam hegemonia. É válido lembrar, então, que em períodos de crise, econômica e sociocultural, o equilíbrio entre as forças sociais se desfaz, causando pressão na liderança hegemônica, o que ameaça a hegemonia de uma ordem estabelecida, precipitando assim mudanças estruturais na forma organizacional do mundo (Cox, 1983; Worth, 2013, Worth, 2022). Em condições de instabilidade, novas forças sociais emergem (ou reemergem) para competir pela hegemonia em crise, o que causa um período de disputa política-ideológica intensa. Segundo Worth (2022), tanto o período dos fascismos do século XX, quando a reemergência de políticos populistas de direita e extrema-direita no século XXI, emergiram desses momentos de instabilidade. No caso de certos processos políticos contemporâneos, entende-se que eles são parte de uma resposta as consequências socioeconômicas e político-culturais do projeto neoliberal.

#### 4.3 SELEÇÃO FEITA DOS DISCURSOS PROFERIDOS POR REPRESENTANTES DA CAMPANHA VOTE LEAVE

Segue-se abaixo os discursos selecionados para a análise. Cada texto será analisado individualmente a partir dos métodos de análise discursiva previamente discutidos no capítulo de introdução.

##### 4.3.1 Discurso 1: Declaração de Michael Gove MP, Secretário de Estado para a Justiça, sobre o referendo da EU <sup>52</sup>

O primeiro discurso a ser avaliado é uma declaração feita por Michael Gove no dia 20 de fevereiro de 2016. Nesse período, as Organizações pró e contra o *Brexit* já haviam sido criadas, mas o período de campanha oficial ainda não havia iniciado. Oficialmente, as dez semanas prévias ao dia da votação, que correspondem ao período oficial de campanha, se iniciaram apenas no mês de abril.

---

<sup>52</sup> No original: "Statement from Michael Gove MP, Secretary of State for Justice, on the EU Referendum".

Em um primeiro momento, o autor afirma “Acredito que nosso país seria mais livre, mais justo e estaria em melhor situação fora da UE” (Gove, 2016, tradução própria<sup>53</sup>). Com essa frase, o autor projeta um futuro em comparação a um presente que ele considera pouco agradável. Já aqui ele vincula liberdade, justiça e qualidade de vida enquanto algo não muito bem desenvolvido no objeto oposto ao “Nós”, ou seja, na União Europeia. Em seguida, o autor descreve que a filiação ao bloco europeu apenas cerceia a liberdade do Reino Unido de tomar importantes decisões.

Ao comunicar que “[...] o fato de pertencermos à União Europeia nos impede de mudar uma grande quantidade de leis e de escolher quem toma as decisões críticas que afetam todas as nossas vidas”, Gove (2016, tradução própria<sup>54</sup>) indica que o bloco europeu é uma instituição controladora e que cerceia os direitos básicos de um Estado-nacional soberano de tomar suas próprias decisões em relação a questões importantes, por exemplo as leis aplicadas no país. Nesses dois momentos, percebe-se algumas características articuladas ao significante União Europeia (UE, Bruxelas). Ao mesmo tempo, em contraste temos o começo da caracterização do significado do significante Reino Unido.

Seguindo o texto, o autor efetua o que Cap (2013, 2019) chama de Proximização axiológica positiva. Ao manifestar as seguintes frases, Gove (2016, tradução própria<sup>55</sup>) invoca atitudes e comportamentos históricos louváveis como forma de caracterizar o Reino Unido enquanto um exemplo de Estado nacional capaz de proezas valorosas e democráticas. Observa-se o trecho subsequente,

Nossa democracia resistiu ao teste do tempo. Mostramos ao mundo o que um povo livre pode alcançar se tiver permissão para governar a si mesmo. Na Grã-Bretanha, estabelecemos o julgamento por júri no mundo moderno, criamos o primeiro parlamento livre, garantimos que ninguém poderia ser detido arbitrariamente a mando do governo, forçamos nossos governantes a reconhecer que governavam por consentimento e não por direito, lideramos o mundo na abolição da escravidão, estabelecemos educação gratuita para todos, seguro nacional, o serviço nacional de saúde e uma emissora nacional respeitada em todo o mundo.

Na sequência, no intuito de contrastar o Reino Unido com a União Europeia, o autor realiza uma Proximização axiológica normal, em que ele menciona inúmeros eventos, valores

<sup>53</sup> No original: “I believe our country would be freer, fairer and better off outside the EU”.

<sup>54</sup> No original: “[...] our membership of the European Union prevents us being able to change huge swathes of law and stops us being able to choose who makes critical decisions which affect all our lives”..

<sup>55</sup> No original: “Our democracy stood the test of time. We showed the world what a free people could achieve if they were allowed to govern themselves. In Britain we established trial by jury in the modern world, we set up the first free parliament, we ensured no-one could be arbitrarily detained at the behest of the Government, we forced our rulers to recognise they ruled by consent not by right, we led the world in abolishing slavery, we established free education for all, national insurance, the National Health Service and a national broadcaster respected across the world”.

e ações negativas vinculadas à União Europeia. A intenção do autor não é só identificável no desenvolver da estratégia de Proximização, mas no próprio começo do parágrafo, quando o autor utiliza as seguintes palavras “Em contraste<sup>56</sup>” na sequência do parágrafo em que ele exalta os feitos do seu país, do “Nós”. Sobre o bloco europeu, Gove (2016, tradução própria<sup>57</sup>) afirma

Em contraste, a União Europeia, apesar do idealismo indubitável de seus fundadores e das boas intenções de muitos líderes, provou ser um fracasso em muitas frentes. O euro criou miséria econômica para as pessoas mais pobres da Europa. A regulamentação da União Europeia consolidou o desemprego em massa. As políticas de imigração da UE incentivaram os traficantes de pessoas e trouxeram campos de refugiados desesperados para nossas fronteiras. Longe de proporcionar segurança em um mundo incerto, as políticas da UE se tornaram uma fonte de instabilidade e insegurança.

Ao listar as consequências dos fracassos do bloco europeu, o autor projeta novos significados ao significante União Europeia. Assim, além de uma instituição controladora e que cerceia o direito de soberania estatal, a instituição é incompetente, geradora de pobreza e desemprego, além de encorajadora de criminosos.

No decorrer do texto, o autor ainda vincula as políticas fronteiriças europeias à entrada de terroristas no bloco, o que traduz uma Proximização espacial (Cap, 2013, 2019), junto à construção de ameaça, como caracterizado por Wodak (2015), dentro do contexto dos ataques terroristas ocorridos no ano anterior no continente europeu. Além disso, o autor buscou responsabilizar o bloco pela reemergência de grupos de extrema-direita, enfatizando a data de 1930, o que simbolicamente conduz diretamente as palavras “Fascismo” e “Nazismo”, e à Segunda Guerra Mundial, evento historicamente presente no imaginário britânico. Ao fazer isso, o autor conduz uma Proximização temporal, acomodando os eventos da década de 1930 na Europa, de forma a contextualizar negativamente o continente, beneficiando seu objetivo final.

Na sequência, o autor estimula ainda mais a oposição binária, nesse caso por meio da contraposição entre o “Povo” e a “Elite”, tradicionalmente vinculado a estratégias populistas, na seguinte frase “A UE foi criada para manter o poder e o controle nas mãos das elites e não das pessoas” (Gove, 2016, tradução própria<sup>58</sup>). Por fim, o autor realiza duas novas Proximizações axiológicas, mesclando a positiva e a negativa em uma estrutura comparativa,

<sup>56</sup> No original: “By way of contrast”.

<sup>57</sup> No original: “By way of contrast, the European Union, despite the undoubted idealism of its founders and the good intentions of so many leaders, has proved a failure on so many fronts. The euro has created economic misery for Europe’s poorest people. European Union regulation has entrenched mass unemployment. EU immigration policies have encouraged people traffickers and brought desperate refugee camps to our borders. Far from providing security in an uncertain world, the EU’s policies have become a source of instability and insecurity”.

<sup>58</sup> No original: “The EU is built to keep power and control with the elites rather than the people”.

mencionando que o Reino Unido naquele período era a quinta maior economia do mundo, que possui o maior número de ganhadores do prêmio Nobel e de universidade renomadas, comparando diretamente com a Europa por meio da frase “[...] mais prêmios Nobel do que qualquer país europeu e mais universidades líderes mundiais do que qualquer país europeu” (Gove, 2016, tradução própria<sup>59</sup>). Ainda, o autor destaca a dinamicidade da economia britânica, em contraste, novamente, com a europeia (destaque para a zona do euro), além de afirmar que o Reino Unido possuía o maior “*Soft-Power*” entre qualquer país europeu, se voltando para a história cultural britânica.

Finalmente, Gove (2016, tradução própria<sup>60</sup>) inicia o último parágrafo do texto com a seguinte frase: “Essa chance pode não se repetir em nossas vidas”. Segundo Cap (2013, 2019), a Proximização temporal também serve para destacar um evento enquanto importante, o que perpetua a exigência uma resposta imediata àquela questão apresentada pelo autor como extremamente relevante. De forma geral, o autor significa os significantes União Europeia e Reino Unido, gerando uma oposição binária entre os dois significantes vazios. Ao longo do texto, o bloco europeu é caracterizado de forma negativa, enquanto o Reino Unido é exaltado em todos os aspectos apresentados. Nesse sentido, por meio das Proximizações axiológicas e espaço-temporais, o autor mobiliza um sentimento de medo em permanecer no bloco europeu devido a todas as falhas e negatividades vinculadas a ele. Ainda, o autor vincula preocupações presentes no Reino Unido naquele contexto - terrorismo e migrações nesse caso - com a permanência no bloco europeu.

#### 4.3.2 Discurso 2: Gisela Stuart expõe os riscos de permanecer na EU<sup>61</sup>

O segundo discurso foi realizado por Gisela Stuart no dia treze de abril de 2016. Na mesma data, a Comissão Eleitoral designou a *Vote Leave* como a campanha oficial do lado pró-Brexit na disputa eleitoral oficial. O texto inicia descrevendo uma cerimônia realizada pela União Europeia em que a autora do texto participou. Seguem as palavras de Stuart (2016, tradução própria<sup>62</sup>):

<sup>59</sup> No original: “[...] more Nobel Prizes than any European country and more world-leading universities than any European country”.

<sup>60</sup> No original: “This change may never come again in our lifetimes”.

<sup>61</sup> No original: “Gisela Stuart exposes the risks of staying in the EU”.

<sup>62</sup> No original: “It was on Thursday, July 10th, 2003 at the signing ceremony closing the European Constitutional Convention. I had spent 15 months almost full time in Brussels on behalf of Britain to negotiate the document that eventually turned into the Lisbon treaty. Everyone was standing around sipping champagne to the strains of Beethoven’s Ninth. But I was in no mood for self-congratulation. I grumpily scribbled my name, declined the drink and headed straight for the airport”.

Foi na quinta-feira, 10 de julho de 2003, na cerimônia de assinatura que encerrou a Convenção Constitucional Europeia. Eu havia passado 15 meses quase em tempo integral em Bruxelas, em nome da Grã-Bretanha, para negociar o documento que acabou se transformando no Tratado de Lisboa. Todos estavam em pé, bebendo espumante ao som da Nona de Beethoven. Mas eu não estava com disposição para me auto congratular. Rabiscando meu nome com mau humor, recusei a bebida e fui direto para o aeroporto.

Nesse trecho podemos perceber a contraposição entre dois atores, a União Europeia e o Reino Unido, que está personificado na autora. A significação dos dois significantes se inicia nessa passagem, ao retratar as pessoas vinculadas à União Europeia enquanto elitistas, mencionando palavras como “espumante” e “Beethoven”, que simbolicamente são vinculadas à riqueza, ao mesmo tempo em que a autora (ou o Reino Unido) se recusa a participar daquela demonstração de autoindulgência e luxo descabido. A contraposição do “Eles elitizado” e do “Nós que desdenhamos tal comportamento” fomenta a forma como a população receptora desse discurso significa e interpreta esses dois atores, em especial quando pensamos no contexto previamente discutido de austeridade e empobrecimento de determinadas regiões do país.

Prosseguindo o texto, a autora segue contrapondo União Europeia e Reino Unido, desta vez com Proximizações axiológicas. Ao mencionar que democracia e competitividade econômica são valores caros ao Reino Unido, a autora menciona que esses mesmos valores não são respeitados no bloco europeu e nem mesmo compatíveis com o projeto de integração. Em seguida, a autora articula que além de não democrática e pouco competitiva, a União Europeia ainda se caracteriza enquanto uma instituição autocentrada que só se preocupa com seus próprios interesses, o que retrata a estratégia mencionada por Wodak (2015) de amplificação dos problemas internos daquela instituição, retratando-os como generalizados. As questões discutidas neste parágrafo podem ser identificadas no seguinte trecho por Stuart (2016, tradução própria<sup>63</sup>):

Questões como responsabilidade democrática e competitividade econômica, que são tão importantes para nós na Grã-Bretanha, são rebaixadas caso se desviem do Projeto Europeu. É a integração a qualquer custo ou consequência. Este referendo é a oportunidade de nos libertarmos de uma organização que atende apenas a seus próprios interesses

Alguns trechos depois, a autora discute a autoridade da Corte Europeia de Justiça sobre as leis do Reino Unido, salientando a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia como

---

<sup>63</sup> No original: “Questions like democratic accountability and economic competitiveness, which are so central for us in Britain, are downgraded in case they divert from the European Project. It is integration at whatever cost or consequence. This referendum is the opportunity to set ourselves free from an organisation that only serves its own interests”.

um impeditivo do país deportar criminosos e monitorar suspeitos de terrorismo, mencionando a filha de Abu Hamza al-Masri<sup>64</sup> como exemplo. Nesse trecho, a articulação de uma Proximização espacial é trabalhada, criando a percepção de que terroristas entrariam no Reino Unido, vindos da União Europeia, e não poderiam ser deportados ou julgados graças às leis europeias. Articulações voltadas para a criação de ameaças que concebem o terrorismo no centro se tornaram muito comuns após os acontecimentos de 2001 (Cap, 2019). A manutenção de emoções como o medo e ansiedade, durante a década de 2010, por meio da ideia de uma ameaça terrorista que viria com as imigrações, se tornou ainda mais eficaz, tendo em vista os fluxos migratórios oriundos do Mundo Árabe, e a ocorrência dos ataques terroristas na Europa. Ainda, o Reino Unido tem em seu imaginário os ataques terroristas em Londres no ano de 2005 (Clarke; Goodwin; Whiteley, 2017).

Nos trechos que se seguem, podemos perceber a utilização de Proximização temporal no que tangencia a perda de soberania por meio de um processo de federalização, assim como no que toca a questão da relação catastrófica entre demografia e previdência dentro dos países da zona do euro. Nesse sentido, Stuart (2016, tradução própria<sup>65</sup>) argumenta que

Ele [o relatório dos Cinco Presidentes] detalha um plano de três estágios a ser concluído até 2025 para uma união política, incluindo ideias como um tesouro da área do euro e um único representante em órgãos internacionais como o FMI [...] A zona do euro está enfrentando uma crise de longo prazo, mesmo que consiga superar suas agonias atuais. A assustadora realidade demográfica mostra que a zona do euro é uma bomba-relógio. Prevê-se que a população dos países membros da moeda euro cairá nos próximos 35 anos, à medida que o número de pessoas com mais de 65 anos crescerá rapidamente. 2050, a conta de pensão da zona aumentará em 2,1% do PIB ao envelhecimento da população. Isso recairá sobre os ombros de um número cada vez menor de trabalhadores.

Ainda, a autora afirma que “[p]ara nós, no Reino Unido, isso significa colocar o Estado-nação na história ou fazer parte da desordenada separação da moeda” (Stuart, 2016, tradução própria<sup>66</sup>). Tal trecho reflete a utilização da Proximização temporal como estratégia para destacar a decisão pelo *Brexit* como um evento definitivo, perpetuando a exigência de uma resposta imediata a essa questão “urgente” (Cap, 2013, 2019). Com essa estratégia, a autora

<sup>64</sup> Ex-pregador da Mesquita de Finsbury Park, foi considerado culpado de 11 acusações de terrorismo e sequestro em um tribunal de Manhattan.

<sup>65</sup> No original: " It [Five Presidents' report] details a three-stage plan to be completed by 2025 for a political union including ideas such as a euro-area treasury and a single representative on international bodies like the IMF [...] The Eurozone is facing long-term crisis even if it manages to put its present agonies behind it. The daunting demographic reality shows the Eurozone is a ticking time bomb. The population of the currency's member euro countries is predicted to fall over the next 35 years as the number of over-65s grows rapidly. Research we are releasing today shows that by 2050 the zone's pension bill will go up by 2.1% of GDP because of this ageing population. This will fall onto the shoulders of a shrinking number of workers.

<sup>66</sup> No original: "For us in the UK that means either consigning the nation state to history or being part of the currency's messy break-up".

cria a perspectiva de que os males que afetarão os países da zona do euro irão trazer consequências terríveis para o Reino Unido, e que isso pode ser parado com o voto pró-*Brexit*. Posteriormente no texto a autora ainda menciona a seguinte frase “E seja em carros, leis trabalhistas, bancos ou alimentos, muitas das regras que regem o mercado interno da Europa agora são acordadas globalmente, com a UE atuando como um intermediário caro para transmiti-las” (Stuart, 2016, tradução própria<sup>67</sup>), que junto aos trechos citados anteriormente, significam o significante “União Europeia”.

Por fim, Stuart (2016) trabalha a questão migratória. No trecho “A imigração está colocando o sistema público de saúde sob enorme pressão e prejudicando a segurança dos pacientes, e nossa capacidade de controlar o sistema público de saúde pode ser ainda mais prejudicada pela forma como a pressão que pode ser agravada pelo acordo TTIP que a UE está negociando com os EUA” (Stuart, 2016, tradução própria<sup>68</sup>), a autora caracteriza a imigração enquanto um risco iminente ao sistema de saúde nacional britânico. Essa frase vem após a autora introduzir no texto a necessidade de controlar as migrações oriundas da União Europeia, destacando dois países do Leste Europeu em específico (Romênia e Letônia). Nesse sentido, os termos “União Europeia”, “Imigração” e “sistema público de saúde” são reunidos numa cadeia de significados que contextualiza o bloco Europeu e as suas leis imigratórias e de livre circulação como um perigo ao bem-estar do sistema nacional de saúde. Nesse sentido, a autora justifica a saída do bloco a partir da possibilidade de catástrofe do sistema público de saúde, baseando-se no medo da população de perder o maior representante do Estado de bem-estar social britânico.

Finalmente, Stuart (2016), assim como Gove (2016) anteriormente, termina o discurso com uma Proximização temporal que informa uma urgência na tomada de decisão dos eleitores devido à relevância das consequências de permanecer no bloco. Na frase “[é] hora de a Grã-Bretanha reconhecer que Bruxelas já teve chances suficientes. E que a única opção segura é votar em Leave” (Stuart, 2016, tradução própria<sup>69</sup>), a autora utiliza do termo “Bruxelas”<sup>70</sup>, já discutida no começo do texto, junto à informação de que a única opção segura para o povo britânico é a saída do país da União Europeia, que implica a situação numa condição de

<sup>67</sup> No original: " And whether it is in cars, labour law, banking or food, many of the rules governing Europe's internal market are now agreed globally, with the EU acting as a costly middleman to pass them down ".

<sup>68</sup> No original: "Immigration is placing the NHS under huge strain and undermining patient safety, and our ability to control the NHS could be further undermined by the way the pressure that could be made worse by the TTIP agreement the EU is negotiating with the US".

<sup>69</sup> No original: "It is time for Britain to recognise that Brussels has had enough chances. And that the only safe option is to Vote Leave".

<sup>70</sup> No original: "Brussels".

incerteza em que o medo é inflado pela possibilidade de insegurança e catástrofe. Assim como Gove (2016), Stuart (2016) define “União Europeia” e “Reino Unido” a partir da contraposição dos significantes e seus significados.

### 4.3.3 Discurso 3: Michael Gove: ‘Os fatos da vida dizem que é preciso sair’<sup>71</sup>

O terceiro discurso a ser analisado foi realizado por Michael Gove no dia 19 de abril de 2016. O autor abre o texto com uma Proximização temporal que vincula os eixos temporais passado-presente-futuro à data do primeiro referendo feito sobre a filiação do Reino Unido na União Europeia, em 1975. O autor argumenta que desde o ano mencionado, meio trilhão de libras-esterlinas foram enviados para “Bruxelas”, e que na década seguinte seriam enviados mais duzentos bilhões de libras-esterlinas.

Ao prospectar o futuro a partir dessa experiência em específico, tendo em mente o pós-2008, Gove (2016a) consegue criar um senso de urgência para o voto pró-*Brexit*, baseando-se no medo da população de “perder” seu dinheiro num futuro não distante. Podemos observar na seguinte frase “[...] já enviamos a impressionante soma de mais de meio trilhão de libras para Bruxelas” (Gove, 2016a, tradução própria<sup>72</sup>), que o autor utiliza o pronome “Nós” para criar o senso de união, do nosso dinheiro, ou seja, do seu dinheiro, ao mesmo tempo que utilizada o termo “Bruxelas” para criar um “Eles” distante, que não deveria possuir o “Nosso” dinheiro. E que se nada for feito, vai cada vez mais “saquear” o “Nós”.

Já no seguinte trecho pode-se observar três estratégias utilizadas pelo autor. A primeira é vincular as migrações à União Europeia. A segunda é a de Proximização espaço-temporal. Por fim, é a de vincular as migrações com termos como “conexões extremistas”<sup>73</sup> e “criminalidade”<sup>74</sup>. Observa-se o seguinte trecho por Gove (2016a, tradução própria<sup>75</sup>):

Também poderíamos nos beneficiar economicamente do controle da imigração. No momento, qualquer cidadão da UE pode vir para o Reino Unido para se estabelecer, trabalhar, solicitar benefícios e usar o sistema nacional de saúde. Não temos controle adequado sobre se a presença desse indivíduo aqui é economicamente benéfica, favorável ao bem público ou ao nosso interesse nacional. Não podemos fazer uma triagem eficaz dos recém-chegados quanto a qualificações, conexões extremistas ou criminalidade passada.

<sup>71</sup> No original: “Michael Gove: ‘The Facts of Life Say Leave’”.

<sup>72</sup> No original: “[...] we have already sent the staggering sum of over half a trillion pounds to Brussels”.

<sup>73</sup> No original: “extremist connections”.

<sup>74</sup> No original: “criminality”.

<sup>75</sup> No original: “We could also benefit economically from control of immigration. At the moment any EU citizen can come to the UK to settle, work, claim benefits and use the NHS. We have no proper control over whether that individual’s presence here is economically beneficial, conducive to the public good or in our national interest. We cannot effectively screen new arrivals for qualifications, extremist connections or past criminality”.

Ao argumentar que a qualquer momento um imigrante pode chegar da Europa e reivindicar os mesmos direitos que você, o autor gera um senso de “invasão” do meu espaço, do espaço do “Nós” por “Eles”, como discutido em Cap (2013, 2019). Ao citar os direitos clamados por “Eles”, o autor busca estabelecer um senso de substituição no leitor/ouvinte. Ainda, ao enfatizar que não há controle sobre isso, o autor cria a incerteza de quantas dessas pessoas vão invadir o espaço do “Nós”, alimentando sentimentos de medo e ansiedade por um futuro incerto. Ao vincular a palavra “Migrações” aos termos mencionados acima, o autor não só significa esse significante, mas também o significante “União Europeia”, criando uma cadeia de significados intrínseca entre as duas palavras, estabelecendo ambos como ameaça.

Na sequência, Gove (2016a, tradução própria<sup>76</sup>) retoma a estratégia de Proximização espacial com o seguinte trecho “[a]lém disso, há mais cinco países – Albânia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Turquia – na fila para aderir à UE, e a Comissão Europeia, como acabamos de vivenciar durante o recente processo de negociação, considera ‘livre circulação’ como um princípio inviolável de adesão à UE...”. Ao mencionar que cinco países do Leste Europeu, inclusive a Turquia, um país de maioria muçulmana, estão esperando para entrar no bloco europeu, junto à informação de que a Comissão Europeia quer tornar o princípio de livre movimento inviolável, o autor gera a sensação de uma possível invasão iminente ao Reino Unido assim que esses países entrarem. Nesse sentido, a associação à União Europeia servirá apenas para permitir que “Eles” invadam fisicamente a entidade “Nós”, o que permite a criação de uma ameaça capaz de justificar a saída imediata do país do bloco europeu. Vale informar que nenhum dos países citados adentrou a União Europeia após ocorrência do plebiscito em 2016, ou seja, nos últimos sete anos.

Finalmente, Gove (2016a, tradução própria) finaliza o texto contrapondo Reino Unido e União Europeia, vangloriando o Reino Unido, enquanto vincula o termo “União Europeia” com termos como “remota e burocracia não eleita”<sup>77</sup>. Nos próximos trechos a serem citados percebe-se a estratégia de Proximização axiológica positiva que o autor realiza. Nessa Proximização, o autor se baseia no passado de grandiosidade britânico, assim como em uma história de democracia e liberdade inigualável, projetando o Reino Unido enquanto um exemplo a ser seguido pelos países europeus que querem se libertar, caracterizando o significante Reino Unido enquanto líder de uma revolução que levará à libertação democrática de todo um

---

<sup>76</sup> No original: "Further, there are five more countries - Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey - in the queue to join the EU - and the European Commission, as we have just experienced ourselves during the recent negotiation process, regards 'free movement' as an inviolable principle of EU membership...".

<sup>77</sup> No original: "remote and unelected bureaucracy".

continente. Os trechos por Gove (2016a, tradução própria<sup>78</sup>) que nos permitem tal análise são os seguintes:

O sucesso do Reino Unido enviará uma mensagem muito diferente para os povos da UE. Eles verão que uma Europa diferente é possível [...] E, ao seguir esse caminho, seu povo é mais rico, sua influência para o bem é maior, seu futuro é mais brilhante... Nosso voto a favor do *Leave* liberará e fortalecerá as vozes em toda a UE que clamam por um futuro diferente - aquelas que exigem a devolução de poderes de Bruxelas e estão desesperadas por uma alternativa progressista... [...] Mas, para a Europa, o voto de saída da Grã-Bretanha será o início de algo potencialmente ainda mais empolgante - a liberação democrática de todo um continente [...] Se votarmos a favor da saída, teremos - nas palavras de um ex-Primeiro-Ministro britânico - salvado nosso país com nossos esforços e a Europa com nosso exemplo. Teremos confirmado que acreditamos que nossos melhores dias ainda estão por vir, que acreditamos que nossos filhos podem construir um futuro melhor, que os instintos e as instituições deste país, seu povo e seus princípios, são capazes não apenas de tornar nossa sociedade mais livre, mais justa e mais rica, mas também de, mais uma vez, dar um exemplo inspirador ao mundo. Essa é uma ambição nobre e espero que este país se una nas próximas semanas.

#### 4.3.4 Discurso 4: Boris Johnson - O argumento cosmopolita iliberal para votar em *Leave*<sup>79</sup>

O quarto discurso a ser analisado foi feito por Boris Johnson, proferido no dia nove de maio de 2016. O autor inicia o texto justificando que sua crítica não é direcionada a Europa, mas ao projeto da União Europeia, mais especificamente após a assinatura do Tratado de Maastricht que institucionalizou os poderes políticos do bloco europeu além da zona comercial. Ele menciona algumas outras pessoas que acreditam no mesmo que ele, incluindo a Gisela Stuart.

Já no terceiro parágrafo do texto, o autor afirma que a União Europeia tem cometido absurdos antidemocráticos e que ela não estava em busca de reforma, mas sim de impor seus interesses nos estados-membros do bloco, acabando com o princípio de soberania que deveria ser inviolável. No parágrafo seguinte o autor realiza uma Proximização temporal ao dizer que “[p]odemos ver os prados iluminados pelo sol mais além. Acredito que seríamos loucos se não aproveitássemos essa chance única de passar por essa porta, porque a verdade é que não fomos

---

<sup>78</sup> No original: “The UK’s success will send a very different message to the EU’s peoples. They will see that a different Europe is possible [...] And, by following that path, your people are richer, your influence for good greater, your future brighter... Our vote to Leave will liberate and strengthen those voices across the EU calling for a different future - those demanding the devolution of powers back from Brussels and desperate for a progressive alternative... [...] But for Europe, Britain voting to leave will be the beginning of something potentially even more exciting - the democratic liberation of a whole Continent [...] If we vote to leave we will have - in the words of a former British Prime Minister - saved our country by our exertions and Europe by our example. We will have confirmed that we believe our best days lie ahead, that we believe our children can build a better future, that this country’s instincts and institutions, its people and its principles, are capable not just of making our society freer, fairer and richer but also once more of setting an inspirational example to the world. It is a noble ambition and one I hope this country will unite behind in the weeks to come.

<sup>79</sup> Tradução própria: The iliberal cosmopolitan case to Vote Leave.

nós que mudamos” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>80</sup>). Nesse trecho é possível perceber a projeção de que em um futuro próximo algo ruim iria acontecer. Posteriormente a isso, o autor enfatiza a urgência de ser votar pró-*Brexit*, utilizando o termo “louco” para isso. Ele ainda menciona que se essa decisão não fosse tomada naquele momento, ela poderia não voltar, deixando o Reino Unido à mercê ações ruins que a União Europeia poderia fazer em um futuro próximo.

No trecho seguinte, Johnson (2016) utiliza uma analogia, aproximando o termo União Europeia do termo “Máfia Italiana”. Após essa analogia, o autor realiza outra Proximização temporal, ao informar que “[o] que antes era a CEE passou por uma metamorfose espetacular nos últimos 30 anos, e o ponto crucial é que ela ainda está se tornando cada vez mais centralizadora, interferente e antidemocrática” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>81</sup>). Nessa frase, o autor prospecta que a tendência futura era o bloco europeu se tornar cada vez mais centralizador, interferente e antidemocrático, insinuando que se o Reino Unido permanecesse no bloco, as consequências dessas três caracterizações decairiam sobre o país. Ainda nessa frase, o autor dá significados ao significante “União Europeia” a partir da caracterização comportamental da instituição.

No parágrafo seguinte, Johnson (2016) começa a utilizar o termo “Bruxelas” para se referir ao bloco europeu, enfatizando não só a distância geográfica, mas também cognitiva, mobilizando mais uma vez a oposição binária do “Nós” e “Eles”. Nesse mesmo parágrafo, o autor cita todas as competências que a União Europeia, ou Bruxelas nesse caso, teria usurpado do Reino Unido enquanto um Estado-nacional. Ainda, ele menciona a criação de um Ministério do Exterior pelo bloco e como esse tipo de comportamento apenas demonstraria o objetivo final, que seria o de transformar a União Europeia em uma federação de Estados. Nesse sentido, o autor amplia o senso de ameaça à soberania do país e, conseqüentemente, aos direitos da sua população.

Ele finaliza essa ampliação com o seguinte trecho “[a] independência deste país está sendo seriamente comprometida. É esse problema democrático fundamental - essa erosão da democracia - que me leva a essa luta” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>82</sup>). Nesse conjunto de frases é possível perceber, ainda, a busca de significação do termo “Democracia” a partir da

---

<sup>80</sup> No original: " We can see the sunlit meadows beyond. I believe we would be mad not to take this once in a lifetime chance to walk through that door because the truth is it is not we who have changed".

<sup>81</sup> No original: " What was once the EEC has undergone a spectacular metamorphosis in the last 30 years, and the crucial point is that it is still becoming ever more centralizing, interfering and anti-democratic ".

<sup>82</sup> No original: " The independence of this country is being seriously compromised. It is this fundamental democratic problem – this erosion of democracy - that brings me into this fight ".

contraposição da “Democracia (ou falta dela) europeia” com a “Democracia britânica”. Em seguida no texto, o autor associa a União Europeia com a prática de fraude, ao argumentar que não se há controle sobre o que o bloco faz com o dinheiro enviado pelos Estados-membros. Observa-se tal associação no seguinte trecho de Johnson (2016, tradução própria <sup>83</sup>):

Ninguém tem um controle adequado, e é por isso que os gastos da UE são persistentemente associados à fraude. É claro que a campanha do *Remain* descarta essa contribuição do Reino Unido como uma mera bagatela - mesmo que você pudesse usá-la para pagar por um novo hospital britânico toda semana. Mas essa despesa é, de certa forma, o menor dos custos infligidos pela UE a este país.

Nesse mesmo trecho do discurso é possível identificar outra articulação. A caracterização da campanha contra o *Brexit*, o lado “*Remain*”, como desvinculada da realidade britânica e engajada com a “elite” europeia. A associação do envio do dinheiro britânico, que poderia fundar diversos novos hospitais para o sistema público de saúde, com a campanha “*Remain*”, e com a União Europeia, projeta a campanha pró-*Brexit* como um ator próximo do “povo” britânico, que pensa no bem-estar da sua população.

Na sequência, uma discussão sobre o termo imigração é introduzida. O autor começa fazendo uma analogia entre os fluxos migratórios oriundos da União Europeia e o tamanho de uma cidade britânica. No trecho “[...] de modo que adicionamos uma população do tamanho de Newcastle a cada ano, com toda a pressão extra e não financiada que isso exerce sobre o serviço nacional de saúde e outros serviços públicos” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>84</sup>), podemos perceber o que Wodak (2015) afirma ser uma das três características da estratégia de Política do Medo, o uso de metáforas, estereótipos e apelações emocionais como forma de construir uma narrativa comovente e que ressoa diretamente com as preocupações e medos do público-alvo. Nesse mesmo trecho, há uma vinculação de significados entre os termos “Imigração” e “saúde nacional de saúde e outros serviços públicos”, em que o aumento de uma leva a crise do outro.

Ainda dentro do espectro temático das migrações, o autor vincula a temática com outra, a de segurança, colocando nas “mãos” da União Europeia a responsabilidade pelo Reino Unido não poder tomar medidas mais drásticas quanto a possíveis ameaças terroristas e de outros tipos. Nesse sentido, o autor realiza uma Proximização espaço-temporal, ao inferir que enquanto o

---

<sup>83</sup> No original: "No one has any proper control – which is why EU spending is persistently associated with fraud. Of course the Remain campaign dismisses this UK contribution as a mere bagatelle – even though you could otherwise use it to pay for a new British hospital every week. But that expense is, in a sense, the least of the costs inflicted by the EU on this country".

<sup>84</sup> No original: “[...] so that we add a population the size of Newcastle every year, with all the extra and unfunded pressure that puts on the NHS and other public services”.

Reino Unido for membro do bloco europeu, qualquer tipo de criminosos, mesmo terroristas, poderiam entrar no Reino Unido com o aval da União Europeia, amplificando o senso de perigo iminente no país.

Já em um trecho seguinte, o autor realiza uma Proximização axiológica positiva, ao destacar o histórico de livre-comércio do país. Nessa mesma perspectiva, o autor realiza dessa vez uma Proximização temporal, ao afirmar que assim que o referendo fosse realizado, a União Europeia prosseguiria com o desenvolvimento de novas estruturas políticas e fiscais com o intuito de integrar ainda mais os países membros, o que afetaria o Reino Unido caso ele escolhesse permanecer no bloco. Por fim, o autor salienta a obrigatoriedade que o país teria de ajudar no “resgate financeiro” da Grécia. A Proximização dessas questões, de acordo com a estratégia do autor, dependeria apenas do voto no plebiscito.

Observemos os próximos dois trechos por Johnson (2016, tradução própria<sup>85</sup>), destacados por nós: “Precisamos votar no Leave em 23 de junho e, enquanto isso, precisamos lidar com os três grandes mitos que são propagados pela campanha do bloco Remain” e “Toda a essência do argumento do lado Remain é que há um custo democrático, mas um benefício econômico [...] Isso está se mostrando simplesmente falso”. Nesse compilado de frases, podemos perceber o descrédito feito a campanha “*Remain*” a partir do argumento de que ela se baseia em falácias. Considerando que o lado contra o *Brexit* é diretamente associado com a União Europeia, essa caracterização de “mentiroso” é refletida no bloco europeu, alimentando a significação do significante em questão.

Ainda descreditando o apoio “*Remain*” à União Europeia, o autor compara a performance da cidade de Londres em relação à da cidade de Frankfurt, na Alemanha, enquanto centros financeiros no pós-2008. Ele busca realizar uma Proximização temporal da então campanha para entrada do Reino Unido na Zona do Euro, no sentido de que a ocorrência desse evento teria sido catastrófica para o país. Vincular o “Eles” a um evento passado negativo é, segundo Cap (2013, 2019), efetivo quando se quer desvalorizar um grupo político que é contrário à ideia do grupo político que está proferindo o discurso.

Seguimos analisando, agora o seguinte trecho por Johnson (2016, tradução própria<sup>86</sup>): “Simplesmente não há uma cultura política comum na Europa; não há mídia comum, não há

<sup>85</sup> No original: " We need to Vote Leave on June 23, and in the meantime we must deal with the three big myths that are peddled by the Remain campaign " e " The whole thrust of the Remain argument is that there is a democratic cost, but an economic benefit [...] This is turning out to be simply false ".

<sup>86</sup> No original: There is simply no common political culture in Europe; no common media, no common sense of humour or satire; and – this is important – no awareness of each other’s politics, so that the European Union as a whole has no common sense of the two things you need for a democracy to work efficiently”.

senso comum de humor ou sátira; e - isso é importante - não há consciência da política de cada um, de modo que a União Europeia como um todo não tem um senso comum das duas coisas necessárias para que uma democracia funcione de forma eficiente”. Pode-se observar que o autor enfatiza as diferenças culturais entre o Reino Unido e o “continente”. Neumann (1999) argumenta que diferenças culturais são destacadas por atores políticos no objetivo de servir a alguma causa. Nesse caso, se estabelece as diferenças no intuito de definir uma incompatibilidade entre os atores, delimitando o “Nós” e o “Eles” a partir dessas diferenças, em uma oposição binária que simplifica a criação de ameaça do “Eles” mais facilmente, e quando necessário.

Em um outro trecho, Johnson (2016, tradução própria) traz para discussão a presença da bandeira da União Europeia em Londres, provocando o receptor a partir da seguinte pergunta: “Sentimos lealdade a essa bandeira?”<sup>87</sup>. Ao trazer a bandeira, objeto simbólico do Nacionalismo, o autor almeja reivindicar no seu público-alvo sentimentos de pertencimento nacional, nesse caso, um senso de não pertencimento àquela instituição, além do senso de invasão de um “ser estrangeiro” ao “nós nacional”.

Ainda, no seguinte trecho “[q]ual é a experiência distintiva do povo da Grécia nos últimos oito anos? É uma humilhação completa, uma sensação de impotência. A taxa de suicídio aumentou em 35%; a expectativa de vida, na verdade, caiu. O desemprego entre os jovens está em torno de 50%. É uma vergonha total para o nosso continente” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>88</sup>), percebe-se uma nova camada de significação do significante “União Europeia” a partir da experiência grega. O autor utiliza de adjetivos como “humilhação”, “sem poder”, além de substantivos como “suicídio” e “desemprego dos jovens”, para gerar um senso de consequência na associação desse país, Grécia, com a União Europeia, ligando, por exemplo, o aumento de suicídios à experiência relacional da Grécia com o bloco europeu. A partir disso, o autor invoca um senso de ameaça no que tange uma possível reprodução desses eventos e fatos no Reino Unido.

Ainda dentro da lógica de significação do significante “União Europeia”, Johnson (2016, tradução própria<sup>89</sup>) associa o bloco à reemergência de partidos de extrema-direita. Esse fato fica explicitado no seguinte trecho:

---

<sup>87</sup> No original: " Do we feel loyalty to that flag?".

<sup>88</sup> No original: "What is the distinctive experience of the people of Greece, over the last eight years? It is a complete humiliation, a sense of powerlessness. The suicide rate has risen by 35 per cent; life expectancy has actually fallen. Youth unemployment is around 50 per cent. It is an utter disgrace to our continent ".

<sup>89</sup> No original: “In Austria the far-right have just won an election for the first time since the 1930s. The French National Front are on the march in France, and Marine le Pen may do well in the Presidential elections. You

Na Áustria, a extrema direita acaba de vencer uma eleição pela primeira vez desde a década de 1930. A Frente Nacional Francesa está em marcha na França, e Marine Le Pen pode se sair bem nas eleições presidenciais. Não se pode dizer que a integração da UE esteja promovendo a compreensão mútua ou a moderação, e as consequências econômicas variam de insignificantes a desastrosas..

Além disso, o autor realiza uma Proximização temporal, trazendo à tona os eventos da partição da Iugoslávia, mencionando a forma “catastrófica” como se desenvolveram os eventos subsequentes, insinuando a total falta de capacidade política da União Europeia de lidar com eventos políticos. Na sequência do comentário sobre a incompetência do bloco europeu, o autor traz a questão do contraterrorismo.

Por fim, na sequência o autor segue articulando formas de fomentar a divisão entre o “Nós” e o “Eles”, seja por meio de contraposições, ou comparações diretas, como no seguinte trecho “[...] porque a verdade é que o Brexit é agora o grande projeto do liberalismo europeu, e temo que seja a União Europeia - apesar de todos os ideais elevados com os quais começou - que agora representa o antigo regime” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>90</sup>). Enquanto frase final, o autor vincula o voto pelo *Brexit* à retomada de controle democrático, trazendo o aspecto de urgência por meio do senso de perigo iminente à democracia britânica e a todas as instituições que a compõe.

#### **4.3.5 Discurso 5: Boris Johnson: A única maneira de assumir o controle da imigração é votar Leave em 23 de junho <sup>91</sup>**

O quinto discurso a ser analisado foi proferido por Boris Johnson, na data de vinte e seis de maio de 2016. Como o título já denota, esse discurso está focado na temática migratória. O autor inicia o texto mencionando o número de imigrantes oriundos da Europa que haviam entrado no Reino Unido. Na sequência dessa informação, o autor utiliza a seguinte metáfora: “Isso significa que estamos adicionando uma população do tamanho de Oxford ao Reino Unido todos os anos apenas com a migração da UE” (Johnson, 2016a, tradução própria<sup>92</sup>). Essa metáfora, como utilizada previamente pelo mesmo autor no discurso anteriormente analisado,

---

could not say that EU integration is promoting either mutual understanding or moderation, and the economic consequences range from nugatory to disastrous”.

<sup>90</sup> No original: “[...] because the truth is it is Brexit that is now the great project of European liberalism, and I am afraid that it is the European Union – for all the high ideals with which it began, that now represents the ancien regime”.

<sup>91</sup> No original: “Boris Johnson: The only way to take control of immigration is to Vote Leave on 23 June”.

<sup>92</sup> No original: “That means we are adding a population the size of Oxford to the UK every year just from EU migration”.

segue a mesma lógica já discutida do uso de metáforas como parte de uma das três características bases da estrutura discursiva da Política do Medo.

No trecho seguinte a esse, o autor menciona a quantidade total de pessoas que entraram no Reino Unido desde 2004, ano de ampliação do bloco europeu, com a entrada de países do Leste Europeu. Após mencionar o número total de 1,25 milhões de pessoas, o autor utiliza de outra analogia espacial, dessa vez a seguinte: “Isso é maior do que a cidade de Birmingham” (Johnson, 2016a, tradução própria<sup>93</sup>). Ao utilizar esse tipo de analogia, o autor projeta uma Proximização espaço-temporal, em que fica implícito que, com o tempo, ainda mais pessoas entrarão no espaço físico do Reino Unido, caso nada seja feito.

Em um trecho posterior, o autor cita que “Pessoas de todas as raças e origens no Reino Unido estão genuinamente preocupadas com a pressão que a imigração limitada está colocando nos serviços públicos” (Johnson, 2016, tradução própria<sup>94</sup>). Nesse trecho é possível perceber a projeção das migrações enquanto uma ameaça em potencial aos serviços locais. Além disso, o autor assume para si a “responsabilidade” pela opinião de diferentes pessoas, que em nenhum momento são definidas, dando uma dimensão generalista sobre o apoio de grupos ao projeto anti-imigratório.

Já no trecho seguinte ao comentado anteriormente, Johnson (2016a) volta a associar as imigrações a possíveis crises em diferentes espectros das políticas de bem-estar social, como escolas, hospitais, e mesmo habitação. Além disso, o abuso dos imigrantes por grandes empresas, que pagam salários baixos pelo trabalho dessas pessoas, é mencionado não como uma acusação às grandes empresas, mas sim enquanto uma culpabilização dos imigrantes pela diminuição da renda paga aos trabalhadores britânicos. Até aqui, o autor já significou o significante “Imigração” como uma ameaça a múltiplas facetas da vida do cidadão britânico.

Nos trechos posteriores, Johnson (2016a) se volta para o objetivo de vincular, de forma mais clara, a União Europeia a essas imigrações, que seriam uma ameaça ao Reino Unido e à sua população. Para isso Johnson (2016a, tradução própria<sup>95</sup>) utiliza trechos como:

O governo fracassou devido à simples realidade de que, dentro da UE, não podemos controlar a imigração - é literalmente impossível, pois não temos escolha a não ser aceitar o princípio da livre circulação e o Tribunal Europeu tem o controle final sobre

<sup>93</sup> No original: "That is bigger than the city of Birmingham".

<sup>94</sup> No original " People of all races and backgrounds in the UK are genuinely concerned about uncontrolled immigration and the pressure it's placing on local services ".

<sup>95</sup> No original: “The Government has failed because of the simple reality that inside the EU we cannot control immigration - it is literally impossible because we have no choice but to accept the principle of free movement and the European Court has ultimate control over our immigration policy. This has led to the absurd situation in which we stop highly qualified people coming from around the world who could contribute enormously to our society because we cannot stop millions of unskilled people coming here from the EU”.

nossa política de imigração. Isso levou a uma situação absurda em que impedimos a vinda de pessoas altamente qualificadas de todo o mundo, que poderiam contribuir enormemente para a nossa sociedade, porque não podemos impedir a vinda de milhões de pessoas não qualificadas da EU.

Ainda dentro do mesmo objetivo, o autor faz uma Proximização temporal em relação a novos países adentrarem o bloco europeu, países como Turquia e Romênia. Além disso, o autor salienta que a União Europeia estava expedindo vistos de viagem livre de países com fronteiras com a Síria e com o Iraque, normalmente vinculados ao terrorismo. Em complemento, o autor menciona que a única forma de impedir que isso impacte o Reino Unido no futuro seria votar para sair do bloco europeu, ainda mencionando que isso seria a melhor escolha a ser tomada, em especial para o bem-estar do serviço de saúde pública. Enquanto frase final, o autor demonstra diretamente o tom do discurso, mencionando a seguinte frase: “Essa é [votar para sair] a escolha mais segura” (Johnson, 2016a, tradução própria<sup>96</sup>). Nesse sentido, o significado do significante “imigração” é definido a partir da construção da noção de uma ameaça que já aflige o Reino Unido, mas que no futuro será ainda pior, justificando assim a tomada de uma decisão extrema como se desvincula da União Europeia.

#### **4.3.6 Discurso 6: Restauração da confiança pública na política de imigração - um sistema de imigração não discriminatório baseado em pontos<sup>97</sup>**

O próximo discurso a ser analisado foi realizado pelos três membros da campanha *Vote Leave* selecionados por nós, com a participação, ainda, de Priti Patel. O discurso foi proferido na data de primeiro de junho de 2016. Como pode-se perceber pelo título, esse pronunciamento tem como foco a pauta migratória. Já no início do discurso os autores buscam insinuar que todos os problemas circundando a pauta migratória no Reino Unido estão relacionados com a filiação do país no bloco. Após mencionar que as migrações são capazes de trazer benefícios para o Reino Unido, a associação dele no bloco europeu permite que migrantes indesejados adentrem o país. Esse posicionamento fica explícito no seguinte trecho: “O fato de sermos membros da UE significa que não temos controle” (Gove *et al.*, 2016, tradução própria<sup>98</sup>).

Assim como no discurso proferido por Boris Johnson no mês anterior, os autores realizam uma analogia espacial comparando o número de imigrantes com o tamanho populacional da cidade de Oxford. Eles ainda salientam que esse número se repete anualmente,

<sup>96</sup> No original: " That's [vote leave] the safer choice".

<sup>97</sup> No original: “Restoring public trust in immigration policy - a points-based non-discriminatory immigration system”.

<sup>98</sup> No original: “Our membership of the EU means we don't have control”.

o que se configura enquanto uma Proximização espaço-temporal que indica que esse mesmo fato vai voltar a se repetir num futuro, ou seja, que novos imigrantes adentrariam o espaço físico do Reino Unido em questão de tempo, caso algo não fosse feito a respeito. Logo na sequência dessa analogia, os autores mencionam que as imigrações oriundas da Europa seriam particularmente responsáveis por pressionarem o funcionamento dos serviços públicos devido ao grande contingente de pessoas.

Em continuação à menção anterior, os autores realizam outra Proximização espaço-temporal, ao implicarem que com uma continuação da crise do euro, mais pessoas do sul da Europa iriam buscar refúgio no Reino Unido, fugindo do desemprego e da austeridade. Essa afirmação, como vimos anteriormente na contextualização, não tem embasamento, pois no mesmo período o Reino Unido passou pelo processo de aumento de políticas de austeridade no seu território. Ainda, os autores mencionam dois serviços básicos, escolas e hospitais, como exemplos de serviços que sofreram pressões com a chegada de novos imigrantes. A análise realizada baseia-se no seguinte trecho por Gove *et al* (2016, tradução própria<sup>99</sup>):

Isso exerce uma pressão especial sobre os serviços públicos. O número de alunos por turma aumentará e as listas de espera se estenderão se não resolvermos o problema da livre circulação. À medida que a crise do euro continua, mais pessoas do sul da Europa vão querer escapar do desemprego e da austeridade em seus países, vindo para o Reino Unido. Sua chegada sobrecarregará ainda mais as escolas e os hospitais.

Até aqui percebe-se a significação do significante imigrantes/migração enquanto uma ameaça para o bem-estar dos serviços públicos britânicos. Posteriormente, os autores trazem a perspectiva de que os imigrantes da União Europeia seriam responsáveis pela diminuição dos salários dos trabalhadores de baixa qualificação. Observa-se os seguintes trechos por Gove *et al* (2016, tradução própria<sup>100</sup>): “Se votarmos a favor da permanência na UE, a continuidade da livre circulação de pessoas em busca de emprego exercerá uma pressão considerável sobre os salários dos trabalhadores britânicos de baixa remuneração [...] Isso é bom para algumas das multinacionais que financiam a campanha do IN. Não é bom para as famílias britânicas que estão lutando para sobreviver”. Nessas frases podemos perceber dois movimentos.

O primeiro diz respeito a uma nova significação dos significantes imigrantes e migração, que agora são, também, significados enquanto uma ameaça aos trabalhadores

---

<sup>99</sup> No original: “This puts particular strain on public services. Class sizes will rise and waiting lists will lengthen if we don't tackle free movement. As the euro crisis continues, more people from southern Europe will want to escape unemployment and austerity in their countries by coming to the UK. Their arrival will put further strain on schools and hospitals”.

<sup>100</sup> No original: "If we vote to remain in the EU then continued free movement for jobseekers will place considerable pressure on the wages of low paid British workers [...] This is good for some of the multinationals funding the IN campaign. It is not good for British families struggling to make ends meet ”.

britânicos, em especial aqueles que possuem menor qualificação. Essa significação é importante, pois tendo em consideração a contextualização realizada, sabemos que os mais afetados pelas políticas de austeridade do Reino Unido foram aquelas pessoas que já estavam à margem do sistema econômico. Ainda, sabe-se que as políticas pautadas na globalização neoliberal também vieram a afetar esse mesmo tipo de trabalhador. Nesse sentido, os autores buscam culpabilizar os imigrantes pelas consequências das políticas neoliberais e da crise desse mesmo sistema. Já o segundo movimento diz respeito ao processo de significar o significante “campanha permanecer”, conhecido também como lado “*Remain*”. Ao mencionar que a diminuição dos salários seria benéfica para empresas que endossam e patrocinam o lado “*Remain*”, os autores vinculam a campanha contra o *Brexit* com um movimento que vai contra o “povo” britânico, em especial os trabalhadores.

Ainda, os autores buscam associar as imigrações da União Europeia a um problema de segurança para o Reino Unido. Palavras como “terrorismo” e “crime organizado” circundam os trechos que discutem o impacto das imigrações do bloco europeu no Reino Unido. Nesse mesmo contexto, os autores realizam uma Proximização temporal, ao condicionarem que se os votantes escolherem permanecer na União Europeia, a situação securitária do Reino Unido só haveria de piorar. Posteriormente, os autores realizam outra Proximização espaço-temporal ao descreverem que países como Turquia, Albânia, Macedônia, Sérvia e Montenegro estão na eminência de se tornarem membros do bloco europeu. Tal estratégia fica clara no seguinte trecho por Gove *et al.*, 2016, tradução própria<sup>101</sup>):

Esses problemas só vão piorar quando os países que estão sendo preparados para entrar na UE se tornarem membros em um futuro próximo. Os contribuintes britânicos já estão pagando quase 2 bilhões de libras esterlinas para que a Albânia, a Macedônia, Montenegro, a Sérvia e a Turquia entrem para a UE. A Comissão Europeia anunciou recentemente uma aceleração desses planos e já está estendendo a isenção de visto para a fronteira com a Síria e o Iraque. Isso é perigoso e não é do nosso interesse.

Por fim, os autores vinculam a filiação do Reino Unido à União Europeia ao déficit de consentimento democrático no país. Mais uma vez, culpabilizam as imigrações e a União Europeia, transformando-os em ameaça, quando os fatores a serem responsabilizados são, como percebemos na contextualização realizada ainda nesse capítulo, e mesmo no capítulo anterior, o funcionamento do Neoliberalismo e o processo de crise pelo qual ele vem passando desde o

---

<sup>101</sup> Tradução própria: “These problems will only get worse when countries in the pipeline to join the EU become members in the near future. British taxpayers are already paying nearly £2 billion for Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey to join the EU. The European Commission recently announced an acceleration of these plans and is already extending visa-free travel to the border with Syria and Iraq. This is dangerous and is not in our interests”.

começo a década de 2000. No geral, como podemos perceber os significados dos significantes “imigrantes”, “migração” e “União Europeia” são construídos a partir da construção de um relacionamento entre os elementos “imigração” e “União Europeia”, e a partir da vinculação de ameaças a múltiplas instancias que aflige a vida do cidadão britânico.

#### **4.3.7 Discurso 7: Um sistema nacional de saúde (NHS) mais forte e mais dinheiro para os necessitados - Por que deixar a UE nos ajuda a proteger os trabalhadores<sup>102</sup>**

Esse próximo discurso a ser analisado foi concebido em conjunto por Michael Gove, Boris Johnson e Gisela Stuart, e lançado na data de três de junho de 2016. O discurso, como o título já salienta, é focado no sistema de saúde pública. Já no começo do texto, os autores definem a significância do sistema nacional de saúde para a sociedade britânica, afirmando que “Nosso sistema nacional de saúde é um bem precioso” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>103</sup>). Na sequência os autores fazem uma contraposição entre Reino Unido e Europa, a partir de duas Proximizações axiológicas, uma negativa em relação a Europa, e outra positiva em Relação ao Reino Unido. Observa-se a seguinte frase: “Nenhum outro país europeu oferece aos seus cidadãos a garantia de assistência médica gratuita, disponível quando as pessoas precisam, independentemente da capacidade de pagamento” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>104</sup>).

Quando colocado em perspectiva com o trecho seguinte, “[o] sistema nacional de saúde é uma grande instituição britânica e seus valores fundamentais - de solidariedade, justiça e inclusão - precisam ser protegidos e defendidos” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>105</sup>), percebe-se o processo de construção de um confronto entre os valores domésticos britânicos (Nós), definidos pelos autores como “solidariedade”, “justiça” e “inclusão”, com os valores europeus (Eles), que em contraposição, são tudo aquilo que os britânicos não são. A ação de antagonizar essas situações serve o objetivo de criar uma ansiedade de substituição de valores, que exacerba a noção de ameaça desses valores “forasteiros”. Na sequência dessa Proximização axiológica, os autores ainda inferem que o sistema nacional de saúde é vital para

<sup>102</sup> No original: “A stronger NHS and more money for those in need - Why leaving the EU helps Us protect working people”.

<sup>103</sup> No original: " Our NHS is a precious asset ".

<sup>104</sup> No original: " No other European country gives its citizens the guarantee of free healthcare, there when people need it, irrespective of ability to pay ".

<sup>105</sup> No original: " The NHS is a great British institution and its core values - of solidarity, fairness and inclusivity - need to be protected and defended ".

os “trabalhadores”, o que aproxima aqueles que defendem os valores britânicos, e não os europeus, como mais próximos dessa classe. Nesse processo, os autores já significam os lados “*Leave*” e “*Remain*”, assim como “Reino Unido e “União Europeia”.

A significação do significante “sistema nacional de saúde” enquanto algo preciso e necessário serve para aumentar o senso de ameaça posteriormente criado. Em seguida, os autores afirmam que o dinheiro que é enviado para a União Europeia mensalmente poderia ser investido na melhora do sistema nacional de saúde. Logo na sequência do texto, Gove, Johnson e Stuart (2016) adentram a pauta migratória. Como nos textos anteriormente analisados, as migrações aqui são significadas enquanto uma ameaça ao sistema nacional de saúde. Pode-se observar tal significação no seguinte trecho: “Se votarmos pela saída da UE em 23 de junho, poderemos fazer algo a respeito de uma das principais causas do aumento da demanda: a migração descontrolada e ilimitada da UE para o Reino Unido” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>106</sup>). Essa afirmação se conecta com a discussão anterior do investimento, criando uma cadeia de significações que aumenta a legitimidade pela pauta da saída do bloco Europeu.

Na sequência da discussão sobre a imigração oriunda da União Europeia, os autores retomam Proximidades espaço-temporais já trabalhadas anteriormente, assim como analogias espaciais de comparação entre o número de imigrantes que entraram no Reino Unido com o tamanho populacional de cidades do país. Segue-se os trechos mencionados por Gove, Johnson e Stuart (2016, tradução própria<sup>107</sup>) no corpo do texto:

Em 2015, 270.000 pessoas vieram da Europa para o Reino Unido, um movimento populacional equivalente a todos os habitantes de uma cidade do tamanho de Newcastle chegando ao nosso país. A migração líquida foi de 184.000, um aumento populacional equivalente à adição de uma cidade do tamanho de Oxford à população do Reino Unido. Ano após ano, números semelhantes chegam" e "Além disso, entre 2005 e 2014, houve 475.000 nascidos vivos de mães que eram cidadãs da UE. Isso é o equivalente a adicionar uma cidade do tamanho de Manchester à população do Reino Unido. O custo apenas dos serviços de maternidade para essas famílias provavelmente ultrapassa £1,3 bilhão.

---

<sup>106</sup> No original: " If we vote to leave the EU on 23 June, we will be able to do something about one of the main causes of higher demand - uncontrolled and unlimited migration from the EU into the UKSe votarmos pela saída da UE em 23 de junho, poderemos fazer algo a respeito de uma das principais causas do aumento da demanda: a migração descontrolada e ilimitada da UE para o Reino Unido."

<sup>107</sup> No original: " In 2015, 270,000 people came to the UK from Europe, a population movement equivalent to all the inhabitants of a city the size of Newcastle arriving in our country. Net migration was 184,000, a population increase equivalent to adding a city the size of Oxford to the UK population. Year after year, similar numbers arrive" e "On top of this, between 2005 and 2014, there were 475,000 live births to mothers who were EU citizens. This is the equivalent of adding a city the size of Manchester to the UK population. The cost of maternity services alone to these families is likely to exceed £1.3 billion. "

Na mesma discussão, Gove, Johnson e Stuart (2016, tradução própria<sup>108</sup>), como comentado, utilizam da seguinte Proximização temporal,

Como já mencionamos anteriormente, a política do governo é que cinco novos países façam parte da UE: Albânia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Turquia. Estamos pagando bilhões a esses países para ajudá-los a aderir. A UE já está abrindo viagens sem visto para a Turquia. Isso criaria uma zona de viagem sem fronteiras, desde as fronteiras da Síria e do Iraque até o Canal da Mancha. Os planos da UE para o crescimento futuro farão com que o Sistema nacional de saúde seja submetido a demandas muito além do que seu financiamento pode suportar.

Por fim, os autores realizam uma última Proximização axiológica ao vincularem a União Europeia a corporações multinacionais gananciosas que fazem *lobby* no “sistema corrupto de Bruxelas” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>109</sup>). Na sequência, os autores condicionam, a partir das ameaças construídas anteriormente, a permanência do país no bloco europeu a partir do seguinte trecho: “Um voto no *Remain* significa que continuaremos entregando o controle de 350 milhões de libras do nosso dinheiro para a UE toda semana. Um voto a favor do *Remain* significa que não podemos controlar a imigração. Um voto a favor do *Remain* significa maior pressão sobre o sistema nacional de saúde, vagas em escolas e moradia” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>110</sup>).

E enquanto frase final do texto, “É por isso que acreditamos que votar para sair é a escolha certa para a justiça social, mais segura para os serviços públicos, empregos e famílias e melhor para a próxima geração” (Gove; Johnson; Stuart, 2016, tradução própria<sup>111</sup>), os autores ofertam uma solução para que essas ameaças sejam neutralizadas. Nesse sentido, o texto corrobora com a estrutura comentada por Wodak (2015) e Cap (2013, 2017, 2019), que conta com a estruturação de ameaças em potencial com o objetivo de angariar apoio a decisões políticas que em outro cenário seriam vistas como inconcebíveis.

---

<sup>108</sup> No original: “As we have set out before, it is government policy for five new countries to join the EU: Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey. We are paying billions to these countries to help them join. The EU is already opening visa-free travel to Turkey. That would create a borderless travel zone from the frontiers of Syria and Iraq to the English Channel. The EU’s plans for future growth will lead to demands being placed on the NHS far beyond what its funding can cope with”.

<sup>109</sup> No original: “corrupt Brussels system”.

<sup>110</sup> No original: “A Vote to Remain means that we keep handing over control of £350 million of our money to the EU every week. A Vote to Remain means we cannot control immigration. A Vote to Remain means greater pressure on the NHS, school places and housing”.

<sup>111</sup> No original: “That is why we believe a Vote to Leave is the right choice for social justice, safer for public services, jobs, and families and better for the next generation”.

#### 4.3.8 Discurso 8: Votar para permanecer na UE é uma opção arriscada <sup>112</sup>

Esse texto está dividido em quatro partes, sendo elas: Imigração, Segurança, Democracia e Economia. A primeira parte foi redigida pela Gisela Stuart, enquanto a segunda pelo Michael Gove. Já a terceira foi escrita por Boris Johnson. Por fim, a última foi escrita por John Longworth. Focaremos nas três primeiras pautas discutidas no texto, aquelas vinculadas aos autores selecionados por nós a partir da metodologia definida. É válido salientar que a pauta geral que unifica essas quatro partes é a exposição dos riscos de permanecer na União Europeia. O texto foi lançado na data de seis de junho de 2016. A análise será inicializada pela parte da Imigração, e seguirá a estrutura cronológica do texto, assim como os textos já trabalhados anteriormente.

Gisela Stuart adentra a discussão a partir da seguinte frase: “A migração vindo da Europa está descontrolada” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>113</sup>). A partir dessa afirmação, a autora busca desenvolver a argumento do porquê essa migração é um risco para o Reino Unido. No geral, a lógica trabalhada pela autora é de que permanecer é um risco. Na sequência da frase mencionada, a autora adere à estratégia de Proximização espaço-temporal, a partir da seguinte afirmação (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>114</sup>):

E o grave risco do *Remain* é que ele sempre será incontrollável e sem consentimento. Isso significa um futuro de: Crescente controle de Bruxelas sobre nossas fronteiras; aceleração da migração em massa; pressão sobre os serviços públicos; e as pessoas mais afetadas serão as que menos podem pagar por isso.

Nessa afirmação ela projeta as consequências da entrada dos imigrantes europeus em solo britânico, ao mesmo tempo que projeta as consequências da escolha de permanecer na União Europeia, gerando assim uma correlação entre os dois significantes.

Ainda na sequência desse comentário feito pela autora, ela ainda menciona que “A moeda única é uma máquina de destruição de empregos. Amplas áreas estão presas em um ciclo de alta dívida e baixo crescimento e enfrentam décadas de austeridade e desemprego” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>115</sup>). Nesse cenário, ela realiza ainda uma segunda Proximização espaço-temporal ao insinuar que esses migrantes econômicos vão sair da Europa “em números

<sup>112</sup> No original: “Voting to stay in the EU is a risky option”.

<sup>113</sup> No original: “Migration from Europe is uncontrolled”.

<sup>114</sup> No original: “And the grave risk of Remain is that it will always be uncontrollable and be without consent. That means a future of: Growing Brussels control over our borders; Mass migration speeding up; Pressure heaped on public services; And the people who are hardest-hit will be those who can least afford it”.

<sup>115</sup> No original: “The single currency is a job-destruction machine. Wide areas are trapped in a high-debt, low growth cycle and face decades of austerity and unemployment”.

crecipientes”<sup>116</sup>, sendo que a maioria irá para o Reino Unido. Como já argumentamos anteriormente, o argumento da austeridade não se sustenta pois a forma de lidar com a crise de 2008 do Reino Unido foi pautada em políticas de austeridade.

Posteriormente, a autora menciona que os imigrantes que chegam no país não são checados de forma correta. Com a frase “[...] ninguém realmente conhece esses antecedentes” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>117</sup>), a autora abre precedente para que os receptores desse discurso vinculem esses migrantes a possíveis comportamentos ou histórico criminal, o que só aumenta o estigma criado ao redor dessas pessoas, que assim são significadas enquanto ameaças. Na sequência do texto, a autora menciona a então situação dos migrantes no mediterrâneo, associando essa situação ao recebimento do bloco europeu desses migrantes forçados. Também em consonância a esse argumento, a autora vincula a reemergência de partidos de extrema-direita à incompetência de manejo das fronteiras da União Europeia.

Por fim, a autora realiza uma Proximização espaço-temporal comum à maioria dos textos analisados, que argumenta que países do Leste Europeu, assim como a Turquia, serão aceitos como membros do bloco europeu. Observa-se os seguintes trechos: “Quase noventa milhões de pessoas na Turquia e em quatro países dos Balcãs estão na fila para a livre circulação seguida pela adesão à UE” e “Os ganhos médios na Albânia são apenas 13% do que são na Grã-Bretanha - e menos de um quinto das £ 9 por hora que o *National Living Wage* alcançará em 2020” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>118</sup>).

Ao mencionar a diferença entre ganhos de renda entre Albânia e Reino Unido, a autora busca convencer a população que é mais que certo que os nacionais albaneses não vão pensar duas vezes em migrar para o Reino Unido. E se os albaneses farão isso, sem dúvida milhões de turcos farão o mesmo, transformando exceções em fenomenologia. Ao mencionar essa situação, a autora associa a responsabilidade por ela diretamente à União Europeia a partir da seguinte frase: “Enquanto isso, o controle de nossas fronteiras será transferido para Bruxelas” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>119</sup>).

Ainda, a autora busca responsabilizar os migrantes europeus pela baixa na renda dos britânicos que já possuem as menores rendas do país. Como discutido anteriormente, as políticas de austeridade que foram implementadas no país foram sentidas por aqueles que

<sup>116</sup> No original: “[...] in growing numbers”.

<sup>117</sup> No original: “[...] [...] no one really knows their backgrounds”.

<sup>118</sup> No original: “Nearly ninety million people in Turkey and four Balkan countries are being lined up for free movement followed by EU membership” e “Average earnings in Albania are only 13% of what they are in Britain - and less than a fifth of the £9 an hour that the National Living Wage will reach in”.

<sup>119</sup> No original: “Meanwhile, control of our borders will ebb away to Brussels”.

residiam nas áreas menos desenvolvidas, ou seja, aqueles que possuem as menores rendas, e que estavam vinculados a trabalhos com baixa qualificação necessária. A culpabilização de um grupo pelos problemas domésticos de um país está no cerne do desenvolvimento da estratégia da Política do Medo.

Volta-se agora para a temática de segurança, creditada a Michael Gove. O autor inicia o texto exaltando as origens do bloco europeu, em especial o desejo de guardar a democracia no continente. Ele sugere na seguinte frase, “[a]dmiro particularmente os grandes pragmáticos, como Winston Churchill, Ludwig Erhard e Charles de Gaulle, que reconheceram que a paz e a estabilidade dependiam do enraizamento de uma cultura democrática no nível dos estados nacionais” (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>120</sup>), que essa “idade de ouro” do bloco europeu era possível pois estava enraizada ainda dentro dos limites do Estado nacional. Como comentamos anteriormente, o processo que culminou na lógica neoliberal de estrutura da União Europeia nasceu do processo de transformação da Ordem Internacional Liberal, a qual era composta pelo sistema Bretton Woods.

Nesse contexto, o autor contrapõe a União Europeia de hoje a esses “anos dourados”, realizando uma Proximização axiológica na qual ele afasta o bloco europeu desse período positivo, revelando uma realidade presente negativa, que estaria completamente afastada da ideologia que era compartilhada pelo processo de integração europeu naquele período caracterizado como positivo. Esse afastamento se dá a partir dos seguintes trechos:

Mas é muito difícil ser idealista em relação à realidade da União Europeia hoje. Longe de consolidar a democracia, ela trabalha para frustrar a vontade democrática dos povos da Europa, enquanto suas próprias estruturas são irresponsáveis e antidemocráticas [...] E longe de proporcionar maior segurança, as instituições da União Europeia estão minando a segurança de nossos cidadãos [...] Isso ocorre porque os líderes da Europa colocaram a busca da ideologia à frente do pensamento pragmático sobre nossa segurança (Stuart *et al.*, 2016,<sup>121</sup> tradução própria).

Até esse momento o autor significou o significante “União Europeia” enquanto “inseguro”, “antidemocrático”, “ameaça direta aos cidadãos do Reino Unido” e “ideológico”. Essa significação é ainda reforçada por outras discussões propostas pelo autor envolvendo a crise da zona do euro, assim como sobre o espaço Schengen. A partir das seguintes frases, “[o]

<sup>120</sup> No original: "I particularly admire those great pragmatists like Winston Churchill, Ludwig Erhard and Charles de Gaulle who recognised that peace and stability depended on a democratic culture taking root at the level of nation states".

<sup>121</sup> No original: "But it is very hard to be idealistic about the reality of the European Union today. Far from entrenching democracy, it works to frustrate the democratic will of Europe's peoples while its own structures are unaccountable and anti-democratic [...] And far from providing greater security, the institutions of the European Union are undermining our citizens' safety [...] That's because Europe's leaders have put the pursuit of ideology ahead of thinking pragmatically about our security".

euro criou uma fraqueza econômica e uma incapacidade de aumentar adequadamente o financiamento para inteligência, policiamento e defesa em um momento de grave perigo global" e "[a] zona Schengen sem fronteiras, entretanto, sem verificações adequadas de passaporte, "favorece os terroristas" (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>122</sup>), o autor sugere que a União Europeia, por conta da crise do euro, não teria capacidade de investir em segurança, ao mesmo tempo que a zona de livre circulação estaria facilitando a entrada não monitorada, por conta da falta de investimentos, de possíveis terroristas. É válido salientar que o Reino Unido nunca veio a fazer parte da área Schengen, o que faz dessa fala apenas um veículo de construção de sentimentos como ansiedade e medo.

Ainda, o autor condiciona a permanência no bloco europeu ao fato de que o Reino Unido seria obrigado a aceitar uma integração cada vez menos democrática, e que a segurança do país estaria cada vez mais à mercê do bloco europeu, que já foi significado enquanto incompetente. Essa Proximização espaço-temporal é, ainda, apoiada por uma Proximização axiológica positiva, quando o autor menciona que "distintos veteranos [britânicos]" (Stuart *et al.*, 2016, tradução própria<sup>123</sup>) dão suporte ao lado *Leave*, pois eles entendem, também, que a segurança do Reino Unido estará em risco caso seja escolhida a permanência no bloco.

Por fim, analisaremos a terceira temática desse texto conjunto, os riscos à Democracia, descrita a partir das palavras de Boris Johnson. O autor inicia a discussão informando que pessoas no lado "*Remain*" são capazes de admitir que há um déficit democrático na União Europeia. Ainda, que eles são capazes de aceitar o fato de que há algo problemática quando um número "enorme" de leis europeias significa mais de 50% das leis aprovadas no parlamento britânico. Citando algumas outras questões, o autor termina o exemplo afirmando que mesmo tendo conhecimento dessas questões, o lado "*Remain*" escolhe permanecer no bloco europeu pelas então "ditas benesses econômicas de participar" do bloco. Ao mencionar isso, o autor cita cerca de seis argumentos do porquê permanecer na União Europeia não traria nenhum benefício econômico para o país.

Como o teor do texto conjunto é demonstrar os "riscos" de permanecer no bloco, o autor utiliza no seu vocabulário palavras como "proteger" e "controlar". Dito isso, observa-se os seguintes trechos:

Atualmente, não podemos exercer controle democrático sobre questões econômicas básicas, como nossas taxas de impostos, de modo que não podemos reduzir o preço

---

<sup>122</sup> No original: "The euro has created economic weakness and an inability properly to increase funding for intelligence, policing and defence at a time of grave global danger" e "The borderless Schengen zone, meanwhile, without proper passport checks, "abets terrorists ".

<sup>123</sup> No original: "distinguished [british] veterans ".

do combustível para os idosos, não podemos reduzir o custo do automóvel e, apesar dos apelos do chanceler, não podemos nem mesmo reduzir o imposto sobre absorventes internos” e “Acima de tudo, não podemos fazer nada para proteger este país da maior mudança econômica que vimos em um século ou mais - o crescimento muito rápido da população que é, em grande parte, uma função da imigração, que, por sua vez, é uma função da crise do euro. Repito meu desafio à campanha do *Remain*: qual é a visão deles para a Grã-Bretanha, com nossa população crescendo tão rapidamente? Onde eles pretendem construir as casas? Como o serviço de saúde vai lidar com isso? (Stuart et al., 2016, tradução própria<sup>124</sup>).

Nesses trechos é possível perceber a associação das palavras comentadas anteriormente, com frases ou palavras que conotam as tipologias de pessoas historicamente conhecidas como vulneráveis, idosos e mulheres. Ou seja, cria-se uma teia de significados que compõe a percepção de que além de não democrática, a União Europeia “nos” impede de ajudar pessoas em categorias sociais vulneráveis. Ainda, observa-se no segundo trecho a associação da economia, ou melhor, de uma precarização da economia, com a temática migratória, especificamente as migrações oriundas dos países membros do bloco europeu, e como essa imigração se caracterizaria enquanto um risco a setores da sociedade britânica, setores esses diretamente vinculados a economia do país.

Por fim, o autor termina o texto com uma Proximização espaço-temporal, onde ele aproxima os riscos de permanecer no bloco a partir da menção de alguns exemplos. Observa-se o seguinte trecho por Stuart et al (2016, tradução própria<sup>125</sup>): “Os riscos de permanecer nessa máquina destruidora de empregos, excessivamente centralizada e regulamentada, estão se tornando cada vez mais óbvios, e é por isso que acredito que estamos vencendo os argumentos hoje”. Na sequência dessa Proximização, o autor oferece então a “melhor” solução para que esses riscos não se concretizem, o voto a favor do *Brexit*.

#### 4.3.9 Discurso 9: Gove and Raab: A adesão à UE nos torna menos seguros<sup>126</sup>

O último discurso a ser analisado é a declaração feita por Michael Gove e Dominic Raab, lançado na data de oito de junho de 2016. Os autores começam enfatizando o quão próximos eles se sentem com aquele continente pré-União Europeia, com aquela Europa de

<sup>124</sup> No original: "We are currently unable to exercise democratic control over such basic economic matters as our tax rates – so that we cannot cut the price of fuel for elderly people; we cannot cut the cost of motoring; and despite the pleas of the Chancellor we cannot even cut the tampon tax [...] Above all, we can do nothing to protect this country from the biggest economic change we have seen for a century or more – the very rapid growth in population that is largely a function of immigration, which is in turn a function of the euro crisis. I repeat my challenge to the Remain campaign: what is their vision for Britain, with our population set to climb so rapidly? Where do they intend to build the houses? How will the health service cope?"

<sup>125</sup> No original: "The risks of remaining in this over-centralising, over-regulating job-destroying machine are becoming more and more obvious, which is why I believe we are winning the arguments today".

<sup>126</sup> No original: "Gove e Raab: EU membership makes us less safe"

Estados nacionais bem definidos, e como essa Europa não é a mesma. Ainda, os autores realizam uma Proximização axiológica positiva, enfatizando sentimentos sobre a influência global do Reino Unido, mencionando frases como “[...] o único idioma verdadeiramente global é o inglês” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>127</sup>), o que remete a sentimentos nostálgicos de quando o país se caracterizava enquanto o Império mais extenso do mundo. O uso dessa estratégia ocorre ao longo do texto em termos como “nação global”.

Na sequência os autores dão continuação a significação do significante “União Europeia”, vinculando a palavra a termos como “não-competitivo” e “antidemocrático”, assim como dando a entender na seguinte frase, “[...] perdi a conta de quantas vezes diplomatas australianos, japoneses e brasileiros lamentaram amargamente o foco interno e voltado para o umbigo das discussões da UE... em detrimento do que estava acontecendo no resto do mundo”, que a Europa está fechada para as discussões globais que realmente importam (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>128</sup>).

Após essa significação, os autores adentram a temática migratória. Os autores mencionam que inúmeras pessoas chegaram na Europa do norte da África e do Oriente Médio, e que essas pessoas estavam a se espalhar pelo continente. Essa Proximização espacial é continuada quando os autores mencionam que inúmeros imigrantes iriam adentrar o Reino Unido fugindo do “[...] desemprego em massa que a moeda única infligiu ao sul da Europa” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>129</sup>), e que ainda milhões de imigrantes chegariam a Europa, e consequentemente ao Reino Unido, quando países de baixa-renda do Leste Europeu, assim como a Turquia, fossem aceitos como membros do bloco europeu.

Na sequência desses comentários, o autor busca aproximar a temática migratória com os “[...] preocupação baseada nas experiências da vida real das pessoas” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>130</sup>), mencionando termos como “escolas locais cheias”, “[...] lutando para conseguir uma consulta com o clínico geral” e “salários reduzidos”. Ainda, os autores destacam que as pessoas com rendas mais baixas serão as maiores afetadas por essas imigrações. Essa argumentação se conecta direto com o contexto de um país navegando problemas socioeconômicos, com pessoas em específico passado por dificuldades. Como argumenta Cox (1981), momentos de crise são propensos para que narrativas contra hegemônicas encontrem espaço.

<sup>127</sup> No original: " The one truly global language is EnglishO único idioma verdadeiramente global é o inglês".

<sup>128</sup> No original: "I lost count of how many times Australian, Japanese, Brazilian diplomats bitterly lamented the inward, navel-gazing, focus of EU discussions ... at the expense of what was going on in the rest of the world".

<sup>129</sup> No original: ““[...] mass-unemployment the single currency has inflicted on southern Europe”.

<sup>130</sup> No original "[...] concern base on people's real life experiences".

Na sequência do texto, os autores entram na discussão sobre segurança, argumentando que a permanência deles no bloco impede que o governo barre possíveis terroristas e outros criminosos. No seguinte trecho por Gove e Raab (2016, tradução própria<sup>131</sup>), “[...] considerando que isso já está acontecendo em grande escala, imagine o quanto esse problema será pior após a próxima onda de adesões à UE”, é vinculada a questão de segurança com a possível entrada de novos países no bloco europeu”, o que funciona como uma Proximização espaço-temporal.

Nesse mesmo contexto, os autores salientam situações de terrorismo que ocorrem na Europa anteriormente, como por exemplo os ataques terroristas de 2015, em Paris. Gove e Raab (2016, tradução própria<sup>132</sup>) utilizam de exemplos espaciais como,

Como demonstrado pela facilidade com que os terroristas de Paris e Bruxelas se deslocaram pela Europa. Sabemos que Mohammed Abrini, acusado de envolvimento nos atentados de Paris e Bruxelas, visitou o Reino Unido três vezes em 2015, apesar de ter antecedentes criminais por roubo e outros crimes violentos.

A partir da estratégia da Proximização espacial, sugere-se que terroristas poderiam, e continuariam podendo, adentrar o território do Reino Unido. Essa questão é diretamente associada as cortes de justiça da União Europeia, ou como mencionado no texto, a “Corte de Luxemburgo”, na medida que são elas que proíbem o Reino Unido de poder impedir que essas pessoas adentrem o território. Nesse sentido, Gove e Raab (2016, tradução própria<sup>133</sup>) afirmam, de forma literal que “[...] agora é a UE e o Tribunal de Luxemburgo que representam o perigo claro e presente para nossa segurança”.

Uma nova Proximização axiológica positiva é realizada quando os autores associam valores democráticos e liberais a história do Reino Unido. Observa-se essa Proximização nos seguintes trechos por Gove e Raab (2016, tradução própria<sup>134</sup>)

O Reino Unido desempenhou um papel global de destaque no passado como defensor dos valores democráticos liberais, sempre como um estado-nação democrático e independente" e "Seja na repressão ao comércio de escravos ou no apoio a

---

<sup>131</sup> No original: " Given this is already happening at scale, imagine how much worse this problem will be after the next wave of EU accessions".

<sup>132</sup> No original: “As shown by the ease with which the Paris and Brussels terrorists moved to and fro across Europe. We know Mohammed Abrini, accused of involvement in both the Paris and Brussels bombings, visited the UK three times in 2015, despite a criminal record for robbery and other violent offences a criminal record for robbery and other violent offences”.

<sup>133</sup> No original: " It is now the EU and the Luxembourg Court that present the clear and present danger to our security”.

<sup>134</sup> Tradução própria: " The United Kingdom has played a distinguished global role in the past as an upholder and defender of liberal democratic values - all the while doing so as an independent democratic nation state [...] Whether it was suppressing the slave trade, or supporting liberal nationalist movements against static autocratic European empires, in the first half of the nineteenth century or seeking to defend the rights of small nations and the principle of self-determination in the twentieth century, the United Kingdom has been clear about its values. And the clearer and more confident we've been about our values, the better we've been able to defend those values.”.

movimentos nacionalistas liberais contra impérios europeus autocráticos e estáticos, na primeira metade do século XIX, ou na defesa dos direitos de pequenas nações e do princípio da autodeterminação no século XX, o Reino Unido tem sido claro em relação a seus valores. E quanto mais claros e confiantes formos em relação aos nossos valores, melhor poderemos defendê-los..

No contraponto dessa Proximização axiológica positiva, os autores voltam a significar a “União Europeia” como “não democrática”, a partir do seguinte trecho: “A UE é, na verdade, projetada propositalmente para frustrar a democracia. Suas instituições existem para transferir o poder dos parlamentos responsáveis dos estados-nação liberais para o nível supranacional” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>135</sup>). E, também, como “geradora de miséria” e “responsável pela reascensão de regimes de extrema-direita”. Ao mencionar esse último tópico, além de reintroduzir o tema de terroristas e extremistas islâmicos, os autores realizam uma nova Proximização axiológica positiva ao afirmarem que: “Quanto mais confiantes e otimistas estivermos em relação ao Reino Unido, suas tradições, valores e potencial, mais bem equipados estaremos para combater os inimigos do liberalismo e da democracia”. O termo “inimigos do liberalismo e da democracia” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>136</sup>) se aplica, considerando a significação previamente feita da União Europeia, ao bloco europeu.

Já na parte final do discurso, os autores dão ênfase à questão da Turquia, realizando uma Proximização espaço-temporal, além de axiológica, desse país para com o Reino Unido, por meio do bloco europeu. Em um primeiro momento, os autores destacam que o governo turco vai contra as ideias de liberdade, que são fundamentais para os britânicos, além de mencionar o termo “domínio islâmico”. Após definir a Turquia como um país antagônico ao Reino Unido, em termos ideológicos, os autores buscam associar o país à União Europeia, a partir de trechos como: “Nós e a União Europeia deveríamos estar protestando da maneira mais clara e barulhenta possível contra essa erosão das liberdades democráticas fundamentais. Mas, em vez disso, nós e a União Europeia estamos fazendo concessão após concessão a Erdogan” (Gove; Raab, 2016, tradução própria<sup>137</sup>). Além disso, uma Proximização espaço-temporal é realizada a partir da coordenação de significado entre União Europeia-Imigração-Turquia-Oriente Médio-Terrorismo-Reino Unido. Observa-se a expressão dessa estratégia no seguinte trecho

<sup>135</sup> No original: "The EU is indeed actually designed purposely to frustrate democracy. Its institutions exist to transfer power away from accountable parliaments in liberal nation states to the supra-national level".

<sup>136</sup> No original: "The more confident and optimistic we are about the United Kingdom, its traditions, values and potential the better equipped we are to counter enemies of liberalism and democracy".

<sup>137</sup> No original: "We and the European Union should be protesting in the clearest and loudest possible manner at this erosion of fundamental democratic freedoms. But instead we and the European Union are making concession after concession to Erdogan".

por Gove e Raab (2016, tradução própria<sup>138</sup>): “Com a ameaça de terrorismo que enfrentamos crescendo cada vez mais, é difícil ver como poderia ser do nosso interesse de segurança abrir viagens sem visto para 77 milhões de cidadãos turcos e criar uma zona sem fronteiras do Iraque, Irã e Síria até o Canal da Mancha”.

---

<sup>138</sup> No original: "With the terrorism threat we face only growing, it is hard to see how it could possibly be in our security interests to open visa free travel to 77 million Turkish citizens and create a border-free zone from Iraq, Iran and Syria to the English Channel ".

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar, a partir do arcabouço teórico da Teoria Crítica das Relações Internacionais e do ferramental analítico da Análise Crítica de Discurso, se a ocorrência do *Brexit* pode ser inserida em um contexto mais amplo de uma guerra de posição, dentro da lógica de uma disputa hegemônica, no cenário Europeu, entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal, no pós-Guerra Fria, tendo enquanto plano de fundo a criação do sistema neoliberal. Para essa análise, foram avaliados nove discursos vinculados a campanha oficial pró-*Brexit*, a *Vote Leave*. Essa avaliação se deu a partir da combinação de três métodos de análise discursiva crítica, sendo eles: o Discurso Hegemônico (e Significantes Vazio) (Laclau, 2000, 2005; Laclau; Mouffe, 2005), a Proximização (Cap, 2013; 2019) e a Política do Medo (Wodak, 2015).

A análise teve como base a definição dos conceitos de Hegemonia, Estrutura Histórica, Guerra de Posição, Discurso e Política do Medo, além da contextualização histórica do desenvolvimento da Ordem Internacional (Neo)Liberal, em paralelo ao processo de unificação europeu, da relação institucional entre Reino Unido-União Europeia, do contexto político socioeconômico e cultural doméstico britânico, e da erupção de movimentos contra hegemônicos no pós-Guerra Fria, em especial após 2008. Dito isso, buscou-se identificar nos textos, a partir das ferramentas metodológicas selecionadas, as características estratégicas intrínsecas a uma guerra de posição, como essas estratégias estavam sendo mobilizadas e quais elementos estavam sendo abarcados na mobilização dessas estratégias.

A partir de uma revisão conceitual, foi estabelecido que hegemonias são disputadas não apenas via meios econômicos e militares, mas também no campo ideológico, em que, para se ter hegemonia é necessário que um conjunto dominante de ideias e valores seja tomado como senso comum pela maior parte das sociedades civis dos Estados que compõe o Sistema Internacional (Cox, 1981, 1983). Na lógica dos séculos XX e XXI, valores e ideais são difundidos, entre outros caminhos, com a ajuda das Organizações Internacionais, que difundem no Sistema Internacional padrões de pensamento/ideologia do ator hegemônico. Quando uma combinação particular de valores e ideais, condições materiais e instituições políticas ocorre, gera-se uma Estrutura Histórica em que uma hegemonia é concebida (Cox, 1981, 1983). Estruturas históricas não determinam mecanicamente o comportamento dos indivíduos, contudo elas criam um contexto de hábitos, pressões, expectativas e limitações no qual as ações desses indivíduos vão se desenvolver (Cox, 1981).

Dito isso, uma característica central do conceito de Hegemonia é que ela não é um estado permanente. Como argumentam Cox (1981; 1983) e Hall (1991), hegemônias estabelecidas estão sempre se movimentando em direção a se manter hegemônica, assim como estão sempre enfrentando contestações de movimentos contra hegemônicos. Nesse contexto, argumentou-se que em momentos de crise, por exemplo, crises econômicas, há propensão à erupção e fortalecimento de movimentos contra hegemônicos já que o senso comum e a legitimidade do ator hegemônico estabelecido estão enfraquecidos. Considerando a forma de governança hegemônica as quais eles vão desafiar, esses movimentos necessitam mudar a narrativa, demonstrando as falhas do governo hegemônico, assim como necessitam buscar nas insatisfações da sociedade civil brechas para afastá-la do governo em questão e conquistá-la, levando ao consentimento dela para se tornarem hegemônicos (Howarth, 2010). Foi nesse contexto que se evidenciou o estabelecimento de guerras de posição.

Na lógica gramsciana, segundo Cox (1983), o conceito de Guerra de Posição refere-se à ideia de que, nas sociedades de capitalismo avançado, as lutas políticas e sociais não são travadas apenas por meios militares ou revolução baseada na violência, mas também por meios culturais e ideológicos. Assim, para se alcançar a hegemonia, os atores em disputa devem se envolver em uma luta de longo prazo no objetivo de construir uma cultura contra hegemônica que desafie a visão de mundo e os valores dominantes da então classe hegemônica. Nesse sentido, uma guerra de posição pode ser considerada, portanto, uma luta prolongada pelo domínio cultural e ideológico de determinada sociedade ou ordem, quando se pensa em escala global, que ocorre no meio simbólico das ideias, e não no campo de batalha, tendo como objetivo final a tomada do poder político (Cox, 1983; Bianchi, 2019; Hall, 1991). Dessa forma, guerras de posição são, antes de tudo, um conflito travado em nível simbólico, mas que comportam graves consequências materiais (Cammaerts, 2015).

Dentro dessa luta prolongada pelo domínio cultural e ideológico da sociedade civil, há determinadas ações estratégicas que necessitam ser tomadas, sendo elas a tentativa de mobilização de forças sociais, a construção de políticas alternativas, e, por fim, a formação de consenso perante a sociedade civil. Todas essas ações se dão no cenário político de cada Estado, a partir de diferentes estratégias, tendo em vista o desenvolvimento histórico dos Estados envolvidos. A partir dessa definição, buscou-se identificar nos discursos analisados a presença dessas ações estratégicas e como elas foram mobilizadas.

Foi constatado, nessa mesma revisão conceitual, que o discurso é usado como ferramenta para estabelecer e manter hegemônias, bem como para desafiar e transformar hegemônias existentes. A linguagem via discurso pode ser mobilizada para a composição de

discursos hegemônicos e contra hegemônicos, visando o enquadramento de questões políticas e sociais, o controle e a manipulação de narrativas, e a desconstrução e subversão de ideologias dominantes (Ives, 2004). Nesse sentido, analisar, desafiar e remodelar um discurso tornam-se estratégias relevantes em uma disputa hegemônica contínua. Como argumentam Laclau (2005) e Laclau; Mouffe (2001), uma estrutura discursiva não é um ente simplesmente cognitivo ou contemplativo. Ele é uma prática de articulação que cria e organiza as relações sociais de uma sociedade. O discurso é, no fim, um ator ativo na realidade política concreta.

Discursos podem ser mobilizados a partir de múltiplas estratégias. Como mencionado anteriormente, nessa pesquisa buscou-se entender se, e como, a estratégia discursiva da Política do Medo foi mobilizada nos discursos analisados, e se ela contribuiu enquanto ferramenta para que se atingisse uma mobilização de forças sociais, uma construção de políticas alternativas e mesmo, uma formação de consenso perante a sociedade civil, no contexto da campanha pró-*Brexit*. Política do Medo foi então definida como uma estratégia empregada por políticos e outras figuras influentes na manipulação da opinião pública e no ganho ou manutenção de poder por meio da exploração dos medos e ansiedades da população (Wodak, 2015). Ainda, argumentou-se que a estratégia da Política do Medo envolve o uso de uma linguagem persuasiva e de uma retórica agressiva. O uso de metáforas, estereótipos e apelações emocionais por parte dos atores políticos se faz capaz de criar narrativas comoventes que ressoam diretamente as preocupações e medos da população. Retratar discursos de uma forma específica, para Wodak (2015), significa ser capaz de controlar determinada narrativa, modelando a percepção do público sobre determinados assuntos, o que implica diretamente nas ações políticas desse ator, levando a possíveis modificações concretas na realidade como, por exemplo, a alteração de governos, ou mesmo, como foi o caso do *Brexit*, do posicionamento de um país em relação a outros atores políticos. .

Por fim, foi definido que em uma Guerra de Posição, a Política do Medo via discurso pode ser usada como instrumento de poder, manipulação e dominação. Aqueles que ocupam posições de autoridade buscam moldar o discurso dominante na sociedade, estabelecer suas narrativas preferidas e marginalizar vozes ou perspectivas alternativas, assegurando sua hegemonia. Aqueles que buscam hegemonia vão tentar realizar os mesmos objetivos, porém demonizando tudo que é vinculado à hegemonia que eles desejam derrubar. Assim, constatou-se que a luta pela hegemonia, em vias de uma guerra de posição, é um processo contínuo e extenso, e que a Política do Medo pode servir como estratégia eficaz para manter ou alterar o as hegemonias políticas..

Argumenta-se, tendo como base o arcabouço conceitual retomado e as contextualizações realizadas no capítulo três e nos subcapítulos 4.1 e 4.2 do capítulo quatro, que todos os discursos selecionados tiveram como objetivo a mobilização de forças sociais, nesse caso a população britânica como um todo, porém, essencialmente o setor populacional que ainda não havia decidido que lado da campanha apoiar. Ainda, a construção de políticas alternativas, que se torna evidente quando os autores descrevem tais políticas alternativas a políticas e valores que estavam em vigor dentro da então hegemonia estabelecida, como multilateralismo e integração institucional. E, também, a formação de consenso perante a sociedade civil, que pode ser identificado a partir da argumentação extensa e repetitiva sobre assuntos específicos (migração, segurança, soberania, antielitismo e terrorismo são alguns dos exemplos), com objetivo de obter uma uniformidade de opiniões e pensamento, ou seja, gerar um senso comum sobre esses assuntos e sobre a resposta política necessária para lidar com essas questões, o *Brexit*.

Entende-se que todos esses objetivos são alcançados por meio de diferentes estratégias. No caso dos discursos selecionados, observa-se que todos eles apresentam, ainda que em proporções variadas, características discursivas da Política do Medo. A principal característica identificada em todos os textos analisados é a oposição binária entre o “Nós” e o “Eles”, entre o “Certo” e o “Errado”, entre o “Quem quer o bem do povo britânico” e o “Quem quer o mal do povo britânico”, entre o “Reino Unido” e a “União Europeia”. Essa característica não só advém do fato do plebiscito comportar uma competição entre dois grupos opostos para a resolução de um problema a partir de uma resposta de lógica binária traduzida nas respostas de “Permanecer” ou “Não permanecer”, mas também da estratégia de mobilização do medo, em que os “Outros/Eles” são culpados pelos problemas que afligem o “Nós” (Wodak, 2015). A construção dessa característica nos textos é identificável a partir da construção de significados de certas palavras específicas, assim como por meio da construção de ameaças no âmbito espaço-temporal, e da contraposição de valores e ideologias entre os objetos identificados, nesse caso, entre os valores do Reino Unido e de “Bruxelas”, termo metafórico (Wodak, 2015) sobre a natureza do funcionamento da instituição europeia, então argumentado enquanto uma centralização de poder.

Uma lógica identificada, e que corrobora com a literatura, é de que à medida que a votação do plebiscito se aproximava, maior se tornou a presença de estratégias linguísticas pautadas na Política do Medo, em especial na criação de ameaças a partir da contraposição binária entre o “Eles” e o “Nós”, centrado na questão migratória. Nos trechos identificados, pode-se observar a existência de contestação da lógica de funcionamento da União Europeia,

dando destaque para características como integração político-econômica, multilateralismo “exacerbado” e “restritivo”, assim como para questões de cunho cosmopolita, sendo o maior exemplo o afrouxamento de fronteiras, que leva a uma facilitação de movimento populacional dentro do continente.

Até aqui pode-se argumentar que os discursos analisados se caracterizam enquanto parte de uma guerra de posição, e que a principal estratégia utilizada pela campanha *Vote Leave*, campanha oficial do lado pró-*Brexit*, e responsável por esses discursos, foi a de mobilização de Política do Medo. Aqui é válido lembrar que a linguagem, via discurso, pode ser mobilizada para a composição de discursos hegemônicos e contra hegemônicos, visando o enquadramento de questões sociopolíticas, além da manipulação e controle de narrativas, e da subversão de ideologias dominantes quando pensamos em movimentos e grupos contra hegemônicos.

Agora, como pode-se argumentar que essa guerra de posição está inserida em um contexto mais amplo de um movimento contra hegemônico maior, que engloba uma disputa hegemônica entre defensores e contestadores da Ordem Internacional (Neo)Liberal na Europa do pós-Guerra Fria? Esse argumento se baseia na caracterização da União Europeia enquanto representante direta da Ordem Internacional (Neo)Liberal e dos valores que compõe essa Ordem, enraizados no Neoliberalismo, ou no *Embedded Neoliberalism* no caso europeu, e na lógica da globalização neoliberal cosmopolita. Se baseia, também, na contestação discursiva desses mesmos valores pelos autores dos discursos analisados, essencialmente vinculados a figura da União Europeia. Está baseado, ainda, na contextualização política do Norte Global no pós-2008, em que movimentos contra hegemônicos, majoritariamente vinculados a categoria Populista Nacional, como definida por Worth (2013), ganharam tração devido as consequências da crise de 2008 e da crise do euro, da expansão da globalização neoliberal em vias socioeconômicas e culturais, além da propagação de valores cosmopolitas e progressistas, tidos por esses movimentos como uma ameaça a soberania, a história e a cultura nacional de seus Estados de origem.

Como Cox (1981; 1983) argumenta, nenhuma hegemonia pode ser tomada como natural. Ela sempre será uma construção concretizada por meio de processos sociopolíticos, socioeconômicos e socioculturais, e localizada em uma estrutura histórica específica. Como já comentado, nenhuma hegemonia é permanente (Cox, 1981; Hall, 1991). Movimentos contra hegemônicos encontram brechas para ganhar reconhecimento e apoiadores em períodos históricos caracterizados por crises (Cox, 1983), que no geral geram instabilidade no que tange a legitimação daquela hegemonia, como está sendo o caso da atual crise do sistema neoliberal em todas as suas esferas e deslegitimação da Ordem Internacional (Neo)Liberal. No geral,

conflitos ideacionais, em especial quando pensamos no conflito de imagens coletivas, discutido por Cox (1981,) =, são capazes de gerar potencial para caminhos alternativos que levem a uma nova estrutura histórica.

Movimentos contra hegemônicos identificam o poder hegemônico que tentam desafiar, buscando criar narrativas sobre esse poder, demonstrando as falhas de governança, assim como procuram nas insatisfações da sociedade civil espaços para enfraquecer essa hegemonia por meio da redução na legitimação dessa hegemonia. Essas novas narrativas que enfraquecem o posicionamento do poder hegemônico são criadas por meio de múltiplos âmbitos, inclusive o discursivo, em que se opõe ao discurso hegemônico um discurso antagônico a ele, mobilizando em especial temáticas já identificadas como problemáticas pela sociedade civil no interior daquela hegemonia estabelecida (Laclau; Mouffe, 2005). Essa estrutura estabelecida é identificada em todos os discursos analisados, tocando em questões relevantes para o movimento populista Nacional, sendo essas temáticas: descontentamento com a globalização neoliberal; defesa da soberania nacional; críticas às políticas de integração e multilateralismo da União Europeia; imigração considerada então como descontrolada; proteção da identidade nacional; e a defesa de valores conservadores.

Entender as origens do *Brexit* a partir de uma perspectiva crítica, histórica e holística nos permite compreender que processos políticos, como disputas hegemônicas, ocorrem nas mais diferentes escalas, de forma constante, modificando a realidade, a visão de mundo dos indivíduos, e consequentemente as ações deles, mesmo que de forma inconsciente. Diariamente indivíduos são “bombardeados” com *fake news*, vídeos desinformativos e discursos políticos manipulativos, que apenas inflam polarizações ideológicas, acabando por danificar cada vez mais o tecido social das sociedades que afligem. Pessoas são vulneráveis a manipulações políticas, em especial quando as condições de vida delas estão cercadas por violência, pobreza, incerteza e medo. Estratégias como a Política do Medo são capazes de mover populações, atores politicamente ativos, a tomarem decisões que impactam a realidade em suas mais diferentes instâncias.

Disputa-se a hegemonia de valores, ideais, visões de mundo, ou seja, do funcionamento do mundo que se coabita. Disputa-se a hegemonia de poder e influência. Disputa-se a hegemonia de capital. Desde a ocorrência do *Brexit*, transformações seguiram acontecendo em todo Norte Global. O que virá a ser da Europa, do Norte Global, e mesmo da Ordem Internacional (Neo)Liberal no futuro, só o tempo dirá.

Por fim, entende-se que por meio dessa pesquisa foi proposta uma análise que buscou convergir temáticas amplas e complexas, e que por conta desse fato, algumas discussões

precisaram ser suprimidas. Tendo em vista o escopo do trabalho, essas supressões não prejudicaram o desenvolvimento da análise. Dito isso, considera-se interessante mencionar possibilidades para a expansão dessa pesquisa a partir das discussões que acabaram por não fazer parte dela. Dentro das discussões comentadas, destacam-se as seguintes: a normalização de narrativas políticas radicais no *mainstream* político contemporâneo; as razões por trás da adesão da sociedade civil a movimentos políticos contra hegemônicos; e, por fim, a política dos ressentidos e o impacto das emoções na democracia do Norte Global.

## REFERÊNCIAS

ABDELAL, Rawi; RUGGIE, John. The principles of Embedded Liberalism: social legitimacy and global capitalism. *In*: MOSS, David; CISTERMINO, John (ed.). **New perspectives on regulation**. Cambridge: Ma: Tobin Project, 2009. Cap. 7. p. 151-162. Disponível em: [https://tobinproject.org/sites/default/files/assets/New\\_Perspectives\\_Full\\_Text.pdf](https://tobinproject.org/sites/default/files/assets/New_Perspectives_Full_Text.pdf). Acesso em: 18 abr. 2023.

ABRAHAMSEN, Rita; DROLET, Jean-François; GHECIU, Alexandra; NARITA, Karin; VUCETIC, Srdjan; WILLIAMS, Michael. Confronting the international political sociology of the new right. **International Political Sociology**, United States, v. 14, n. 1, p. 94-107, 11 Feb. 2020. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/ips/olaa001>. Acesso em: 23 nov. 2022.

ADLER-NISSEN, Rebecca; ZARAKOL, Ayşe. Struggles for recognition: the Liberal International Order and the merger of Its discontents. **International Organization**, United Kingdom, v. 75, n. 2, p. 611-634, Dec. 2020. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818320000454>. Acesso em: 22 nov. 2022.

AHMED, Reem. Brexit: the mainstreaming of right-wing populist discourse. **OSCE Yearbook 2016**, Baden-Baden, p. 93-102, 2017. IFSH. Disponível em: [https://ifsh.de/file/publication/OSCE\\_Yearbook\\_en/2016/Ahmed-en.pdf](https://ifsh.de/file/publication/OSCE_Yearbook_en/2016/Ahmed-en.pdf). Acesso em: 30 out. 2023.

AKIMOTO, Masahiro. Evaluating the effects of input-based approaches to the teaching of pragmalinguistics and sociopragmatics in second language pragmatics: a case of English request hedges. **Iafor Journal of Language Learning**, [Japan], v. 1, n. 1, p. online, Oct. 2014. The International Academic Forum (IAFOR). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22492/ijll.1.1.01>. Acesso em: 14 dez. 2023.

ALLEN, Robert. **Global economic history**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARTURI, Carlos. Movimentos antiglobalização e cooperação securitária na União Europeia. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 285, 8 dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2004.2.15>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BAKER, David; SCHNAPPER, Pauline. **Britain and the Crisis of the European Union**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2015.

BARNETT, Anthony. **The lure of greatness: England's Brexit and America's Trump**. London: Unbound, 2017.

BATES, Thomas. Gramsci and the theory of Hegemony. **Journal of the History of Ideas**, United States, v. 36, n. 2, p. 351, Apr. 1975. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2708933>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BECKER, Sascha; FETZER, Thiemo; NOVY, Dennis. The fundamental factors behind the Brexit vote. Warwick: Cage Research Centre, 2017. **The CAGE Background Briefing Series**, n. 64. Disponível em: [https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/research/centres/cage/publications/policybriefings/2017/the\\_fundamental\\_factors\\_behind\\_the\\_brexit\\_vote/](https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/research/centres/cage/publications/policybriefings/2017/the_fundamental_factors_behind_the_brexit_vote/). Acesso em: 8 out. 2023

BETZ, Hans-George. The new politics of resentment: radical right-wing populist parties in Western Europe. **Comparative Politics**, United States, v. 25, n. 4, p. 413-427, Jul. 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/422034>. Acesso em: 16 out. 2023.

BIANCHI, Alvaro. War of Movement/War of Position. In: BIANCHI, Alvaro. **Gramsci's laboratory: philosophy, history and politics**. Leiden: Brill, 2019. Cap. 6. p. 176-224.

BIELER, Andreas. Class struggle over the EU model of capitalism: Neo-Gramscian perspectives and the analysis of European integration. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, United Kingdom, v. 8, n. 4, p. 513-526, Dec. 2005. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698230500205177>. Acesso em: 16 out. 2023.

BIELING, Hans-Jürgen; STEINHILBER, Jochen. Hegemonic process in the process of European integration. In: BIELING, Hans-Jürgen; STEINHILBER, Jochen (ed.). **Dimensions of a Critical Theory of European Integration**. Germany: Institut Für Politikwissenschaft, 2000. Cap. 1. p. 33-58. Disponível em: <https://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2013/4320/pdf/s13.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BOLLARD, Alan. **Economists in the Cold War: how a handful of economists fought the battle of ideas**. Oxford: Oxford University Press, 2023. 527 p.

BOYLE, Michael The coming Illiberal Order. **Survival**, United Kingdom, v. 58, n. 2, p. 35-66, 3 Mar. 2016. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2016.1161899>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BÖRZEL, Tanja; ZÜRN, Michael. Contestations of the Liberal International Order: from liberal multilateralism to postnational liberalism. **International Organization**, United Kingdom, v. 75, n. 2, p. 282-305, 2021. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818320000570>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CAMMAERTS, Bart. Neoliberalism and the post-hegemonic War of Position: the dialectic between invisibility and visibilities. **European Journal of Communication**, United Kingdom, v. 30, n. 5, p. 522-538, Aug, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0267323115597847>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CAP, Piotr. **Proximization**: the pragmatics of symbolic distance crossing. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

CAP, Piotr. **The language of fear**: communicating threat in public discourse. London: Palgrave Macmillan, 2017.

CAP, Piotr. Britain is full to bursting point!: immigration themes in the Brexit discourse of the UK Independence Party. In: KOLLER, Veronika; KOPF, Susanne; MIGLBAUER, Marlene (ed.). **Discourses of Brexit**. New York: Routledge, 2019. Cap. 5. p. 69-85.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERNY, Philip. Embedding Neoliberalism: the evolution of a hegemonic paradigm. **The Journal of International Trade And Diplomacy**, Ankara, v. 1, n. 2, p. 1-46, mar. 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/30576319/Embedding\\_Neoliberalism\\_The\\_Evolution\\_of\\_a\\_Hegemonic\\_Paradigm](https://www.academia.edu/30576319/Embedding_Neoliberalism_The_Evolution_of_a_Hegemonic_Paradigm). Acesso em: 10 mar. 2024.

CLARKE, Harold; GOODWIN, Matthew; WHITELEY, Paul. **Brexit**: why Britain voted to leave the European Union. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. 'People in this country have had enough of experts': Brexit and the paradoxes of populism. **Critical Policy Studies**, United Kingdom, v. 11, n. 1, p. 101-116, 2 Jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19460171.2017.1282376>. Acesso em: 18 ago. 2023.

COLGAN, Jeff; KEOHANE, Robert. **The Liberal Order is rigged**: fix It now or watch It wither. 2017. Foreign Affairs. United States. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2017-04-17/liberal-order-rigged>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COLPANI, Gianmaria. Two theories of Hegemony: Stuart Hall and Ernesto Laclau in conversation. **Political Theory**, United States, v. 50, n. 2, p. 221-246, 26 May. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/00905917211019392>. Acesso em: 03 mar. 2023.

COPELAND, Paul; COPSEY, Nathaniel. Rethinking Britain and the European Union: politicians, the media and public opinion reconsidered. **Jcms: Journal of Common Market**

Studies, United Kingdom, v. 55, n. 4, p. 709-726, 21 fev. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/jcms.12527>. Acesso em: 14 mar. 2024.

COX, Robert H.; SCHILTHUIS, Albert. Hegemony and counterhegemony. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization**. p. 1-8, 29 Feb. 2012. New Jersey: John Wiley. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/9780470670590.wbeog265>. Acesso em: 10 abr. 2023.

COX, Robert W.. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, United States, v. 12, n. 2, p. 162-175, Jun. 1983. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/03058298830120020701>. Acesso em: 17 ago. 2022.

COX, Robert W.. Social forces, States and World Orders: beyond International Relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, United States, v. 10, n. 2, p. 126-155, Jun. 1981. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/03058298810100020501>. Acesso em: 25 set. 2022.

COX, Robert W.. The coming of the Liberal Order. In: COX, Robert W.. **Production Power and World Order: social forces in the making of history**. New York: Columbia University Press, 1987. Cap. 5. p. 111-150.

COX, Robert W.. The crisis in World Order and the challenge to International Organization. **Cooperation and Conflict**, United Kingdom, v. 29, n. 2, p. 99-113, Jun. 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0010836794029002001>. Acesso em: 15 set. 2022.

CROXTON, Derek. The Peace of Westphalia of 1648 and the origins of sovereignty. **The International History Review**, United Kingdom, v. 21, n. 3, p. 569-591, Sep. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07075332.1999.9640869>. Acesso em: 15 out. 2023.

DATHEIN, Ricardo. De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, 2003. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05\\_2003\\_dathein.pdf](https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf). Acesso em: 18 mar. 2023. Encontro Nacional de Economia Política 7.

DEDMAN, Martin. **The Origins and Development of the European Union 1945–2008: a history of european integration**. 2. ed. Oxon: Routledge, 2010.

DELL, Allan. Counter-Hegemony with no outlet: a Neo-Gramscian perspective on the Brexit vote. **Lectio Socialis**, Turkey, v. 6, n. 1, p. 1-10, 29 jan. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47478/lectio.1037206>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DENNISON, James; GOODWIN, Matthew. Immigration, issue ownership and the rise of UKIP. **Parliamentary Affairs**, United Kingdom, v. 68, n. 1, p. 168-187, Sep. 2015. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://doi.org/10.1093/pa/gsv034>. Acesso em: 15 out. 2023.

DEUDNEY, Daniel; IKENBERRY, John. The nature and sources of Liberal International Order. **Review of International Studies**, United Kingdom, v. 25, n. 2, p. 179-196, Apr. 1999. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210599001795>. Acesso em: 18 mar. 2023.

DEVETAK, Richard. Critical theory. In: BURCHILL, Scott *et al.* **Theories of International Relations**. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005. Cap. 6. p. 137-159.

DE VRIES, Catherine. **Euroscepticism and the Future of European Integration**. New York: Oxford University Press, 2018.

DOREY, Peter. Towards exit from the EU: the Conservative Party's increasing Euroscepticism since the 1980s. **Politics and Governance**, Portugal, v. 5, n. 2, p. 27-40, 5 Apr. 2017. Cogitatio. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17645/pag.v5i2.873>. Acesso em: 02 nov. 2023.

DORLING, Danny; TOMLINSON, Sally. **Rule Britannia: Brexit and the end of Empire**. London: Biteback Publishing, 2019.

DUFF, Andrew. **Britain and the Puzzle of European Union**. Oxon: Routledge, 2022.

EICHENGREEN, Barry. **Globalizing capital: A history of the International monetary system**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2008

EICHENGREEN, Barry. **The populist temptation: economic grievance and political reaction in the Modern Era**. New York: Oxford University Press, 2020

EVANS, Geoffrey; MELLON, Jon. Working class votes and conservative losses: solving the UKIP puzzle. **Parliamentary Affairs**, United Kingdom, v. 69, n. 2, p. 464-479, 17 Apr. 2015. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/pa/gsv005>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FARIA, Luiz Augusto. O valor do conceito de Hegemonia para as Relações Internacionais. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 209-232, 8 fev. 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-6912.36047>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FETZER, Thiemo. Did austerity cause Brexit? **American Economic Review**, United States, v. 109, n. 11, p. 3849-3886, 1 Nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/aer.20181164>. Acesso em: 25 set. 2023.

FEMIA, Joseph. Gramsci, Machiavelli and International Relations. **The Political Quarterly**, United Kingdom, v. 76, n. 3, p. 341-349, Jul. 2005. Wiley. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-923x.2005.00692.x>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FEMIA, Joseph. The concept of Hegemony. In: FEMIA, Joseph V.. **Gramsci's political thought: Hegemony, consciousness, and the revolutionary process**. United States: Oxford University Press, 1981. Cap. 2. p. 23-60.

FLINDERS, Matthew. The (anti-)politics of Brexit. In: DIAMOND, Patrick; NEDERGAARD, Peter; ROSAMOND, Ben (ed.). **The Routledge Handbook of the Politics of Brexit**. London: Routledge, 2018. Cap. 15. p. 179-194.

FORD, Robert. Acceptable and unacceptable immigrants: how opposition to immigration in Britain is affected by migrants' region of origin. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, United Kingdom, v. 37, n. 7, p. 1017-1037, Aug. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369183X.2011.572423>. Acesso em: 26 set. 2023.

FORD, Robert; GOODWIN, Matthew. Britain after Brexit: a nation divided. **Journal of Democracy**, Washington, v. 28, n. 1, p. 17-30, Jan. 2017. Disponível em: [https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2017/01/04\\_28.1\\_Ford-Goodwin-pp-17-30.pdf](https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2017/01/04_28.1_Ford-Goodwin-pp-17-30.pdf). Acesso em: 15 out. 2023.

FREEDEN, Michael. **Liberalism: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2015. 144 p.

FRIEDEN, Jeffrey. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 572 p.

FUREDI, Frank. **First World War: still no end in sight**. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2014.

FUREDI, Frank. **How rear works: culture of fear in the Twenty-First Century**. London: Bloomsbury Continuum, 2018.

GHOSH, Peter. Gramscian Hegemony: an absolutely historicist approach. **History of European Ideas**, Netherlands, v. 27, n. 1, p. 1-43, Jan. 2001. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01916599.2001.11644275>. Acesso em: 29 mar. 2023.

GIBBINS, Justin. **Theorizing Brexit: UK/EU relations and International Relations theory.** Proceedings of the International Virtual Conference on Social Sciences, [S.L.], Online. 2020. Disponível em: <https://www.doi.org/10.33422/ivcss.2020.05.155>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations.** Princeton: Princeton University Press, 1987.

GIETEL-BASTEN, Stuart. Why Brexit? the toxic mix of immigration and austerity. **Population and Development Review**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 673-680, Dec. 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44132229>. Acesso em: 28 set. 2023

GILL, Stephen. Theoretical foundations of a Neo-Gramscian analysis of European integration. In: BIELING, Hans Jürgen; STEINHILBER, Jochen (ed.). **Dimensions of a Critical Theory of European integration.** Germany: Institut Für Politikwissenschaft, 2000. Cap. 2. p. 15-32. Studie Nr. 13. Disponível em: <https://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2013/4320/pdf/s13.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

GLYN, Andrew. **Capitalism unleashed: finance, globalization, and welfare.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

GOVE, Michael. **Michael Gove: 'the facts of life say leave.** 2016a. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/michael\\_gove\\_the\\_facts\\_of\\_life\\_say\\_leave.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/michael_gove_the_facts_of_life_say_leave.html). Acesso em: 15 maio 2023.

GOVE, Michael. **Statement from Michael Gove MP, Secretary of State for Justice, on the EU Referendum.** 2016. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/statement\\_from\\_michael\\_gove\\_mp\\_secretary\\_of\\_state\\_for\\_justice\\_on\\_the\\_eu\\_referendum.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/statement_from_michael_gove_mp_secretary_of_state_for_justice_on_the_eu_referendum.html). Acesso em: 10 maio 2023.

GOVE, Michael; JOHNSON, Boris; PATEL, Priti; STUART, Gisela. **Restoring public trust in immigration policy: a points-based non-discriminatory immigration system.** 2016. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/restoring\\_public\\_trust\\_in\\_immigration\\_policy\\_a\\_points\\_based\\_non\\_discriminatory\\_immigration\\_system.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/restoring_public_trust_in_immigration_policy_a_points_based_non_discriminatory_immigration_system.html). Acesso em: 17 maio 2023.

GOVE, Michael; JOHNSON, Boris; STUART, Gisela. **Statement by Michael Gove, Boris Johnson and Gisela Stuart on NHS funding.** 2026. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/statement\\_by\\_michael\\_gove\\_boris\\_johnson\\_and\\_gisela\\_stuart\\_on\\_nhs\\_funding.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/statement_by_michael_gove_boris_johnson_and_gisela_stuart_on_nhs_funding.html). Acesso em: 17 maio 2023.

GOVE, Michael; RAAB, Dominic. **Gove and Raab: EU membership makes Us less safe.** 2016. Vote Leave. Disponível em:

[http://www.voteleavetakecontrol.org/gove\\_and\\_raab\\_eu\\_membership\\_makes\\_us\\_less\\_safe.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/gove_and_raab_eu_membership_makes_us_less_safe.html). Acesso em: 18 maio 2023.

HABERMAS, Jurgen. **The Postnational constellation**: political essays. Cambridge: The Mit Press, 2001.

HALL, Stuart. Cultural Studies and the Centre: some problematics and problems. In: HALL, Stuart *et al* (ed.). **Culture, media, language**: working papers in Cultural Studies, 1972-79. 2. ed. London: Routledge, 1991. Cap. 1. p. 2-35.

HALL, Stuart. The neo-liberal revolution. **Cultural Studies**, Martinique, v. 25, n. 6, p. 705-728, 17 out. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09502386.2011.619886>. Acesso em: 16 out. 2023.

HALL, Stuart; MASSEY, Doreen; RUSTIN, Michael. After Neoliberalism: analysing the present. In: HALL, Stuart; MASSEY, Doreen; RUSTIN, Michael (ed.). **After Neoliberalism**: The Kilburn manifesto. London: London Lawrence & Wishart, 2015. p. 9-23.

HANSEN, Lene. Theorizing the image for Security Studies. **European Journal of International Relations**, United Kingdom, v. 17, n. 1, p. 51-74, 19 Jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/0.1177/1354066110388593>. Acesso em: 15 jun. 2023.

HARVEY, David. **A brief history of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007. 256 p.

HARVIE, Christopher; MATTHEW, H. C. G. **Nineteenth Century Britain**: a very short introduction. Oxford: Oxford Paperbacks, 2000.

HOBOLT, Sara. The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. **Journal of European Public Policy**, United Kingdom, v. 23, n. 9, p. 1259-1277, 7 Sep. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13501763.2016.1225785>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HOBOLT, Sara.; De VRIES, Catherine. Turning against the Union? The impact of the crisis on the Eurosceptic vote in the 2014 European Parliament elections. **Electoral Studies**, United Kingdom, v. 44, p. 504-514, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2016.05.006>. Acesso em: 14 mar. 2024.

HOBOLT, Sara; TILLEY, James. Who's in charge? how voters attribute responsibility in the European Union. **Comparative Political Studies**, United States, v. 47, n. 6, p. 795-819, 4 Jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/0010414013488549>. Acesso em: 12 ago. 2023.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Impérios: 1875 - 1914**. 17. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

HOLM, Minda; MICHELSEN, Nicholas. Editorial: The new right's internationalism. **New Perspectives**, Prague, v. 29, n. 4, p. 317-319, 19 Oct. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/2336825x211056377>. Acesso em: 15 abr. 2023.

HORKHEIMER, Max. **Critical theory: selected essays**. New York: Continuum, 2002.

HOWARTH, David. Power, discourse, and policy: articulating a Hegemony approach to critical policy studies. **Critical Policy Studies**, United Kingdom, v. 3, n. 3-4, p. 309-335, 28 Apr. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19460171003619725>. Acesso em: 29 mar. 2023.

HUMRICH, Christoph. Critical theory. In: SCHIEDER, Siegfried; SPINDLER, Manuela (ed.). **Theories of International Relations**. Abingdon: Routledge, 2014. Cap. 16. p. 269-286.

IKENBERRY, John. Is American multilateralism in decline? **Perspectives On Politics**, United States, v. 1, n. 03, p. 533-550, 28 Aug. 2003. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s1537592703000380>. Acesso em: 18 mar. 2023.

IVES, Peter. **Language and Hegemony in Gramsci**. London: Pluto Press, 2004..

JOHNSON, Boris. **Boris Johnson: the liberal cosmopolitan case to Vote Leave**. 2016. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/boris\\_johnson\\_the\\_liberal\\_cosmopolitan\\_case\\_to\\_vote\\_leave.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/boris_johnson_the_liberal_cosmopolitan_case_to_vote_leave.html). Acesso em: 16 maio 2023.

JOHNSON, Boris. **Boris Johnson: the only way to take back control of immigration is to Vote Leave on 23 June**. 2016a. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/boris\\_johnson\\_the\\_only\\_way\\_to\\_take\\_back\\_control\\_of\\_immigration\\_is\\_to\\_vote\\_leave\\_on\\_23\\_june.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/boris_johnson_the_only_way_to_take_back_control_of_immigration_is_to_vote_leave_on_23_june.html). Acesso em: 16 maio 2023.

JONES, Alistair. **Britain and the European Union**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: história da Europa desde 1945**. Portugal: Edições 70, 2017.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto. Why do Empty Signifiers matter in politics? In: MCQUILLAN, Martin (ed.). **Deconstruction: a reader**. New York: Routledge, 2000. Cap. 8.5. p. 36-46.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso, 2001.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LINKE, Uli; SMITH, Danielle Taana. Fear: a conceptual framework. In: LINKE, Uli; SMITH, Danielle Taana (ed.). **Cultures of fear: a critical reader**. New York: Pluto Press, 2009. Cap. 1. p. 1-23.

LORD, Christopher. The UK and European "Centre Formation" from 1950 to Brexit. **Geopolitics, History, And International Relations**, New York, v. 10, n. 1, p. 46, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22381/ghir10120183>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MAZOWER, Mark. **Continente sombrio: a Europa do século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAZOWER, Mark. **Governing the world: the history of an idea, 1815 to the present**. London: Penguin Books, 2012.

MCCORMICK, John. **Understanding the European Union: a concise introduction**. 8. ed. New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2020.

MEARSHEIMER, John. Bound to fail: The rise and fall of the Liberal International Order. **International Security**, United States, v. 43, n. 4, p. 7-50, Apr. 2019. MIT Press - Journals. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1162/isec\\_a\\_00342](http://dx.doi.org/10.1162/isec_a_00342). Acesso em: 12 jun. 2023.

MURRAY, Philomena; LONGO, Michael. Europe's wicked legitimacy crisis: the case of refugees. **Journal of European Integration**, United Kingdom, v. 40, n. 4, p. 411-425, 15 Mar. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07036337.2018.1436543>. Acesso em: 12 ago. 2023.

NEUMANN, Iver. **Uses of the other: The "East" in European identity formation**. Manchester: Manchester University Press, 1999.

NEWMAN, Janet. Governing the present: activism, Neoliberalism, and the problem of power and consent. **Critical Policy Studies**, United Kingdom, v. 8, n. 2, p. 133-147, 14 ago. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19460171.2013.818397>. Acesso em: 15 out. 2023.

NORRIS, Pippa; INGLEHEART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. New York: Cambridge University Press, 2019.

OUTHWAITE, William. Migration crisis and “Brexit”. In: MENJÍVAR, Cecilia; RUIZ, Marie; NESS, Immanuel (ed.). **The Oxford handbook of migration crises**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 93-110.

PASS, Jonathan. Gramsci meets emergentist materialism: towards a Neo-Gramscian perspective on World Order. **Review of International Studies**, United Kingdom, v. 44, n. 4, p. 595-618, 21 May. 2018. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0260210518000116>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PECEQUILO, Cristina. **A União Europeia: os desafios, a crise e o futuro da integração**. São Paulo: Gen Atlas, 2014.

PINDER, John. **The European Union: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.

ROACH, Steven. Critical theory. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 9. p. 171-186.

ROBIN, Corey. **Fear: the history of a political idea**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ROBINSON, William. Gramsci and globalisation: from nation State to transnational Hegemony. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, United Kingdom, v. 8, n. 4, p. 559-574, Dec. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698230500205243>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RODRIK, Dani. **The globalization paradox: democracy and the future of the world economy**. New York: W. W. Norton & Company, 2011.

RUGGIE, John. International Regimes, transactions, and change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. **International Organization**, United Kingdom, v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018993>. Acesso em: 03 jun. 2023.

RUGGIE, John. Multilateralism: The anatomy of an Institution. **International Organization**, United Kingdom, v. 46, n. 3, p. 561-598, Jun. 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706989>. Acesso em: 14 set. 2023.

SALTER, Brian. When intellectuals fail? Brexit and hegemonic challenge. **Competition & Change**, United Kingdom, v. 22, n. 5, p. 467-487, 8 Aug. 2018. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1024529418791190>. Acesso em: 05 abr. 2023.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de Economia**. Rio de Janeiro: Bestseller, 1999.

SLUGA, Glenda. **The invention of International Order**: remaking Europe after Napoleon. Princeton: Princeton University Press, 2021.

SOWELS, Nicholas. De la « Thatchérisation de l'Europe » au Brexit. **Revue Française de Civilisation Britannique**, France, v. , n. 4, p. 1-19, 18 nov. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/rfcb.4819>. Acesso em: 30 out. 2023.

STEELMAN, Aaron. **Employment Act of 1946**: February 20, 1946. February 20, 1946. 2013. Federal Reserve Bank of Richmond. Disponível em: <https://www.federalreservehistory.org/essays/employment-act-of-1946#:~:text=The%20Employment%20Act%20of%201946%20created%20the%20Council%20of%20Economic,the%20economy%20and%20presents%20the>. Acesso em: 15 out. 2023.

STEGER, Manfred. **Globalization**: a very short introduction. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

STEGER, Manfred; ROY, Ravi. **Neoliberalism**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and Its discontents**: anti-globalization in the Era of Trump. 2017: W. W. Norton & Company, 2017.

STUART, Gisela. **Gisela Stuart exposes the risks of staying in the EU**. 2016. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/gisela\\_stuart\\_exposes\\_the\\_risks\\_of\\_staying\\_in\\_the\\_eu.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/gisela_stuart_exposes_the_risks_of_staying_in_the_eu.html). Acesso em: 15 maio 2023.

STUART, Gisela; GOVE, Michael; JOHNSON, Boris; LONGWORTH, John. **Voting to stay in the EU is the risky option**. 2016. Vote Leave. Disponível em: [http://www.voteleavetakecontrol.org/voting\\_to\\_stay\\_in\\_the\\_eu\\_is\\_the\\_risky\\_option.html](http://www.voteleavetakecontrol.org/voting_to_stay_in_the_eu_is_the_risky_option.html). Acesso em: 18 maio 2023.

SZCZERBIAK, Aleks; TAGGART, Paul (ed.). **Opposing Europe?:** the comparative party politics of Euroscepticism. New York: Oxford University Press, 2008.

TANG, Shiping. Fear in International Politics: two positions. **International Studies Review**, United States, v. 10, n. 3, p. 451-471, Sep. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2486.2008.00800.x>. Acesso em: 06 jul. 2023.

UNITED KINGDOM. Electoral Commission. **Testing the EU referendum question**. 2019. Disponível em: <https://www.electoralcommission.org.uk/who-we-are-and-what-we-do/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/testing-eu-referendum-question>. Acesso em: 07 out. 2021.

UNIVERSITY OF WARWICK. **The Beveridge Report**. 2023. Modern Records Centre. Disponível em: [https://warwick.ac.uk/services/library/mrc/archives\\_online/digital/health/beveridge/](https://warwick.ac.uk/services/library/mrc/archives_online/digital/health/beveridge/). Acesso em: 15 out. 2023.

VAN APELDOORN, Bastiaan. A National Case-Study of Embedded Neoliberalism and its Limits: the Dutch political economy and the 'no' to the European constitution. In: VAN APELDOORN, Bastiaan; DRAHOKOUPIL, Jan; HORN, Laura (ed.). **Contradictions and Limits of Neoliberal European Governance:** from Lisbon to Lisbon. New York: Palgrave Macmillan, 2009. Cap. 10. p. 211-231.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. United States: McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Languages, 1979.

WÆVER, Ole; BUZAN, Barry; WILDE, Jaap de. **Security:** a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear:** what right-wing populist discourses mean. New York: Sage Publications, 2015. 256 p.

WORTH, Owen. **Resistance in the age of austerity:** nationalism, the failure of the left and the return of God. London: Zed Books, 2013.

WORTH, Owen. The great moving Boris show: Brexit and the mainstreaming of the far-right in Britain. **Globalizations**, United Kingdom, v. 20, n. 5, p. 814-828, 22 Feb. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2021.2025291>. Acesso em: 15 out. 2023.

WUNDERLICH, Uwe; HOFELICH, Tobias; GÄNZLE, Stefan. **Global Britain in the world:** what role for the United Kingdom in the Asia-Pacific after Brexit?. 2021. Australian Institute of International Affairs. Disponível em:

<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/global-britain-in-the-world-what-role-for-the-united-kingdom-in-the-asia-pacific-after-brexit/>. Acesso em: 15 out. 2023.

ZAPPETTINI, Franco. The Brexit Referendum: how trade and immigration in the discourses of the official campaigns have legitimised a toxic (inter)national logic. **Critical Discourse Studies**, United Kingdom, v. 16, n. 4, p. 403-419, 19 Mar. 2019. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/17405904.2019.1593206>. Acesso em: 30 out. 2023.

ZREIK, Mohamad. The Westphalia Peace and Its impact on the Modern European State. **Quantum Journal of Social Sciences and Humanities**, Malaysia, v. 2, n. 1, p. 1-16, 16 Feb. 2021. Quantum Academic Publisher Enterprise. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.55197/qjssh.v2i1.41>. Acesso em: 15 out. 2023.

## APENDICE A – DISCURSOS NA INTEGRAL

### **Texto 1: Statement from Michael Gove MP, Secretary of State for Justice, on the EU Referendum (20 de fevereiro de 2016)**

For weeks now I have been wrestling with the most difficult decision of my political life. But taking difficult decisions is what politicians are paid to do. No-one is forced to stand for Parliament, no-one is compelled to become a minister. If you take on those roles, which are great privileges, you also take on big responsibilities.

I was encouraged to stand for Parliament by David Cameron and he has given me the opportunity to serve in what I believe is a great, reforming Government. I think he is an outstanding Prime Minister. There is, as far as I can see, only one significant issue on which we have differed.

And that is the future of the UK in the European Union.

It pains me to have to disagree with the Prime Minister on any issue. My instinct is to support him through good times and bad.

But I cannot duck the choice which the Prime Minister has given every one of us. In a few months time we will all have the opportunity to decide whether Britain should stay in the European Union or leave. I believe our country would be freer, fairer and better off outside the EU. And if, at this moment of decision, I didn't say what I believe I would not be true to my convictions or my country.

I don't want to take anything away from the Prime Minister's dedicated efforts to get a better deal for Britain. He has negotiated with courage and tenacity. But I think Britain would be stronger outside the EU.

My starting point is simple. I believe that the decisions which govern all our lives, the laws we must all obey and the taxes we must all pay should be decided by people we choose and who we can throw out if we want change. If power is to be used wisely, if we are to avoid corruption and complacency in high office, then the public must have the right to change laws and Governments at election time.

But our membership of the European Union prevents us being able to change huge swathes of law and stops us being able to choose who makes critical decisions which affect all our lives. Laws which govern citizens in this country are decided by politicians from other nations who we never elected and can't throw out. We can take out our anger on elected representatives in Westminster but whoever is in Government in London cannot remove or reduce VAT, cannot support a steel plant through troubled times, cannot build the houses we need where they're

needed and cannot deport all the individuals who shouldn't be in this country. I believe that needs to change. And I believe that both the lessons of our past and the shape of the future make the case for change compelling.

The ability to choose who governs us, and the freedom to change laws we do not like, were secured for us in the past by radicals and liberals who took power from unaccountable elites and placed it in the hands of the people. As a result of their efforts we developed, and exported to nations like the US, India, Canada and Australia a system of democratic self-government which has brought prosperity and peace to millions.

Our democracy stood the test of time. We showed the world what a free people could achieve if they were allowed to govern themselves. In Britain we established trial by jury in the modern world, we set up the first free parliament, we ensured no-one could be arbitrarily detained at the behest of the Government, we forced our rulers to recognise they ruled by consent not by right, we led the world in abolishing slavery, we established free education for all, national insurance, the National Health Service and a national broadcaster respected across the world.

By way of contrast, the European Union, despite the undoubted idealism of its founders and the good intentions of so many leaders, has proved a failure on so many fronts. The euro has created economic misery for Europe's poorest people. European Union regulation has entrenched mass unemployment. EU immigration policies have encouraged people traffickers and brought desperate refugee camps to our borders.

Far from providing security in an uncertain world, the EU's policies have become a source of instability and insecurity. Razor wire once more criss-crosses the continent, historic tensions between nations such as Greece and Germany have resurfaced in ugly ways and the EU is proving incapable of dealing with the current crises in Libya and Syria. The former head of Interpol says the EU's internal borders policy is "like hanging a sign welcoming terrorists to Europe" and Scandinavian nations which once prided themselves on their openness are now turning in on themselves. All of these factors, combined with popular anger at the lack of political accountability, has encouraged extremism, to the extent that far-right parties are stronger across the continent than at any time since the 1930s.

The EU is an institution rooted in the past and is proving incapable of reforming to meet the big technological, demographic and economic challenges of our time. It was developed in the 1950s and 1960s and like other institutions which seemed modern then, from tower blocks to telexes, it is now hopelessly out of date. The EU tries to standardise and regulate rather than encourage diversity and innovation. It is an analogue union in a digital age.

The EU is built to keep power and control with the elites rather than the people. Even though we are outside the euro we are still subject to an unelected EU commission which is generating new laws every day and an unaccountable European Court in Luxembourg which is extending its reach every week, increasingly using the Charter of Fundamental Rights which in many ways gives the EU more power and reach than ever before. This growing EU bureaucracy holds us back in every area. EU rules dictate everything from the maximum size of containers in which olive oil may be sold (five litres) to the distance houses have to be from heathland to prevent cats chasing birds (five kilometres).

Individually these rules may be comical. Collectively, and there are tens of thousands of them, they are inimical to creativity, growth and progress. Rules like the EU clinical trials directive have slowed down the creation of new drugs to cure terrible diseases and ECJ judgements on data protection issues hobble the growth of internet companies. As a minister I've seen hundreds of new EU rules cross my desk, none of which were requested by the UK Parliament, none of which I or any other British politician could alter in any way and none of which made us freer, richer or fairer.

It is hard to overstate the degree to which the EU is a constraint on ministers' ability to do the things they were elected to do, or to use their judgment about the right course of action for the people of this country. I have long had concerns about our membership of the EU but the experience of Government has only deepened my conviction that we need change. Every single day, every single minister is told: 'Yes Minister, I understand, but I'm afraid that's against EU rules'. I know it. My colleagues in government know it. And the British people ought to know it too: your government is not, ultimately, in control in hundreds of areas that matter.

But by leaving the EU we can take control. Indeed we can show the rest of Europe the way to flourish. Instead of grumbling and complaining about the things we can't change and growing resentful and bitter, we can shape an optimistic, forward-looking and genuinely internationalist alternative to the path the EU is going down. We can show leadership. Like the Americans who declared their independence and never looked back, we can become an exemplar of what an inclusive, open and innovative democracy can achieve.

We can take back the billions we give to the EU, the money which is squandered on grand parliamentary buildings and bureaucratic follies, and invest it in science and technology, schools and apprenticeships. We can get rid of the regulations which big business uses to crush competition and instead support new start-up businesses and creative talent. We can forge trade deals and partnerships with nations across the globe, helping developing countries to grow and benefiting from faster and better access to new markets.

We are the world's fifth largest economy, with the best armed forces of any nation, more Nobel Prizes than any European country and more world-leading universities than any European country. Our economy is more dynamic than the Eurozone, we have the most attractive capital city on the globe, the greatest "soft power" and global influence of any state and a leadership role in NATO and the UN. Are we really too small, too weak and too powerless to make a success of self-rule? On the contrary, the reason the EU's bureaucrats oppose us leaving is they fear that our success outside will only underline the scale of their failure.

This chance may never come again in our lifetimes, which is why I will be true to my principles and take the opportunity this referendum provides to leave an EU mired in the past and embrace a better future.

### **Texto 2: Gisela Stuart exposes the risks of staying in the EU (13 de abril de 2016)**

I can pinpoint the exact moment when it became clear to me that the EU was incapable of changing and that ultimately Britain's days inside it were numbered.

It was on Thursday, July 10th, 2003 at the signing ceremony closing the European Constitutional Convention. I had spent 15 months almost full time in Brussels on behalf of Britain to negotiate the document that eventually turned into the Lisbon treaty.

Everyone was standing around sipping champagne to the strains of Beethoven's Ninth. But I was in no mood for self-congratulation. I grumpily scribbled my name, declined the drink and headed straight for the airport.

Seeing Europe's power politics operating up close had not been pretty. It was in the worst traditions of the EU--a mule-like refusal to listen to democratic concerns or accept any suggestions of deviation from the orthodoxy of political integration.

Giscard d'Estaing did a masterly job of managing the whole event on behalf of the people who in his opinion mattered.

For the rest of us, apparent progress turned out to be an illusion. Until the last 48 hours, we thought we had agreement on a whole range of issues – and it all unravelled.

During the Convention, whenever I typed Giscard's name the spell-checker prompted me to put Discard. Now that is what I call artificial intelligence.

### **Time to break free**

I shouldn't have been surprised. The EU is an institution that keeps to a single trajectory, incapable of critical self-examination.

Questions like democratic accountability and economic competitiveness, which are so central for us in Britain, are downgraded in case they divert from the European Project. It is integration at whatever cost or consequence.

This referendum is the opportunity to set ourselves free from an organisation that only serves its own interests.

That is why I am proud to chair the Vote Leave campaign.

In saying this, I have to acknowledge that it is the culmination of a sometimes difficult journey. All my instincts for most of my life have led me towards wanting close cooperation between European countries.

I am the child of a refugee from eastern Europe. I grew up with the recollections of the horror not just of war itself, but the painful efforts to rebuild a country.

I also grew up in a Federal state. So I count myself as one of the few British politicians for whom federalism is not an “F” word.

But after more than 40 years living in the UK and 20 years in British politics I have also learnt to appreciate the basic building blocks of modern democracies. The rule of law determined by a government elected by and accountable to a free people—a demos.

The EU does not and never will be built like that. Leaving will allow us to return real democratic control to important areas of national life; from international trade, the right to work and live in Britain to business regulation.

We would also regain control over the £350m subscription we pay Brussels every week. We could spend it on schools, the NHS, the environment, cutting the deficit-- the choice will become ours again.

### **The last referendum**

When I moved here from Germany in 1974, a year after the UK joined the Common Market, membership seemed to make sense.

The country was in the throes of the “three day week”. The miners were on strike and national politicians seemed to have lost control.

Germany was at the height of the Wirtschaftswunder – or economic miracle - and it was hoped that some continental vigour and glitz might rub off on a tired country.

Economics drove British interest in the EEC. That was as true for the government as it was true for the voters. Let’s not forget that the words Common Market appeared on the ballot paper in the 1975 membership referendum.

Roy Jenkins, then Labour's loudest pro-European voice, campaigned for a Yes because he believed the EEC had changed--dropping its goal of economic and monetary union and shedding its federalist ambitions.

But Europe did not reform after 1975, or after the 2003 convention. And it is not going to now. As someone once said.... insanity is doing the same thing over and over again and hoping for a different result. There are still people who think Europe will change.

But the EU has broken its pledges over and over again.

The Maastricht Treaty promised no bailout of the euro. But as soon as the 2008 crisis hit, the promise was discarded – and Britain was told it had to chip in.

We were promised the EU's Charter of Fundamental Rights would have no more legal effect than the Sun or the Beano.

But that pretence was soon dropped after the European Court of Justice ruled that the charter has legal effect in Britain and our Supreme Court confirmed the decision. This charter has already been used to interfere in our attempts to monitor suspected terrorists and deport criminals like the daughter of Abu Hamza, the hate preacher.

Of course Europe has its own definition of reform, and that is More Europe. There was a big push for deeper integration in the 1990s. That was after German reunification when the decision was made to create Economic and Monetary Union with a single currency; followed by the pulling down of borders with the Schengen agreement.

Britain secured opt-outs from both initiatives.

With hindsight, it feels as if that was the start of a 20-year process of Britain peeling away from the European project, which is culminating now.

### **Dangers of staying in**

Voting to remain on 23rd June is not just about staying in the EU as it is today, but staying in the EU as it will look in 2025 or 2035.

The difference now compared with 2003 is that the EU knows exactly what its next stage of development should look like.

We can read it in the so-called Five Presidents' report published last summer.

It details a three-stage plan to be completed by 2025 for a political union including ideas such as euro-area treasury and a single representative on international bodies like the IMF.

The Five Presidents' Report-- its title alone is a reminder that we are not dealing with a very streamlined institution -- describes an EU where the eurozone's interests gradually take over Brussels institutions.

Let us be charitable and suppose the EU sticks to the commitment it gave David Cameron in the renegotiation that the eurozone will not discriminate against non-members.

We may be able to fend off some negative change, but our ability to bring positive reform will wither. At the same time we will remain subject to all the restrictions on our sovereignty and economy that Brussels imposes.

### **Eurozone crisis**

The Eurozone is facing long-term crisis even if it manages to put its present agonies behind it.

The daunting demographic reality shows the Eurozone is a ticking time bomb.

The population of the currency's member euro countries is predicted to fall over the next 35 years as the number of over-65s grows rapidly.

Research we are releasing today shows that by 2050 the zone's pension bill will go up by 2.1% of GDP because of this ageing population. This will fall onto the shoulders of a shrinking number of workers. Once you add in the rising cost of debt interest, this implies taxes in the euro countries going up by 17.6%.

As Mervyn King, the former Bank of England governor, concluded in his book *Alchemy*, there are two likely alternatives.

For the single currency is to survive, we need a country called Europe, or the euro breaks up.

For us in the UK that means either consigning the nation state to history or being part of the currency's messy break-up.

Britain clearly does not want any part in either of those options, and is better off staying clear.

There are other clear pointers towards a country called Europe—like the borderless Schengen zone, if it survives. A successful Schengen requires an EU police force to control the external borders. And if you look at some of the developments between Germany and the Netherlands, there is a European army in the making.

### **Crying wolf**

Those on the Remain campaign warn of disaster if we leave.

We have heard these warnings of doom before -- from those who supported our joining the euro and the Exchange Rate Mechanism.

In the run-up to joining the ERM, the head of the Stock Exchange said London's status as Europe's financial centre would be threatened if we stayed out. The governor of the Bank of England and the CBI were enthusiasts.

We went in, we crashed out -- and enjoyed our longest period of growth for at least 200 years.

It was not long, though, before they were at it again -- and Michael Heseltine said that staying out of the euro was "threatening great swathes of British industry".

Thankfully, the Labour government did not listen. And free of the shackles of a fixed exchange rate, we have recovered from the financial crisis more quickly and strongly than the continental economies.

### **Benefits of Out**

To those who say leaving is a leap in the dark I say it is jumping from darkness into light.

I agree with what the Prime Minister said a few months ago: “My argument is not going to be in any way that Britain can’t succeed outside the EU. Of course we could. We’re a great country.”

The shape of the global economy and the way it works have changed profoundly since Britain joined the EU.

As other economic powers have risen, so Europe’s share of the world economy has sunk.

And whether it is in cars, labour law, banking or food, many of the rules governing Europe’s internal market are now agreed globally, with the EU acting as a costly middleman to pass them down. The idea of regional economic blocs will soon seem as outdated as so many other kinds of middle management.

Trade, the motor of globalisation, has speeded up thanks to the steady fall in tariffs since the creation of the World Trade Organisation in 1995.

If we leave, we can take back our WTO seat, which Brussels currently occupies on our behalf, and reach our own trade deals, creating new prosperity and jobs.

We may decide to speed up talks with emerging economic superpowers like India and China and perhaps to reboot our relations with old friends like Canada and New Zealand.

Asking if the EU itself would be reluctant to reach a new deal with us is a legitimate question. And no doubt the Commission and those who draw their salaries and pensions from the EU would not be too happy.

But are we really to believe that member states would throw away the free trade they currently enjoy with this country, the world’s fifth-biggest economy? Would they really betray the interests of their own people like that? Would the Germans really no longer buy Minis from the UK and stop selling BMWs and Audi’s to us?

We are told that the EU would never agree to free trade without us agreeing to free movement of people.

In the case of Britain, I believe control of our immigration policy should be something we debate and decide on here. We should not simply accept EU preconditions.

This does not mean we are an inward-looking country. Just that we are one that looks out not only to Europe, but to the wider world too.

Is it fair that my Birmingham constituents who are the grandchildren of immigrants from the Indian subcontinent find it so hard to get their relations here for family weddings when someone from Romania or Latvia can come and go at will?

Immigration is placing the NHS under huge strain and undermining patient safety, and our ability to control the NHS could be further undermined by the way the pressure that could be made worse by the TTIP agreement the EU is negotiating with the US.

We could consider a points system that favours those with the skills that can help Britain.

How we manage migration is just one among numerous issues we will need to discuss when the process of leaving starts. As Angela Merkel says, “wir schaffen das”-- we’ll get there.

And there could be other benefits from leaving. Perhaps, as Stuart Rose from the In campaign so kindly pointed out, wages may even go up.

### **Conclusion**

It has not always been comfortable for me to see the direction Europe has taken—the arc from the recovery and optimism of my parents’ generation to my disillusionment today.

Now, I look forward to the kind of country I would like my grandchildren to grow up in.

Whatever happens, I hope they can live in an open, free and prosperous Britain at ease with its neighbours and with the choices it has made.

For years, British governments have tried to be pragmatic about Europe. They have taken the view that the day of decision could be kicked down the road, that we could be at the heart of Europe without being part of the state-building project.

But once the euro was created it became impossible to remain in both camps.

Now the time has come to decide what is in the best long-term interests of the country.

If the EU were an energy supplier or a bank, you would long ago have stopped believing its hype, you would have seen it was hopeless value for money and never listened to its customers.

You would just move your account.

It is time for Britain to recognize that Brussels has had enough chances. And that the only safe option is to Vote Leave.

### **Texto 3: Michael Gove: ‘The Facts of Life Say Leave’ (19 de abril de 2016)**

‘Since 1975, we have already sent the staggering sum of over half a trillion pounds to Brussels.

If we vote stay we will send about another £200 billion to Brussels over the next decade.

‘It is also important to recognise that our rebate is not a permanent and unalterable feature of our membership anchored in the treaties. It’s a negotiated settlement... Once we’ve voted to stay then it will be open season on that sum.

### **Once we've voted to leave we will determine the terms of trade:**

'So the process and pace of change is in our hands. There is no arbitrary deadline which we must meet to secure our future - and indeed no arbitrary existing "model" which we have to accept in order to prosper.

'It has been argued that the moment Britain votes to leave a process known as "Article 50" is triggered whereby the clock starts ticking and every aspect of any new arrangement with the EU must be concluded within 2 years of that vote being recorded - or else...

'But there is no requirement for that to occur - quite the opposite. Logically, in the days after a Vote to Leave the Prime Minister would discuss the way ahead with the Cabinet and consult Parliament before taking any significant step. Preliminary, informal, conversations would take place with the EU to explore how best to proceed.

'It would not be in any nation's interest artificially to accelerate the process and no responsible government would hit the start button on a two-year legal process without preparing appropriately.

'Nor would it be in anyone's interest to hurry parliamentary processes. We can set the pace.

'We will repeal the 1972 European Communities Act, which automatically gives EU law legal force. But we can change it on our terms at a time of our choosing. After we establish full legal independence we can then decide which EU-inspired rules and regulations we want to keep, which we want to repeal and which we wish to modify.

### **Britain continues in the European free trade zone**

'There is a free trade zone stretching from Iceland to Turkey that all European nations have access to, regardless of whether they are in or out of the euro or EU. After we vote to leave we will stay in this zone. The suggestion that Bosnia, Serbia, Albania and the Ukraine would stay part of this free trade area - and Britain would be on the outside with just Belarus - is as credible as Jean-Claude Juncker joining UKIP.

'Agreeing to maintain this continental free trade zone is the simple course and emphatically in everyone's interests.

### **We will take back control of immigration**

'We could also benefit economically from control of immigration. At the moment any EU citizen can come to the UK to settle, work, claim benefits and use the NHS. We have no proper control over whether that individual's presence here is economically beneficial, conducive to the public good or in our national interest. We cannot effectively screen new arrivals for qualifications, extremist connections or past criminality. We have given away control over how

we implement the vital 1951 UN Convention on asylum to the European court. We cannot even deport convicted murderers.

'Further, there are five more countries - Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey - in the queue to join the EU - and the European Commission, as we have just experienced ourselves during the recent negotiation process, regards 'free movement' as an inviolable principle of EU membership... And my ambition is not a Utopian ideal - it's an Australian reality. Instead of a European open-door migration policy we could - if a future Government wanted it - have an Australian points-based migration policy. We could emulate that country's admirable record of taking in genuine refugees, giving a welcome to hard-working new citizens and building a successful multi-racial society without giving into people-smugglers, illegal migration or subversion of our borders.

Better for Europe:

'Leaving would also bring another significant - and under-appreciated - benefit. It would lead to the reform of the European Union.

'At different points In campaigners like to argue either that Brexit would lead to EU nations using their massive muscle to punish us, or that Brexit would lead to contagion and the collapse of Europe - just as Yugoslavia and the Soviet Union collapsed following secession from those unions.

'Manifestly both cannot be true. An EU without the UK cannot simultaneously be a super-charged leviathan bent on revenge and a crumbling Tower of Babel riven by conflict...

'The UK's success will send a very different message to the EU's peoples. They will see that a different Europe is possible. It is possible to regain democratic control of your own country and currency, to trade and co-operate with other EU nations without surrendering fundamental sovereignty to a remote and unelected bureaucracy. And, by following that path, your people are richer, your influence for good greater, your future brighter... Our vote to Leave will liberate and strengthen those voices across the EU calling for a different future - those demanding the devolution of powers back from Brussels and desperate for a progressive alternative...

'But for Europe, Britain voting to leave will be the beginning of something potentially even more exciting - the democratic liberation of a whole Continent.

'If we vote to leave we will have - in the words of a former British Prime Minister - saved our country by our exertions and Europe by our example. We will have confirmed that we believe our best days lie ahead, that we believe our children can build a better future, that this country's instincts and institutions, its people and its principles, are capable not just of making our society

freer, fairer and richer but also once more of setting an inspirational example to the world. It is a noble ambition and one I hope this country will unite behind in the weeks to come.

**Texto 4: Boris Johnson: The liberal cosmopolitan case to Vote Leave (09 de maio de 2016)**

I am pleased that this campaign has so far been relatively free of personal abuse – and long may it so remain – but the other day someone insulted me in terms that were redolent of 1920s Soviet Russia. He said that I had no right to vote Leave, because I was in fact a “liberal cosmopolitan”. That rocked me, at first, and then I decided that as insults go, I didn’t mind it at all – because it was probably true. And so I want this morning to explain why the campaign to Leave the EU is attracting other liberal spirits and people I admire such as David Owen, and Gisela Stuart, Nigel Lawson, John Longworth – people who love Europe and who feel at home on the continent, but whose attitudes towards the project of European Union have been hardening over time.

For many of us who are now deeply skeptical, the evolution has been roughly the same: we began decades ago to query the anti-democratic absurdities of the EU. Then we began to campaign for reform, and were excited in 2013 by the Prime Minister’s Bloomberg speech; and then quietly despaired as no reform was forthcoming. And then thanks to the referendum given to this country by David Cameron we find that a door has magically opened in our lives.

We can see the sunlit meadows beyond. I believe we would be mad not to take this once in a lifetime chance to walk through that door because the truth is it is not we who have changed. It is the EU that has changed out of all recognition; and to keep insisting that the EU is about economics is like saying the Italian Mafia is interested in olive oil and real estate.

It is true, but profoundly uninformative about the real aims of that organization. What was once the EEC has undergone a spectacular metamorphosis in the last 30 years, and the crucial point is that it is still becoming ever more centralizing, interfering and anti-democratic.

You only have to read the Lisbon Treaty – whose constitutional provisions were rejected by three EU populations, the French, the Dutch and the Irish – to see how far this thing has moved on from what we signed up for in 1972. Brussels now has exclusive or explicit competence for trade, customs, competition, agriculture, fisheries, environment, consumer protection, transport, trans-European networks, energy, the areas of freedom, security and justice, and new powers over culture, tourism, education and youth. The EU already has considerable powers to set rates of indirect taxation across the whole 28-nation territory, and of course it has total control of monetary policy for all 19 in the eurozone.

In recent years Brussels has acquired its own foreign minister, its own series of EU embassies around the world, and is continuing to develop its own defence policy. We have got to stop trying to kid the British people; we have got to stop saying one thing in Brussels, and another thing to the domestic audience; we have got to stop the systematic campaign of subterfuge – to conceal from the public the scale of the constitutional changes involved. We need to look at the legal reality, which is that this is a continuing and accelerating effort to build a country called Europe.

Look at that list of Lisbon competences – with 45 new fields of policy where Britain can be outvoted by a qualified majority – and you can see why the House of Commons Library has repeatedly confirmed that when you add primary and secondary legislation together the EU is now generating 60 per cent of the laws passing through parliament.

The independence of this country is being seriously compromised. It is this fundamental democratic problem – this erosion of democracy - that brings me into this fight.

People are surprised and alarmed to discover that our gross contributions to the EU budget are now running at about £20bn a year, and that the net contribution is £10 bn; and it is not just that we have no control over how that money is spent.

No one has any proper control – which is why EU spending is persistently associated with fraud. Of course the Remain campaign dismisses this UK contribution as a mere bagatelle – even though you could otherwise use it to pay for a new British hospital every week. But that expense is, in a sense, the least of the costs inflicted by the EU on this country.

It is deeply corrosive of popular trust in democracy that every year UK politicians tell the public that they can cut immigration to the tens of thousands – and then find that they miss their targets by hundreds of thousands, so that we add a population the size of Newcastle every year, with all the extra and unfunded pressure that puts on the NHS and other public services.

In our desperation to meet our hopeless so-called targets, we push away brilliant students from Commonwealth countries, who want to pay to come to our universities; we find ourselves hard pressed to recruit people who might work in our NHS, as opposed to make use of its services – because we have absolutely no power to control the numbers who are coming with no job offers and no qualifications from the 28 EU countries. I am in favour of immigration; but I am also in favour of control, and of politicians taking responsibility for what is happening; and I think it bewilders people to be told that this most basic power of a state – to decide who has the right to live and work in your country – has been taken away and now resides in Brussels.

And, as I say, that is only one aspect of a steady attrition of the rights of the people to decide their priorities, and to remove, at elections, those who take the decisions. It is sad that our

powers of economic self-government have become so straitened that the Chancellor of the Exchequer has to go around personally asking other finance ministers to allow him to cut VAT on tampons, and as far as I can see we still have not secured consent.

It is very worrying that the European Court of Justice – Luxembourg, not Strasbourg – should now be freely adjudicating on human rights questions, and whether or not this country has the right to deport people the Home Office believes are a threat to our security; and it is peculiar that the government is now straining at the gnat of the Convention and the Strasbourg court, whose rulings are not actually binding on UK courts, while swallowing the camel of the 55-article charter of Fundamental rights, which is fully justiciable by the European Court in Luxembourg, when you consider that it is the rulings of this court that are binding and that must be applied by every court in this country, including parliament.

It is absurd that Britain – historically a great free-trading nation – has been unable for 42 years to do a free trade deal with Australia, New Zealand, China, India and America.

It is above all bizarre for the Remain campaign to say that after the UK agreement of February we are now living in a “reformed” EU, when there has been not a single change to EU competences, not a single change to the Treaty, nothing on agriculture, nothing on the role of the court, nothing of any substance on borders – nothing remotely resembling the agenda for change that was promised in the 2013 Bloomberg speech.

In that excellent speech the Prime Minister savaged the EU’s lack of competitiveness, its remoteness from the voters, its relentless movement in the wrong direction.

As he said –

‘The biggest danger to the European Union comes not from those who advocate change, but from those who denounce new thinking as heresy. In its long history Europe has experience of heretics who turned out to have a point.

‘More of the same will not see the European Union keeping pace with the new powerhouse economies. More of the same will not bring the European Union any closer to its citizens. More of the same will just produce more of the same - less competitiveness, less growth, fewer jobs.

‘And that will make our countries weaker not stronger.

That is why we need fundamental, far-reaching change.’

He was right then.

We were told that there had to be “fundamental reform” and “full-on” Treaty change that would happen “before the referendum” – or else the government was willing to campaign to Leave.

And that is frankly what the government should now be doing. If you look at what we were promised, and what we got, the Government should logically be campaigning on our side today.

We were told many times – by the PM, Home Sec and Chancellor - that we were going to get real changes to the law on free movement, so that you needed to have a job lined up before you could come here. We got no such change.

We were told that we would get a working opt-out from the Charter of Fundamental Human Rights – which by the way gives the European Court the power to determine the application of the 1951 Convention on Refugees and Asylum, as well as extradition, child protection and victims' rights. We got nothing.

We were told that we would be able to stop the Eurozone countries from using the EU institutions to create a fiscal and political union. Instead we gave up our veto.

The Five Presidents' report makes it clear that as soon as the UK referendum is out of the way, they will proceed with new structures of political and fiscal integration that this country should have no part in, but which will inevitably involve us, just as we were forced – in spite of promises to the contrary – to take part in the bail-out of Greece. They want to go ahead with new EU rules on company law, and property rights and every aspect of employment law and even taxation – and we will be dragged in.

To call this a reformed EU is an offence against the Trades Descriptions Act, or rather the EU Unfair Commercial Practices Directive that of course replaced the Trades Descriptions Act in 2008. The EU system is a ratchet hauling us ever further into a federal structure.

We have proved to ourselves time and again that we cannot change the direction. We cannot change the pace. We cannot interrupt the steady erosion of democracy, and given that we do not accept the destination it is time to tell our friends and partners, in a spirit of the utmost cordiality, that we wish to forge a new relationship based on free trade and intergovernmental cooperation.

We need to Vote Leave on June 23, and in the meantime we must deal with the three big myths that are peddled by the Remain campaign.

The first is the so-called economic argument. The Remainers accept that there is a loss of political independence, but they claim that this trade-off is economically beneficial.

The second argument we might broadly call the peace-in-Europe argument – that the EU is associated with 70 years of stability, and we need to stay in to prevent German tanks crossing the French border.

The third argument is more abstract, but potent with some people. It is that you can't really want to leave the EU without being in some way anti-European, and that the Remain camp therefore have a monopoly on liberal cosmopolitanism.

All three arguments are wholly bogus.

The most important mistake is to think that there is some effective and sensible trade-off between the loss of democratic control and greater economic prosperity. The whole thrust of the Remain argument is that there is a democratic cost, but an economic benefit – that if we accept that 60 per cent of our laws are made in Brussels, we will see some great boost in our trade and our exports and in the overall economic performance of the EU. This is turning out to be simply false.

The loss of democratic control is spiritually damaging, and socially risky – and the economic benefits of remaining subject to the Single Market law-making machine, as opposed to having access to the Single Market, are in fact very hard to detect.

What the government wants is for us to remain locked into the Single Market law-making regime, and to be exposed to 2500 new EU regulations a year. What we want is for Britain to be like many other countries in having free-trade access to the territory covered by the Single Market – but not to be subject to the vast, growing and politically-driven empire of EU law.

There is a good deal of evidence that this is the more sensible position to be in. Take the two relevant 20 year periods, before and after the creation of the Single Market, in other words from 1973 to 1992, and from 1992 to 2012.

Now when the single market dawned, we were told that it was going to be a great dynamo of job and wealth creation – 800 billion euros, the Cecchini report said, of extra European GDP. We were told that it was going to send exports whizzing ever faster across borders. So what happened?

Did Britain export more to the rest of the EEC 11, as a result of the Single Market? On the contrary, the rate of growth slowed, as Michael Burrage has shown this year. British exports of goods were actually 22 per cent lower, at the end of the second 20 year period, than if they had continued to grow at the rate of the 20 years pre-1992. And before you say that this might be just a result of Britain's sluggish performance in the export of manufactured goods, the same failure was seen in the case of the 12 EEC countries themselves.

We were told that goods would start ping-ponging around the EEC as if in some supercharged cyclotron; and on the contrary, the rate of growth flattened again – 14.6 per cent lower than the previous 20 years when there was no single market.

So what was the decisive advantage to Britain, or any other country, of being inside this system, and accepting these thousands of one-size-fits-all regulations? In fact you could argue that many countries were better off being outside, and not subject to the bureaucracy. In the period of existence of this vaunted single market, from 1992 to 2011, there were 27 non-EU countries whose exports of goods to the rest of the EU grew faster than the UK's; and most

embarrassingly of all – there were 21 countries who did better than the UK in exporting services to the other EEC 11.

So where was this great European relaunch that was supposed to be driven by the 1992 Single Market? In the 20 years since the start of the Single Market, the rate of growth in the EU countries has actually been outstripped by the non-EU countries of the OECD. It is the independent countries that have done better; and the EU has been a microclimate of scandalously high unemployment. This year the US is projected to grow by 2.4 per cent, China by 6.5 pc, NZ by 2 pc, Australia by 2.5 pc and India by 7.5 pc. The Eurozone – 1.5 per cent.

All that extra growth we were promised; all those extra jobs. The claims made for the Single Market are looking increasingly fraudulent. It has not boosted the rate of British exports to the EU; it has not even boosted growth in exports between the EU 12; and it has not stopped a generation of young people – in a huge belt of Mediterranean countries – from being thrown on to the scrapheap.

What has that corpus of EU regulation done to drive innovation? There are more patents from outside the EU now being registered at the EU patent office than from within the EU itself. The Eurozone has no universities within the top 20, and has been woefully left behind by America in the tech revolution – in spite of all those directives I remember from the 1990s about les reseaux telematiques; or possibly, of course, the EU has been left behind on tech precisely because of those directives.

There are plenty of other parts of the world where the free market and competition has been driving down the cost of mobile roaming charges and cut-price airline tickets – without the need for a vast supranational bureaucracy enforced by a supranational court.

I hear again the arguments from the City of London, and the anxieties that have been expressed. We heard them 15 years ago, when many of the very same Remainers prophesied disaster for the City of London if we failed to join the euro. They said all the banks would flee to Frankfurt. Well, Canary Wharf alone is now far bigger than the Frankfurt financial centre – and has kept growing relentlessly since the crash of 2008.

As for the argument that we need the muscle of EU membership, if we are to do trade deals – well, look, as I say, at the results after 42 years of membership. The EU has done trade deals with the Palestinian authority and San Marino. Bravo. But it has failed to conclude agreements with India, China or even America.

Why? Because negotiating on behalf of the EU is like trying to ride a vast pantomime horse, with 28 people blindly pulling in different directions. For decades deals with America have been blocked by the French film industry, and the current TTIP negotiations are stalled at least

partly because Greek feta cheese manufacturers object to the concept of American feta. They may be right, aesthetically, but it should not be delaying us in this country.

Global trade is not carried on by kind permission of people like Peter Mandelson. People and businesses trade with each other, and always will, as long as they have something to buy and sell.

But it is notable that even when the EU has done a trade deal, it does not always seem to work in Britain's favour. In ten out of the last 15 deals, British trade with our partners has actually slowed down, rather than speeded up, after the deal was done.

Is that because of some defect in us, or in the deal? Could it be that the EU officials did not take account of the real interests of the UK economy, which is so different in structure from France and Germany? And might that be because the sole and entire responsibility for UK trade policy is in the hands of the EU commission – a body where only 3.6 per cent of the officials actually come from this country?

In trying to compute the costs and benefits of belonging to the Single Market, we should surely add the vast opportunity cost of not being able to do free trade deals with the most lucrative and fastest-growing markets in the world – because we are in the EU.

When you consider that only 6 per cent of UK business export to the EU 28; and when you consider that 100 per cent of our businesses – large and small – must comply with every jot and tittle of regulation; and when you consider that the costs of this regulation are estimated at £600m per week, I am afraid you are driven to the same conclusion as Wolfgang Munchau, the economics commentator of the FT, who said, “whatever the reasons may be for remaining in the EU, they are not economic.”

And so I return to my point; that we must stop the pretence. This is about politics, and a political project that is now getting out of control. To understand our predicament, and the trap we are in, we need to go back to the immediate post-war period, and the agony and shame of a broken continent.

There were two brilliant Frenchmen – a wheeler-dealing civil servant with big American connexions called Jean Monnet, and a French foreign minister called Robert Schuman. They wanted to use instruments of economic integration to make war between France and Germany not just a practical but a psychological impossibility.

It was an exercise in what I believe used to be called behavioural therapy; inducing a change in the underlying attitudes by forcing a change in behaviour. Their inspired idea was to weave a cat's cradle of supranational legislation that would not only bind the former combatants together, but create a new sensation of European-ness.

As Schuman put it, “Europe will be built through concrete achievements which create a de facto solidarity.” Jean Monnet believed that people would become “in mind European”, and that this primarily functional and regulatory approach would produce a European identity and a European consciousness.

Almost 60 years after the Treaty of Rome, I do not see many signs that this programme is working. The European elites have indeed created an ever-denser federal system of government, but at a pace that far exceeds the emotional and psychological readiness of the peoples of Europe. The reasons are obvious.

There is simply no common political culture in Europe; no common media, no common sense of humour or satire; and – this is important – no awareness of each other’s politics, so that the European Union as a whole has no common sense of the two things you need for a democracy to work efficiently. You need trust, and you need shame. There is no trust, partly for the obvious reason that people often fail to understand each other’s languages. There is no shame, because it is not clear who you are letting down if you abuse the EU system.

That is why there is such cavalier waste and theft of EU funds: because it is everybody’s money, it is nobody’s money.

If you walk around London today, you will notice that the 12 star flag of the EU is flying all over the place. That is because this is Schuman day. It is the birthday of the founder of this project, and the elites have decreed that it should be properly marked.

Do we feel loyalty to that flag? Do our hearts pitter-patter as we watch it flutter over public buildings? On the contrary. The British share with other EU populations a growing sense of alienation, which is one of the reasons turn-out at European elections continues to decline.

As Jean-Claude Juncker has himself remarked with disapproval, “too many Europeans are returning to a national or regional mindset”. In the face of that disillusionment, the European elites are doing exactly the wrong thing. Instead of devolving power, they are centralizing. Instead of going with the grain of human nature and public opinion, they are reaching for the same corrective behavioural therapy as Monnet and Schuman: more legislation, more federal control; and whenever there is a crisis of any kind the cry is always the same. “More Europe, more Europe!”

What did they do when the Berlin wall came down, and the French panicked about the inevitability of German unification? “More Europe!” And what are they saying now, when the ensuing single currency has become a disaster? “More Europe!”

They persist in the delusion that political cohesion can be created by a forcible economic integration, and they are achieving exactly the opposite. What is the distinctive experience of

the people of Greece, over the last eight years? It is a complete humiliation, a sense of powerlessness. The suicide rate has risen by 35 per cent; life expectancy has actually fallen. Youth unemployment is around 50 per cent. It is an utter disgrace to our continent.

That is what happens when you destroy democracy. Do the Greeks feel warmer towards the Germans? Do they feel a community of interest? Of course not.

In Austria the far-right have just won an election for the first time since the 1930s. The French National Front are on the march in France, and Marine le Pen may do well in the Presidential elections. You could not say that EU integration is promoting either mutual understanding or moderation, and the economic consequence range from nugatory to disastrous.

The answer to the problems of Europe today is not “more Europe”, if that means more forcible economic and political integration. The answer is reform, and devolution of powers back to nations and people, and a return to intergovernmentalism, at least for this country – and that means Vote Leave on June 23.

And of course there will be some in this country who are rightly troubled by a sense of neighbourly duty. There are Remainers who may agree with much of the above; that the economic advantages for Britain are either overstated or non-existent. But they feel uneasy about pulling out of the EU in its hour of need, when our neighbours are in distress; and at this point they deploy the so-called “Peace in Europe” argument: that if Britain leaves the EU, there will be a return to slaughter on Flanders Fields.

I think this grossly underestimates the way Europe has changed, and the Nato guarantee that has really underpinned peace in Europe. I saw the disaster when the EU was charged with sorting out former Yugoslavia, and I saw how Nato sorted it out.

And it understates the sense in which it is the EU itself, and its anti-democratic tendencies that are now a force for instability and alienation.

Europe faces twin crises of mass migration, and a euro that has proved a disaster for some member states; and the grim truth is that the risks of staying in this unreformed EU are intensifying and not diminishing.

In the next six weeks we must politely but relentlessly put the following questions to the Prime Minister and to the Remain campaign...

- 1 How can you possibly control EU immigration into this country?
- 2 The Living Wage is an excellent policy, but how will you stop it being a big pull factor for uncontrolled EU migration, given that it is far higher than minimum wages in other EU countries?

3 How will you prevent the European Court from interfering further in immigration, asylum, human rights, and all kinds of matters which have nothing to do with the so-called Single Market?

4 Why did you give up the UK veto on further moves towards a fiscal and political union?

5 How can you stop us from being dragged in, and from being made to pay?

The answer is that the Remain campaign have no answers to any of these questions, because they are asking us to remain in an EU that is wholly unreformed, and going in the wrong direction.

If we leave on June 23, we can still provide leadership in so many areas. We can help lead the discussions on security, on counter-terrorism, on foreign and defence policy, as we always have. But all those conversation can be conducted within an intergovernmental framework, and without the need for legal instruments enforced by the European Court of Justice. We will still be able to cooperate on the environment, on migration, on science and technology; we will still have exchanges of students.

We will trade as much as ever before, if not more. We will be able to love our fellow Europeans, marry them, live with them, share the joy of discovering our different cultures and languages – but we will not be subject to the jurisdiction of a single court and legal system that is proving increasingly erratic and that is imitated by no other trading group.

We will not lose influence in Europe or around the world – on the contrary, you could argue we will gain in clout. We are already drowned out around the table in Brussels; we are outvoted far more than any other country – 72 times in the last 20 years, and ever more regularly since 2010; and the Eurozone now has a built-in majority on all questions.

We will recapture or secure our voice – for the 5th biggest economy in the world – in international bodies such as the WTO or the IMF or the CITES, where the EU is increasingly replacing us and laying a claim to speak on our behalf. If you want final and conclusive proof of our inability to “get our way” in Brussels – and the contempt with which we will be treated if we vote to Remain – look again at the UK deal and the total failure to secure any change of any significance.

Above all – to get to the third key point of the Remainers – if we leave the EU we will not, repeat not, be leaving Europe. Of all the arguments they make, this is the one that infuriates me the most. I am a child of Europe. I am a liberal cosmopolitan and my family is a genetic UN peacekeeping force.

I can read novels in French and I can sing the Ode to joy in German, and if they keep accusing me of being a Little Englander, I will. Both as editor of the Spectator and Mayor of London I

have promoted the teaching of modern European languages in our schools. I have dedicated much of my life to the study of the origins of our common – our common -European culture and civilization in ancient Greece and Rome.

So I find it offensive, insulting, irrelevant and positively cretinous to be told – sometimes by people who can barely speak a foreign language – that I belong to a group of small-minded xenophobes; because the truth is it is Brexit that is now the great project of European liberalism, and I am afraid that it is the European Union – for all the high ideals with which it began, that now represents the ancien regime.

It is we who are speaking up for the people, and it is they who are defending an obscurantist and universalist system of government that is now well past its sell by date and which is ever more remote from ordinary voters.

It is we in the Leave Camp – not they – who stand in the tradition of the liberal cosmopolitan European enlightenment – not just of Locke and Wilkes, but of Rousseau and Voltaire; and though they are many, and though they are well-funded, and though we know that they can call on unlimited taxpayer funds for their leaflets, it is we few, we happy few who have the inestimable advantage of believing strongly in our cause, and that we will be vindicated by history; and we will win for exactly the same reason that the Greeks beat the Persians at Marathon – because they are fighting for an outdated absolutist ideology, and we are fighting for freedom.

That is the choice on June 23

It is between taking back control of our money – or giving a further £100bn to Brussels before the next election

Between deciding who we want to come here to live and work – or letting the EU decide between a dynamic liberal cosmopolitan open global free-trading prosperous Britain, or a Britain where we remain subject to a undemocratic system devised in the 1950s that is now actively responsible for low growth and in some cases economic despair

between believing in the possibility of hope and change in Europe – or accepting that we have no choice but to knuckle under

It is a choice between getting dragged ever further into a federal superstate, or taking a stand now

Vote Leave on June 23, and take back control of our democracy.

**Texto 5: Boris Johnson: The only way to take back control of immigration is to Vote Leave on 23 June (26 de maio de 2016)**

Last year, 270,000 people came to this country from the EU and net migration was 184,000. That means we are adding a population the size of Oxford to the UK every year just from EU migration.

Since 2004, 1.25 million people have been added to the population due to EU migration. That is bigger than the city of Birmingham.

I've always championed the great benefits that can come from immigration. I am the proud descendant of immigrants. I've seen how as Mayor of a great capital city, London has benefited in so many ways from migration. As Mayor I argued consistently for a more sensible visa policy that would welcome talented people from across the globe, people recruited on the basis of their skills.

Britain benefits from cultural influences from abroad, I'm pro-immigration, but above all I'm pro controlled immigration. People of all races and backgrounds in the UK are genuinely concerned about uncontrolled immigration and the pressure it's placing on local services. People have every right to question why we can't control our borders. We need to answer those concerns by taking back control of those borders.

But we must also face the fact that the system has spun out of control. We cannot control the numbers. We cannot control the terms on which people come and how we remove those who abuse our hospitality. This puts huge pressure on schools, hospitals and housing. It is exploited by some big companies that use immigration to keep wages down - and it is striking that the pay packets of FTSE 100 chief executives are now 150 times the average pay of people in their firms.

Worst of all, it is terrible for our democracy. People have watched Prime Minister after Prime Minister make promises on immigration that cannot be met because of the EU and this has deeply damaged faith in our democratic system.

The Prime Minister repeatedly promised that he would get a grip of this. The government told us that it would 'keep our ambition of delivering annual net migration in the tens of thousands'. We were told that economic migrants from the EU would need to prove they had a job offer to come here - a pledge made by the Prime Minister, the Home Secretary and the Chancellor.

I am afraid that Brussels sent them packing, and in fact 77,000 have come since the Prime Minister made that promise.

The Government has failed because of the simple reality that inside the EU we cannot control immigration - it is literally impossible because we have no choice but to accept the principle of free movement and the European Court has ultimate control over our immigration policy. This has led to the absurd situation in which we stop highly qualified people coming from around

the world who could contribute enormously to our society because we cannot stop millions of unskilled people coming here from the EU.

Even worse, the Prime Minister's deal has given away control of immigration and asylum forever. His deal does nothing to solve this crisis and has not brought back a single power for the UK. The rogue European Court now controls not just immigration policy but how we implement asylum policy under the Charter of Fundamental Rights.

And, on top of all of this, new countries are in the queue to join the EU and the EU is extending visa-free travel to the border of Syria and Iraq. It is mad.

If you vote IN on 23 June, you are kissing goodbye permanently to control of immigration. You are voting for the current situation not only to continue but to get worse. You are voting for the European Court to be in charge of immigration and asylum policy permanently. You are giving away any chance of democratic legitimacy for immigration policy. The only way to take back control of immigration is to Vote Leave on 23 June. The public should be able to vote for those who make the laws of this country including on immigration. It is intolerable to continue without democratic consent for Britain's immigration policy.

That will be best for our public services, particularly the NHS. It will also allow us to have a fairer immigration system that is better for Britain, stops discriminating on the basis of where you come from, and instead allows us to pick people on the basis of skills.

Imagine how much stronger we will be, and how much more respected in the world, when we have an immigration policy that stops discriminating on the basis of whether you are an EU citizen and instead selects people on the basis of their contribution to this country.

The British public support immigration but they want it controlled by those who they elect. They are generous but feel their generosity has been abused. They are right. On the 23 June they will get their chance to take back control.

That's the safer choice.

### **Texto 6: Restoring public trust in immigration policy - a points-based non-discriminatory immigration system (01 de junho de 2016)**

Migration brings many benefits to Britain - culturally, socially and economically. We want Britain to continue to benefit from migration. But if we are to welcome more people to Britain then the public must be reassured that we have control over who comes here.

Our membership of the EU means we don't have control.

Last week the Office for National Statistics published migration statistics for 2015. Last year, 270,000 people came to this country from the EU. Net migration overall was 184,000. That means we are adding a population the size of Oxford to the UK every year just from EU migration.

This puts particular strain on public services. Class sizes will rise and waiting lists will lengthen if we don't tackle free movement. As the euro crisis continues, more people from southern Europe will want to escape unemployment and austerity in their countries by coming to the UK. Their arrival will put further strain on schools and hospitals.

Last year, 77,000 jobseekers from the EU came to the UK. It was Government policy that 'EU migrants should have a job offer before they come here.' The Government failed to achieve this during the renegotiation of our membership.

If we vote to remain in the EU then continued free movement for jobseekers will place considerable pressure on the wages of low paid British workers. The head of the IN campaign, Lord Rose, has admitted that wages are kept low by our membership of the EU and would 'go up' if we vote to leave. The Bank of England has found that a ten percent rise in the proportion of new people coming here is associated with a two percent reduction in pay for working people. This is good for some of the multinationals funding the IN campaign. It is not good for British families struggling to make ends meet.

The current EU approach to immigration is also bad for security. The European Court of Justice can interfere with our ability to deport criminals and others whose presence here is not conducive to the public good. For example, it has hindered our ability to deport the terrorist recruiter Abu Hamza's daughter-in-law, even though she was convicted of a very serious offence.

And the EU's policies are failing in humanitarian terms. The tragic scenes unfolding in the Mediterranean underline how badly the European Union is handling population movements and migration pressures. People smugglers and organised criminals are exploiting this desperate situation and the EU is failing to tackle this trade in human misery.

If we remain in the EU the situation is only likely to get worse. The European Court of Justice can use the Charter of Fundamental Rights to overturn decisions of elected politicians on asylum policy. It is now in charge of how we implement the crucial 1951 UN Convention on Refugees. We need a new approach on refugees but the EU's institutions stand in the way.

There is also the basic lack of democratic consent for what is taking place. Voters were promised repeatedly at elections that net immigration could be cut to the tens of thousands. This

promise is plainly not achievable as long as the UK is a member of the EU and the failure to keep it is corrosive of public trust in politics.

These are the basic facts on UK immigration policy:

A vote to remain is a vote to maintain permanently the EU Treaty principle of 'free movement of people'.

A vote to remain is a vote to ensure that we must admit economic migrants from the EU, whether or not they have a job offer.

A vote to remain is a vote to affirm the European Court of Justice's ultimate authority over whether we can remove persons whose presence in the UK is not conducive to the public good - in this and other respects we do not control our borders.

A vote to remain is a vote to leave the European Court of Justice able to use the Charter of Fundamental Rights to strike down decisions of the UK Government and Parliament about asylum and immigration policy

A vote to remain is a vote for the UK to continue supporting the EU's failed policies to deal with the tragic crisis in the Mediterranean.

These problems will only get worse when countries in the pipeline to join the EU become members in the near future. British taxpayers are already paying nearly £2 billion for Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey to join the EU. The European Commission recently announced an acceleration of these plans and is already extending visa-free travel to the border with Syria and Iraq. This is dangerous and is not in our interests.

We therefore propose that if Britain votes to take back control on 23 June, we should introduce a new, safer and more humane immigration system as rapidly as possible. The main principles for such a new system will, we believe, be broadly supported across British society.

First, there will be no change for Irish citizens. The right of Irish citizens to enter, reside and work in the UK is already enshrined in our law. This will be entirely unaffected by a vote to leave on 23 June.

As the Northern Ireland Secretary has made clear, the common travel area that has existed since the creation of an independent Irish state will not be affected. There will be no change to the border between Northern Ireland and the Republic.

Second, there will be no change for EU citizens already lawfully resident in the UK. These EU citizens will automatically be granted indefinite leave to remain in the UK and will be treated no less favourably than they are at present.

Third, we will rapidly amend the European Communities Act 1972 to take back the power to remove criminals and other persons whose presence in the UK is not conducive to the public

good. There are dangerous people living in the UK who we cannot currently remove because of EU law. We will regain the power to deport terrorists and terrorist sympathisers and stop violent criminals entering the UK - powers that EU law currently denies to us.

Connected to this is the need immediately to end the application of the EU's Charter of Fundamental Rights to UK law. This Charter gives the rogue European Court practically unlimited powers to extend its jurisdiction. By ending its application in UK law, we will take back control of how Britain implements the crucial 1951 UN Convention on Refugees and end the Charter's ability to affect immigration and asylum law.

Fourth, by the next general election, we will create a genuine Australian-style points based immigration system. The automatic right of all EU citizens to come to live and work in the UK will end, as will EU control over vital aspects of our social security system. EU citizens will be subject to legislation made by those we elect in Westminster, not in Brussels. We could then create fairness between EU citizens and others, including those from Commonwealth countries. Those seeking entry for work or study should be admitted on the basis of their skills without discrimination on the ground of nationality. To gain the right to work, economic migrants will have to be suitable for the job in question. For relevant jobs, we will be able to ensure that all those who come have the ability to speak good English. Such a system can be much less bureaucratic and much simpler than the existing system for non-EU citizens.

If we implement these principles, for the first time in a generation it will be possible for politicians to keep their promises on migration. If they fail, there will be no hiding behind EU rules and the European Court. The British public will be able to decide what immigration policy they want.

It is fundamentally important that immigration policy has democratic consent. We believe that the safer choice is to Vote Leave on 23 June and ensure that the public can vote for those who determine Britain's immigration policy.

We also think that this system will be fairer, more humane, and better for the economy. We will end discrimination against non-EU countries. We will end our support for the EU's disastrous policies that have encouraged the people-smugglers. We will be able to manage immigration according to the needs of the economy with a new points based system. We will welcome new citizens who wish to contribute to our society, as so many immigrants have done. And we will be able to remove those who abuse our hospitality.

We urge people to Vote Leave on 23 June and take back control.

**Texto 7: Statement by Michael Gove, Boris Johnson and Gisela Stuart on NHS funding (03 de junho de 2016)**

**A STRONGER NHS AND MORE MONEY FOR THOSE IN NEED - WHY LEAVING THE EU HELPS PROTECT WORKING PEOPLE**

Our NHS is a precious asset. No other European country gives its citizens the guarantee of free healthcare, there when people need it, irrespective of ability to pay.

The NHS is a great British institution and its core values - of solidarity, fairness and inclusivity - need to be protected and defended. The wealthy can always buy themselves top quality care and jump the queue for treatment. Working people don't have that option. Working people need an NHS which is strong and well-funded to give them security at every stage in their lives.

As our population grows, and as we all live for longer, so the pressures on the NHS are set to grow. We believe that one of the best ways to protect, and to strengthen, the NHS, for the people of this country is to use some money we currently spend on EU membership to invest in improving healthcare.

The NHS leadership has said it needs an additional £30 billion each year by 2020 to meet future pressures. Eight billion pounds will come from spending increases, and £22 billion will need to come from efficiency savings. The Government rightly committed at the last election to meet that £8 billion target.

But we don't underestimate how difficult it will be to make the £22 billion worth of efficiency savings. Again, we are sure ministers, managers, doctors, nurses and everyone in the Health Service will do everything they can. However, trusted health experts such as the Nuffield Trust, the Health Foundation and the King's Fund have all stressed how difficult it will be to achieve the planned net efficiency savings of 2% each year.

This level of savings is far above what the NHS has achieved historically. And the demand for NHS services is only set to grow. NHS Improvement, the NHS regulator, has identified rising demand as one of the principal challenges for the NHS's future funding.

If we vote to leave the EU on 23 June, we will be able to do something about one of the main causes of higher demand - uncontrolled and unlimited migration from the EU into the UK.

In 2015, 270,000 people came to the UK from Europe, a population movement equivalent to all the inhabitants of a city the size of Newcastle arriving in our country. Net migration was 184,000, a population increase equivalent to adding a city the size of Oxford to the UK population. Year after year, similar numbers arrive.

On top of this, between 2005 and 2014, there were 475,000 live births to mothers who were EU citizens. This is the equivalent of adding a city the size of Manchester to the UK population. The cost of maternity services alone to these families is likely to exceed £1.3 billion.

As we have set out before, it is government policy for five new countries to join the EU: Albania, Macedonia, Montenegro, Serbia and Turkey. We are paying billions to these countries to help them join. The EU is already opening visa-free travel to Turkey. That would create a borderless travel zone from the frontiers of Syria and Iraq to the English Channel. The EU's plans for future growth will lead to demands being placed on the NHS far beyond what its funding can cope with.

We have set out our plan to change the immigration system after we vote to leave. We will end the 'free movement' of people from the EU and take back control. We will introduce a points-based system under which migrants will be admitted to the UK on the basis of their skills, not their passport.

But even after we take back control of our migration policy, the NHS will still face funding pressures. Restoring control over our borders is a necessary step, but there is more we should do to guarantee quality care for working people.

We need to ensure the NHS has as much money as possible and after we vote to leave we will have the means to do so without damaging public finances.

After we Vote Leave on 23 June, the Government should use some of the billions saved from leaving the EU to give at least a £100 million per week cash transfusion to the NHS.

This money will be over and above the commitment that the Prime Minister rightly made at the last election to an £8 billion real terms increase.

How can we pay for this additional spending? From the money we save from leaving the EU. The UK's gross budget contribution is currently over £19 billion or £350 million per week. According to Treasury estimates, this will increase to nearly £400 million per week by 2020.

We get some cash back through a negotiated rebate and some other money we hand over to the EU is spent here in the UK on areas like farm subsidies.

But the rebate is not a fixed benefit anchored in the treaties. It is there only by the consent of other EU nations, it has to be negotiated, it has already been reduced, and if we vote to stay it can, and will, be whittled away.

If we Vote Leave, we take back control of the whole sum. We will no longer be dependent on other countries to protect the money we get back in our rebate. And we will continue to support farming, science, universities and poorer areas of the UK with the money they currently receive from the EU.

That would mean we would then be able to spend all of our net EU contribution of £10.6 billion on our priorities like the NHS and cutting VAT on fuel.

Other money will also be liberated to spend on public services in the event of a vote to leave.

We have already set out plans to amend the European Communities Act 1972 immediately after the referendum to stop multinationals using EU law to claim tax refunds in the UK. This will save taxpayers between £7 billion and £43 billion by 2021.

It is wrong that big businesses have been using the European Court to starve public services of money they could never have recovered under English law.

If we leave the EU we could also restore our system of taxation of offshore companies which was set aside by the European Court. The European Court's judgment has cost UK taxpayers an estimated £840 million each year.

We can also scrap the EU's foolish rules on how Whitehall runs procurement processes which add billions to costs every year. The European Commission's own conservative figures suggest that procurement rules cost at least £1.7 billion each year and delay projects by years.

There are billions of savings that Government will be able to make after we vote leave and escape the control of the rogue European Court.

A vote to leave is a vote for a fairer Britain. You only have to look at who funds the IN campaign to realise this: the undeserving rich, the investment banks that crashed the world economy in 2008 and who bankrupted the people of Greece, and the multinational corporations who spend millions on lobbying the corrupt Brussels system.

This is the choice on 23 June.

A Vote to Remain means that we keep handing over control of £350 million of our money to the EU every week. A Vote to Remain means we cannot control immigration. A Vote to Remain means greater pressure on the NHS, school places and housing.

If we Vote Leave, we can take back control of our borders and our money. By 2020, we can give the NHS a £100 million per week cash injection, and we can ensure that the wealthy interests that have rigged the EU rules in their favour at last pay their fair share.

That is why we believe a Vote to Leave is the right choice for social justice, safer for public services, jobs, and families and better for the next generation.

**Texto 8: Voting to stay in the EU is the risky option (06 de junho de 2016)**

**Gisela Stuart - The Risks of Remain – Immigration**

Immigration When the Prime Minister appeared on television last Thursday night to argue for Remain, he had some awkward moments.

But nothing made him look uncomfortable quite like talking about immigration

He couldn't explain why he wasn't able to meet his pledge to get net migration below 100,000.

The best hope, he said, was if thousands of British people emigrate.

So there it is.

David Cameron's vision for managing migration is to hope the British get out.

What an admission of defeat --- not just for his careless pledge, but for the country.

In a sense he is right, though.

Migration from Europe is uncontrolled.

And the grave risk of Remain is that it will always be uncontrollable and be without consent.

That means a future of:

--Growing Brussels control over our borders.

--Mass migration speeding up.

--Pressure heaped on public services.

--And the people who are hardest-hit will be those who can least afford it. Cameron offered not a glimmer of light for them.

Last year, Britain saw record net migration of more than 180,000 from the EU.

What's happening on the continent is raising the pressure.

The single currency is a job-destruction machine.

Wide areas are trapped in a high-debt, low growth cycle and face decades of austerity and unemployment.

In Greece, more than half young people are jobless.

Economic migrants will flee the eurozone in growing numbers, many of them to Britain.

The pressure of migration into Europe from beyond is compounding the risk.

Last year more than a million people moved into the continent answering the invitation issued by Angela Merkel. She did so without consulting her voters or other EU countries.

They arrived with minimal checks, no one really knows their backgrounds.

Once they have a passport or an ID card from an EU country they will be free to come to Britain.

The scenes in the Mediterranean, bodies washing up on beaches by the hundred, are a human tragedy

The determination to rip down borders in defiance of popular opinion has fuelled the rise of far-right politicians.

Free movement without consent is dangerous and a risk to stability.

In Britain, the impact is felt above all by those on the lowest incomes.

For them, the Bank of England has calculated that every 10% increase in migration leads to a 2% fall in wages.

They are the ones who have to worry most if they can get a doctor's appointment, a school place or a home--and who face the constant undercutting of their wages by migrant workers.

While we remain the EU, they can only look forward to more of the same.

Or worse.

Nearly ninety million people in Turkey and four Balkan countries are being lined up for free movement followed by EU membership.

Average earnings in Albania are only 13% of what they are in Britain - and less than a fifth of the £9 an hour that the National Living Wage will reach in 2020.

It's a policy I support, but with uncontrolled migration it will make life worse for people on the lowest incomes.

If those countries join, EU migration is forecast to go over 400,000 a year by 2030, that is a city the size of Bristol every 12 months.

Meanwhile, control of our borders will ebb away to Brussels.

Unaccountable EU judges already stop us turning away criminals or people who come here without a job, despite Cameron saying he could win curbs to unrestricted freedom of movement.

The judges are now extending their power so they control immigration to Britain from outside the EU. The EU is deciding our asylum policy, including telling us who qualifies as a refugee.

I don't want to shut the doors.

I am an immigrant who came to Britain from Germany in 1974 and I ended up an MP and a government minister.

But Britain's openness is being tested as never before.

While we remain in the EU, no one can be held accountable for the shambles.

But when the British people take back control on June 23, we will design a migration system fit for our economy.

Regardless of where people have been born, we can then accept them on a points-based system that recognises the skills we need.

In an age of mass migration more than ever, we need to control our borders.

The decision on 23rd June will shape our future as a country for the next generation. It goes well beyond who might or might not be the next incumbent in No 10.

Let's not just throw up our hands -- which is just about all we are allowed to do while we stay in the EU.

Let's take back control and Vote Leave.

### **Michael Gove - The Risks of Remain - Security**

The European Union was born of a desire to banish conflict from our continent. The ambition was noble.

And I admire the idealism of those in the post-war years who wished to see democracy secured in Europe.

I particularly admire those great pragmatists like Winston Churchill, Ludwig Erhard and Charles de Gaulle who recognised that peace and stability depended on a democratic culture taking root at the level of nation states.

But it is very hard to be idealistic about the reality of the European Union today. Far from entrenching democracy, it works to frustrate the democratic will of Europe's peoples while its own structures are unaccountable and anti-democratic.

And far from providing greater security, the institutions of the European Union are undermining our citizens' safety.

That's because Europe's leaders have put the pursuit of ideology ahead of thinking pragmatically about our security.

They have pursued projects like the single currency and the borderless Schengen zone which have weakened our continent's resilience.

The euro has created economic weakness and an inability properly to increase funding for intelligence, policing and defence at a time of grave global danger.

The eurozone has also produced economic hardship and in the process fostered the growth of extremist parties and movements which have made the formation of stable governments more difficult - from Spain to Ireland.

The borderless Schengen zone, meanwhile, without proper passport checks, "abets terrorists".

That isn't just my view – but the view of Ronald Noble, Interpol's secretary general from 2000 to 2014.

Schengen has weakened our guard against terrorists, drug smugglers, human traffickers and other criminals and still many of Europe's leaders defend it – proving that for many of the continent's political elite the drive to create a United States of Europe will always overcome common sense.

And don't think for one moment that they have finished with their ambitions to create "more Europe".

If we vote to Remain then we will have signed up for the project's forward march. And the plans which have been held back during the renegotiation and referendum will be brought forward - without our now being able to escape.

As The Times has reported, a European army is the next big project.

Jean-Claude Juncker, President of the European Commission, has said as much.

So have the German defence and foreign ministers.

It will not happen tomorrow but a European army should worry us for at least two big reasons.

One: it will be used as an excuse by nation states who already don't spend enough on defence to spend even less.

Only Britain, Estonia, Greece and Poland - of NATO's EU members - currently spend the NATO minimum target of 2% of GDP.

Setting up a rival to NATO is a risk we simply shouldn't take.

The North Atlantic alliance has underwritten our defence because the USA with its huge military might is a member.

We should be strengthening NATO, not seeking to set up an inferior alternative.

The risks to our security if we Remain are why so many distinguished veterans - from Sir Michael Rose to Colonel Richard Kemp, Major General Julian Thompson to Rear Admiral Chris Parry - believe we should vote to Leave.

But even more important than avoiding future dangers is countering those which are clear and present.

And that means freeing ourselves from the jurisdiction of the rogue European Court of Justice.

The European Court of Justice is not a normal court, as we in Britain understand and have understood courts for centuries. It is not overseen by independent judges who seek to interpret and enforce laws agreed by a democratically-elected legislature.

It is a court with a fundamentally political agenda - to further the cause of European integration no matter what democratically elected legislatures think. Indeed the ECJ can over-rule Parliament and strike down our laws, forcing us to accept its rulings.

On 101 occasions since we joined the then European Economic Community in 1973 we have lost cases before the Court.

That will not change if we Remain - if anything it will accelerate.

As the former head of MI6, Sir Richard Dearlove, has pointed out, European judges threaten our security on at least three fronts.

They have consistently thwarted efforts by successive Home Secretaries to deport criminals and terrorists who endanger Britain.

They consistently take a fundamentalist view of freedom of movement so that even outside the Schengen arrangement we are constrained in deciding who can and cannot enter or stay in Britain.

With a significant number of terrorists, who have been training and fighting alongside Isis, now back in Europe and able to move freely across much of the continent that issue could hardly be more live.

And European judges are also attempting to have a say on the kind of data we can share with our key intelligence allies in America, Canada, Australia and New Zealand.

Indeed if Britain votes to remain, European judges may begin to expand their remit over our security and intelligence agencies - the drive to erode national autonomy is at the heart of the Court's project. But as General Mike Hayden, the former head of the CIA has pointed out, national security is best enhanced by intelligence being handled by nation states.

With the risks of Remaining so clear I am confident that the British people will vote to take back control on June 23, they will vote to take back control of our borders, of national security and of the laws which can keep criminals and terrorists out of our country.

### **Boris Johnson - The Risks of Remain - Democracy**

The biggest myth in this whole debate is that there is some clear division between the arguments about democracy, and the arguments about economics.

We are invited to believe that there are two ways of measuring the question of EU membership for Britain; two sets of scales; two units of calibration.

For instance there are many reasonable people on the Remain side who are willing to accept that the EU suffers from what has for a long time been acknowledged to be a democratic deficit. If pushed, they would admit that there are legitimate concerns about the accountability of the Commission, about the popular legitimacy of the European parliament, and about the increasingly wayward judgments of the European court of justice.

They would accept – when they are being reasonable – that there is something troubling about the sheer volume of EU law, and the way it now contributes 60 per cent of the law passing through parliament.

They would acknowledge that this vast corpus of EU law is generated by the Brussels commission; and that it is now extremely worrying that only 3.6 per cent of EU Commission officials actually come from this country.

They would accept that it is disturbing, to say the least, that the UK is now outvoted more and more often – 72 times in the last 20 years.

They would in their sober moments accept that there is a serious and growing democratic problem, and that on the question of democracy it is this side – the Leave side - that holds the high cards.

But they argue that this sacrifice is worth it, because of the economic advantages of being in the EU. I think I am fair to their argument.

I also believe that argument to be both morally disturbing and practically wrong.

On the contrary, it is the very absence of democratic control that is having all sorts of disastrous economic consequences, both for Britain and for the EU.

1... We are currently unable to exercise democratic control over such basic economic matters as our tax rates – so that we cannot cut the price of fuel for elderly people; we cannot cut the cost of motoring; and despite the pleas of the Chancellor we cannot even cut the tampon tax.

2... We cannot exercise democratic control over the energy costs of our steel firms, even when those costs are far higher than in other EU countries – so that companies in this country are going to the wall because of our slavish adherence to EU rules.

3... We cannot do anything to stop the torrent of EU legislation, coming at a rate of 2,500 a year, and imposing costs of £600m per week on UK business.

4... We cannot control the EU budget, not just in the sense that we send £350m a week gross to Brussels, much of which we never see again, but also because we can be asked to pay more – without warning – if the UK is deemed to have performed better than other EU countries.

5... We can neither stop other countries going ahead with ill-advised plans to create an economic government of Europe – since we explicitly gave up our veto in February – and nor can we protect the UK taxpayer from the demands of the eurozone countries for bail-out funds; nor can we protect the UK economy from the impact of further single market measures – on company law and property and many other areas, as set out in the Five Presidents report.

6... Above all, we can do nothing to protect this country from the biggest economic change we have seen for a century or more – the very rapid growth in population that is largely a function of immigration, which is in turn a function of the euro crisis. I repeat my challenge to the Remain campaign: what is their vision for Britain, with our population set to climb so rapidly? Where do they intend to build the houses? How will the health service cope?

There is one answer to all these economic problems, and that is to take back control – so that we make our laws and our trade policy and our immigration policy to suit the needs of the UK economy.

The benefits of being in the single market have been wildly overstated – look at the far greater success that countries OUTSIDE the EU have had, in exporting INTO the EU, than we have.

It is a myth and a delusion to think that we can somehow gain greater prosperity by bartering away our freedom and our democracy. In fact, we can see at every stage how the loss of democratic control is turning into an economic disaster.

There is nowhere else that is engaged in anything like this experiment, of trying to fuse countries into a giant political entity; and in its centralising tendencies the European project is going against the tide of events and history.

The risks of remaining in this over-centralising, over-regulating job-destroying machine are becoming more and more obvious, which is why I believe we are winning the arguments today. It is time to take back control, and speak for freedom in Britain and around the whole of the EU.

**Texto 9: Gove and Raab: EU membership makes us less safe (08 de junho de 2016)**

THE ADVANTAGES OF CONTROLLED IMMIGRATION

DOMINIC RAAB

CHECK AGAINST DELIVERY

There is no European country more global in outlook than Britain.

We trade more beyond this continent than any EU country except Malta.

Britain is a hub for many of the world's commercial networks.

The one truly global language is English,

And millions of our citizens have family ties beyond Europe, whether with the Indian subcontinent, Australia, New Zealand or Africa.

I'm only here today because Britain welcomed my father as a refugee from Czechoslovakia in 1938.

So, I appreciate the advantages of immigration.

I feel the emotional tug of Europe.

And I understand the lessons of history.

But you can feel European,

And want to leave the anti-competitive and undemocratic EU club.

It's not about being a Little Englander.

I started my career as an international business lawyer, and I later worked at the Foreign Office.

I spent 3 years posted to The Hague,

Representing the UK at global institutions like the International Criminal Court,

And working closely with EU bodies like Eurojust.

I lost count of how many times Australian, Japanese, Brazilian diplomats bitterly lamented the inward, navel-gazing, focus of EU discussions ... at the expense of what was going on in the rest of the world.

I also have a wife from Brazil, and two young sons.

My 3 year old already speaks better Portuguese than me.

I want them to have a perspective of the world beyond our shores, and beyond Europe.

And I want Britain to leave the EU so we can be more, not less, of a global nation.

That's why I am so disappointed with the EU's lousy record on negotiating free trade deals, from Asia to Latin America.

And, yes, if we want to be a truly global player,

With world-beating economic competitiveness,

And broad horizons,

Immigration will be vital both to a thriving economy and a tolerant, outward-looking, society.

### **Controlling Immigration**

But, common sense says it has to be properly controlled.

So, people come in at a rate that can be absorbed by local communities.

Last year, over a million arrived in Europe from the Middle East, north Africa and beyond.

They swept across the continent.

In the UK, net migration was 333,000 last year.

The government's pledge is to reduce it to the tens of thousands.

Yet, net migration from the EU was 184,000 alone.

Those numbers are likely to rise as economic migrants flee the mass unemployment the single currency has inflicted on southern Europe.

And they will increase further with Turkey and four low-income Balkan states being lined up for EU membership.

We could just take the view that mass migration is an irresistible force.

That national borders are outdated.

If those campaigning for Britain to stay in the EU embrace that view,

They need to be honest with the public about it,

Including the impact it will have.

It's no good dismissing concerns based on people's real life experiences,

Of finding their local schools full,

Of struggling to get a GP appointment, or a home they can afford.

Of having their wages undercut.

And those campaigning to stay in the EU need to be up front about who bears the burden.

Because it is often those on the lowest incomes who feel these pressures the most.

The Bank of England has calculated that, for this group, every 10% increase in migration leads to a 2% fall in wages.

Ultimately, if we don't take back control, I fear Britain's traditional openness may be tested as never before.

When I lived in Holland, I saw first-hand the emergence of a nasty strain of anti-immigration politics in the aftermath of the murder of the politician Pym Fortuyn.

People felt mainstream parties ignored their concerns about immigration.

It became an issue of mistrust in the political class, not just immigration policy.

We are seeing it spread across Europe.

I don't want it here. So, David Cameron was absolutely right to test the dogmatic consensus in Brussels in favour of the rigid rules on free movement.

They should have listened to him.

But, we got short shrift,

No change to allow us to control the volume of immigration. The dogmatic defenders of the EU's free movement rules are like the most stubborn opponents of gun control in the United States.

They believe that because something was written into a constitutional document long ago,

It must be sacrosanct,

It can't be challenged,

Even when it is causing such tensions,

Even when it puts our safety at risk.

### **Security and Border Checks**

Let me turn to security.

Of all the security issues debated in this referendum,

There is one absolutely clear-cut dividend from leaving the EU.

That is our ability to regain control of our borders,

Including far stronger powers over who we can deport,

And proper preventative checks at the border.

At the moment, we can't bar anyone in possession of an EU passport or identity card unless they represent a "genuine, present and sufficiently serious threat" to our security.

There's two points here.

First we are forced to rely on other EU government's putting in place proper controls.

And yet we already have a very serious problem with other EU states undermining proper border controls and effective passport checks.

We have to admit EU citizens with residence cards, even though Frontex, the EU's own external border agency, says these documents are forged on a systematic basis.

The European Court has prevented us requiring persons from the EU to have documents issued by our Government to come to the UK.

EU law even forbids us from automatically refusing entry to people without any travel documents at all.

But this is only the start of the problem.

On your chair is a photocopy of a Cyprus estate agent journal, advertised particularly to Russians as the Russian text shows.

This shows open, flagrant selling of EU passports.

Once people buy these EU passports and with it citizenship of an EU member state, they have the automatic right to come to the UK because of 'free movement'.

Given this is already happening at scale, imagine how much worse this problem will be after the next wave of EU accessions.

The second point concerns the substantive EU test for denial of entry and deportation.

Even if that high threshold – a genuine, serious, present threat to our security - is met, we have to disclose the reasons to the individual barred,

Even if that itself could endanger national security.

We can't just deny entry to someone, because they made an unexplained trip to Syria,

Or because sketchy intelligence suggests a link to terrorist activity.

We can't even bar people from coming in, solely because they have a criminal record, even for murder.

Yes, in the past ten years since the Free Movement Directive entered into force, we have refused entry to around 11,000 people coming from the EU.

But that compares with more than 200,000 barred from outside Europe,

Who can be excluded simply because their presence is deemed not conducive to the public good.

That's the massive difference in the operational bite of our border powers, as a result of EU law.

Ronald Noble, the former head of Interpol, called the EU open borders policy a "real and present danger" that "abets terrorists",

As shown by the ease with which the Paris and Brussels terrorists moved to and fro across Europe. We know Mohammed Abrini, accused of involvement in both the Paris and Brussels bombings, visited the UK three times in 2015,

Despite a criminal record for robbery and other violent offences.

We have a terrorism trial going on at the Old Bailey right now,

Which will shed further light on the links between plotters based in Birmingham and Brussels.

But it's clear that the EU's fetters on our power to deny entry and deport are crucial security issues.

Both sides in this referendum recognise this.

That is why the Prime Minister made it a key point in our renegotiation,

In his letter to Donald Tusk last November.

But, the EU point blank refused to change the Free Movement Directive, let alone the EU treaties.

In fact, the Council Conclusions re-asserted the current rules.

The best the Commission could offer was to 'examine the thresholds' on deportation and denial of entry,

If the Free Movement Directive is revised at some indeterminate, unspecified, point in the future.

That means: no change,

Not even a promise of future change.

We can't responsibly bet this country's security on that.

It is now the EU and the Luxembourg Court that present the clear and present danger to our security.

They put their ivory tower dogma of EU free movement ahead of the safety of our citizens.

Sir Richard Dearlove, the former head of MI6, says leaving the EU would bring important security gains.

Peter Higgins, former head of immigration at UK ports, describes the passport checks we have in place because we are outside Schengen as 'pretty minimal'.

And evidence from the EU's own institutions, Frontex and Europol, shows the rising security risk we face, if we stay in the EU.

### **Conclusion**

When the British people vote to leave the EU and take back control on June 23rd,

We will be able to restore control over our immigration policy and our borders.

An Australian-style, points-based regime so we can choose who comes to this country,

Based on the skills we need, not the passport of the applicant.

That's better for Britain, and it will remove the arbitrary discrimination against non-Europeans.

Operational law enforcement cooperation with our European partners will continue, because it is in everyone's interests,

And the EU already engages in important operational cooperation, from data-sharing to police cooperation,

With non-EU countries, from the US to Australia.

But, critically, we can put in place the proper border controls required to keep Britain safe.

I want make sure immigration is managed in the best interests of our economy and our security.

That's why I will be voting to leave the EU, to take back control of our borders on 23 June.

SECURE IN OUR VALUES? WHY AN UNREFORMED EU WEAKENS US IN FIGHTING FOR LIBERAL DEMOCRACY

MICHAEL GOVE

CHECK AGAINST DELIVERY

I want to thank Dominic for the masterly way in which he has laid out the security risks of staying in an unreformed European Union. With the precision of a great lawyer and the clarity of a truly gifted minister he has made an unarguable case.

Of course our security rests on the robustness of our borders, the rigour of our surveillance and intelligence systems and the ability of the police and other agencies to take all the necessary steps to keep us safe.

These are vital policy and operational questions. As Dominic has shown, we currently lack the control we need to maximise our resilience against a range of new threats.

I want to touch on one other area where we need to feel a greater degree of confidence if we are to safeguard our society in the future. The question of values. Liberal, democratic, values.

OUR VALUES UNDER CHALLENGE

If we consider the threats we face today they are - in their origin - ideological. Conflict in the nineteenth and early twentieth centuries was driven primarily by competition between empires and nation states whereas conflict today is driven increasingly by competition between ideologies.

The terror threat from ISIS, Boko Haram, Al Qaeda and their brothers in Hamas and Hizbollah springs from Islamist fundamentalism. Vladimir Putin's Russia is driven by an anti-liberal, anti-democratic ideology rooted in an imagined Russian past and revived by figures like Alexander Dugin who see their country providing an alternative to the post-Christian and decadent West.

If we are to safeguard our country, and indeed our allies, in this world of new dangers then we need not just the right tools, policies and institutions, the right policing, data-gathering and security forces, we also need to be resolute in our support for the right values.

The United Kingdom has played a distinguished global role in the past as an upholder and defender of liberal democratic values - all the while doing so as an independent democratic nation state.

Whether it was suppressing the slave trade, or supporting liberal nationalist movements against static autocratic European empires, in the first half of the nineteenth century or seeking to defend the rights of small nations and the principle of self-determination in the twentieth century, the United Kingdom has been clear about its values. And the clearer and more confident we've been about our values, the better we've been able to defend those values.

A belief in parliamentary democracy, in the accountability of the powerful to the people, in the settling of laws, taxes and rules by elected representatives, in the independence and objectivity of the judiciary, and in vigorous free speech and open debate - these beliefs have characterised this country for centuries. And it's by standing firm by those values that we have been able to be a global champion for freedom, working with our allies, for many generations.

Liberal and democratic values are, of course, very far from being a British possession alone. Ludwig Erhard and Karl Popper, Theodore Herzl and David Ben-Gurion, Alexis de Tocqueville and Raymond Aron, Hernando de Soto and Aung San Suu Kyi are all great liberals and democrats who embody the best in shared humanist values.

#### NATION STATES AS VESSELS FOR OUR VALUES - AND HOW THE EU UNDERMINES THEM

But while these values have universal application they are, history tells us, best upheld and defended by nation states.

That is one of the central reasons why this debate on our membership of the European Union matters so much.

If power is to be held accountable it needs a democratic culture and a common electorate to hold it to account. That means a nation state.

And if a nation state is to be sustainable it needs to know its borders and enjoy a sense of shared allegiance.

Despite the idealism which attended its birth, the EU is not democratic. The people who guide its destiny - the Five Presidents of Europe - have never been directly elected to their current offices, are in no way democratically accountable, indeed their identities are scarcely known to most of Europe's citizens. Even one of my most intelligent - and most pro-European Union -

friends the editor of the Financial Times Lionel Barber - when questioned last week couldn't name all five.

The EU is indeed actually designed purposely to frustrate democracy. Its institutions exist to transfer power away from accountable parliaments in liberal nation states to the supra-national level.

Of no institution is this more true than the European Court of Justice. The ECJ is, as Dominic pointed out, a court with an activist agenda to advance integration and erode national sovereignty.

It has been given a hugely powerful tool to advance its agenda in the Charter of Fundamental Rights, which came into force in 2009 and which goes much, much further than the post-war European Convention on Human Rights.

We believed we had an opt-out from the operation of the Charter nailed down at the time of the Lisbon Treaty.

But the ECJ -- against which there is no right of appeal -- has now made it clear this so-called opt-out was nothing of the kind.

The Luxembourg judges simply disregard it when making rulings based on the Charter, for example on applying the 1951 UN Convention on Asylum and Refugees.

The Luxembourg Court's willingness to set aside agreements between nation states is not just troubling in itself as evidence of how an elitist institution at the heart of the EU seeks to override democratic principles, it should also give us warning that agreements made in good faith - like the renegotiation we secured in February - can also be overridden in future.

If the Court believes an agreement between states runs counter to its own interpretation of the Treaties then the Court will insist on its will being done. As Denmark found when agreements made in the aftermath of its rejection of the Maastricht Treaty were overridden by the Court.

It's not just the Court which is prepared to set aside agreements and rip up acts which stand in the way of its integrationist agenda. When the euro ran into, inevitable, difficulties the EU set aside its own rules to provide bailouts for Greece.

Article 125 of the EU Treaty could not be clearer when it states 'the Union shall not be liable for, or assume the commitments of, central governments, regional, local or other public authorities, other bodies governed by public law, or public undertakings of any Member State.' Yet that clear legal declaration was ignored when it got in the way of keeping the eurozone going. The EU has shown it is willing to cast aside solemn agreements and trample over the rule of law if integration is threatened.

The high-handedness and undemocratic nature of EU institutions, the ongoing failure of the euro and the economic misery it has brought have all contributed to a weakening of liberal and democratic forces across Europe.

Extremist and populist forces have grown in strength. A far-right party in Austria has come within an ace of the Presidency, an openly anti-semitic party is the second force in Hungarian politics, Marine Le Pen is in pole position for the French Presidency. The growth in fringe parties has made it much more difficult to form stable governments in EU states such as Spain and Ireland and has brought Nazis into the Greek Parliament. Our ability to present a united front across the West in defence of liberalism and democracy is currently vitiated and undermined by the operation of the EU and its institutions.

### **Being more muscular in our liberalism and more insistent on democracy**

The weakening of nation states in Europe has not been accompanied, however, by any upsurge of faith, confidence or loyalty towards EU institutions. Quite the opposite. They command no popular affection, inspire no popular admiration, enjoy no popular enthusiasm.

And because nation states are less able to assert and embody liberal and democratic values, while EU institutions lack liberal and democratic legitimacy, the forces of liberalism and democracy have been weakened just when they need to be asserted more vigorously than ever. Our Prime Minister has been right, and brave, in arguing forcefully that we need to take on the poisonous narrative peddled by Islamist extremists.

But in order to counter Islamist extremists as effectively as possible we need not just to challenge their beliefs but assert confidence in our own.

That means strengthening national parliaments, not weakening them, upholding the rule of law not abrogating it and, above all, expressing confidence in nation states and the democratic accountability they bring. The more confident and optimistic we are about the United Kingdom, its traditions, values and potential the better equipped we are to counter enemies of liberalism and democracy.

And there are particular times when the assertion of our liberalism needs to be especially muscular.

Nowhere more so than when the essential freedom - freedom of speech - is threatened.

Which brings me to the case of Turkey.

That country's democratic development has been put into reverse under President Erdogan.

The country which achieved so much under the secular nationalism of Ataturk and his successors is now moving backwards under Erdogan and his Islamist rule.

The NGO Freedom House has found that freedom of expression is being ‘undermined by provisions in the penal code, the criminal procedure code, and the harsh, broadly worded anti-terrorism law’.

Journalists who seek to expose corruption have been arrested and efforts to investigate Turkish relationships with fighters in Syria have been thwarted.

Erdogan’s assault on free speech doesn’t stop at his own borders.

Erdogan demanded - and won - Angela Merkel’s agreement to the prosecution of the German comedian Jan Böhmermann for producing a lewd poem about him.

We and the European Union should be protesting in the clearest and loudest possible manner at this erosion of fundamental democratic freedoms.

But instead we and the European Union are making concession after concession to Erdogan.

Let’s look at the facts.

Fact One. It is official British Government policy for Turkey to join the EU, restated by Ministers time and again.

Fact Two. It is official EU policy for Turkey to become a member. Indeed the Commission has announced the pace of accession will be accelerated.

Fact Three. Turkey has threatened to end cooperation in stopping mass migration unless the deal for visa-free travel to Europe is implemented in full.

Fact Four. This visa-free zone which stretches from Turkey’s border with Syria, Iraq and Iran to the English channel is anticipated to start this year once this referendum is out of the way. Sir Richard Dearlove, former chief of MI6, has warned that this is like ‘storing gasoline next to the fire we are trying to put out’.

Fact Five. The British Government is spending nearly £2 billion to help five countries join the EU including Albania, Serbia, and Turkey.

Fact Six. It is official British Government policy not to have a referendum on new countries joining. As things stand, the British people won’t be given a vote in the future on Turkish accession. We were not offered a referendum when Bulgaria, Romania or 17 other states joined. Your only chance to have a say on this is on 23 June.

With the terrorism threat we face only growing, it is hard to see how it could possibly be in our security interests to open visa free travel to 77 million Turkish citizens and create a border-free zone from Iraq, Iran and Syria to the English Channel.

It is even harder to see how such a course is wise when extremists everywhere will see that the West is opening its borders to appease an Islamist Government.

We have a chance on June 23rd to signal with our votes that we want to follow a different course. That we believe in democracy, that we have confidence in our country and its values, that we want the EU at last to get the jolt it needs to change, that we want fundamental liberties upheld, we want to take control of our destiny and we want to stand resolute for freedom. I hope the people for this country take that opportunity, and that stand, and Vote to leave and take back control.